UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ORANGE MATOS FEITOSA

À SOMBRA DOS SERINGAIS:
Militares e civis na construção da ordem republicana no Amazonas
(1910-1924)

São Paulo

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

À SOMBRA DOS SERINGAIS:
Militares e civis na construção da ordem republicana no Amazonas
(1910-1924)

ORANGE MATOS FEITOSA

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de doutor em História.

ORIENTADOR: Professora Doutora Maria de Lourdes Mônaco Janotti.

São Paulo

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Professora Maria de Lourdes Mônaco Janotti pela orientação, críticas e troca de ideias e por ser uma pessoa rara nos tempos de mecanização do conhecimento e produção desenfreada. Durante as aulas no curso de Mestrado tive a oportunidade de ser sua aluna e descobrir após algumas semanas uma divisão na minha vida acadêmica e formação intelectual, as aulas daquela disciplina me mostraram que havia um antes e depois da Professora Maria de Lourdes Monaco Janotti.

A Banca Examinadora do exame de qualificação Professora Suely Robles de Queiroz e ao professor Alexandre Macchione Saes por sugestões importantes e questionamentos levantados que, contribuíram na escrita da tese.

Ao professor Alexandre Macchione Saes agradeço também por suas aulas inteligentes, explicações argutas e reflexivas, somadas a generosidade e paciência nas discussões sobre a economia da borracha que se concretizaram com a escrita e a publicação de um artigo e o aprendizado de lidar com fontes de história econômica.

Agradeço aos amigos Ada Marques pela recepção em São Paulo, Rosana Leitão e Themystocles Andrade pela acolhida no Rio Janeiro nos períodos de coleta de fontes documentais, aos amigos João R. Tavares Neto, Nonato Braga do Centro Cultural Povos da Amazônia e Rosineide Gama pelo o envio de documentos de Manaus, Rafael Silva pela leitura do Relatório para o Exame de qualificação e do segundo capítulo da Tese e Rômulo Freitas pelas conversas e apoio nos dias difíceis.

Agradeço a paciência e excelência nos atendimentos de José Alberto da Silva do setor de Obras Raras do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, do Miranda, da Paula e da Roseane no Arquivo Histórico do Palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro, as bibliotecárias Célia Amaral, Livia Barão, Maria Itália Causin do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, a agilidade, gentileza e eficiência de Flávia Cézar do Departamento de informação (Dinf) e da equipe do setor de periódicos da

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a Coordenação do setor de microfilmes da Biblioteca Municipal Mário de Andrade em São Paulo.

As funcionárias da hemeroteca da Biblioteca Estadual do Amazonas.

À minha família qualquer agradecimento seria insuficiente pelo apoio à distância.

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas que me concedeu auxílio Bolsa para a pesquisa.

À Palmira Matos Feitosa que me
ensinou a importância dos livros e
à Sebastião de Lima Feitosa que
me contava histórias sem fim.

RESUMO

As primeiras três décadas republicanas não foram alvo de estudos da historiografia tradicional do Amazonas, apesar de terem sido marcadas por intensos confrontos políticos e sociais permeados pela crise da economia da borracha. Os relatos existentes veicularam a ideia de que o Estado do Amazonas era mergulhado nas águas da “opulência” e da “passividade”.

Contudo, a pesquisa documental que subsidia esta tese demonstrou que em Manaus a passividade inexistia; o período se caracterizou por lutas pelo poder, diversos conflitos urbanos, greves de empregados e funcionários, agitações e protestos de seringueiros e indígenas.

Assim, para compreender tal complexidade, a tese analisa o processo político-social e econômico do Amazonas no período de 1910 a 1924, recorrendo a Jornais, Relatórios de secretários de Estado e de chefes de polícia, Mensagens de governadores, Relatos médicos, Documentos parlamentares, Coleção de leis do Brasil, publicações de testemunhos contemporâneos e Anais da Assembleia.

ABSTRACT

The three first republican decades were not an Amazonas' traditional historiography study object, in spite of having been marked by intense political and social confrontation, which were permeated by the crisis in the rubber economy. The existent reports conveyed the idea that the Amazonas state was sailing the waters of "opulence" and "passivity".

Nevertheless, the documental research which subsidizes such thesis has demonstrated that in Manaus the passivity did not exist; the term was characterized by power struggles, many urban conflicts, employers' strikes, upheavals and protests made by rubber tappers and natives.

Thus, in order to understand such complexity, the thesis analyzes the Amazonas' economic and politico-social process in the 1910 to 1924 period, reaching for journals, reports made by State secretaries and chiefs of police, governors messages, medical reports, parliamentary documents, Brazilian Law collection, contemporary testimonies publications and Assembly Annals.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPITULO I – Manaus no início da República	
1. Testemunhos contemporâneos e versões posteriores.....	21
2. Conflitos pelo controle do Estado.....	29
3. Velhos e novos personagens.....	73
CAPITULO II – A Economia e a Política da Borracha (1895-1915)	
1. Interpretações sobre o tema.....	80
2. Amazonas e Pará entre limites territoriais, rios e rivalidades.....	90
3. Linhas e Mapas.....	95
4. O Começo da crise?	103
5. Contrabando nas fronteiras ou o jeito estrangeiro de lucrar?.....	107
6. O Bombardeio de Manaus.....	110
7. O Congresso Comercial, Industrial e Agrícola realizado em Manaus e seu insucesso.....	129
8. A Crise econômica e instabilidade.....	136
9. A crise da economia da Borracha avança.....	146
10. O Plano de Defesa da Borracha e os seus limites políticos: Por que pagar a conta?	150
CAPITULO III - O tenentismo em Manaus: a “moralização interrompida”?	
1. Sociabilidades em tempos de desesperança.....	161
2. 1924 em Manaus os tiros e os discursos.....	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	212

Uma sibila, questionada sobre o destino de Marósia, disse:

- Vejo duas cidades: uma do rato, uma da andorinha.

O oráculo foi interpretado da seguinte maneira: atualmente Marósia é uma cidade em todos correm em galerias de chumbo, como bandos de ratos que comem restos caídos dos dentes de ratos mais ameaçadores; mas esta para começar um novo século em que todos os habitantes de Marósia voarão como andorinhas no céu de verão, chamando uns aos outros como se fosse um jogo, exibindo-lhe em volteios com as asas firmes removendo do ar mosquitos e pernilongos.

- É hora de concluir o século dos ratos e iniciar o das andorinhas – disseram os mais resolutos. E, de fato, sob o sinistro e sórdido predomínio ratineiro, já se sentia incubar, entre as pessoas menos notórias, um ímpeto de andorinhas, que avançam no ar transparente com um ágil movimento de cauda e desenhavam com a lateral das asas a curva do horizonte que se alarga.

Retornei a Marósia anos depois, considerava-se que a profecia da sibila havia tempos se tornara realidade; o velho século estava enterrado, o novo está em seu ápice. A cidade certamente mudou, talvez para melhor. Mas as asas que vi são as de guarda-chuvas desconfiados sob os quais pesadas pálpebras se abaixam se olhadas; existem pessoas que acreditam poder voar, mas já fazem muito se levantam do solo abanando balandras de morcegos.

Ocorre também que, margeando os sólidos muros de Marósia, quando menos se espera se vislumbra uma cidade diferente, que desaparece um instante depois. Talvez toda a questão seja saber quais palavras pronunciar, quais gestos executar, e em que ordem e ritmo, ou então basta o olhar a resposta o aceno de alguém, basta que alguém faça alguma coisa pelo simples prazer de fazê-la, e para que o seu prazer se torne um prazer para os outros; naquele momento todos os espaços se alteram, as alturas, as distâncias, a cidade se transfigura, torna-se cristalina, transparente como uma libélula. Mas é necessário que tudo aconteça como se por acaso, sem dar muita importância, sem a pretensão de estar cumprindo uma operação decisiva, tendo em mente que de um momento para o outro a Marósia anterior voltará a soldar sobre as cabeças o seu teto de pedra, teias de aranha e mofo.

O oráculo estava enganado? Não necessariamente. Eu o interpreto da seguinte maneira: Marósia consiste em duas cidades – a do rato e a da andorinha: ambas mudam com o tempo; mas não muda a relação entre elas: a segunda é a que está para se libertar da primeira.

Italo Calvino, As cidades ocultas. In As Cidades Invisíveis

Introdução

O período de três décadas da Primeira República foi marcado por relações complexas e até mesmo ambíguas dos civis com os militares; os primeiros mantiveram-se durante o regime Imperial cavando posições políticas, funções de poder junto a Coroa e tomando decisões que desagradavam aos segundos que questionavam em franca oposição o domínio político dos civis; aos poucos unidas forças de Terra e Mar, civis e positivistas desfecharam o golpe na Monarquia e fundaram a República e os militares assumiram o poder; e, durante o novo regime se intercalaram a frente da direção e das decisões políticas e de interesse geral do país.

A instabilidade política e social permeou toda a Primeira Republica, as disputas políticas carregaram consigo forças desagregadoras e conciliadoras dependendo das circunstâncias e das decisões tomadas pelo Partido Republicano e pelas oligarquias. As crises foram contínuas e sem exceção todos os Estados brasileiros sofreram abalos com a maioria das decisões das elites nacionais que, não trouxeram benefícios ao desenvolvimento do país ao se aliarem ao capital internacional e sobrecarregarem as finanças; e, a população foi a mais atingida com as desigualdades sociais crescentes; em curto espaço de tempo os compromissos assumidos garantiram as elites políticas e comerciais alguma abastança e mascararam as dificuldades e as crises que, a economia agroexportadora enfrentaria.

As secas ocorridas no Nordeste em 1877 compeliram centenas de homens para Amazônia e, mais especificamente para o Amazonas, sendo conduzidos para os seringais onde se lançaram a extrair látex das seringueiras inicialmente com os indígenas para depois seguirem sozinhos no árduo trabalho. A economia da borracha durante décadas foi uma das grandes fontes de lucro para o Brasil e alimentou a riqueza de grupos locais. Apesar de não ter alcançado o grau de complexidade da economia cafeeira que gerou acumulação de capital e enfrentou as crises ocasionadas pelas baixas de preços no Mercado internacional.

Existem relatos de que Manaus cresceu, se urbanizou e modernizou com os lucros obtidos do comércio da goma elástica, um dos governadores mais distinguidos na

História do Amazonas Eduardo Gonçalves Ribeiro confirmou essa ideia em mensagem à Assembleia dos representantes. Convém não esquecer que a modernização da cidade se edificou sobre os escombros dos mortos nos seringais abatidos especialmente pelas febres palustres, varíola, beribéri e tuberculose; e com o suor dos trabalhadores urbanos e que o processo de modernização¹ não envolveu a cidade por inteiro.

Observa-se que todos os administradores públicos no Amazonas investiram no extrativismo da hévea brasiliensis e escassamente na agricultura e somente após 1910 com o ápice da crise financeira e econômica que, pôs termo aos lucros excessivos e aos desvios de arrecadações, surgiram um ou dois projetos na Assembleia Legislativa amazonense, incentivados pelo Executivo voltados para intensificação da agricultura, embora não tenham sido levados a efeito. A marginalização e o empobrecimento da maioria da população foi uma das consequências dos desequilíbrios e contradições da modernização no Estado.

A partir de 1889 no Brasil não faltaram conflitos e violências decorrentes da instalação da República e o Amazonas não esteve isolado dos abalos intermitentes e mesmo do uso das armas pelas facções políticas que, se aglutinaram ou divergiram em torno da manutenção do poder nacional e local que se constituía no novo regime. O governo provisório outorgou a Constituição e convocou eleições em todos os Estados da federação em 1890; em Manaus as tensões fervilhavam entre civis e militares em torno da criação dos partidos Democrático e Nacional, a Junta governativa se desmontava, governadores eram nomeados por Deodoro da Fonseca para em seguida serem depostos, o quadro administrativo não estava definido e os rearranjos e as colisões políticas já se processavam.

Neste contexto inscreve-se este trabalho alimentado pela intranquilidade generalizada com ascensão das forças militares na direção do país e que permaneceu mesmo quando os governos constituídos foram os civis; e pela necessidade de se conhecer melhor as convulsões políticas e sociais da instalação da República até 1925; assim como a brevidade com que a historiografia tratou os confrontos políticos entre

¹De acordo com SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Ed. Best Sellers, 1989. p. 205. Modernização é um *Processo de mudança econômica, social e política, pelo qual determinada sociedade supera estruturas tradicionais (de base rural), criando novas formas de produção, mecanismos racionais de dominação e novos padrões de comportamento*.

civis e militares da polícia e do Exército e demais conflitos ocorridos em 1910, 1913, 1915, 1917, 1919-20 e 1924.

Este trabalho baseia-se na possibilidade ou mesmo no imperativo de compreender as ações dos militares inseridos na política no Amazonas, os conflitos decorrentes das lutas pelo poder, assim como as articulações e cisões com as oligarquias locais. Para tanto, pensou-se em três caminhos para percorrer concomitantemente demonstrando: 1) que a constituição política no Brasil da Primeira República foi controlada pelas oligarquias; porém, não de forma linear e descomplicada 2) o Estado do Amazonas não foi apartado da dimensão política nacional pelos Estados cafeicultores como assinalou a historiografia; e sim por conta da negligência da representatividade local 3) e a perda do monopólio da exportação do látex definhou o desenvolvimento regional, mas em associação com os empréstimos externos grandiosos, os desvios das finanças e os jogos de interesses entre as classes dominantes.

Os administradores públicos no Amazonas investiram no extrativismo da hévea brasiliensis e escassamente na agricultura e somente após 1910 com o ápice da crise financeira e econômica que, pôs termo ao excessivo desvio de arrecadações, surgiram um ou dois projetos na Assembleia Legislativa amazonense, incentivados pelo Executivo voltados para intensificação da agricultura.

Para compreensão desses eventos busca-se a dimensão da história política baseada na defesa de René Rémond de que, a narrativa política não está isolada das outras dimensões do conhecimento e define-se como uma das formas de apreensão do real; apesar de ter vivido algum tempo afastada dos meios acadêmicos porque para historiadores era escrita para servir às elites. Apontava-se como seus principais defeitos; a linearidade da narrativa factualista, a superficialidade da análise, a perspectiva *psicologizante, elitista e idealista*,² não possibilitava adentrar na realidade. Entretanto, o *advento da democracia política e social, o impulso do movimento operário, a difusão do socialismo dirigiam o olhar para as massas*,³ fazendo emergir os marginalizados que a história política tradicional congelou no esquecimento.

Registra-se também que, ao longo deste estudo o uso dos jornais publicados no Amazonas gerou questionamentos de como as notícias chegavam à população e até que

²RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Tradução Dora Rocha. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 18.

³ Idem, p. 19.

ponto influenciava no funcionamento de Manaus externando as contradições políticas, econômicas e sociais nos anos de 1910 a 1924. Para Maurice Mouillaud⁴ as notícias tecem uma relação dinâmica com o tempo e o espaço, assim como o conteúdo com a forma.

Usa-se o conceito de enquadramento usado por Mouillaud⁵ que contribuiu para compreensão do funcionamento dos jornais em relação à forma de construção do processo de visibilidade ou invisibilidade que, permeia um recorte sobre o real e a materialidade das relações sociais de poder e das ações públicas que interferem no cotidiano da cidade, nos conflitos e nas reivindicações; tal qual um fio que leva até o avesso na busca de desfazer os nós da narrativa para reconstituir o fluxo daquilo que pode ser visto ou não.

Os jornais estão permeados por visões sociais firmadas no interior dos grupos oligárquicos, porém, seria um equívoco, retirar desses jornais as contradições sociais e políticas ou categorizá-los como *'liberais ou 'conservadores', posto que elimine as sutilezas e nuances dos discursos, propostas e grupos a que estão ligados*. Além disso, estes jornais mesmo comprometidos com as classes e os poderes dominantes eram *espaços de luta política*⁶ em diferentes setores da sociedade.

Nessa linha ressalta-se que, a leitura fragmentada de jornais geraria a ideia isolada de que os desacordos políticos estariam ausentes dos demais setores da sociedade e assim descartaria o não visto de imediato. Neste sentido, considera-se interessante pensar, o proposto por Braga,

Como o discurso jornalístico é público é dirigido a uma pluralidade de leitores - e de leituras. Esta pluralidade pode ser considerada pelo menos como uma dupla recepção: pelo leitor cúmplice e pelos adversários. Para fazer de nossa parte, como analistas, a interpretação desse discurso, é preciso tentar recuperar os cálculos que compõem a

⁴MOUILLAUD, Maurice. **Da forma ao sentido**. In **O Jornal**: da forma ao sentido. PORTO, Sérgio Dayrell. (org.). 2. Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002. pp. 29-35.

⁵MOUILLAUD, M. **A Informação ou a parte da sombra**. In **O Jornal...** Op. cit., pp. 37-47. a) delimitando um campo e um fora de quadro; o quadro determina o que deve ser visto; [...] b) focalizando a visão no interior de seus limites, ele a unifica em uma cena; os dados isolados pelo quadro tendem à solidarização entre eles.

⁶HÖRNER, Erik. **A tribuna em praça pública**: o debate político na imprensa periódica paulistana (1838-1842). In: **A História na política, a política na história**. OLIVEIRA, Cecília, PRADO, Maria Lígia, JANOTTI, Maria de Lourdes M. (orgs). São Paulo: Alameda, 2006, p. 111.

sua estratégia para tratar com estes tipos de leitores. Podemos considerar as oposições e as identificações que o discurso propõe como um campo estratégico formado pelas representações que o jornal se dá de si mesmo, de seus aliados e de seus adversários.⁷

Ressalta-se que, as diversas formas de ação/representação das notícias cotidianas e suas relações com os leitores dia após dia constroem o fato de acordo com o proposto pelo noticiário ou não, e estão intrinsecamente articuladas podendo ser comparadas por analogia, não somente entre jornais diferentes, mas no interior do mesmo jornal buscando de um artigo ao outro, de um editorial ao outro, de uma notícia a outra, a análise das unidades redacionais que separadas pouco se mostram; no jornal, as partes se encaixam em um todo: os acontecimentos sociais, econômicos e políticos são a base para a construção do noticiário do jornal.

A Tese está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo deteve-se na chegada da República em Manaus como este sistema político influenciou a formação dos quadros políticos desde a Junta Governativa, nomeação, deposições e eleição de governadores, os partidos recém-formados com os políticos adesistas oriundos do Império e os republicanos. Recupera-se os atritos entre os partidos Democrático e Nacional, a deposição de Eduardo Ribeiro pelo Marechal Deodoro e a deposição de Thamaturgo de Azevedo por Floriano Peixoto e os acordos políticos em nível local e nacional que trouxeram à luz, os confrontos partidários, rompimentos, conchavos, traições e conflitos armados; por fim apresenta-se o posicionamento dos testemunhos contemporâneos e as escassas versões posteriores.

No segundo capítulo centra-se na escavação do bombardeio de 1910 esfumado na crise econômica da borracha no Amazonas. Dois marcos são bastante conhecidos para a comercialização da borracha: a descoberta do processo de vulcanização da goma por Goodyear (1839) e Hancock (1842) somados, a definitiva expansão de sua demanda, a utilização do produto para a indústria automobilística na década de 1890; a partir daí, iniciava-se na região Norte a maior aventura dos homens rumo à floresta amazônica para extração da goma elástica.

Também se apresenta breve balanço historiográfico sobre economia da borracha, os debates entre parlamentares em defesa da valorização dessa produção, as

⁷BRAGA, José Luiz. **Questões Metodológicas na leitura de um Jornal.** In **O Jornal...** Op., cit. p. 329.

propostas do Congresso comercial, industrial e agrícola seguido pelo Plano de Valorização da borracha que, abriu a discussão para os possíveis motivos geradores da crise, assim como, as proposições de solução para crise. Os episódios armados entre o Amazonas e a Bolívia na disputa pelo território do Acre e a perda do território incontestavelmente amazonense para governo Federal e as disputas políticas e territoriais entre Amazonas e Pará, as tensões sociais e embates políticos em todos os setores.

As crises partidárias e oligárquicas tornaram-se mais visíveis quando em 1909 na Assembleia os deputados se dividiram entre bittencouristas e nerystas, os primeiros, criticaram o empréstimo com a Société Marseillaise, os contratos do governo e desvios de verbas no governo de Constantino Nery (1904-1907), antecessor de Antonio Bittencourt;⁸ vê-se que começou os ensaios para o bombardeio de Manaus ocorrido em outubro de 1910.

No capítulo final analisam-se os antecedentes do movimento militar ocorrido em 1924 em Manaus, questionando até que ponto foi uma reação nacional em cadeia e como a insatisfação de trabalhadores rurais, urbanos e de diversos setores da sociedade desvelaram a instabilidade política e os interesses inconciliáveis das oligarquias amazonenses.

⁸ **Anais do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas...** Terceira Sessão ordinária da Sexta Legislatura, 1909. Manaus: Tipografia do 'Amazonas', 1912. pp. 141-145. Assinaram o projeto os deputados: Furtado Belém, Antonio Guerreiro Antony, Antonio Francisco Monteiro, Bento Brazil e Monsenhor Fonseca Coutinho.

CAPÍTULO I - Manaus no início da República

O estudo do regime republicano que emergiu de um golpe desfechado por um grupo de militares do exército apresenta ampla produção historiográfica,⁹ todavia, manteve-se na historiografia amazonense pouco explorado ou apenas mencionado como um momento turbulento na capital da República, restando à Manaus, somente conflitos políticos de pequeno porte,¹⁰ que não careciam de estudo ou as tensões sociais entre trabalhadores urbanos e patrões que, tiveram destaque nas produções acadêmicas mais recentes.¹¹

A documentação do período está dispersa pelos arquivos e bibliotecas brasileiras, os jornais não foram preservados, encontram-se mutilados e com lacunas cronológicas e, talvez por isso não existam estudos específicos sobre tema.

⁹Entre outros podem ser citados: BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República de 1889 a 1930**. 6ª. ed. São Paulo: Ed. Alfa-ômega, 1977. BOEHRER, George C. A. **Da Monarquia à República – História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)**. Tradução Berenice Xavier. Rio de Janeiro: Ministério da educação e cultura. Serviço de documentação, 1954. Tese de doutorado em Filosofia apresentada à 'Graduate School of arts and sciences, da Universidade Católica dos Estados Unidos. CARONE, Edgard. **A Primeira República (1889-1930) Texto e contexto**. São Paulo: Difel, 1969. CARONE, Edgard. **A República Velha (evolução política)**. São Paulo: Difel, 1971. **A República Velha (Instituições e Classes Sociais)**. 4ª. ed. São Paulo: Difel, 1978. COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 7ª. ed. 3ª. reimpressão. São Paulo: Unesp, 1999. FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano - Sociedade e Instituições (1889-1930)**. 5ª. ed. T3, V. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico - do Império à República** 4ª. ed. T2, V. 5. São Paulo: Difel, 1985. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986. QUEIROZ, Suely Robles Reis. **Os Radicais da República: Jacobinismo - ideologia e ação 1893-1897**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁰Conforme Bittencourt, Agnello. **Corografia do Estado do Amazonas**. Manaus: ACA/Fundo editorial, 1985. LOUREIRO, Antonio José Souto. **Síntese da História do Amazonas**. Manaus: Imprensa Oficial, 1978. _____. **A grande Crise. (1908-1917)**. Manaus: T. Loureiro & Cia., 1985. MONTEIRO, Mario Ypiranga. **Negritude & Modernidade – a trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro**. Manaus: Edições do governo do Estado do Amazonas, 1990. REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1989.

¹¹COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus: (1890-1915)**, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1997. Dissertação de Mestrado. (mimeo). DIAS, Edineia Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920**. Manaus: editora valer, 1999. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)**. Manaus: Edua, 1999. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: Letramento e Periodismos no Amazonas (1880-1920)**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2001. Tese de doutoramento. (mimeo). SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985. Dissertação de Mestrado. (mimeo). SOUZA, Leno José Barata. **Vivência Popular na Imprensa amazonense: Manaus da Borracha (1908-1917)**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2005. Dissertação de Mestrado. (mimeo).

Alguns autores tocam na temática dos inícios do período republicano no Amazonas como Antonio Bittencourt, Antonio Loureiro, Mário Monteiro e Arthur Reis, constatando a reprodução corrente na historiografia nacional de duas ideias: a dependência dos governantes no Amazonas da interferência do governo federal e o controle das facções políticas pelas oligarquias locais.

Encontra-se essa visão muito claramente no historiador Arthur Reis ao considerar a interferência do governo federal nas eleições para governador em 1891 impondo o nome de Eduardo Ribeiro, entendendo ser a *política republicana, no Estado, [...] subserviente à vontade do centro, criando a passividade a que ficou reduzida daí em diante*.¹² Certo é que a República não significou mudanças estruturais e autonomia política, porém, essas evidências não são lineares e inquestionáveis e foram pautadas pela instabilidade administrativa, as relações existentes entre governo federal e estadual e os pactos e as hostilidades entre ambos.

Este capítulo objetiva apresentar os primeiros conflitos que ocorreram no Amazonas com a instalação da República e se desenrolaram em três momentos: o primeiro com a tentativa de deposição do governador militar coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo pelos democratas¹³ civis e militares. O segundo, com a tentativa de deposição a do governador Capitão do Exército Eduardo Gonçalves Ribeiro com a participação de alguns integrantes do Batalhão Militar de Segurança Pública Estadual, do 36.º Batalhão Militar de Infantaria; além de civis, em fins de Dezembro de 1892, mas foi abortado como o primeiro. E o último, nos dias 26 e 27 de Fevereiro de 1893 quando o conflito atingiu o auge e parte dos membros do partido Nacional e militares do Exército, comandados pelo General-comandante Bento José Fernandes Junior do 1.º Distrito Militar, enviaram ofício ao governador Eduardo Ribeiro,

¹²REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1989. p. 250.

¹³De acordo com Arthur César Ferreira Reis. Idem, pp. 247-250. O Partido Democrático foi fundado no Amazonas em julho de 1890 por Eduardo Gonçalves Ribeiro, Manoel Francisco Machado (Barão do Solimões), último presidente de província do Amazonas e senador na República ainda no governo de Augusto Ximeno Villeroy (jan/1890 – Nov/1890), Deodato Gomes da Fonseca, Raimundo Antonio Fernandes, Sylverio Nery (Vereador municipal no Império), Francisco Publio Ribeiro Bittencourt, Ferreira Penna que romperá com o Partido associando-se em seguida ao Partido Nacional, e os irmãos baianos Emílio Moreira *diretor dos Liberais ao tempo do Império* e Guilherme Moreira (Barão do Juruá), nomeado Vice-governador por Deodoro em 1891, ambos *negociantes da borracha* dirigiam o Partido que ficou conhecido como o *Partido dos Moreiras*. Eduardo Ribeiro era florianista convicto como quase todos os democratas e jacobinos fervorosamente republicanos. Porém, não demorou iniciaram as dissidências e os rompimentos como no caso de Ferreira Penna que deixou o Partido democrata. Segundo MONTEIRO, Mário Ypiranga. Op. cit., p. 26. Esse Partido estava repleto de *monarquistas de casaca mudada*, não se encontrou nos documentos constatação dessas informações aludidas por Monteiro. Mas, *monarquistas de casaca mudada* existiram em todo o Brasil.

comunicando-lhe sua deposição e o prazo de 12 horas para abandonar o Palácio do Governo, em caso de resistência o bombardeariam, o que de fato ocorreu. Todavia, o governo reprimiu a revolta. A perda de cargos e do controle da política do Estado e municípios motivou esses conluíus tramados por adversários entre diferentes grupos de militares do Exército, da polícia militar e de civis.

Para melhor visualização das trocas de governadores, seguidas por lutas internas e externas e pela inconstância nas administrações locais, sobretudo nos primeiros anos republicanos, apresenta-se abaixo quadro cronológico político - administrativo do Amazonas no período de 1889 a 1924¹⁴

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	GOVERNADOR DO AMAZONAS	OBSERVAÇÕES DO EXERCÍCIO
	Manoel Francisco Machado (Barão de Solimões) Último presidente da Província	22/12/1888 a 21/11/1890
Marechal Manuel Deodoro da Fonseca (15/11.1889 a 23/11/1891)	Junta Governativa composta por Domingos Teófilo de Carvalho Leal, Capitão de fragata Manoel Lopes da Cruz, comandante da flotilha e Coronel do exército Antonio Florêncio Pereira do Lago.	21/11/1889 a 04/01/1890
Marechal Manuel Deodoro da Fonseca (15/11.1889 a 23/11/1891)	Capitão de engenheiros Augusto Ximeno Villeroy	04/01/1890 até 02/11/1890 Solicitou exoneração
Marechal Manuel Deodoro da Fonseca	Tenente de engenheiros Eduardo Gonçalves Ribeiro	04/11/1890 a 05/05/1891 Deposto por Marechal Deodoro da Fonseca
Marechal Manuel Deodoro da Fonseca	Coronel Antônio Gomes Pimentel	05/05/1891 a 30/06/1891 Interino
Marechal Manuel Deodoro da Fonseca	Coronel da Guarda Nacional José Guilherme Moreira (Barão do Juruá)	De 30/06/1891 a 01/09/1891 Interino
Marechal Floriano Vieira Peixoto (23/11/1891 a 15/11/1894)	Engenheiro militar Gregorio Thaumaturgo de Azevedo	De 01/09/1891 a 26/02/1892 Deposto por Marechal Floriano Peixoto
Marechal Floriano Vieira Peixoto (25/11/1891 a 15/11/1894)	Capitão de fragata José Ignacio Borges Machado	De 26/02/1892 a 11/03/1892 passou o governo para Eduardo G.Ribeiro
Prudente José de Morais Barros (15/11/1894 a 15/11/1898)	Tenente de Engenheiros de Eduardo Gonçalves Ribeiro	11/03/1892 a 23/07/1892 Nomeado e eleito de 23/07/1892 a 23 de julho de 1896.

¹⁴ Ver BITTENCOURT, Agnello. **Corografia...** Op. cit., p. 288-308 e GOUGET, Alba et al. **Os presidentes e a República:** Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. p.8-15. REIS, Arthur C. F. **História do Amazonas.** 2ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Manaus: Superintendência cultural do Amazonas, 1989.p. 245.

Prudente José de Moraes Barros (15/11/1894 a 15/11/1898)	Capitão Fileto Pires Ferreira	De 23/07/1896 a 4 de abril de 1898 forjaram sua renúncia
Manuel Ferraz de Campos Salles	Coronel José Cardoso Ramalho Júnior	De 04 de abril de 1898 a 23 de julho de 1900 Interino
Manuel Ferraz de Campos Salles (15/11/1898 a 15/11/1902)	Silvério José Nery	De 23 de julho de 1900 a 2 de dezembro de 1903 Eleito, mas afastou-se da administração alegando doença a 2 de abril de 1904.
Francisco de Paula Rodrigues Alves (de 15/11/1902 a 15/11/1906)	Monsenhor Francisco Benedito da Fonseca Coutinho	De 2 de dezembro de 1903 a 2 de abril de 1904 Vice-governador de Silvério Nery
Francisco de Paula Rodrigues Alves (de 15/11/1902 a 15/11/1906)	Major Antonio Constantino Nery	De 23 de julho de 1904 a julho de 1907 Renunciou alegando doença
Affonso Augusto Moreira Penna (15/11/1906 a 14/06/1909)	Coronel Affonso de Carvalho- Presidente da Assembleia Legislativa	De Julho de 1907 a 23/07/1908 Interino
Affonso Augusto Moreira Penna (15/11/1906 a 14/06/1909)	Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt	De 23 de julho de 1908 a 8 de outubro de 1910 Deposto pela oligarquia Nery; reassumiu por meio de habeas corpus em 31/10/1910 a 31 de dezembro de 1912
Nilo Procópio Peçanha (14/06/1909 a 15/11/1910)	Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt	
Hermes Rodrigues da Fonseca (de 15/11/1910 a 15/11/1914)	Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt	
Hermes Rodrigues da Fonseca (de 15/11/1910 a 15/11/1914)	Jonathas de Freitas Pedrosa	De 01 de janeiro de 1913 a 31/12/1916
Wenceslau Brás Pereira Gomes (15/11/1914 a 15/11/1918)	Jonathas de Freitas Pedrosa	De 01 de janeiro de 1913 a 31/12/1916
Delfim Moreira da costa Ribeiro (15/11/1918 a 28/07/1919)	Pedro de Alcântara Bacellar	De 01 de janeiro de 1917 a 31 de dezembro de 1920
Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (15/11/1919 a 15/11/1922)	Cesar do Rego Monteiro	De 01/01/1921 a 14 de julho de 1924
Arthur da Silva Bernardes (15/11/1922 a 15/11/1926)	Turiano Meira	De 01/07/1924 a 23 de julho de 1924
Arthur da Silva Bernardes (15/11/1922 a 15/11/1926)	Primeiro Tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior	De 24 de julho de 1924 a 28 de agosto de 1924
Idem	Coronel Raymundo Rodrigues Barbosa	01/09/1924 a 31 de novembro de 1924
Arthur da Silva Bernardes (15/11/1922 a 15/11/1926)	Interventor Alfredo Sá	De 02 de dezembro de 1924 a 31 de dezembro de 1925.

A partir deste quadro se constatou as rápidas mudanças de governadores em Manaus, diretamente relacionados com as turbulências políticas e sociais no período de instalação do novo regime.

1.1. Testemunhos contemporâneos e versões posteriores

O primeiro registro e testemunho dos episódios de 1892 e 1893 foi livro de Francisco Ferreira de Lima Bacury ¹⁵ intitulado *Estado do Amazonas: movimentos revolucionários de 30 de Dezembro de 1892 e 26 e 27 de Fevereiro de 1893* editado em 1894. É uma transcrição de vários documentos comentados pelo autor, que esteve envolvido de forma direta e indireta nos dois eventos, fornecendo informações valiosas. O relato buscou enfraquecer os depoimentos dos vencidos em favor dos vencedores e, entre uma compilação e outra, buscou dar um tom de depoimento *neutro*.

No entanto, deixou várias pistas sobre os desdobramentos das lutas políticas entre as facções nas disputas pelos cargos públicos, por ser narrador e protagonista, dirigiu-se aos historiadores solicitando para que o lessem com o *máximo de isenção*, pois ali nos seus escritos encontrariam *sobejos elementos para conhecerem os verdadeiros culpados dos movimentos*.

Quem de boa fé ler a cópia do ofício do General Bento Fernandes julgará que estão do seu lado a justiça e o direito, quando toda a população sabe que o General estava pondo em execução um plano já há muito premeditado nos conciliábulos a que se entregou com os políticos adversários do dr. Governador, e entre eles o dr. Agésilau Pereira da Silva, Padre Amâncio de Miranda, Hilário Francisco Álvares e os oficiais que já haviam tentado uma sedição, felizmente abortada, na madrugada de 30 de Dezembro último.¹⁶

¹⁵Francisco Ferreira de Lima Bacury era amazonense, nascido em Manaus a 4 de outubro de 1848, onde concluiu os seus estudos no Seminário São José. Em seguida, prestou o concurso para Secretaria do Governo Provincial para o cargo de amanuense, tornou-se *jornalista e político de influência [...] exerceu, por várias vezes o mandato de deputado estadual, como os cargos de secretário e presidente. Também foi deputado federal [...]* (BITTENCOURT, 1973, pp.323-324). Na República foi membro do nascente Partido democrático.

¹⁶BACURY, Francisco Ferreira de Lima. **Estado do Amazonas: movimentos revolucionários de 30 de Dezembro de 1892 e 26 e 27 de Fevereiro de 1893**. Rio de Janeiro: Companhia Tipográfica do Brazil, 1894. p. 67.

Este relato já inicia as acusações e o livro é um depoimento exemplar de registros parciais e divergentes, Lima Bacury participou dos movimentos de deposição de formas diferenciadas, pois no primeiro evento era contrário ao governo de Taumaturgo de Azevedo e lutou por sua deposição e, no segundo, era aliado de Eduardo Ribeiro o que explica sua atuação na defesa do administrador.

Na primeira parte o autor explica a revolta do Batalhão Militar de Segurança Pública,¹⁷ pela incitação daqueles *que ainda sonham com a restauração* - os chefes do partido Nacional que com falsas promessas aliciaram os *sargentos* para se insurgirem *contra* Eduardo Ribeiro.

A efervescência política, comum ao período do governo do Marechal Floriano Peixoto, impulsionou as dissensões entre grupos de civis e militares e entre os partidos, ocultando os verdadeiros motivos que envolviam os distúrbios antiflorianistas ou deodoristas ou vice-versa; o fantasma da restauração monárquica¹⁸ passou a ser usado para combater qualquer oposição aos republicanos ou entre os mesmos.

Lima Bacury mencionou muitos elementos daqueles eventos como a defesa do Partido democrático e a intenção de Eduardo Ribeiro de atrair simpatizantes e eleitores para as próximas eleições que se realizariam em julho; nesse testemunho as primeiras horas do confronto não se diferenciam muito do documento publicado no jornal:

Comando do Batalhão Militar de Segurança do Amazonas

¹⁷Conforme FERNANDES, Heloísa. **Ao militares como categoria social**. São Paulo: Global, 1979. pp. 166-167. *A função da Polícia Militar seria: 1) executar o policiamento ostensivo fardado (...); 2) atuar de maneira preventiva como força de dissuasão (sic) em locais ou áreas específicas onde se presume ser possível a perturbação da ordem; 3) atuar de maneira repressiva em de perturbação da ordem precedendo o eventual emprego das Forças armadas. Hierarquia do Exército Brasileiro e da Polícia Militar de São Paulo* [objeto de estudo da autora]: Exército: Marechal/general de Exército/ General de Divisão/ General de Brigada; [postos que a polícia militar não tem]Polícia Militar:[postos comuns a ambos aparelhos] Coronel/ Tenente-coronel/Major/Capitão/ 1º. Tenente/2º. Tenente/ Aspirante a Oficial/[**praças**] Subtenente/ 1º. Sargento/ 2º. Sargento/ 3º. Sargento/ Cabo/ Soldado.

¹⁸Segundo JANOTTI, Maria de Lourdes. **Os subversivos...** Op. cit., p. 11, em estudo maduro, minucioso e refinado sobre o movimento monarquista no Brasil evidenciou que o grupo monarquista, apesar de minoritário, tentou por meios diversos restaurar a Monarquia nos anos iniciais da República. Resultou serem *responsabilizados pela maioria dos acontecimentos que abalaram os inícios da República; por que foram temidos pela influência que possuíam, bem menor, aliás, do que se acreditava; por que foram usados para encobrir muitas das dissidências advindas entre os republicanos; e, finalmente, por que foram utilizados para justificar a repressão, que tinha por objetivo o fortalecimento do poder.*

- n. 33 – Manaus, 31 de dezembro de 1892. – Excelentíssimo Senhor Doutor Eduardo Gonçalves Ribeiro, Governador do estado – chegou ontem ao meu conhecimento que neste batalhão havia uma tentativa de sedição tramada pelos sargentos João Fernandes Pacote, Manoel Guedes Monteiro, Eurico Coutinho Canavarro, Candido Serpa e o Cabo d’esquadra Francisco Guedes Monteiro. Conforme declaração que fizeram, tomaram parte em uma reunião que teve lugar mais ou menos às 7 horas da noite de ontem em casa do senhor Capitão do 36°. Batalhão de Infantaria do Exército José de Alencar Araripe, a rua da Independência. Tomaram parte desta reunião, onde foram os citados inferiores aliciados para depor-vos do cargo de Governador, os senhores doutores Jonathas de Freitas Pedrosa e Domingos Theophilo de Carvalho Leal e o major Henrique Ferreira Penna de Azevedo e o senhor Capitão do 36.º Batalhão José de Alencar Araripe. Ficou na referida reunião assentado que seria aclamado Governador o doutor Carvalho Leal e ainda mais que o movimento arrebentaria no correr do dia de hoje. O sargento Manoel Guedes Monteiro chegou a distribuir cartuchos embalados a alguns recrutas da sua companhia pouco experientes na vida em que se acham. Raymundo de Amorim Figueira – Tenente coronel Comandante.

No inquérito policial apresentado pelo autor apenas cinco sargentos e o comerciante José Braz dos Santos foram arguidos, Carvalho Leal, Jonathas Pedrosa, Major Ferreira Penna e o Capitão Araripe não foram interrogados. As respostas foram similares: na reunião do dia 30 de dezembro maquinou-se uma *revolução* para depor Eduardo Ribeiro e Carvalho leal assumiria o governo, o sargento Guedes Monteiro seria nomeado Comandante do Batalhão de Segurança e o Sargento Pacote seria Major-fiscal, mas provisoriamente.

A *ordem do dia n. 29* assinalou que o major Tristão Sucupira Alencar Araripe afastou-se por doença, porém deveria apresentar-se no dia seguinte. O Tenente-coronel comandante do 36.º Batalhão de infantaria Geographo de Castro Silva determinou na *ordem do dia n. 31* que o major Tristão Araripe, o Capitão José Araripe e o 1.º Tenente Claudio Lima, os promotores do movimento insurgente que alteraram a *ordem pública* naquela data 3 de janeiro de 1893 fossem suspensos, presos e embarcados para Belém; ordenava-se que a referida ordem fosse *lida em frente as companhias por oito dias*, como exemplo de *desobediência* ao Regulamento Militar e ofensa à Constituição Federal.

Os Sargentos foram condenados e penalizados: Manoel Guedes Monteiro a quatro anos de prisão *com trabalho*, João Fernandes Pacote e Francisco Guedes Monteiro a três anos de prisão *com trabalho*, Eurico Coutinho Canavarro a dois anos de prisão *com trabalho* e Candido Serpa a dezesseis meses de prisão *com trabalho*. O Conselho de investigação criminal em Manaus suplicou ao governador a redução da pena

aos réus por terem sido *meros instrumentos* do Partido opositor, contudo Eduardo Ribeiro reafirmou a sentença e os sargentos *foram excluídos do efetivo do Batalhão e entregues a Justiça Civil*.

Nos autos do inquérito não existem provas de que o objetivo dos insurretos fosse a restauração monárquica como insinuou o autor na abertura do texto. A sublevação tinha o objetivo de substituir o administrador que, desagradava seus opositores, por ser um forasteiro sem *raízes na terra* ¹⁹sem vínculos com a elite política local, sem atuação entre os republicanos amazonenses e em seu governo interino outorgou uma Constituição ²⁰desagradando o Poder Legislativo. É importante salientar, tanto Ximeno Villeroy como o maranhense Eduardo Ribeiro foram introduzidos em ambiente hostil e se impuseram como militares, igualmente como os Marechais Deodoro e Floriano e não como representantes políticos democráticos como era esperado em um sistema Republicano.

Francisco Ferreira de Lima Bacury eleito em abril de 1893 deputado federal pelo Partido Democrático e um dos emissários do Partido a comparecer no Palácio do Governo no episódio de 14 de janeiro de 1892, intimando o Governador Gregório Thaumaturgo de Azevedo a renunciar;²¹ contestou o Manifesto do general Bento José Fernandes Junior comandante do 1.º Distrito militar indicado pelo Ministro da Guerra para dirigir o Conselho de Investigação Militar sobre as ocorrências de final Dezembro e início daquele ano, acusando-o de gerador dos conflitos dos dias 26 e 27 de fevereiro de 1893 por intervir na política do Estado de forma criminosa e premeditada, levado *simplesmente pela ambição ou o que é pior, por insinuações de mal intencionados*.²²

Em *Revolução em Manaus: Histórico e comentários* o autor narrou a tentativa de deposição de Eduardo Ribeiro em 26 de fevereiro de 1893 tramada pelo General Bento José Fernandes Júnior, Monsenhor Amâncio de Miranda e Américo de Campos que, divulgaram boletim depondo Eduardo Ribeiro e aclamando governador Antonio Constantino Nery. Naquele dia, Ribeiro estava ausente em passeio pelo rio Negro e no retorno enviou ofício ao Comandante da flotilha solicitando auxílio para manter a ordem.

¹⁹MONTEIRO, Mario Ypiranga. **Negritude & Modernidade** ... Op., cit. p 15.

²⁰Ver Constituição Política do Estado do Amazonas. Outorgada pelo governador Eduardo Gonçalves Ribeiro com o Decreto nº. 86, de 13 de abril de 1891, a fim de ser submetida ao Congresso Constituinte do Estado. Manaus, 1891.

²¹Ver BITTENCOURT, A. **Corografia** ... Op., cit. p. 289-290. LOUREIRO, A. **Síntese da História do Amazonas...** Op., cit. p. 226. MONTEIRO, M. **Negritude...** Op., cit. pp. 27-28. REIS, A. **História do Amazonas...** Op., cit. p. 253.

²²BACURY, F. F. de Lima. **Estado do Amazonas...** Op.cit., pp. 67-68.

Para Bacury, o governador precisou defender a população pelo uso das armas. O autor conclui: os motivos dos conflitos foram a avidez desmedida pelo poder, atitude comum às oligarquias locais. O livro encerra-se com extensa defesa de Eduardo Ribeiro e acusação aos militares envolvidos de forma indevida nas lutas dos Partidos políticos e nos assuntos do Estado.

O soldado-cidadão surgiu no exército com a insatisfação dos militares com os poderes Legislativo e Executivo e se iniciou antes da Guerra do Paraguai, gerando a oposição entre militares e civis a partir do momento que os militares punham em pauta a situação de pobreza de praças e recrutas que recebiam baixos soldos²³ e o desrespeito dos governos surdos em relação aos seus direitos.

A primeira síntese sobre a chegada da República no Amazonas surgiu em 1931 com o livro *História do Amazonas* de Arthur César Ferreira Reis o qual construiu *um quadro da evolução amazonense* dedicando poucas páginas à Proclamação da República e os quatro anos subsequentes, tocando pouco nas lutas envolvendo militares e civis. Observou que a proclamação da República em Manaus não passou por experiências sangrentas, contudo, não deixou de inquietar o espírito de seus agentes políticos; e justificou: *Sobre a República dizemos apenas dos primeiros momentos, parando em 1892. É que é cedo demais para um pronunciamento sereno acerca de seus homens e de suas coisas [...]*²⁴

Arthur Reis considerou que o novo sistema político não gerou mudanças no Amazonas, porque o aparelho estatal permaneceu sujeito às decisões do poder central semelhante ao período monárquico e a *passividade* passou a ser tônica de seus representantes políticos. Escrevendo sobre o episódio da deposição de Thaumaturgo Azevedo assinalou que na reunião *sediciosa*:

Os oradores inflamaram-se, aclamando o capitão de fragata José Ignacio Borges Machado, comandante da flotilha, capitão Porfírio Francisco da Rosa, comandante interino do 36º de Infantaria, e desembargador Luiz Duarte para formarem a Junta que deveria

²³HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. **O Brasil Monárquico**. Do Império à República. Tomo II. Vol. 5. 4ed. São Paulo: DIFEL, 1985. Para o autor o que ocorreu foi a democratização do exército ou pelo menos das forças de Terra que em sua maioria era oriunda das camadas mais pobres da sociedade e não a proletarianização. p. 329.

²⁴REIS, A. C. F. **História do Amazonas...** Op., cit. p. 35.

governar o estado até a chegada de Eduardo Ribeiro, proclamado governador na reunião.²⁵

No entanto, o deodorista Thamaturgo de Azevedo não tinha índole dos mansos *negou-se formalmente* a entregar o governo; e *em telegrama enérgico, ao marechal Floriano e ao contra-almirante Custódio José de Melo, ministro da marinha, desafiou-os a intervir no estado, e mandá-lo depor.*²⁶ Este pode ser um exemplo de que a sujeição ao poder central não era o modelo seguido por todos, a resistência e o conflito de algum modo se manifestaram contra a interferência no Estado e; apesar da situação se mostrar irreversível, não ocorreu sem tensões e combates verbais.

Corografia do Estado do Amazonas, livro publicado em 1925, da autoria do professor de Geografia Agnello Bittencourt, em se tratando do período republicano enfatizou os melhoramentos realizados em Manaus na administração de Eduardo Ribeiro durante a expansão do comércio da borracha e não negligenciou a inverossimilhança da propaganda prosperidade econômica, evidenciou o desequilíbrio financeiro entre receita e despesa nas administrações estaduais e divergiu dos documentos oficiais à época.

Bittencourt registrou a deposição de T. de Azevedo como se fosse uma simples troca de guarda e/ou como uma fatalidade, destacou que o governador abandonou a função *no dia 26 de Fevereiro de 1892, recolhendo-se a bordo de um navio, que regressava ao Rio de Janeiro.*²⁷ Não obstante, em relação à gestão de Eduardo Ribeiro não a menção a tentativa de sua deposição, somente a exaltação daquele governador e as melhorias do espaço urbano e da zona rural realizadas naquela gestão.²⁸

Outro autor que retratou os primeiros anos do sistema republicano foi Antônio José Souto Loureiro publicou em 1978 o livro *Síntese da História do Amazonas*,²⁹ todavia não escapou da perspectiva tradicional e delegou à História da República umas poucas páginas e, embora visasse *reativar o interesse pelas Tradições Amazônicas, sem o intuito de esgotar a matéria e apenas relembrar os feitos de nossa gente*,³⁰ relatou algumas realizações dos primeiros governadores como os melhoramentos urbanos

²⁵Idem, p. 253.

²⁶Idem, p. 254.

²⁷BITTENCOURT, A. **Corografia...** Op., cit. p. 290.

²⁸Idem ibidem, O autor refere-se ao quadriênio de 1892-1896.

²⁹LOUREIRO, A. J. Souto. **Síntese da História...** Op., cit.

³⁰Idem, p. 8.

executados, a participação do Amazonas na Guerra de Canudos, o povoamento e navegação dos rios e a cotação da borracha no mercado mundial.

Em suma, destacou o apoio dado pela maioria dos governadores ao Marechal Deodoro quando da dissolução do Congresso e à decretação do estado de sítio. Acrescenta que com a renúncia de Deodoro, o Marechal Floriano Peixoto depôs a maioria dos governadores e entre eles, Thaumaturgo de Azevedo que com altivez se negou a deixar o governo apesar da provável intervenção federal. Quanto ao governo de Eduardo Ribeiro registrou que, de forma similar à capital, foi palco de *inúmeras sedições populares e militares*:

[...] a 30 de dezembro de 1892 [E. Ribeiro] descobriu um complô, que o deporaria no dia seguinte, todo tramado pela Polícia Militar e do qual faziam parte os Sargentos Manuel Guedes Monteiro, Cândido Serpa, Eurico Coutinho Canavarro e João Fernandes Pacote, com a participação do Cabo Francisco Guedes Martins, que foram aliciados pelo partido oposicionista e uma outra, posteriormente, a 26 de fevereiro de 1893, que redundou num tiroteio pela cidade, [...], o 36.º Batalhão bombardeou o Palácio. Houveram sangrentos combates. A revolta contratada no dia 26 teve o patrocínio do Partido Nacional, apoiado pelo General Bento José Fernandes.³¹

Seguindo as pegadas de Arthur Reis reproduziu a documentação contemporânea sobre ambas as deposições, em relação a deposição de Thaumaturgo de Azevedo, narrou:

determinou Floriano Peixoto que Taumaturgo passasse o cargo ao Capitão de Fragata José Inácio Borges Machado, no que não foi atendido. Taumaturgo respondeu-lhe altivamente, recusando a intervenção, dizendo-se apoiado pelo povo e pela oficialidade da Flotilha do Amazonas.³²

No final das contas, Loureiro como Bittencourt e Reis recriou o período como uma história de pequenos sucessos políticos, pondo um acento nos aspectos econômicos, principalmente quando destacou que, na última década do século XIX Manaus se alterou muito em decorrência dos lucros da exportação da borracha tornando-se *a mais progressista do país*.³³ A concepção evolutiva e linear de História

³¹ LOUREIRO, A. J. S. p. 228.

³² Idem, p. 226.

³³ Idem, p. 230.

desviou Loureiro das contradições políticas e sociais inerentes a todo processo de modificações.

O início da República em Manaus no texto de Mário Ypiranga Monteiro, *Negritude & modernidade- a trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro* publicado em 1990, tornou-se pano de fundo para o drama que viveria seu biografado. O escritor apresentou a chegada do regime republicano no Amazonas como uma situação ultrajante resultando em *dolorosa experiência* ao alimentar os conluíus de 1892 e 1893; e imediatamente advertiu o leitor: Eduardo Ribeiro não se assemelhava aos militares que o confrontaram, não era corrupto e nem ambicioso.

Para Monteiro, o governador Thaumaturgo de Azevedo trouxe boas ideias para o desenvolvimento de Manaus,³⁴ porém não se articulou com os representantes políticos, sem apoio, não tinha como enfrentar a oposição que pretendia sua deposição e apoiava Eduardo Ribeiro no Rio de Janeiro. Azevedo desconhecia quem era quem: *os camaleões, os traidores e conspiradores renitentes, os profissionais da intriga*;³⁵ sem vínculos e sem alianças com as elites políticas não se demoraria no poder, embora tenha resistido com garbo às ordens de Floriano Peixoto para que abandonasse o governo.³⁶

Em relação ao biografado constatou que se tornou senso comum associa-lo à urbanização e modernização de Manaus, todavia, essa ideia consolidada distorcia as medidas progressistas e avançadas dos administradores no período Imperial. Mesmo assim, não deixou de elencar a exposição de trinta obras realizadas naquele governo que também se voltou para a *Instrução e a Saúde*, vendeu terras a baixo custo e realizou doações às camadas pobres e criou a Colônia Santa Maria do Janauacá onde implantou engenhos de moer cana e produção de *açúcar mascavo e aguardente*.³⁷

³⁴MONTEIRO, M. Y. Op., cit. p. 27.

³⁵Idem ibidem.

³⁶MONTEIRO, Mario Ypiranga. Op.cit., p. 28.

³⁷Idem, p. 97. Monteiro citou o jornal A Federação que listou as obras do administrador citadas também pela revista italiana L' Amazzonia ambos de 1898: *Nivelamento e embelezamento de dois terrenos na cidade de Manaus, abertura e nivelamento dos bairros novos da Cachoeira Grande e Cachoeirinha, Pavimentação com paralelepípedo de granito das praças da República e da Constituição, Pavimentação a paralelepípedo das ruas da Instalação, Municipal e da Plataforma da Catedral, Pavimentação a pedra tosca de varias ruas adjacentes, Construção da avenida de Eduardo Ribeiro, Construção do jardim da praça da República, Construção do jardim e gradeamento da Catedral, Levantamento da planta cadastral da cidade, edifício do Diário Oficial e respectivo jornal, Edifício do Instituto Benjamin Constante para órfãos, Seis escolas públicas primarias em Manacapuru, Humaitá e Lábrea, Reorganização radical do ensino no Ginásio e Escola Normal, Ereção não terminada do Instituto dos Educandos, Reorganização da Biblioteca Pública, Criação de um hospício para alienados [denominado posteriormente Eduardo Ribeiro] sob a direção das irmãs Santa Ana, Ereção não concluída do Palácio do Governo, Novo Edifício do quartel do regimento Militar do Estado, Teatro Amazonas, Reservatório de*

Agnello Bittencourt e Antônio Loureiro escreveram poucas linhas sobre as conspirações e as tentativas de deposição de Azevedo e Ribeiro; ambos os autores incorporaram o discurso dos documentos oficiais que eram parciais e partidários dos referidos governadores.³⁸

As visões de Bittencourt, Loureiro, Monteiro e Reis buscaram por vários meios atenuar as rivalidades políticas entre os partidos e as disputas pelo poder, comprometidos com a concepção evolutiva de história acobertaram os descontentamentos e os interesses divergentes. Assim, reafirmaram o consenso da apatia dos agentes políticos e da inexistência dos confrontos e/ou transformaram os embates em meros contra-ataques verbais entre facções, apesar de entre uma frase e outra revelarem a violência ocorrida nas disputas partidárias.³⁹ Para esses autores, os partidos locais se impuseram mais como representação dos grupos oligárquicos que se debateram para manutenção do poder; e mesmo estes grupos associados aos poderes na capital da República não estiveram envolvidos no processo político efervescente comum a instalação do novo regime e suas ações foram esmaecidas nas respectivas narrativas.

É importante destacar que, esses autores não objetivaram empreender análises específicas sobre o sistema republicano no Amazonas e, muito menos, sobre os conflitos abordados neste trabalho, talvez por não lhes atribuírem importância e os considerarem inexpressivos.

1.2. Conflitos pelo controle do Estado

Floriano Peixoto infringiu as leis e a Constituição para consolidar a República tanto ou mais que o seu antecessor, pois já se pensava na possibilidade de um retorno da monarquia. O cenário nacional estava inflamado e a deposição de *governadores não se*

águas do Mocó,[...] Pontes de ferro da Cachoerinha e Cachoeira Grande, [...] Fonte monumental da praça 15 de novembro, Iluminação elétrica a arco voltaico, a primeira implantada no Brasil e outras.

³⁸LOUREIRO, A. J.S. **A Grande Crise** (1908-1916). Manaus: T. Loureiro & Cia, 1985. p. 125. Para BITTENCOURT, A. **Corografia do Estado do Amazonas**. Op., cit., p. 306. Pinheiro Machado estava contrariado com a oposição do estado do Amazonas a sua orientação partidária e urdiu “a sombra” o bombardeio de Manaus.

³⁹SANTOS, Eloia Monteiro dos. Op.cit., p. 38.

*fez sem lutas e sem sangue.*⁴⁰ Logo, a oposição deodorista articulou-se e manifestou-se contrária a política intervencionista nos Estados.

A crise política se ampliava, os opositores de Floriano Peixoto exigiam eleições para presidência, a dissidência paulista cresceu e o Partido Republicano Paulista planejou uma reação revolucionária e *Campos Sales* buscou *convencer o Contra-Almirante Wandenkolk aceitar o mandato de Floriano até o fim do período (1894)*,⁴¹ porém, não obteve sucesso.

As pressões surgiram de vários lados, os generais enviaram em 6 de abril de 1892 um Manifesto à Floriano Peixoto o texto contestava a situação caótica nos Estados causada pela deposição de governadores, resultando em mortes, *implantando o terror, a dúvida e o luto no seio das famílias*,⁴² também reclamava o fim daquela situação e sugeria a eleição para presidente da República; o que segundo os treze signatários do Manifesto poria um fim à desorganização social que, se encontrava o país e restabeleceria a tranquilidade. Floriano Peixoto decretou o estado de sítio⁴³ para impedir um possível retorno de Deodoro.

E nesse clima de intolerância política, no qual a menor discordância era punida severamente, o Presidente Floriano considerou a manifestação dos generais como um ato conspiratório e sedicioso, assinalando a possibilidade de uma conspiração monarquista,⁴⁴ decretou em 12 de abril de 1892:

[...] o desterro dos generais para o Forte de São Joaquim, situado no Rio Branco, Estado do Amazonas: Marechal reformado, José Clarindo de Queiroz, Ten. Cel. reformado Antonio Adolfo de Fontoura Mena Barreto, **Ten. Cel. reformado Gregório Thaumaturgo de Azevedo**, Antonio Joaquim Bandeira Júnior, José

⁴⁰BASBAUM, L. Op. cit., pp. 25-26.

⁴¹CARONE, E. **A República Velha II**- Evolução Política (1889-1930). 3ed. São Paulo: DIFEL, 1977. p. 74.

⁴²Sobre esse assunto ver CARONE, E. **A República Velha...** pp. 88-93 e JANOTTI, M. de L. Mônaco. **Os subversivos...** p. 55.

⁴³Ver DOCUMENTOS PARLAMENTARES. **Estado de Sítio**. Decretos do executivo e do Congresso (1892-1893). (Publicação feita por ordem da Mesa) I Volume. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1912. p. 2. O estado de sítio seria competência do Congresso e *Na sessão de 26 de maio o Sr. Cassiano do Nascimento requer urgência para apresentar um requerimento, pedindo ao Governo esclarecimentos sobre a decretação do estado de sítio*.

⁴⁴Sobre esse assunto ver Suely Robles Reis de QUEIROZ. **Os Radicais da República-jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897**. p. 22. A autora analisando com acuidade o movimento jacobino observa que *o temor de uma restauração esteve sempre presente nesses primeiros dias republicanos e foi grandemente dimensionado pelo jacobinismo*.

Elísio dos Reis, José Joaquim Ferreira Júnior, Bacharel Egas Moniz Barreto de Aragão e Menezes (Barão Moniz Aragão) e Inácio Alves Correia Carneiro; Marechal reformado José de Almeida Barreto, coronel reformado Alfredo Ernesto Jacques Ouriques, major reformado Antonio Raimundo Miranda de Carvalho, Dr. José Joaquim Seabra, José Carlos do Patrocínio, Plácido de Abreu, Manoel Lavrador, Dr. Artur Fernandes Campos da Paz e Conde de Leopoldina. Para **Tabatinga**, no mesmo Estado, o Almirante reformado Eduardo Wandenkolk, capitão reformado Felisberto Piá de Andrade, José Carlos de Carvalho, Coronel reformado Antonio Carlos da Silveira Piragibe, bacharel José Carlos Pardal de Medeiros Mallet, Alferes reformado Carlos Jansen Júnior, cirurgião dentista Sabino Inácio Nogueira da Gama.⁴⁵

O tratamento dispensado a esses militares degredados não foi dos melhores como exemplificaram os depoimentos dramáticos presentes nas fontes da época e na literatura posterior.⁴⁶ Rui Barbosa impetrou *habeas-corpus* negado por falta de autonomia do Supremo Tribunal Federal ameaçado pelo Marechal.

Da leitura dos poucos registros encontrados, destaca-se o senso comum para os homens letrados das demais regiões do Brasil e para grande parte de estrangeiros, a ideia de que o Amazonas tinha uma função: a de depósito para os perversos e indesejáveis sociais e políticos; a exemplo desse consenso, o jornal *Amazonas* (órgão do Partido Democrático)⁴⁷ em 1890 comemorava a adesão do Estado ao regime recém instalado e ressaltava que, no atual sistema político não haveria mais espaço para tal julgamento, exclusivo do antigo regime, e ironizava, isto é, dos *instruídos habitantes da Corte* que, além de verem a *linda e pitoresca Manáos* como uma aldeia indígena, lançaram sobre ela a difamação degradante de ser um lugar de *especuladores, de ladrões e perversos*

⁴⁵CARONE, E. **A República Velha II...** Op.cit., pp. 94-95.

⁴⁶As fontes da época trazem relatos muito interessantes, ver o Jornal **Estado do Amazonas**, Manaus 26/08/1892. Edição Especial. Quanto à literatura posterior sobre a deportação dos militares da capital da República decretada por Floriano Peixoto, ver CARVALHO, José Carlos de. **O livro de minha vida na guerra, na paz e nas revoluções (1847-1910)**. v. I. p. 181-216. LOPES, Murilo Ribeiro. **Rui Barbosa e a Marinha**. p. 13-102. Edgard CARONE. **A República Velha II (Evolução Política)**. p. 51-80. O Amazonas também serviu de depósito humano em anos posteriores quando os destituídos do poder atuantes na Revolta da Chibata em 1910 foram enviados para a região no navio Satélite. Três textos fazem análises valiosas sobre essa nova “carga” Marcos Antônio da SILVA. **Caricata República: Zé povo e o Brasil**. p. 41-47 e Francisco Foot HARDMAN. **Trem Fantasma: a modernidade na Selva**. p. 184 -185 e José Miguel ARIAS NETO. **Em busca da cidadania: Praças da Armada Nacional 1867-1910**. Tese de doutoramento. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

⁴⁷O jornal do *Amazonas* foi defensor do regime republicano como um sistema político democrático assim como a maioria dos entusiastas do regime e foi porta-voz do Partido Democrático, primeiro partido republicano fundado em Manaus em julho de 1890.

foragidos do resto da terra, aprisionando-a em epítetos desqualificadores, todavia, seriam superados com o advento da República.

Não obstante, nos primeiros anos republicanos emergiu com mais força esse imaginário⁴⁸ desvelando que, os preconceitos cristalizados por séculos seguramente não foram apagadas apenas por uma mudança de sistema político, sem demora todos aqueles que de uma forma ou de outra divergiram dos donos do poder, foram punidos com a deportação para o Amazonas, indicando como eram obscuras as linhas do percurso oposto àquele traçado pelo articulista. Do Manifesto dos treze generais contra Floriano Peixoto, assinala Maria de Lourdes Mônaco Janotti:

configurava novo período de instabilidade e de perseguições políticas. E a deposição de governadores, as arbitrariedades das juntas governativas, a interferência de militares na política dos estados contribuía para provocar ainda mais a radicalização dos clubes jacobinos, propiciando a formação de um verdadeiro partido florianista. A 10 de abril de 1892 o governo anunciava ter sufocado uma rebelião deodorista, e reagia prendendo deputados, jornalistas e militares, para logo a seguir deportá-los[...] Logo aventou-se a hipótese de que os deodoristas estavam mancomunados com os monarquistas.⁴⁹

O depoimento do marechal reformado José de Almeida Barreto ao ser anistiado, em agosto de 1892, consta da homenagem que lhe prestou o jornal *Estado do Amazonas* publicando uma breve biografia e o desabafo: *este governo fez com que esta Republica, à qual dediquei a última jornada da minha vida, pague-me todo o patriotismo e dedicação de um longo passado, mandando-me morrer em Cucuhy?* Posteriormente, em discurso pronunciado no Senado Federal em outubro do mesmo ano sobre o 15 de Novembro, dizia ter colocado de lado *honras, considerações e grandezas* que, poderiam enobrecê-lo para atender somente aos interesses da sua classe e recebeu em troca o desterro para um *lugar onde abundam feras, onde os pântanos tm a propriedade de transformar a cor de rosa em amarela.*⁵⁰

⁴⁸Empregamos a noção de imaginário como um conjunto de ideias e imagens presentes em dada realidade que, se movem no tempo e no espaço como algo convincente e coerente, mas não arbitrário, que apela para as expectativas emocionais e intelectuais do homem ou do grupo social. Berthold ZILLY. **A Guerra de Canudos e o Imaginário da sociedade sertaneja em Os Sertões, de Euclides da Cunha:** Da crônica à Ficção. In Literatura e História na América Latina: Seminário Internacional. pp. 37-47.

⁴⁹Janotti, M. de L. M. Op. cit., p. 55.

⁵⁰**Annais do Senado Federal**, s.l. p. 1892.

Nos lugares de desterro havia ainda as doenças endêmicas sem tratamento conhecido, insetos em grande quantidade, um clima insalubre, uma geografia indefinida recortada por rios, uma floresta intrincada que mais lembrava o *deserto* devido ao isolamento. Além disso, a natureza, observada por estrangeiros, tornava-se uniforme, esquiva e esmagadora; enviar alguém àquele recanto do país, considerado como o limiar da inabitável zona tórrida,⁵¹ era encaminhá-lo ao esquecimento social, cultural e político. Manobra política de um Estado autoritário construindo-se nos primórdios da República.

O relato de Manoel Ferraz de Campos Salles ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça sobre os anos iniciais do regime republicano; destacou a tranquilidade, a harmonia e a ordem reinantes em todo o Brasil, assim atestava: *a revolução de 15 de Novembro não alterou em parte alguma do Brasil a tranquilidade pública, e pode afirmar-se que o país ainda não atravessou quadra mais pacífica do que ano decorrido após a queda da monarquia.*⁵² Apesar de não mencionar as turbulências políticas ocorridas nos Estados brasileiros; fazia parte deste relatório os decretos sobre *banimento, e [os] decretos de 23 daquele mês e 29 de março de 1890, sobre a coerção dos abusos, por meio da imprensa ou qualquer outro, tendentes a perturbar a paz interna.* Ecos da inconfessável intolerância política que marcaria o regime republicano.

O jornal *Diário de Manaus* órgão do nascente Partido Nacional é outro exemplo do discurso dissimulado e conciliador ao referir-se às manifestações que ocorreram no Amazonas com a instalação da República, o redator transcreveu a mensagem presidencial do Marechal Deodoro tecendo uma leitura assaz parcial:

A República está felizmente em paz em todas as Nações do Mundo, e tudo concorre para que sejam cordiais as relações que com elas mantém. A ordem e a tranquilidade da República, firmadas no bom senso da população, se mantém e se fortalece cada vez mais. No Amazonas e no Pará surgiram lamentáveis tentativas de perturbação, que foram prontamente sufocadas pela cooperação da força pública e espontâneo concurso dos cidadãos, os quais sabem que somente sob o domínio da paz pode o povo gozar das garantias constitucionais que o Governo busca assegurar [...].⁵³

⁵¹GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

⁵²Relatório apresentado ao Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general dr. Manoel Ferraz de Campos Salles. Ministro e Secretario dos Negócios da Justiça em janeiro de 1891. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

⁵³Ver Mensagem Dirigida ao Congresso Nacional pelo generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca Chefe do Governo Provisório da República dos Estados do Brasil em 15 de junho de 1891. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. pp. 4-5. E **Diário de Manaus** 15/07/1891. Conforme Francisco Jorge dos

O redator combateu firmemente a fala presidencial propondo-se a fazer alguns reparos à Mensagem do Presidente, negou a existência de qualquer conflito em torno da mudança de regime e constatou que *desde a proclamação da República ainda não se deu um fato que haja de leve alterado a paz publica, na qual profundamente dormimos, nem provocado, mercê de Deus, o derramamento de uma gota de sangue; [...]*.⁵⁴ A mensagem de Deodoro rendeu vários artigos ao jornal que buscou refutá-la e desviou-se do assunto; acusou o Marechal de autoritário e de incoerente com o regime proclamado e afirmou que se houve algum distúrbio em Manaus foi gerado pelo povo em protesto contra a destituição do governador Eduardo Gonçalves Ribeiro,⁵⁵ em abril de 1891 decretada por aquele Presidente.

Em 1889, o Estado do Amazonas ainda não tinha uma linha telegráfica que o colocasse em comunicação imediata com as demais regiões do Brasil e o seu único meio de comunicação: os vapores que desciam e subiam o rio Amazonas e seus afluentes. Foi um paquete (navio a vapor para transporte de passageiros) que trouxe a Manaus em 21 de Novembro, a notícia da queda da Monarquia.⁵⁶ A capital sofria há alguns anos as mudanças ocasionadas pelo crescimento populacional com a chegada de migrantes, a população recenseada era em 1870 de 29.334 habitantes; em 1890, 38.720h e em 1900, 50.300h com o crescimento médio anual de 0,26%. Enquanto o total do Estado em 1873 era de 53.012h, em 1890, 147.915h e em 1900, 249.756h.⁵⁷ ressalta-se que o censo ocorria no Estado desde 1840, mas com resultados deficientes devido à vastidão

SANTOS. **Catalogo de Jornais: cem anos de imprensa no Amazonas (1851-1950)**. p. 78-79. O **Diário de Manáos** começou a circular em Manaus em setembro de 1890 e encerrou a sua publicação em 1894 editando aproximadamente 900 números dos quais encontramos somente 54 entre os anos de 1891 e 1893.

⁵⁴ **Diário de Manaus**, Manaus, s.d.p., 1891.

⁵⁵ Eduardo Gonçalves Ribeiro nasceu em São Luís do Maranhão, em 1862, estudou em sua terra natal até 1879, seguiu para o Rio de Janeiro para estudar na Escola Militar onde se formou e tornou-se alferes. Em 1881 foi promovido a 2º. Tenente e classificado no 3º. Batalhão de artilharia a pé sediado em Manaus; todavia, a caminho de Manaus, deteve-se em Belém no 4º. Batalhão até 1887 quando foi “mandado recolher ao seu Batalhão (em Manaus), por medida disciplinar, pois seguia as ideias republicanas do seu mestre Benjamin Constant, como faziam muitos rapazes de sua época”. BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p.195.

⁵⁶ Conforme REIS, A. **História do Amazonas**. p. 244 e LOUREIRO, A. **Síntese da História do Amazonas**. p. 224.

⁵⁷ Sobre esses dados ver **Anuário Estatístico do Brasil**. Situação Demográfica. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936. Ano II. p. 46 e BITTENCOURT, Agnello. **Corografia do Estado do Amazonas**. Op.cit., pp.151-162.

territorial, à população dispersa vivendo entre *rios, lagos, canais* e onde dependendo do período de enchente ou vazante dos rios não era possível chegar.

Os projetos de urbanização e as obras em andamento cresciam vertiginosamente na última década do Império, os anos de 1880 a 1889 tornaram-se os mais frutíferos em serviços e obras públicas decorrentes da arrecadação da produção da borracha e quando a República se instalou a cidade tinha uma enfermaria militar, Quartel militar em construção, prédios da Tesouraria da Fazenda, Alfândega, Mercado Municipal em construção, um Hospital da caridade, os serviços de iluminação elétrica e água se expandiam, a igreja de São Sebastião e Paço da Câmara estavam em construção e inúmeras obras em projeção, alicerçadas e/ou em construção, aterrava-se os igarapés (riachos), calçava-se as ruas e pontes eram construídas com o crescimento urbano e a modernização da cidade;⁵⁸ associados ao mercado de trabalho urbano em expansão pelas exigências do fluxo e refluxo da economia do látex que, impulsionava a cidade rumo à modernidade.⁵⁹

O seu ainda modesto porto não abrigava somente carga e descarga de toneladas de borracha e de produtos importados (nacionais e internacionais), havia também embarque e desembarque contínuo de brasileiros e de estrangeiros em busca de trabalho ou em busca das promessas de enriquecimento fácil baseadas no crescimento comercial a partir da abertura dos rios as nações amigas; o comércio não se deteve aos regatões (comércio fluvial), se prolongou aos navios e aos barcos de menor porte e a vapor oriundos de países limítrofes e com mercadorias importadas.⁶⁰

Em junho de 1889 foi criado o Clube Republicano em Manaus, reuniu professores, comerciários, comerciantes, jornalistas, estudantes e políticos descontentes com a política centralizadora do Império, constituído por Domingos Theóphilo de Carvalho Leal (presidente), Gentil Rodrigues de Souza (vice-presidente), Bernardo de

⁵⁸LOUREIRO, A. J. S. **O Amazonas na época Imperial**. 2ed. Manaus: Editora Valer, 2007. pp. 199-217.

⁵⁹Segundo DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto** – Manaus 1890-1920. Op.cit., p. 30. Manaus sofreu somente *a partir de 1890 seu primeiro grande surto de urbanização* baseado na economia extrativista e nas exigências das classes abastadas.

⁶⁰O Decreto Imperial nº. 3.749 de 7 de Dezembro de 1866 abriu o rio Amazonas a navegação das nações estrangeiras, sobre esse assunto ver BITTENCOURT, A. **Corografia do estado do Amazonas**. Op. Cit., p. 187. LOUREIRO, A. J.S. **História da Navegação no Amazonas**. Manaus: gráfica Lorena Ltda, 2007. pp. 49-51. LOUREIRO, A. J. S. **O Amazonas na época Imperial**. Op.cit., p.180. LUZ, Nícia Vilela, **A Amazônia para os negros americanos (as origens de uma controvérsia internacional)**. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1968 e REIS, A. C. F. **História do Amazonas**. Op. cit., p. 224. Ressalta-se que o governo dos Estados Unidos por meios diplomáticos e ameaças contribuiu para a abertura do Rio a navegação internacional.

Azevedo da Silva Ramos (primeiro-secretário), Olympio Motta (segundo-secretário), Aureliano Fernandes (tesoureiro), João Francisco Soares Filho (orador) e outros. Pretendiam lançar um Manifesto com a visita de Silva Jardim ao Amazonas, este propagandista republicano não chegou a Manaus, mas o Manifesto foi lançado mesmo assim com as propostas pelas quais lutariam buscando pôr um fim aos problemas políticos e sociais enfrentados pela Província.⁶¹

O advento da República apenas ampliou as divergências políticas iniciadas nos anos finais do Império entre liberais e conservadores, distantes dos olhos do Imperador as autoridades locais conduziram os negócios públicos de modo a conservarem seus privilégios e a posição social; no final do Império os combates intensificaram-se entre os opositores políticos em Manaus.

A política nacional tomava outros rumos e os entrechoques armados e as tensões sociais se disseminaram por todo o país. A notícia da queda da Monarquia chegou a 21 de Novembro de 1889 na capital do Amazonas, os conservadores aderiram ao entusiasmo republicano, enquanto os liberais não se posicionaram até a comprovação do evento,⁶² desvelando uma imagem diferente daquela criada pelos articulados discursos oficiais sobre a calmaria política com que se cobriu o novo regime.⁶³

Com a nomeação pelos civis e militares da Junta Governativa em Manaus composta pelo capitão de fragata Manoel Lopes da Cruz, comandante da flotilha, coronel do exército Antônio Florêncio Pereira Lago, comandante das armas e o civil Domingos Theófilo de Carvalho Leal, presidente do Partido Republicano Democrático, começaram os desacordos. Carvalho Leal rapidamente rompeu com os outros membros da Junta, acusando-os de *inimigos* da República; recusou-se a assinar o orçamento proposto para o ano de 1890, apresentou exposição individual de motivos ao governador sucessor da Junta e esclareceu as razões do rompimento. Essa atitude esquentou os ânimos e, não satisfeitos, os republicanos realizaram naquele momento uma passeata estimulada pelo

⁶¹REIS, A. C. F. **História do Amazonas...** Op. cit., pp. 242-243.

⁶²REIS, A. C. F. Idem, p. 245.

⁶³O governo provisório outorgou a Constituição e convocou eleições em todos os Estados da federação em setembro de 1890, nas quais foram eleitos no Amazonas para o Congresso nacional os senadores: Manoel Francisco Machado (Barão do Solimões e último presidente de província), Joaquim Leovegildo de Souza Coelho (engenheiro militar e ex-deputado da Província), e Joaquim José Paes da Silva Sarmento (coronel e ex-vice-presidente da Província); Deputados: Manoel Uchôa Rodrigues (engenheiro militar) e Manoel Ignácio Belfort Vieira, todos membros do nascente partido Democrático.

clube Republicano apoiando a decisão de Carvalho Leal, todavia, foi considerada pelos outros componentes da Junta como um acinte.⁶⁴

Durante a passeata, o chefe da polícia José Antônio de Araújo Vasconcelos foi vaiado e *apedrejado*, por conta disso a guarnição ficou de prontidão, a força policial se deslocou para onde se realizou a manifestação e *um destacamento da canhoneira* desembarcou e se colocou no largo do Palácio.⁶⁵ Esse episódio expressou o caráter belicoso das dissensões entre os grupos políticos locais na disputa pela administração do Estado e prosseguiram com os impasses sobre a escolha do governador do Estado; as discussões estavam em andamento quando o governo Provisório se adiantou e nomeou o tenente de engenheiros Augusto Ximeno Villeroy para assumir o Estado.

Villeroy desembarcou em Manaus em janeiro de 1890 e iniciou sua gestão com a espada na mão: encerrou as atividades da Assembleia provincial e das câmaras municipais, nomeou Bernardo de Azevedo da Silva Ramos a Intendente Municipal, excluiu o ensino religioso das escolas, desmontou o corpo policial da Província e *criou um Batalhão de polícia*. Contudo, permaneceu no Amazonas aproximadamente dez meses e com o acirrado combate da oposição alegou motivo de doença na família e entregou o governo para o tenente de engenheiros Eduardo Gonçalves Ribeiro seu oficial de gabinete, pois, o vice-governador não se encontrava na cidade. E em janeiro de 1891 solicitou exoneração em consequência da pressão dos opositores.⁶⁶

Em seis meses de governo Eduardo Ribeiro atuou com aparente honestidade, decretou feriados, outorgou uma Constituição⁶⁷ provisória estadual causando desafetos, *aumentou as rendas dos municípios com a autorização para que passassem a cobrar o imposto predial, fixou em 2:368:709\$000 a receita e despesa*,⁶⁸ diminuiu a dívida pública crescente desde o Império, buscou impedir o contrabando, concluiu obras e iniciou outras e reformou o espaço urbano de Manaus. Em 12 abril de 1891 recebeu dois comunicados do Governo Provisório: o primeiro anunciava sua demissão com ordens de seguir para Escola Superior de Guerra no Rio de Janeiro, considerada pelo

⁶⁴REIS, A. C. F. Op., cit., p. 246.

⁶⁵Idem, Ibidem.

⁶⁶REIS, A. C. F. Idem, pp. 247-248.

⁶⁷Conforme **Constituições 1891 a 1989**. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2002. Em 13 de março de 1891 por meio do decreto 86 outorgou a primeira Constituição estadual, o decreto: *convocava para o dia 21 de junho de 1891 o primeiro Congresso do Amazonas, procedendo-se à sua eleição em todo o Estado no dia 1.º de maio...O Congresso recebia poderes especiais para julgar a Constituição e eleger o governador e o vice-governador do primeiro período administrativo.*

⁶⁸Idem, p. 248.

Diário de Manaus uma traição do próprio partido que, anteriormente o apoiou⁶⁹ e o segundo, para que fosse passada a administração ao seu substituto legal Guilherme José Moreira, enquanto o militar indicado para aquele cargo o coronel Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, não chegasse à Manaus.

O partido Nacional, por meio de seu veículo de comunicação o *Diário de Manaus* convocou a população⁷⁰ para impedir a exoneração de Eduardo Ribeiro, mas não obteve sucesso, visto que, chegou a Manaus o capitão de fragata José Ignacio Borges Machado, portando instruções do Presidente da República intimando Ribeiro a passar o cargo para o vice-governador Guilherme Moreira, logo substituído por Antônio Gomes Pimentel enviado da capital da República e permaneceu no governo até Thaumaturgo de Azevedo ser empossado em setembro de 1891.

Essa notícia gerou alvoroço entre os nascentes partidos políticos. No partido Nacional porque seus líderes não desejavam que o vice-governador e líder do partido Democrático, coronel comandante superior da Guarda Nacional Guilherme José Moreira (barão do Juruá), assumisse as rédeas do Estado, enquanto o novo nomeado não chegasse à cidade; e no partido Democrático porque defendia o referido Barão que alegava a constitucionalidade de seus direitos para ocupar as funções de administrador e, certamente, buscava fortalecer o partido que dirigia.

Anos mais tarde, o próprio Eduardo Gonçalves Ribeiro publicou um panfleto denunciando que a sua exoneração foi promovida pelo senador Joaquim José Paes da Silva Sarmento, mancomunado com o coronel Gregorio Thaumaturgo de Azevedo, alegando haverem tramado contra ele por não ter compactuado com as barganhas escusas que eles lhe propuseram como, por exemplo, o aumento da taxa de juros do imposto predial.⁷¹

O partido Nacional, antigo partido Conservador, foi organizado por Ferreira Pena após rompimento com o partido Democrático, Jonathas de Freitas Pedrosa e Agesilau Pereira da Silva.⁷² O partido Democrático foi fundado pelos irmãos Guilherme e Emílio Moreira, Deodato Gomes da Fonseca, Manoel Francisco Machado, Silvério

⁶⁹Ver **Diário de Manaus** 13/09/1892 e MONTEIRO, M. **Negritude e Modernidade...** Op. cit., p. 26.

⁷⁰Ver RIBEIRO, E. **Considerações em defesa do ex-governador do Amazonas Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro a 10 de junho de 1892**. De acordo com a transcrição feita pelo autor, essa ata foi assinada por aproximadamente 363 pessoas, dentre elas, médicos, engenheiros, comerciantes, proprietários, militares do exército, bacharéis, advogados, professores e outros.

⁷¹Idem, sem número de página.

⁷²REIS, A.C. F. Op. cit., p. 249.

Nery, Francisco Publio Ribeiro Bittencourt, Carvalho Leal e Eduardo Gonçalves Ribeiro.⁷³

Ambos partidos compunham-se de políticos de expressão regional e portavam entre seus membros alguns dos envolvidos direto ou indiretamente nos conflitos de 1892, 1893, 1897, 1910 e 1912 e 1917; naquele momento mantiveram-se ora ao lado de Coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo, ora de Eduardo Gonçalves Ribeiro,⁷⁴ ambos depostos. Tratava-se de homens com prestígio político no Império como Guilherme Moreira (barão de Juruá), Silvério Nery vereador na Monarquia, funcionários públicos e comerciantes como Bernardo Ramos, advogados e ex-presidente de província como Agesilau da Silva, médicos como Antonio José Moreira, comerciantes e jornalistas; que, lutavam para não perder os privilégios de outrora, quase todos exerceram funções burocráticas no antigo regime e outros tinham um pé fincado no comércio de exportação do látex, alguns chegaram mesmo a desfrutar de títulos nobiliárquicos.

De qualquer forma, a mudança de sistema político trouxe mudanças e tensões para Amazonas e para melhor entendimento desse momento façamos um breve recuo para 2 de abril de 1891 quando Gregorio Thaumaturgo de Azevedo foi nomeado Presidente do Amazonas por Deodoro causando rebuliço entre os dois maiores Partidos estaduais, o Democrático e o Nacional que, por motivos distintos, mas não distantes, saíram às ruas em protesto; o primeiro era contrário à nomeação de Azevedo porque já apoiava Eduardo Ribeiro e o último era favorável ao nomeado Azevedo e ferrenho opositor de Ribeiro.

A manifestação pública declarou T. Azevedo, levou o Governo Central a lhe enviar um comunicado dispensando-o do cargo como tentativa de conciliação dos partidos políticos; todavia, em julho após as eleições processadas em Manaus para Presidente e Vice-Presidente do Estado, tomou conhecimento de haver sido eleito e embarcou para o Amazonas para assumir a função em 1.º de setembro; quando chegou à Manaus se deparou com o aparelho administrativo montado e organizado à sua revelia pelo vice-governador e chefe do partido Democrático Guilherme Moreira.

⁷³De acordo com MONTEIRO, M. Op. cit., p.26. O partido democrático era chefiado por Carvalho Leal um republicano convicto, mas pululava de “monarquistas” também “convictos”.

⁷⁴Conforme REIS, Arthur. **História do Amazonas**. Op. cit., p.250. Eduardo Ribeiro recebeu ordens para regressar à capital do país para assumir cargo de professor da Escola superior de Guerra.

Azevedo não deixou por menos e em na primeira mensagem lida perante o Legislativo⁷⁵ condenou o contrato de esgotos, realizado na administração interina, solicitou a rescisão de contrato justificada nos altos custos para o Tesouro e a autorização para contrair um empréstimo no valor de 14 mil contos de reis para realização de algumas reformas na cidade. Rapidamente, os congressistas em sua maioria democratas, fizeram-lhe acérrima oposição e acusaram Azevedo de desviar dos cofres públicos 24 mil contos de reis do contrato de Imposto predial.⁷⁶ O partido Nacional passou a apoiá-lo.

Para agravar mais as tensões o legislativo cerceou-lhe a administração não lhe concedendo a autorização para rescindir o contrato e muito menos para fazer o empréstimo solicitado, desencadeando com essa negativa um período de desavenças, ataques e contra-ataques através dos jornais, *Diário de Manaus* e *Amazonas* como reflexo das disputas partidárias que, em poucos meses conduziram a deposição do governante.

As atividades no Congresso amazonense encerravam-se quando parte dos congressistas propuseram-lhe um acordo. Porém, a dissolução do Congresso Nacional a 3 de novembro por Deodoro foi apoiada por Azevedo e revelou que estava dissolvido o acordo entre ele e as elites políticas locais que, sem perda de tempo conspiraram para depô-lo buscando apoio no Presidente Floriano Peixoto.

Assim, quando ocorreram as eleições a 27 de junho de 1891 em Manaus para a escolha do governador e vice-governador, as crises internas entre os dois partidos já haviam começado, pois os eleitos para esses cargos o coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo e o coronel Guilherme José Moreira do Partido Democrata, foram indicados pelo Governo provisório. O nome de Eduardo Gonçalves Ribeiro figurava entre os candidatos, mas recebeu supostamente cinco votos. A eleição na verdade obedeceu, assinala Arthur Reis às *sugestões trazidas do Rio de Janeiro pelo coronel Pimentel, para aqueles cargos*,⁷⁷ colocando de escanteio a candidatura de Ribeiro diante da decisão do governo federal. A situação de animosidade política estava criada no Estado e percorria toda a Primeira República.

⁷⁵AZEVEDO, Gregorio Thaumaturgo de. **Mensagem do exmo. sr. Dr., Presidente do estado, lida perante o Congresso Amazonense na sessão de 15 de setembro de 1891**. Manaus: Typ. do “Comércio do Amazonas”, 1891. p. 6.

⁷⁶REIS, A.C.F. Op. cit., p. 252.

⁷⁷REIS, A. C. F. Op. cit., p. 250.

Em julho daquele ano, o jornal *Diário de Manaus* criticava em editorial o novo sistema político, referindo-se ao descontentamento do povo diante da vigente situação política e econômica do país. Acentuava que a queda da monarquia se deu pela evidente *impopularidade* do Monarca e a administração política atual não se distanciou do modelo de centralização da anterior, visto que o governo federal intervia de modo inconstitucional nos negócios dos Estados eximindo-os compulsoriamente de sua autonomia.⁷⁸

As deposições de governadores e os enfrentamentos políticos partidários no Amazonas estavam inseridos no contexto político conturbado que, envolvia o Brasil. Deodoro decreta a dissolução do Congresso em 3 de novembro de 1891 e somente o governador paraense Lauro Sodré e o Congresso Nacional se opõem publicamente,⁷⁹ Júlio de Castilhos também se antecipa as deposições e entrega o governo em 12 de novembro no Rio Grande do Sul; a Marinha se articulou com o Exército e em 23 daquele mês iniciou na Baía de Guanabara a revolta da Armada objetivando a moralização do país, resguardar a Constituição e os direitos constitucionais infringidos por Deodoro.

Por sua vez, Floriano Peixoto permaneceu cauteloso e aguardando os acontecimentos com a renúncia de Manoel Deodoro da Fonseca assumiu o governo, anulou os decretos que dissolveu o Congresso e estado de sítio na capital e em Niterói; constituiu outro Ministério e incitou a destituição dos governadores que apoiaram Deodoro. A oposição parlamentar inflamava-se questionando a constitucionalidade do governo, deputados e senadores invadiram e fecharam o Senado; e passaram a cobrar as eleições presidenciais. Porém, em maio de 1892 o Congresso referendou as deposições estaduais; Floriano enfrentou a Revolução Federalista no rio Grande do Sul e apoiado por Custódio de Melo permaneceu na presidência até 15 de novembro de 1894.

Em dezembro de 1892 o partido Democrata em Manaus publicou um Manifesto declarando que seus membros se viram compelidos a fazer franca oposição ao deodorista Thaumaturgo de Azevedo motivados pela divergência de uma prática política despótica e inconstitucional e finalizavam em tom de ameaça: *e por esse motivo a sua*

⁷⁸*Diário de Manaus*, s.d.p. 1891.

⁷⁹CARONE, Edgard. **A República Velha II** – Evolução Política (1889-1930). 3ª. Ed. São Paulo: Difel, 1977. p. 64.

*demora aqui será de poucos dias, isso lhes asseguramos.*⁸⁰ A declaração era contundente e demonstrava bem o nível a que haviam chegado os desentendimentos entre os democratas apoiados por Floriano Peixoto e aquele governo.

Dias antes do entrave criado na Assembleia Legislativa com a leitura da mensagem T. Azevedo contrariado por seu vice-governador Guilherme Moreira que em dois meses fortaleceu a bancada dos democratas no Poder legislativo minando as possibilidades de acordos. O *Diário de Manaus* iniciou a publicação de uma série de artigos intitulados *A Bem da História* criticando os democratas e sugerindo que, E. Ribeiro compactuou com seus *correligionários a eleição de um congresso unânime* e em troca permaneceria a frente do Estado por mais quatro anos. Para o periodista, essa comunhão de interesses foi alterada pelas ocorrências do dia 12 de abril de 1891, quando Ribeiro foi exonerado e o pacto foi desmanchado porque ocultava as verdadeiras intenções dos democratas:

A todos, amigos e adversários do governador demitido revelou-se o plano a que haviam obedecido os chefes do partido democrata. Queriam que ele elege-se o congresso, mas não queriam que o congresso elege-se a ele: outro deverá ter sido o escolhido nas reuniões secretas para o governo futuro do estado; de 12 de abril a 1.º de maio decorriam poucos dias, tempo insuficiente para revogá-las a quem que por ventura o substituísse. [...] A demissão do sr. dr. Eduardo Ribeiro assumia por esta forma no espírito público as proporções de uma traição política [...].

O jornal transcreveu nesta data um boletim assinado pelo diretório do partido Democrático declarando não ter participado da deposição de E. Ribeiro e alegando que não havia provas de traição ou *assentimento* do partido nesta decisão do Governo Central. Contudo, o autor do artigo arrematava dizendo que o público acreditava: *se a nomeação do ilustre sr. dr. Thaumaturgo não foi obra dos ilustres chefes democratas, a demissão do sr. dr. Ribeiro foi, nem podia deixar de ter sido, exigida por eles.*

Desde então, o *Diário de Manaus* passou a polemizar com o jornal *Amazonas*, órgão do partido Democrata, pela suposta traição do partido a Ribeiro. No entanto, o próprio Ribeiro anos depois escreveria que o senador Joaquim Sarmiento em conluio com Thaumaturgo de Azevedo, promoveu sua *exoneração*.⁸¹ Diz o *Diário*:

⁸⁰ Apud RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Considerações em defesa...** Op. cit., s.n.p.

⁸¹ RIBEIRO, E. G. **Considerações publicadas em defesa...** Op. cit., s. n.p. Publicada em 1897.

Conhecido o decreto de exoneração por telegrama aqui chegado na manhã de 12 de abril, foi nesse mesmo dia s. exc. aclamado governador do Amazonas, n' **um impulso de patriotismo**, em que tomou parte e pelo seu órgão na imprensa até inculcou-se como promotor o mesmo partido nacionalista que dias antes havia lhe aberto a mais franca oposição. Este movimento da aclamação do dr. Eduardo Ribeiro, foi **muito significativo do justo apreço e estima em que é tido no meio amazonense**, e ainda da correção do seu procedimento como administrador...O governo federal não se conformando com o ato popular que aclamou, governador, manteve a exoneração do dr. Eduardo Ribeiro.⁸²

A exposição do *Diário de Manaus* defendia o partido Nacional e contra-atacava o partido Democrata asseverava que, a aclamação de 12 de abril não foi *um manejo político da oposição*, mas um ato espontâneo do povo; apesar de não se entender qual camada da população o redator considerava povo porque entre os assinantes estavam engenheiros, médicos, advogados, representantes políticos e outros; e ironicamente indagava em qual momento os democratas foram sinceros quando apoiaram Ribeiro ou Thaumaturgo?

Como é, pois que três meses depois, mal toma posse do governo o ilustre sr. dr. Thaumaturgo, o **Amazonas** tira a esse ato todo e qualquer merecimento, chama-o repetidas vezes uma **farsa ridícula**, e o denuncia a s. exc. como autores dela os chefes do Partido Nacional? Quando a palavra do contemporâneo exprimia a verdade? Ontem, exaltando o movimento popular para lisongear o sr. dr. Eduardo Ribeiro, que fora alvo dele, ou hoje, abatendo-o e amesquinhando-o, para lisongear o exm. dr. Thaumaturgo, que supõe agravado pelo dito movimento?⁸³

Desse modo, o periódico procurava denunciar e combater a suposta insinceridade e as contradições nos argumentos do órgão democrata que vinha denunciando uma maquinação da oposição e a promoção dos distúrbios de abril, para impedir a posse de Thaumaturgo de Azevedo. No entanto, antes de sua chegada o mesmo jornal *Amazonas* órgão do partido Democrático, salientava o denunciante com o intuito de desmascará-lo, anunciava que, a oposição à gestão de Thaumaturgo não era

⁸²*Diário de Manaus*, 1891. s.d.p. . Grifos do jornal.

⁸³Idem, grifos do jornal.

em relação à pessoa, mas a intervenção do governo Federal que com a organização da federação não poderia nomear governadores, deveriam ser eleitos democraticamente.⁸⁴

O que não veio à tona nesse momento de acusações entre opositores era a intenção do vice-governador Guilherme Moreira⁸⁵ (barão do Juruá) em permanecer no governo, apoiado pelo partido Democrático que dirigia e escudando-se na deposição de E. Ribeiro articulou a Ata de aclamação obrigando T. Azevedo a se deter em Recife.⁸⁶ O governo federal se adiantou, dispensou Azevedo, deixou G. Moreira no governo e estrategicamente indicou o nome de Azevedo para as eleições que ocorreriam em julho com a posse em 1.º de setembro em Manaus.

Em suma, o *Diário de Manaus* buscou destacar as intenções do partido Democrata por meio do jornal *Amazonas* que, maquinava mesquinamente o afastamento do partido Nacional de qualquer contato com o atual administrador e inculcava neste que, a aclamação de 12 de abril não teve por outro objetivo, senão impedir que s. exc. governasse esta terra, não sendo senão o resultado da má vontade que lhe votavam e ainda hoje lhe votam os chefes do partido nacional.⁸⁷ Ressaltou que, o *Amazonas* podia servir-se desses meios os quais para o *Diário* era indiferente distante que estava das lutas partidárias pretendia com esses artigos concorrer em defesa da verdade, seu objetivo primeiro.

A leitura dos textos publicados por ambos periódicos sugeriu que, associar-se com quem estava no governo era importante para as facções independente do partido a qual pertencessem. O partido Nacional que propagava pelo *Diário de Manaus* sua neutralidade planejou impedir a posse do governo interino de Guilherme Moreira, mas recuou do combate.

⁸⁴**Diário de Manaus**, s.d.p. 1891.

⁸⁵Foi capital e coronel da Guarda Nacional, titulado Barão do Juruá, vice-presidente de Província no Amazonas assumindo duas vezes a direção em 1878 quando foi presidente Agésilao Pereira da Silva durante o 27.º Gabinete Liberal do primeiro-ministro Cansação de Sinimbu (Visconde de Sinimbu) e em 1884 na presidência de José Lustosa da Cunha Paranaguá (filho do Marquês de Paranaguá) durante o 31.º Gabinete Liberal do primeiro-ministro Lafayette Rodrigues Pereira. Ver BITTENCOURT, A. **Corografia do Estado do Amazonas**. Op.cit., pp. 283-287. LOUREIRO, A. J. S. **O Amazonas na época do Imperial**. Op. Cit. pp. 33-36 e **ORGANIZAÇÕES E PROGRAMAS MINISTERIAIS**. Regime Parlamentar no Império. 2.º. Ed. Ministério da Justiça e Negócios Interiores – Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1962. pp.177-183 e 205-210.

⁸⁶Reis, A.C. F. Op. cit., p. 250.

⁸⁷**Diário de Manaus**, s.d.p. 1891.

No dia 14 de janeiro de 1892, os democratas saíram às ruas para depor Thaumaturgo de Azevedo e sobre esse episódio o *Diário de Manaus* publicava na primeira página:

[...] logo ao amanhecer, com a distribuição do **Amazonas** folha de propaganda revolucionária, começaram os ânimos mais fracos a encherem-se de tremores, e o espírito público a inquietar-se com justa razão. Este órgão de publicidade, que felizmente ocupa hoje na imprensa do Estado uma posição singular, aparecia coberto de artigos nos quais, sintetizando as ameaças anteriores contra a ordem pública e o governo legalmente constituído, dava claramente a entender que era esse o dia designado pelos seus amigos para a deposição do mesmo governo e aclamação de outro inteiramente a feição dos seus interesses políticos [...] estas suspeitas, dizemos, transformaram-se em realidade, a hora mencionada, com o boletim que abaixo transcrevemos, impresso nas oficinas da mencionada folha e espalhado profusamente por toda cidade:[...] considerando que o atual estado de coisas por que está passando esta capital, onde os boatos alarmantes de derramamento de sangue e de violências tem feito desaparecer a tranquilidade pública, alterando a ordem social, [...] convidamos o Povo Amazonense [...] para uma reunião hoje as quatro da tarde na praça General Osório, em frente ao Quartel do 36 de infantaria.

Assinaram o boletim Almino Alvares Affonso (Deputado Federal), Emilio José Moreira (Presidente do Congresso Estadual), Francisco Ferreira de Lima Bacury (Deputado Estadual), Francisco Joaquim F. de Carvalho (Deputado Estadual), Francisco Publio R. Bittencourt (Deputado Estadual), Deodato Gomes da Fonseca (Deputado Estadual), Arminio Adolpho Fernandes (Deputado Estadual), Raymundo Antonio Fernandes (Deputado Estadual), Thomaz Luiz Sympson (Deputado Estadual), José Antonio Floresta Bastos (Desembargador e Presidente do Superior Tribunal de Justiça), Luiz Duarte da Silva, (Desembargador), Fellipe Honorato da Cunha Meninéa (Desembargador), Jovino Antero da Cerqueira Maia (Desembargador), José Tavares da Cunha Mello (Juiz de Direito da 1^a. Vara da Capital), Antonio Henrique de Almeida Junior (Juiz Municipal do Termo da Capital), Francisco das Chagas Souza Pinto (advogado), Leonardo Antonio Malcher (Artista e proprietário).

Eram coproprietários do jornal *Amazonas*, todos os membros do partido Democrático e os florianistas que com a perda das *posições oficiais* queriam retomá-las pela força *bruta* e pelo derramamento do sangue amazonense. O redator salientava que os signatários do boletim não passavam de pregadores da desordem, apesar de se

colocarem como os defensores da *pátria livre e civilizada*, mostravam-se pouco conciliatórios.

O *Diário de Manaus* não escondeu suas preferências defendeu o governador Thaumaturgo de Azevedo e designou a sua gestão de governo legal, buscando repelir juntamente com todas as *classes sociais* o *projetado assalto ao poder* relatava que, outros boletins chegaram às ruas e transcreveu para os leitores o conteúdo daqueles folhetos com os quais simpatizava

O Diretório do Partido Nacional [...] convida a todos os seus correligionários políticos e a quantos cidadãos prezam a liberdade e a autonomia deste grande Estado para uma reunião às 2 horas da tarde na praça Riachuelo, afim de nela protestarem ainda uma vez contra o projeto sedicioso da deposição do atual Presidente do Estado, e defenderem pelos meios ao seu alcance o regime Republicano Federativo que se pretende subverter e destruir entre nós e sob o pretexto de ordens terminais do Presidente da República, o exm. Marechal Floriano Peixoto.⁸⁸

Conforme essas notícias a este boletim seguiram-se também as manifestações do Comércio por meio da Junta Comercial do Amazonas e da Intendência Municipal de Manaus, ambos os órgãos tinham por deputados parentes dos chefes do partido Nacional e quanto a Diretoria do partido Operário, lendo o jornal vemos um capitão do exército organizando a reunião com o partido Operário, ou seja, este era mais um combate entre os partidos Nacional e Democrático e não somente um simples apoio ao governante.

O *Diário de Manaus* retratou o encontro entre o governador Thaumaturgo de Azevedo e a Comissão que foi comunicar-lhe sua recente deposição decidida em praça pública:

Falava o sr. Almino, e talvez a comissão se tivesse retirado em paz, se uma frase imprudente, atirada ao exm. sr. presidente pelo cidadão Malcher, acompanhada de um gesto que a muitos pareceu agressivo, se o não foi na realidade, não houvesse feito perder o resto da serenidade aos espíritos que ali estavam, infelizmente já tão agitados por sentimentos diversos e violentos: V. Exc. está deposto pelo povo, gritou o sr. Malcher,

⁸⁸Assinaram esse outro boletim Jonathas Pedrosa, Agesilão P. da Silva, H. Ferreira Penna de Azevedo, José Carneiro dos Santos, Sergio R. Pessôa, Francisco de S. Pinheiro, F. Severiano Nunes, Raymundo de S. M. Tapajóz.

dizem que apalpando o bolso como quem procurava uma arma; e há de deixar esse cargo quer queiram, quer não! – Depois de morto! Replicou-lhe s. exc.

O articulista acrescentou que somadas às agressividades verbais ocorreu troca de tiros e no ar *brilharam muitos punhais* e os três comissários representantes do partido Democrático sofreram ferimentos à bala e escoriações pelo corpo devido à confusão formada no interior do prédio com todos querendo de lá sair.

Houve mortos e feridos e Thaumaturgo de Azevedo saiu do Palácio evitando sofrer atentado, mas quando retornou decretou o estado de sitio por trinta dias, constituiu inquérito e ⁸⁹ mandou prender os democratas *mais influentes* para em seguida desterrá-los; consumando uma prática comum durante o regime republicano. Após o inquérito os envolvidos foram acusados por crime de conspiração e deportados.⁹⁰

Convém ressaltar que, para um conhecedor do Estado do Amazonas é possível se transportar para século XIX e assinalar que nestas vilas bem distantes de Manaus, naquele momento existia algum seringal, doenças endêmicas e tribos indígenas entremeados pelo rio e a floresta, um *deserto* como escreveu Euclides da Cunha e os *banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem*.⁹¹ Em poucas palavras, não houve por parte do governo ação de *urbanidade* e *generosidade* no tratamento de seus opositores.

A aparente tranquilidade instituída em Manaus com a decretação do estado de sitio por trinta dias durou muito pouco visto que, nove dias depois a 22 de janeiro T. de Azevedo recebeu telegrama de um secretário da presidência com o inquérito ainda em

⁸⁹**Diário de Manaus** 09/01/1892, *Decreto n. 16 de 14 de janeiro de 1892. Declara em estado de sitio a cidade de Manaus e suspende as garantias constitucionais.* Em relação aos depoimentos o jornal publicou uma nota: *Desembargador Floresta Bastos, ao ser inquirido sobre os acontecimentos, acusou o tenente Fileto Pires Ferreira como o único responsável pelos fatos ocorridos.* Infelizmente não encontramos nenhum documento com os autos desse inquérito.

⁹⁰**Diário de Manaus**, Manaus, 24 e 29/01/1892. para São Paulo de Olivença na região do rio Solimões - Arminio Adolpho Pontes de Souza, João Franklin de Alencar Araripe e Guilherme Moreira; para Tabatinga - José Tavares da Cunha Mello, Luiz Duarte da Silva, Antonio Henrique de Almeida Junior e Emilio Moreira; localizada no rio Amazonas, povoados distantes da capital; José Antonio Floresta Bastos, para Carvoeiro, Raymundo José Fernandes para o município de Ayrão e Francisco Joaquim Ferreira de Carvalho para Villa de Moura, localidades situadas no Rio Negro. Os lugares mais salubres do interior segundo o Diário de Manaus em demonstração dos nobres sentimentos do governador e não um mero desejo de vingar-se do mal que eles pretenderam fazer-lhe.

⁹¹⁹¹CUNHA, Euclides. **À Margem da História**. Porto: Lello & irmãos, 1967. pp 1-34.

andamento,⁹² anulando o decreto de estado de sítio porque o governo Federal o desaprovava,

a atribuição de suspender garantias constitucionais é da competência exclusiva do governo da União nos termos do artigo 3421 e 43 n. 15 da constituição federal e vos ordena que façais cessar todas as medidas que tendais tomado ofensivas das mesmas garantias.⁹³

Diante do telegrama Thaumaturgo de Azevedo replicou e recebeu em 1.º de fevereiro o segundo telegrama que determinava se *recolhesse o quanto antes a Capital federal* e após vários telegramas trocados, Azevedo recebeu ordens diretas de Floriano Peixoto para passar o governo ao capitão de Fragata José Ignacio Borges Machado, resistindo publicou um Manifesto no *Diário de Manaus* aos cidadãos e esclareceu os motivos da *revolta* resultante das medidas severas e repressivas que adotou ao buscar salvaguardar a *sociedade amazonense* de acontecimentos anormais e lamentáveis que, moveu a insurgência e reafirmou a sua disposição em mantê-las caso ameaçassem a posição que, ocupava e a *honra da República*:

se com isto sacrifiquei algumas liberdades individuais, resta-me a satisfação de declarar que os prisioneiros foram tratados com a máxima urbanidade e até mesmo com extrema generosidade, providenciando para que não lhe faltasse no temporário exílio os recursos da vida, e, enquanto estivera aqui detidos, dei-lhes plena liberdade de comunicação com suas famílias e seus amigos.⁹⁴

Dizendo-se inconformado com a indevida intervenção de Floriano Peixoto, justo quando pretendia no dia 31 de Janeiro *suspender o estado de sítio e restabelecer as garantias constitucionais, anistiando os revoltosos, e tinha já lavrado o decreto [...]*,⁹⁵ recebeu aquele telegrama interferindo nas medidas internas do Estado, apesar das provas que a sedição foi premeditada e de acordo com o depoimento do Juiz de direito, Cunha Mello, os *conspiradores* receberam apoio do governo do Marechal. Além disso, os fatos não pararam na capital, mas alcançaram a zona rural:

⁹²De acordo com o **Diário de Manaus** 29/01/1892 os últimos envolvidos foram deportados para o interior somente no dia 28/01/1892.

⁹³**Diário de Manaus**, 14/02/1892.

⁹⁴Idem, 1892.

⁹⁵Idem, 1892.

Em Tefé, São Paulo de Olivença, os emissários dos conspiradores quiseram depor Intendência e autoridades. Em São Paulo [de Olivença] crivaram de balas casa do juiz direito; tentaram assassinar promotor público. Não tinha outro recurso; ou deixar conflagrar Estado ou reprimir punindo os revoltosos, e, se não são estes os casos decretação de estado de sitio adotado. Segundo Art 6.º Constituição Federal não é caso intervenção governo União e para cumprir vossa ordem que é considerada atentatória art. 63.º.⁹⁶ Constituição Federal ficaria anulada autonomia do estado e revogado princípio federação pelo qual combate governo federal e população inteira está resolvida a defender.⁹⁷

Eduardo Ribeiro retornou para Manaus a 9 de março e em mensagem lida ao Congresso amazonense em junho buscou desmentir Azevedo ao referir-se ao 14 de janeiro e assinalou que, não houve resistência por parte de Azevedo, *depois de mandar espingardear a cidadãos inermes, retirou-se uma manhã pacificamente, vivo e lépido, terminado assim a pretendida resistência, que alardeava o ex-presidente.*⁹⁸ Porém, na leitura do Manifesto de Azevedo tornou-se visível a contrariedade com a intervenção do governo Federal e o apoio recebido dos militares tenente-coronel Hermes da Fonseca e capitão Clodoaldo da Fonseca parentes do Marechal Deodoro da Fonseca.⁹⁹

De acordo com o *Diário de Manaus* Floriano Peixoto não deu atenção aos argumentos de Azevedo apesar de fundamentarem-se nos ditames legais da Constituição federal e encaminhou alguns tenentes do Exército e da Marinha para Manaus. Estes, reunindo-se com os democratas no dia 26 de Fevereiro de 1892 concordaram em enviar uma intimação assinada por onze oficiais representando o governo federal, dando um ultimato ao governador para que deixasse a administração do Estado.¹⁰⁰ Desta vez, não

⁹⁶ROURE, Agenor de. **A Constituinte Republicana**. p. 91-116 e 447-470. Diz o art. 6.º. Em qualquer dos Estados, onde a ordem pública for perturbada e onde faltem ao governo local, meios eficazes para reprimir as desordens e assegurar a paz e a tranquilidade pública, efetuará o Governo Provisório a intervenção necessária para, com o apoio da força, assegurar o livre exercício dos direitos dos cidadãos e a livre ação das autoridades constituídas. E o art 63.º. Assinala o seguinte: cada Estado reger-se-á pela Constituição e pelas leis que adotar respeitados os princípios constitucionais da União.

⁹⁷**Diário de Manaus**, 1892.

⁹⁸Mensagem do exm. sr. dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro Presidente deste Estado lida perante o Congresso Amazonense, na sessão de instalação, em 1.º de Junho de 1892.

⁹⁹**Diário de Manaus**, 1892.

¹⁰⁰**Diário de Manaus**, 29/02/1892. Assinavam essa intimação Lúcio Gonçalves da Silva Tenente-comandante do Batalhão 36.º; José Francisco de Souza, Alferes fiscal; João Xavier do Rego Barros, Alferes ajudante; Pedro Henrique Cordeiro Junior, 1.º Tenente-comandante da bateria; Francisco Siqueira de Mello Rego Barros Secretario e quartel-mestre; Joaquim Albuquerque Serejo 1.º Tenente-comandante do aviso ‘Tocantins’; Tenente Tranquilino Pedro de Alcântara Secretario da Flotilha; 2.º. Tenente Antonio da Silva Braga; 2.º Comandante do ‘Traripe’ Manoel da Silva Pinto 1.º Tenente-comandante do

houve derramamento de sangue apenas um protesto formal¹⁰¹ lançado à Nação ressaltando que eram fúteis os motivos do Presidente da República Floriano Peixoto e o contra-almirante Custódio de Mello para impor-lhe a demissão, sabendo-se que os artigos 6.º e 63.º da Constituição Federal demarcavam os limites da *intervenção do governo da União* garantindo os direitos aos Estados da Federação.

No dia 29 de fevereiro de 1892 o *Diário de Manaus* abriu o editorial com o título *mais uma vítima* não apresentava grandes considerações sobre o assunto, somente transcrevia a intimação enviada a Azevedo em 26 de fevereiro *escrita à ponta de espada*, obrigando o governo oficial do Amazonas a entregar o posto e embarcar para capital da República. No mesmo dia, saíram às ruas os democratas para celebrar aquele desfecho e ao passarem pelas *residências dos ilustres drs. Jonathas de F. Pedrosa, chefe do Partido Nacional, e Agesilau P. da Silva, redator desta folha* afrontaram a ambos com *morra ao Partido nacional* demonstrando que isto era apenas o recomeço dos conflitos¹⁰².

O periódico mostrou que o Partido Nacional perdia com a deposição de Thaumaturgo de Azevedo mais uma chance de liderar a política local; e reiniciou os ataques, em princípio, em torno da gestão provisória de Borges Machado que demitiu antigos funcionários públicos e *nomeou 257* novos de seu *agrado* para em seguida e de forma inflamada dirigir-se ao recém-chegado administrador Eduardo Ribeiro que, segundo o jornal, foi negligenciado pelos amazonenses e sequer conseguiu pôr um termo às incompatibilidades entre os dois partidos políticos, pois, como era de se esperar, estas só cresceram com a sua chegada.

Naquele mês o diretório do partido Nacional após uma reunião com os seus correligionários decidiu que não comungaria com as eleições realizadas por Ribeiro e publicou no *Diário de Manaus*¹⁰³ circular com recomendação aos correligionários de todo o Amazonas a se absterem de votar nas eleições que, seriam processadas em 21 e 22 de abril para a escolha de representantes ao Congresso legislativo e governo do Estado.

‘Jutahy’; Antonio Ferreira de Carvalho, 1.º Tenente- chefe das máquinas da Flotilha; Moisés Henrique Spzer, comissário do navio chefe.

¹⁰¹ Manifesto do presidente do Estado do Amazonas à Nação Brasileira Apud **Diário de Manáos**, 14/02/1892

¹⁰² **Diário de Manaus**, 1892. Não contamos com outras fontes para avaliar o episódio.

¹⁰³ Segundo o jornal, a reunião do Partido Nacional ocorreu no dia 20 de março, mas a circular foi publicada somente no dia 30/03/1892 e foi assinada por Jonathas de Freitas Pedrosa, Agesilau Pereira da Silva, Henrique Ferreira Penna de Azevedo, José Carneiro dos Santos, Sergio Rodrigues, Francisco de Souza Pinheiro, Raymundo de Salles Monteiro Tapajóz Pessoa e Francisco Severiano Nunes.

Nos dois dias seguintes ocupou-se das eleições afirmando que o *programa oficial* do governador por pouco não fracassou como indicava o grande número de abstenções:

Não foi somente o Partido Nacional ou a oposição ativa que, sob a voz dos seus chefes, deixou de concorrer à comédia eleitoral de ontem por coerência política [...] todos os que se acham filiados a algum dos dois partidos constitucionais, e até mesmo muitos daqueles que militam nas fileiras governistas. [...] Ora, perguntamos, o que significa um congresso eleito por esta forma que reúne na capital o Estado 259 votos entre os 1.339 cidadãos que deviam conferir-lhe o mandato?¹⁰⁴

Também enfatizava que, Eduardo Ribeiro apesar de ser o único candidato não conseguiu canalizar todos os votos obtendo nas dez seções da Capital *vinde por cento e não mais!* Concluindo que, esta foi a resposta do *povo [...] eloquente e esmagadora no seu terrível mutismo*.¹⁰⁵ Essas eleições aceleraram as rivalidades entre os grupos políticos e a crítica à E. Ribeiro foi pequena comparada com aquela dirigida a Floriano Peixoto.

Ao longo dos meses o jornal deteve-se nos problemas sociais e em questões como: a varíola como epidemia na cidade, a instalação da linha telegráfica, o governo autoritário de Ribeiro os movimentos militares que almejavam a queda do Marechal Floriano Peixoto, a greve dos catraieiros; a República e as suas promessas não cumpridas; as administrações Federais e locais voltadas para o *funcionalismo público e para força pública*; a escassez e a carestia de alimentos; a falta de água, o desânimo das classes sociais diante da intervenção federal nos Estados e da desordem financeira; as deposições estaduais que geraram uma fase de derramamento de sangue e mortes; e a indisciplina crescente nas forças armadas.

Em julho de 1892, após aparente retração o partido Nacional ressurgiu das cinzas e seu veículo *Diário de Manaus* publicou longos editoriais, o assunto era a administração de Eduardo Ribeiro considerada abusiva e intolerante, o referido governador comprou armas *100 rifles americanos e 100.000 cartuchos* infringindo os *Regulamentos fiscais* e, além de agir *criminosamente* como um contrabandista ainda retirou dos cofres públicos o

¹⁰⁴*Diário de Manaus*, 1892.

¹⁰⁵*Idem*, 1892.

dinheiro *cerca de 40.000\$000 réis [...] com que pagou o grande armamento de que precisa para afugentar o espectro da deposição.*¹⁰⁶

A repulsa ao governador Ribeiro esteve presente nesta folha durante os meses que, se seguiram acusando-o de ter coibido as liberdades políticas ao transformá-las em práticas ditatoriais e despóticas, começou, salientava o redator *rasgando a Constituição* para em seguida comportar-se como um rei do período absolutista: *O Estado sou eu* e pensando-se acima de todos e da *imprensa independente e livre* aprovou um projeto de um dos *seus amigos do Congresso legislativo contra liberdade* e, passaria a cobrança de multas por transgressão *dos preceitos nele estatuídos* na tentativa de amordaçar todos aqueles que não louvaram a sua gestão.

Certamente, por este e por outros artigos impetuosos dirigidos tanto à administração como à pessoa de Ribeiro, o jornal foi punido com encerramento de suas atividades deixando de circular em setembro e no último editorial, justificou

nós, Diário de Manaus, que somos oposição, sentimo-nos impossibilitados de prosseguir na missão que temos desempenhado até aqui com aplausos da opinião: combater os erros, os abusos, as arbitrariedades, as violências do poder e do seus agentes[...]com aquela independência de caráter que tem sido nosso melhor título à estima pública [...]E se já não podemos cumprir este glorioso dever [...] retiramo-nos da arena com os nossos colegas oposicionistas, deixando em campo, sozinho, o governo que não achará mais a quem ferir no seu deserto?.

Retornou dois meses depois ao cenário político e em 15 de dezembro de 1892 o *Diário de Manaus* esclareceu que se retornaram não era porque estavam distantes dos perigos e mordanças, mas porque *a situação publica, é essa cópia enorme de interesses políticos e econômicos [...]reclamando imperiosamente a discussão e a crítica de quantos se sentem ainda com forças e coragem para arrostar perigos e curtir dissabores por amor da causa pública*. Desse modo, as eleições que, em breve se processariam e a previsão orçamentária estando *em completo desacordo com os princípios mais triviais da ciência econômica* tornaram-se assuntos que, exigiriam a apreciação e discussão pública e não deveriam ser tratados como objetos exclusivos de parlamentares e o governo.

¹⁰⁶Diário de Manaus, 1892.

Porém, esse reinício das atividades políticas do jornal ocultava outro objetivo: a defesa dos interesses daqueles que, mancomunados, preparavam-se nos últimos dias do ano de 1892, precisamente na madrugada de 1.º de janeiro de 1893 para a derrubada do governador Eduardo Ribeiro;¹⁰⁷ e para tanto, a oposição conspirava e aliou-se com um grupo de militares dissidentes do exército e quatro sargentos do Batalhão militar de Segurança Pública supostamente assediados pela oposição, no entanto, antes de iniciar a sedição foi traída por um dos seus participantes.

Para o *Diário de Manaus* o boletim não existiu assim como a propaganda maquinação não passou de uma *ridícula invenção da imaginação partidária a que o público fez a justiça de não ligar a mínima importância, por ter desde logo compreendido que unicamente visava fins eleitorais, aliás muito mesquinhos [...]*.¹⁰⁸ O redator negou e buscou minimizar a participação do partido Nacional no movimento conspiratório e nem mencionou os chefes do partido citados no inquérito como Jonathas de Freitas Pedrosa e o major Henrique Ferreira Penna de Azevedo, salientou que os inquiridos estavam agindo sob coerção e espancamentos

Basta observar que a palavra de um sargento de polícia, enunciada sob o terror de castigos severíssimos, já experimentados e em perspectiva, não tem, nem pode ter, aos olhos dos homens sensatos a força de destruir o conceito de que merecidamente gozam aqueles dois cidadãos no seio da sociedade onde vivem há muitos anos e a que tem prestado relevantes serviços.

Pode o governo arranjar quantos depoimentos quiser de míseros soldados; que tudo dirão sob pressão de ameaças realizáveis de um momento para o outro; O que pretende o governo com os seus inquéritos procedidos de portas a dentro, **inter amicos**?

Após o editorial publicado em 12 de janeiro de 1893 que ressaltou os depoimentos dos sargentos envolvidos enunciados *sob o terror de castigos severíssimos* não apresentou outros registros sobre os eventos e reabriu seu editorial nos dias 11 e 12

¹⁰⁷De acordo com o **Diário de Manaus**, 03/01/1893 os conflitos de Dezembro e início de Janeiro tiveram início com *um boletim que só existia um exemplar nas mãos da autoridade*. O boletim teria sido assinado pelo chefe do partido Nacional *Jonathas da Pedrosa, major Ferreira Penna, e capitão Sergio Pessoa membros do respectivo diretório, drs. Carvalho Leal e Alencar Araripe, oposicionistas conhecidos, concitando o povo a reunir-se no largo do 36 batalhão às 5 horas da tarde afirmando uns que para depor o sr. dr. governador,*”. Todavia o jornal nega o envolvimento destes com o boletim.

¹⁰⁸**Diário de Manaus**, 1893.

de março intitulados a *Revolução* destacou o segundo momento dos conflitos de 26 e 27 de fevereiro daquele ano; enfatizou que, o jornal foi outra vez amordaçado e seu redator preso. Novamente silenciou e voltou em 21 de maio com a Seção: *A pedidos* e escreveu poucas linhas sobre o inquérito ainda inconcluso sobre os *deploráveis sucessos* de fevereiro e retomou os assuntos gerais.

Em 14 e 20 de junho os editoriais foram reabertos com acirradas críticas à Ribeiro, mas agora de forma indireta. Não há como saber se esses silêncios foram decorrentes das represálias do governo como alegava o jornal ou porque o partido Nacional em janeiro se organizava para outro confronto. Contudo, as escassas pistas sugeriram que, a sedição de fevereiro foi idealizada por ambos partidos: o Nacional pretendia alterar a situação política de adversidades e perdas de concessões em relação ao governo de Ribeiro e o Democrático intencionava conservar-se em maior número na bancada legislativa e preservar seus privilégios junto a Ribeiro; e, este por sua vez, manteve-se atento as críticas dos opositores e seus avisos de apeá-lo da administração, assim construiu sua estratégia para ao final impelir seus adversários a serem presos na própria armadilha.

Em depoimento, os sargentos não negaram a sedição e nem a própria participação nos planos para o levante, talvez porque as perguntas realizadas pelo Promotor público Deusdedit Ferraz apresentassem caráter imperativo e conduzissem as respostas, como também existia a possibilidade de distorção das respostas: confirmava-se os conchavos e a rebelião como ações da oposição; e, o indagador ao se referir ao episódio fracassado aumentava as proporções dos acontecimentos.

Os indiciados apontaram os outros sediciosos e relataram os planos a serem executados caso não tivessem sido traídos pelo sargento João Baptista Toscano de Brito. Em 30 de dezembro, estavam em meio aos preparativos para o golpe que depor o governo quando o comandante do Batalhão Militar de segurança pública Raymundo de Amorim Figueira entrou em ação e prendeu todos os envolvidos a partir da delação do referido sargento Toscano, o qual havia sido convidado pelo sargento João Fernandes Pacote e incumbido de aliciar os recrutas da Brigada para aquele intento e em troca todos seriam promovidos.

Na leitura dos autos dos cinco depoentes três apontaram como líderes da *revolução* o civil Domingos Theophilo Carvalho Leal, major Henrique Ferreira Penna de Azevedo, civil Jonathas Freitas Pedrosa, sargento Manoel Guedes Monteiro e capitão

José Alencar Araripe este último havia supostamente cedido sua residência para reunião dos sediciosos e discussão dos planos da revolta; a indução das respostas selou os propósitos da acusação, porém, nomes dos líderes do partido Nacional Jonathas Pedrosa e Carvalho Leal apontados pelos depoentes não constaram dos autos do processo e, portanto, não é possível afirmar se participaram direta ou indiretamente da tentativa de deposição de E. Ribeiro.

Apesar dos desvios no inquérito não se descarta o apoio de Leal e Pedrosa no aliciamento dos sargentos oportunizando as condições para o evento. É possível que sem provas para acusá-los formalmente o julgamento tenha caminhado para incriminar os militares de baixa patente, como já foi visto.

Os oficiais do Exército participantes da revolta também foram submetidos ao julgamento do Conselho de Investigação; contudo, os militares responsáveis pelo processo e apuração dos fatos, o major Augusto Menezes Vasconcellos Drummond e o tenente coronel João Gonçalves de Moura resolveram que:

[...] pelo fato de terem sido acusados do crime de sedição com aliciamento de praças, sendo mais acusados do crime de desobediência os mesmos, major Tristão e capitão José Araripe, [...] o parecer do mesmo conselho que chegou à conclusão de que todos os delitos de que são acusados os oficiais supra mencionados só ficou provado o de desobediência, por parte do major Tristão Araripe e capitão José Araripe, a ordem de embarque imediata par sede do distrito; resolve; 1.º que o major Tristão Sucupira de Alencar Araripe e capitão José de Alencar Araripe estejam prontos a embarcar na primeira oportunidade para a Capital Federal, á apresentarem-se ao Sr. Ajudante General do Exército, afim de ali aguardarem a ulterior deliberação do Ministro da Guerra a seu respeito; 2.º que seja posto em liberdade o 1.º tenente Claudio da Rocha Lima, ficando entretanto pronto para embarcar na primeira oportunidade para a capital do Pará, fim de recolher-se ao corpo a que pertence.¹⁰⁹

Em 22 de fevereiro, o comandante do 36.º Batalhão de Infantaria estacionado em Manaus Geographo de Castro Silva escreveu ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra Francisco Antonio Moura, queixou-se do procedimento inadequado dos membros do Conselho militar prejudicando e conduzindo os depoimentos, confundindo e dispensando as testemunhas ou aceitando como *testemunhas de defesa oficiais coparticipantes dos delitos de que são acusados os delinquentes, os quais foram*

¹⁰⁹JUNIOR, Bento José Fernandes. **Ordem do dia n.º 305. 18/-2/1893.**Apud.BACURY, F. Op. cit., p. 82.

*em tempo dados por suspeitos por este Comando.*¹¹⁰ O Conselho investigativo permitiu que, testemunhas de defesa e acusados reunirem-se o que possibilitou o arranjo dos depoimentos e se assim ocorreu foi mais um desmando político para um processo que pretendia mostrar-se liso.

A situação se agravou mais no dia seguinte com a chegada do general de Brigada do exército Bento José Fernandes Junior à Manaus para dirigir o Conselho Militar de investigação e determinou que o 1.º tenente Claudio da Rocha Lima assumisse o comando da 2.ª bateria do 4.º batalhão de Artilharia tornando sem efeito *a ordem de embarque dada anteriormente* ao referido tenente *afim de recolher-se a seu corpo.*¹¹¹ Ao ser comunicado pelo próprio tenente dessa determinação, o tenente coronel Geographo Silva telegrafou a Floriano Peixoto naquele dia, denunciando os *Planos* dos

Araripes e os políticos que cercam General Bento [...] De tudo que aqui se passa depreende-se que o General Bento protege abertamente os planos desta gente, tudo instigado pelo seu secretário major Nery que dizem será o sucessor do Dr. Eduardo Ribeiro.¹¹²

Naquele mesmo dia foi divulgado um boletim¹¹³ que declarava deposto Eduardo Ribeiro e aclamava o major Antonio Constantino Nery governador do Amazonas. Segundo Lima Bacury, o governador estava ausente em viagem pelo rio Negro e ao retornar, encontrou Manaus agitada, *as famílias já fugiam para os longínquos arrabaldes, e a tudo isso o General Bento assistia com a sua proverbial passividade.*¹¹⁴ Por esta razão, Ribeiro enviou um ofício pedindo auxílio ao capitão de Fragata Chefe da Flotilha José Antonio de Oliveira Freitas que, respondeu não poder prestar-lhe auxílio em terra, mas se houvesse necessidade atuaria em *bordo*.

No fim da tarde, Constantino Nery intimou Ribeiro a deixar o governo em 12 horas *a contar do momento* do recebimento do ofício caso contrário seria responsabilizado *pelo derramamento de sangue que porventura possa haver no caso de resistência de vossa parte.*¹¹⁵ Em vista disso, Ribeiro enviou dois ofícios ao General Bento José Fernandes Júnior, no primeiro dizia-lhe: *mantenho-me no meu posto, só*

¹¹⁰BACURY, F. F. de L. Op. cit., p. 84.

¹¹¹Idem, p. 85.

¹¹²Idem, pp. 86-87.

¹¹³Assinavam o boletim Américo de Campos e Amâncio Miranda apud BACURY, F. F. de. p. 57.

¹¹⁴BACURY, F. F. de L. Idem, p. 58.

¹¹⁵Idem, p. 59.

*abandonando-o á viva força e no segundo: peço-vos o exato cumprimento do art. 13 das Instruções aprovadas pelo Decr. N. 431 de 2 de julho de 1891 que, recomendou o aquartelamento das forças federais, a sua não intervenção nas lutas políticas dos partidos.*¹¹⁶

O general Bento Fernandes não respondeu aos ofícios do Governador e este, por sua vez, resolveu agir e expediu aos cônsules uma circular alertando-os que, a população estava ameaçada:

por alguns oficiais da guarnição federal deste Estado e dispondo este Governo de meios suficientes para restabelecer a ordem, responsabiliza o Sr. General Bento José Fernandes Junior, Comandante do 1º Distrito Militar, por tudo quanto possa acontecer; o que levo ao vosso conhecimento para os devidos fins.¹¹⁷

Ribeiro solicitou auxílio dos comandantes dos avisos de guerra ‘*Teffé*’ e ‘*Tocantins*’ e distribuiu a força policial por vários pontos do centro da cidade à espera do prazo que lhe foi dado. Mas, naquela noite de 26 o confronto teve início com o ataque dos guardas da Alfândega e da Tesouraria aos policiais postados nas ruas e na alvorada do dia 27 tiros de canhão ecoaram pelos arredores da cidade ao recaíram sobre o Palácio do governo, permanecendo o tiroteio até o entardecer deste dia.

O capitão de fragata comandante da Flotilha do Amazonas José Antonio de Oliveira Freitas escreveu ao governador e ao general Bento Fernandes afirmando que, se via de mãos atadas não sabia quem iniciou o conflito e a quem socorrer e confessava que não se sentia preparado para *julgar de que lado está a razão, porque as notícias oficiais que tenho recebido são desencontradas.*¹¹⁸ Eduardo Ribeiro respondeu de forma sucinta que, de sua parte cruzaria *armas desde que por parte daqueles que provocaram a luta cessem as hostilidades e reconheçam o meu governo, que é legal e constitucional.*¹¹⁹ O general Bento respondeu:

[...]1º que não tendo partido da força federal sob meu comando a provocação da luta que se está passando nesta cidade, pois é público e notório que foi a força de polícia do Estado que descarregou sobre o

¹¹⁶Idem, p. 61.

¹¹⁷Idem, p. 63.

¹¹⁸Idem, p. 64.

¹¹⁹Idem, p. 65.

36º Batalhão de Infantaria de prontidão no seu Quartel, as primeiras descargas de fuzilaria, quando nem me passava pela ideia tal agressão, por isso que a minha presença no Quartel do batalhão era explicada pela necessidade de desagruar a disciplina profundamente abalada e ferida pelo Comandante do corpo tenente-coronel Geographo de Castro Silva; 2º que não podendo à vista de tal agressão, á viva força, ficar de braços abertos e nem deixar de quebrar a neutralidade, e nem aliás e sim de meu dever repelir essa intervenção criminosa da força estadual nos negócios da disciplina militar, também á viva força; 3º que me parecendo que com tal procedimento da força do Estado, necessariamente ordenado pelo Governador, acha-se justificado o modo porque agi, resolvo manter-me como desde o princípio na defensiva, só hostilizando aquela força no caso de sermos por ela atacados.¹²⁰

Lima Bacury assinalou que os responsáveis pela refrega travada naqueles dias *fúnebres* foram o General Bento Fernandes que executou um projeto maquinado nas secretas reuniões entre os políticos da oposição, Agesilau Pereira da Silva, Padre Amâncio de Miranda, Hilário Francisco Álvares *e os oficiais que já haviam tentado uma sedição, felizmente abortada, na madrugada de 30 de Dezembro último.*¹²¹

Nos registros coletados não foi possível precisar quem iniciou as agressões. Todavia, Ribeiro resistiu à tramoia arquitetada por parte dos militares do exército, aliados aos políticos civis da oposição como o fez Thaumaturgo de Azevedo em 1892 com a diferença que, contou com o apoio de Floriano Peixoto e, aquele não, por ter apoiado Deodoro da Fonseca. Impôs-se, resistiu e replicou o ofício do General Bento contestando-o pelas inverdades contidas, ressaltava o administrador

E' completamente falsa a declaração de ter sido a luta provocada por mim. Estava eu de passeio a bordo do aviso **Teffé**, quando fui surpreendido com a notícia de que o General Bento Fernandes havia ordenado a prisão de vários oficiais que se mostravam favoráveis ao Governo, notando-se entre estes o capitão Dr. Manoel Uchôa Rodrigues, deputado federal. [...]A única solução possível nas atuais emergências será o reconhecimento do meu governo, a soltura dos oficiais presos e a retirada urgente, para fora do Estado, dos reconhecidos perturbadores da ordem pública. Continuam as forças do Estado em seus postos até que seja definitivamente resolvida esta questão odiosa em que se envolveram militares degenerados e ambiciosos.¹²²

¹²⁰Idem, p. 67.

¹²¹BACURY, F. F. de L. Idem, ibidem.

¹²²Idem, pp. 69-70.

O deputado Lima Bacury alinhavava as palavras do governador asseverando que o governo *dispunha de elementos para sufocar a revolução caso continuasse*.¹²³ Contudo, o general se eximiu de qualquer responsabilidade que, lhe foi imputada a despeito dos acontecimentos e garantia está somente em posição de defensiva e nesse tiroteio de palavras e de canhões, encontrava-se o telegrama do Secretário do governo enviado ao presidente Floriano Peixoto; e revelava que o número de mortos crescia, o governo sentia-se acuado e os *recursos* bélicos que viriam do Pará não haviam chegado a Manaus,

A nossa força já tentava sitiar o 36º apesar bombardeio e fuzilaria muito intensos, ao meio dia quando sai do Teffé a mandado do governador para comunicar-vos e pedir mandeis dar com urgência no Pará artilharias munições e reforço nossa infantaria assim como navios guerra.

Esperamo-la se não faltar munição conservar pelo menos nossas posições até chegar reforço comandante flotilha neutralidade revoltante causa imposição general Bento, pois apesar insistência vos comandantes do Teffé e Tocantins em quererem hostilizar a pedido governador a bateria artilharia situada em frente ao 36º tem se oposto tenazmente a tudo, aprecia indiferente ao bombardeio da cidade e é acompanhado pelo capitão tenente Mello e tenente Chaves convém retirada destes oficiais e provisoriamente nomear tenente Gama Bentes ou então de confiança comandante flotilha não convém a Manaus capitão Monteiro Sobrinho de um chefe inimigo nossos soldados guiados por Fileto, tenente Ribas e oficialidade polícia estão encorajados – consta nos que já se eleva a vinte e oito o número de mortes no 36 do nosso lado puni-os General Bento diz que deposição governador é feita por ordem presidente Republica – É por isso que comandante flotilha a banda do Tocantins vive ridiculamente fugindo das balas de fuzil e de artilharia que vão ter ao rio negro.¹²⁴

No dia 28 de fevereiro Eduardo Ribeiro escreveu ao general Bento exigindo a saída dos militares implicados no movimento colocando à disposição o vapor América que, os transportaria e adiantava-se alertando, caso a resposta fosse negativa e *dentro de duas horas nenhuma resposta me for transmitida agirei como entender de justiça*.¹²⁵ O general respondeu de forma cautelosa, mas suas palavras não demonstravam temor às ameaças de Ribeiro:

¹²³Idem, p. 70.

¹²⁴Telegramas manuscritos. **Arquivo Particular Floriano Peixoto**. Arquivo Nacional. 1893.

¹²⁵BACURY, F. F. de L. idem, p. 141.

Em resposta ao vosso ofício, agora mesmo recebido, cumpre-me declarar-vos que eu e os oficiais desta guarnição estamos prontos para garantir a ordem e a tranquilidade pública e bem assim a evitar a reprodução das sanguinolentas cenas destes dois últimos dias. O 36º Batalhão da Infantaria permanecerá no seu Quartel sem procurar intrometer-se nos negócios do Estado. Outrossim, devo declarar-vos que aguardo a vinda de dois oficiais que mandei vir da guarnição do Estado do Pará, um para tomar conta do Comando do batalhão e outro para nele servir; e nestas condições aguardo a chegada desses oficiais e a solução que deve dar o Sr. Vice-Presidente da Republica acerca destes fatos, para depois retirar-me para a sede do Distrito, não podendo por isso aceitar já o oferecimento que me fazeis de achar-se a minha disposição o vapor *America*. Esses oficiais devem chegar no primeiro vapor do Sul.[...] E, como já declarei verbalmente ao Sr. Capitão de Fragata Comandante da Flotilha de Guerra, afim de vo-lo transmitir, me retirarei daqui para o meu Quartel desde que se ache garantida a tranquilidade publica, que eu me responsabilizo de garantir por parte da força federal.¹²⁶

Esse ofício confirmava que, o General Bento Fernandes não se intimidou e que o conflito tomou proporções inesperadas, conduzindo o governador a enviar-lhe outro ofício, talvez, para ganhar tempo enquanto o reforço esperado não chegava, assinalando:

A população continua refugiada nos subúrbios, receosa de uma nova cena com a que se tem passado nestes dias. Não posso compreender o fato de estarem oficiais presos e sujeitos a resolução do Ministério da Guerra comandando a força pública federal. Reparai, general, que a cidade está deserta, o comercio fechado e toda a população sobressaltada. Vossa responsabilidade é enorme. E' indispensável o embarque dos oficiais. Continuam as forças do governo em seus postos. Vossa resposta urgente me servirá de guia.¹²⁷

Certamente, se o governo tivesse armas e munição suficientes não perderia tempo com balelas porque o major Constantino Nery já havia lhe enviado uma comunicação declarando que se exonerava do cargo de governador e isto deveria pôr fim ao confronto armado. No entanto, a peleja continuou, haja vista que o secretário do governador Serejo Albuquerque telegrafou ao Presidente da República e ao Ministro da Guerra admitindo que a intranquilidade pairava sobre o Estado:

¹²⁶BACURY, F.F. de L. idem, p. 142.

¹²⁷Apud BACURY, F. F. de L. p. 78-79. O ofício está datado de 28/02/1893.

Tenente coronel Costa Mattos declarou agora mesmo Estação Telegraphica que todos telegramas de vossas exc.^{as} são apócrifos e desconstruções, está certo não chegar ele vossas ordens que são terminais. Acho urgente sua demissão. Manifesta-se francamente contra ordens. São 7 horas noite insisto ordem direta arsenal guerra me dar munição se falta munição de suas tropas em Manaus estou certo nossos amigos serão todos assassinados por major Sucupira garanto-vos.¹²⁸

Ressalta-se, os telegramas sofriam quatro ou cinco dias de atraso na transmissão e que, as datas no carimbo na estação telegráfica localizada em Belém nem sempre marcavam o dia exato da transmissão, logo não sabemos ao certo se Serejo Albuquerque enviou essa mensagem no dia 1, 2 ou 6 de Março. Mas é certo, a *revolução* não terminou com a solicitação de *passagens de ré até o Estado do Pará* para o major Tristão Sucupira de Alencar Araripe, capitão José de Alencar Araripe e 1.º tenente Claudio da Rocha Lima¹²⁹ em 1.º de março, como afirmou Lima Bacury.

O *Diário de Manaus* publicou todos os telegramas e ofícios editados por Bacury no livro *Estado do Amazonas: movimentos revolucionários de 30 de Dezembro e 26 e 27 de Fevereiro de 1893*; porém, não explicitou seu apoio, manteve-se à espera dos resultados talvez não quisesse incriminar os proprietários do Jornal, conteve-se em tecer breves comentários sobre as *prisões e espancamentos* efetuados pelo chefe de Segurança Pública,¹³⁰ expôs com cautela as práticas autoritárias de Ribeiro, visto que Agesilau Pereira da Silva também foi preso e era um dos líderes do partido Nacional, amigo de Thaumaturgo de Azevedo,¹³¹ coproprietário e redator do jornal e francamente contrário à administração de Eduardo Ribeiro.

O general Bento Fernandes após a troca de ofícios com Eduardo Ribeiro concluiu, em Manifesto, que o governador mancomunado com o comandante do 36.º Batalhão de Infantaria tenente-coronel Geographo de Castro Silva, capitão e deputado federal

¹²⁸Telegramas manuscritos. **Arquivo Particular Floriano Peixoto**. Arquivo Nacional, 1893. Telegrama datado de 06/03/1893.

¹²⁹BACURY, F. F. L. *idem*, pp. 80-81.

¹³⁰**Diário de Manaus**, 1893.

¹³¹BITTENCOURT, A. **Dicionário amazonense de Biografias**: vultos do passado. Rio de Janeiro: conquista, 1973. pp. 33-36. Entre os principais envolvidos iniciou-se um combate de ataques e defesas verbais. Por meio de manifestos públicos, o comandante da Polícia Militar do Amazonas Raymundo de Amorim Figueira, o vice-governador Guilherme Moreira, o Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça Luiz Duarte da Silva, o Senador Joaquim José da Silva Sarmento e o Deputado Federal Almino Alves Affonso publicaram manifestos; esbravejando acusações contra o general comandante do 1.º Distrito militar Bento José Fernandes Júnior.

Manoel Uchôa Rodrigues e Raymundo Figueira atentou contra sua vida e premeditou o conflito armado que ensanguentou a cidade e sua *farda*.¹³²

O Manifesto do general Bento Fernandes foi contestado por Bacury que salientou a autodefesa foi uma *acusação tremenda* e somente os *cínicos ou o esquecimento dos mentecaptos*¹³³ conduziria a escrita daquele texto quando ainda ecoava pela cidade os gritos da população; além disso, omitia-se no relato que, o governador Ribeiro enviou-lhe ofício e solicitava ao general o cumprimento do *art. 13 das Instruções aprovadas pelo decreto n. 431 de 2 de julho de 1891*.¹³⁴ E se Ribeiro atacou o hospital militar de forma desumana como se referia o general foi em represália ao ataque *das guardas da Tesouraria e Alfândega*.

O Deputado Estadual Fileto Pires Ferreira denunciou que o major Tristão Sucupira de Alencar Araripe tentou corrompê-lo, em conversa particular, para que falasse ao governador sobre a concessão da construção da estrada de *Rio Branco*,¹³⁵ pela qual tinha interesse e o deputado alertou-lhe que o governador se esquivava desses acordos, mas mesmo assim, o major ofereceu-lhe *vantagens* caso conseguisse aquela empreitada junto ao Governo e finalizou:

Em todas estas conferencias o sr. major fazia-me propostas vantajosas e pedia-me que o Governo fizesse a empreitada com ele. Procurei dissuadi-lo disto, e, temendo um rompimento entre S.S. e o Governador, caso este não lhe desse o serviço **administrativamente**, o que eu estava certo, ele Governador não faria, nas vésperas de minha partida para o Rio, às carreiras, apresentei no Congresso um projeto que, convertido em lei, servisse para arrefecer as pretensões do mesmo senhor. Foi baldado o meu intento e a malfadada estrada foi sempre a causa do rompimento.¹³⁶

¹³² Manifesto assinado pelo General de Brigada graduado, Comandante do 1º. Distrito Militar Bento José Fernandes Júnior. Apud BACURY, F. F. L. Op. cit., p. 143-146.

¹³³ BACURY, F. F. L. idem, p. 147.

¹³⁴ BACURY, F. F. L. idem, p. 148. O Decreto n. 431 de 2 de julho de 1891 Divide em sete distritos militares o território da República e extingue os lugares de Comandantes de armas e de Brigada. Estabelece no *art. 13 Os comandantes dos distritos e todos os chefes militares deverão timbrar em manter boas relações e estar sempre na melhor harmonia com as autoridades civis, procedendo de modo evitar conflitos de atribuições que possam causar embaraço á boa marcha do serviço, enfraquecer o prestígio da autoridade e a disciplina das tropas*. Conforme www.senado.gov.br/legislação.

¹³⁵ Atual estrada que liga o Amazonas a cidade de Boa Vista/Roraima. Não se encontrou nos documentos indícios para nos determos nesta afirmação.

¹³⁶ BACURY, F. F. de L. Idem, pp.104-105.

O Deputado Federal Manoel Uchôa Rodrigues buscou provar a culpabilidade do general Bento Fernandes que, desembarcou em Manaus 25 de janeiro com mais três oficiais para formarem o Conselho de Investigação e darem início ao interrogatório dos militares acusados pelas *ocorrências de 2 de janeiro*¹³⁷ e, de imediato recusou o general a hospedagem oferecida pelo governador para em seguida, aceitar a oferta de Hilário Francisco Álvares um líder da oposição *e candidato derrotado nas eleições municipais realizadas no dia da chegada do Sr. general a Manaus*, o que era uma prova incontestável de *sua conduta francamente favorável aos desordeiros* que na última hora o abandonaram.

Esses Manifestos exigiam dos poderes públicos vigentes a punição do general Bento José Fernandes Júnior devido à interferência na política do Estado, provocando aqueles fatos. O General Bento Fernandes reafirmou sua defesa enfatizando que, veio a Manaus apenas para investigar *um crime de sedição, no qual o governo do Estado dava como implicados os oficiais do Exército*, major Tristão Sucupira de Alencar Araripe, capitão José de Alencar Araripe e o tenente Claudio da Rocha Lima, reconheceu que, *em face das provas recolhidas, a improcedência da primeira parte da acusação, puni os acusados pela Segunda parte, isto é, por desobediência.*¹³⁸ Para o general, esse veredicto desgostou o Governador, que resolveu desacatá-lo primeiro, em *carta aberta* publicada no órgão oficial Amazonas para, em seguida, envolvê-lo em uma *traição*. E concluiu a sua exposição afirmando:

- a) que o Sr. Governador do Estado autorizou o atentado contra a minha existência;
- b) que para realizar esse intento criminoso tinha-se combinado com o Comandante do 36º, tenente-coronel Geographo de Castro Silva e os Srs. Manoel Uchôa Rodrigues e Raymundo Figueira;
- c) que S. S. preparava-se de longo tempo para promover a luta fraticida que acaba de ensanguentar-lhe a farda;
- d) que não provoqueei a sua força, o seu ódio, nem a sua autoridade;
- e) que se me fosse ambição apeá-lo da posição que indignamente ocupa, tê-lo-ia feito sem perturbar a paz publica;
- f) que não o enxotei de Palácio com a gente que o assanhava para o crime, não foi porque não pudesse, mas porque não era isso de meu dever;

¹³⁷Primeira tentativa de depor Eduardo Ribeiro.

¹³⁸BACURY, F. F. de L. Idem, p. 131.

g) que, finalmente, o único criminoso e responsável direto pelo sangue derramado, pelos prejuízos causados, pelos assassinatos cometidos é o Sr. Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro.¹³⁹

O autor do manifesto¹⁴⁰ buscou negar a sua participação na conspiração e no confronto armado atribuindo um caráter *popular* àquela tentativa de deposição. Também, não mencionou quais eram as provas que, absolviam os militares do *crime de sedição* ao mesmo tempo acrescentava quando os manifestantes foram procurá-lo avisou que não poderia interferir *senão no caso de conflito entre a força estadual e o povo*.¹⁴¹ Lima Bacury e o tenente-coronel Geographo de Castro Silva contestaram essa exposição, assinalando que o general publicou *um acervo de inverdades e de contradições* assemelhando-se o manifesto mais a um atestado de autoacusação.

O advogado e um dos líderes do partido Nacional Agesilau Pereira da Silva que lançou o seu manifesto *ao Paiz* a 11 de março de 1893 por meio da *Província do Pará* e a 19 daquele mês pelo *Diário de Manaus*. Vários manifestos com defesas e acusações haviam sido publicados e eram repetitivos nas agressões pessoais; este foi mais além e esclareceu alguns pontos ainda não mencionados que contribuíram para o desfecho das lutas de fevereiro. O autor fazendo recorrência ao mês de janeiro quando ocorreram às eleições municipais iniciou a argumentação:

Desde o dia 25 de Janeiro, em que se procedeu no Amazonas a eleição municipal, convergiram todos os meus esforços de diretor da oposição ao atual Governo estadual para um fim único: - acalmar a irritação produzida nos espíritos pela falsificação das atas de quatro secções eleitorais (inclusive uma da capital) com a qual fora a mesma oposição esbulhada dos cargos de superintendente e intendentes do município, que ela havia conquistado lealmente nas urnas; mostrando aos que, insuflados por algumas pessoas estranhas ao partido, se mostravam propensas a reagir contra esse fato, que semelhante alvitre era, além de improfícuo, altamente impolítico (sic). Improfícuo, porque o Governo com os meios de que dispunha, e que não podia deixar de empregar, facilmente dominaria qualquer manifestação

¹³⁹BACURY, F. F. de L. *idem*, pp. 143-144.

¹⁴⁰Agesilau Pereira da Silva era advogado e filho do coronel do exército Raymundo Pereira da Silva, abastado fazendeiro do Piauí. Aos 26 anos, elegeu-se deputado geral em 1873 no Maranhão e em 1877 foi nomeado Presidente da Província do Amazonas. “De regresso ao Piauí, o Dr. Agesilau (sic) exerceu a advocacia nos foros de Terezina e S. Luiz” (BITTENCOURT, 1973, p. 33), esteve à frente de um processo que envolveu o clero maranhense, alguns oficiais do exército e jornalistas, dentre estes, encontraremos Eduardo Ribeiro, conhecido pela alcunha de o ‘Pensador’, título do jornal que dirigia. Agesilau deu causa ganha para o clero. Sete anos depois, retornou para o Amazonas onde fundou com Jonathas de Freitas Pedrosa o partido Nacional. (BRAGA, Robério.1997, p. 9)

¹⁴¹BACURY, F. F. de L. *idem*, p. 134.

popular hostil: - impolítico, porque os movimentos sediciosos contrariam de frente o programa nacional, cujo princípio cardeal é – a ordem como condição essencial de liberdade e de progresso;¹⁴²

No entanto, como saber se as falsificações ocorreram? Cada envolvido naqueles eventos apresentou sua versão baseada em interesses, apesar de dados insuficientes a possibilidade de fraude existiu e não pode ser descartada. Os ânimos estavam exaltados porque os concorrentes do partido Nacional foram espoliados nas eleições das posições que, supostamente conquistaram nas urnas e pela vontade popular, por meio da *corrupção* e da *fraude* e de acordo com Agesilau Silva: *Espalhara-se então o boato, partido dos amigos do Governo e talvez autorizado pelos manejos a que já fiz referência, de que a oposição no dia 9 de Fevereiro impediria violentamente a apuração municipal.*¹⁴³ Agesilau assinalava que, buscou manutenção da ordem evitando o conflito entre as facções, não que estivesse transigindo com o Governo, mas porque era contrário aos movimentos *sediciosos*

Certificando-se de que efetivamente se procurava nas camadas inferiores do partido excitar os ânimos e arrastar os mais crédulos ou menos perspicazes a uma demonstração hostil a esse ato oficialmente anunciado, eu e os meus colegas do Diretório aconselhamos pelo ‘Estado do Amazonas’ e ‘Diário de Manaus’, com a autoridade dos nossos cargos, a toda a oposição que se abstinhasse em massa de comparecer nesse dia á Intendência Municipal... E lá não foi ninguém;¹⁴⁴

Novamente os rumores espalharam-se, porém, estavam associados ao impedimento da posse dos cargos juntamente com a deposição de Ribeiro programados para o dia 27 de fevereiro de 1893, responsabilizando o partido Nacional e o 36.º Batalhão de Infantaria como os agentes desse distúrbio e Agesilau entrou em ação...

Entendi-me pessoalmente com alguns correligionários de influência no seio do partido, entre os quais mencionarei os Srs. Manoel Uchôa Mourão, Francisco Flores e tenente Joaquim Guedes, recomendando-lhes insistentemente que proibissem expressamente o comparecimento dos seus amigos à posse do dia 27 e a qualquer outra reunião ou **meeting**, que alguém se lembrasse de convocar.¹⁴⁵

¹⁴²BACURY, F. F. de L. idem, pp. 169-170.

¹⁴³Idem, p. 171.

¹⁴⁴Idem, Ibidem.

¹⁴⁵BACURY, F. F. de L. Idem, p. 173.

Em síntese, para Agesilau todas as acusações dirigidas tanto a sua pessoa como ao general Bento Fernandes eram invenções dos governistas intencionados em incriminar a ambos, principalmente o general, por estarem insatisfeitos com o julgamento dos oficiais da guarnição envolvidos na deposição do governador em 30 de dezembro de 1892. Apesar de saber que, a aclamação do major Constantino Nery e a deposição de Eduardo Ribeiro foram manifestações do *povo* e que, mesmo como chefe do partido Nacional combatente da gestão atual por conta *dos seus desmandos, da sua falta de boa orientação, e mesmo de patriotismo [...]*,¹⁴⁶ em momento algum pensou em retirar o governador da posição que ocupava.

Não obstante, na documentação não foi possível saber de onde partiram os rumores, se existiram e se não houve intenção de impulsionar os opositores à investida. Porque segundo o narrador, provavelmente sairiam perdedores; assim sendo, por que a proibição aos correligionários de comparecerem à posse? E se não houve conluio por que barraram as tentativas de rebeliões? E o narrador tinha informações sigilosas que só quem estava a par da conspiração teria e a negativa de envolvimento não era garantia de inocência:

Nunca ouvi falar que os adversários do Sr. Dr. Eduardo Ribeiro tramassem a sua queda em conciliábulos, e se alguma reunião dessa natureza teve lugar, sob minha honra afirmo que a ela não compareci, que a não autorizei, e que se dela houvera tido ciência, procuraria impedi-la, como procurei e consegui impedir todas as tentativas sediciosas que pretenderam fazer **às costas** do meu partido ou sob a responsabilidade dele.

Quanto aos Srs. padre Amâncio de Miranda e Hilário Francisco Alves, (sic) igualmente afirmo sob minha honra que nem sequer tive ocasião de os ver no Quartel General nas poucas vezes que as minhas ocupações me permitiram visitar o ilustre Sr. General Bento Fernandes.¹⁴⁷

No Domingo 26 de fevereiro iniciaram os confrontos armados. Segundo Agesilau da Silva, o general Bento Fernandes foi informado de que o governador o mandaria *prender e ao seu estado maior, naquele dia, e fazê-lo embarcar a força para a sede do*

¹⁴⁶Idem, p. 182.

¹⁴⁷Idem, p. 175.

Distrito Militar.¹⁴⁸ O governador havia saído a passeio com destino a Lages. Porém, o general observou que, a *excursão às Lages* tinha por propósito que o *atentado* fosse praticado na sua ausência.

Assim, o General Bento Fernandes reuniu-se com os oficiais major Tristão Sucupira, capitão José Araripe e tenente Rocha Lima e dirigiu-se para o Quartel do 36.º e lá chegando encontrou o portão fechado sendo comunicado pelo oficial Rego Barros que, por ordem do tenente-coronel Geographo de Castro Silva. Ao insistir para que lhe abrissem o portão Geographo Silva avisou-lhe através de uma janela que não tinha permissão para entrar no Quartel porque estava *fora da lei*. Foi então que, *vários* oficiais arrombaram o portão e foram recebidos com *vivas* dos soldados que estavam *armados e de prontidão*.

O tenente-coronel Geographo Silva foi desarmado e preso, nesse momento, chegou ao prédio o piquete policial, acordado segundo o general com o *comandante Geographo para prendê-lo*, mas foi combatido à descarga de baioneta. Em seguida, chegaram ao Quartel,

fardados e armados, os Srs. Drs. major Clarindo Chaves e capitão Uchôa Rodrigues, os tenentes João de Lemos e Amorim Figueira, não com os seus uniformes de oficiais superiores do Batalhão de Segurança e do Corpo de Bombeiros, mas como de oficiais do 36.º. Igualmente os prendera, soltando, porém, momentos depois o Sr. tenente Figueira, por ele ter dado sua palavra de militar de não vir atacar o Quartel à frente da polícia;¹⁴⁹

Lima Bacury por seu turno negou que o confronto armado tenha partido das forças governistas e revelou que, os combates armados iniciados pelo general Bento Fernandes foram renunciados em dois momentos: quando o general sem vínculos com os negócios políticos do Amazonas alinhou-se ao partido Nacional e resolveu tomar-lhe as dores, levando ao conhecimento de Eduardo Ribeiro o protesto da oposição que, solicitava o cumprimento da *apuração da eleição* empossando os *seus amigos* eleitos ao cargo de superintendente e intendente municipal como era de direito e em caso de recusa,

¹⁴⁸Idem, p. 177.

¹⁴⁹BACURY, F. F. de L. p. 179.

o que de fato ocorreu, restava-lhe *o recurso de impedir violentamente a apuração da eleição municipal*.¹⁵⁰

No segundo momento, em decorrência da recusa os ânimos exaltaram-se e no dia 25 de fevereiro *alguns oficiais da força federal* e os *Araripes* desacataram Eduardo Ribeiro no *Teatro Público* à vista do referido general e de todos os presentes. Concluindo que, se o tenente-coronel Geographo declarou que o *General Bento Fernandes estava fora da lei é porque tinha certeza em vista dos atos precedentes, pois é notório que S. Ex. veio para aqui com o plano formado de depor o honrado Governador do estado, fato que realizou-se na presença do batalhão[...]*.¹⁵¹ Bacury, ao contestar o manifesto de Agésilau Silva também confirmou o confronto e o conflito entre os dois lados apesar de pôr o governador E. Ribeiro como vítima da oposição.

O inquérito teve início à 1º de março de 1893 e pelo depoimento de Marcos de Carvalho, transcrito por Bacury, por sentir-se *ameaçado* viajou para o Pará retornando após *algum tempo*, mas não sabemos ao certo quanto tempo duraram os interrogatórios e nem encontramos nenhum indício concreto de seus resultados a não ser o telegrama abaixo:

Dr. Eduardo Ribeiro, Governador – Manáos. – Urgente. Rio, 12 de março de 93. – General Bento foi demitido do Comando do Distrito desde que chegou a notícia de seu procedimento nesta Capital. Cessou sua autoridade. Foi nomeado para substituí-lo o General Frederico Cavalcante. Acha-se no Comando interino o coronel Medeiros que já está em Belém. Ontem seguiram três generais para averiguarem a verdade dos fatos ocorridos em Manaus, para assim poder o Governo punir os criminosos. Estranho que já não houvessem chegado essas alterações ao conhecimento das autoridades federais daí. – Saudações afetuosas Floriano Peixoto.¹⁵²

Em 1893 apesar das violências sofridas causadas pelas agitações políticas, Manaus já havia se transformado na capital do látex e se modernizava ruas eram abertas e o serviço de coleta de lixo, bondes elétricos e eletricidade já funcionavam na região central. Os códigos de Posturas Municipais objetivavam a limpeza e a higiene públicas e para tanto, proibiam as lavadeiras de lavarem roupas nos igarapés, assim como, os banhos e a lavagem de animais nos rios, vários igarapés centrais foram aterrados. Os

¹⁵⁰Idem, p. 188.

¹⁵¹BACURY, F. F. de L. idem, p. 194.

¹⁵²Idem, p. 288.

ingleses tomaram conta da companhia de energia, de abastecimento de água e luz, dos serviços de transportes urbanos e receberam concessões do governo para administrar o Mercado Público e o Porto, os investimentos foram feitos em diversos setores:

Porto (Manáos Harbour Ltd.), Transporte urbano e Iluminação (Manáos Railway Co.), (Manáos Electric Lighting Co.), (Manáos Tramways and Light Co.), Comunicação (The Amazon Telegraph Co. Ltd.), Água e esgoto (Manáos Improvements Ltd.), Mercado Público e abatedouro (The Manáos Markets and Slaughterhouse Ltd.), Estaleiro e Oficina Naval (The Amazon Rivers Steam Navegation Ltd.).¹⁵³

Os interrogados em março 1893 em sua maioria alegaram inocência, Américo Vitruvio Gonçalves Campos afirmou que não sabia das ocorrências no Quartel do 36.º no dia 26, apesar de ser o redator da mensagem de deposição de E. Ribeiro e aclamação de Constantino Nery; Serapião de Aguiar Mello membro do partido Nacional relatou que no dia 26 dirigiu-se para casa de Agesilau Pereira da Silva onde aconteceria uma festa e somente às 15h30 soube por um soldado que havia *barulho no Quartel*; Alexandre Rayol respondeu que, no dia 26 convidou o General Bento Fernandes para almoçar em sua residência e este levou mais alguns militares consigo e que, após o almoço o padre Amâncio foi procurar pelo General, mas ficaram a sós, somente à tarde soube que o padre juntamente com um grupo de pessoas havia aclamado governador Antonio Constantino Nery. Porém, se a deposição foi tramada em sua casa *abusaram de sua amizade*.

Ponce de Leão confirmou ter almoçado na residência de Alexandre Rayol em companhia do General, mas não participou da conferência entre este e o padre Amâncio e de nada sabia, não assinou documento algum e apenas assistiu a tudo; Innocencio Peixada declarou ter sido chamado por Hilário Francisco Álvares a sua casa e este lhe pediu que arranjasse o maior número de pessoas possível para atacarem o Quartel de Polícia e o Palácio do Governo; contudo, pesou as *consequências* daqueles atos e resolveu sair de casa e retornar somente quando tudo estivesse terminado. Antonio Pinheiro estava no *Diário de Notícias* onde era *administrador e impressor* quando chegou Antonio Augusto dos Santos Porto e disse ao redator Olympio Lima que, naquele dia *rebentaria* o levante e mais tarde viu chegarem ao jornal para imprimir o boletim de

¹⁵³BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia** – Formação Social e Cultural. Manaus: Ed. Valer, 1999. pp. 197-207.

aclamação e deposição Marcos de Carvalho, Vitruvio Gonçalves Campos, Serapião Mello, Silvério Monteiro e Manuel Dejard, não tendo mais nada a relatar.

O tenente-coronel Geographo de Castro Silva participou desse interrogatório, todavia não acrescentou nada de novo, repetiu as suas acusações de que, os combates travados naqueles dois dias eram de responsabilidade do Partido Nacional, executados pelos oficiais do exército Tristão Sucupira, José Araripe e Claudio da Rocha e *patrocinados* pelo general Bento Fernandes.

O depoimento de Marcos de Carvalho redator do *Diário de Notícias* foi interessante por ser o único a assumir a sua participação nos acontecimentos. Revelou que, no dia 26 recebeu dois avisos enquanto trabalhava no jornal, *um dizia que o Chefe de Segurança mandava-o chamar a sua residência, outro que o Partido Nacional ia fazer uma revolução.*¹⁵⁴ Ao primeiro respondeu indo à casa do Chefe de Segurança e quando estava próximo ao Quartel viu toda a movimentação, quando os manifestantes prepararam a ata de aclamação e deposição assinada por Agesilau Pereira da Silva, Antonio Guerreiro Antony, Padre Amâncio, Gonçalves Campos, Olindo Tristão; assinou também por ser favorável à queda do governador e porque concordava com as ideias políticas dos manifestantes.

As testemunhas do inquérito foram o capitão reformado Francisco Moreira da Rocha declarou que, estava no Quartel quando ouviu o toque de '*chamada ligeiro*' e foi ver o que era e por isso assistiu a prisão do capitão Uchôa Rodrigues, tenente João Lemos e Raymundo de Amorim Figueira desconhecendo a causa também viu um grupo de aproximadamente trinta pessoas dirigirem-se para frente do Quartel e aclamarem Constantino Nery governador. A aclamação foi feita pelo padre Raymundo Amâncio de Miranda, quanto ao general Bento Fernandes assistiu a tudo sem nada fazer assim como o depoente por se tratar de um ato político e não militar depois disso se retirou.

A segunda testemunha, o tenente José Soares de Souza Fogo afirmou que a aclamação de Constantino Nery se deu com a anuência do general comandante do distrito [Bento Fernandes] ouviu dizer que, tramavam uma revolução em frente ao Quartel do 36.º, dirigiu-se para ali onde encontrou pessoas do Partido Nacional como Antonio Guerreiro Antony, capitão Olindo Tristão de Salles, Marcos de Carvalho estavam armados e Manoel Júlio de Andrade e *pessoas pertencentes em sua quase*

¹⁵⁴BACURY, F. F. de L. Idem, pp. 209-210.

totalidade a baixa sociedade. Assistiu à aclamação e ao entrar no Quartel, observou estarem presos Uchôa Rodrigues, tenentes João Lemos e Fernando Barbosa estes lhe contaram que o tenente-coronel Geographo de Castro Silva estava *incomunicável* e que, foram presos os que se recusaram a aderir à sedição.

Olindo Tristão de Salles era a terceira e última testemunha respondeu que procurado por Antonio Guerreiro Antony convidando-o para uma reunião em sua casa e lá encontrou o Major Antonio Constantino Nery, dois oficiais do 36º e um desconhecido. Segundo o depoente, Antony falou sobre os planos de deposição que, pretendiam realizar na madrugada do dia 27 de 1893, mas não acreditou que *tais planos* pudessem realizar-se e quando soube dos acontecimentos assinou a ata de aclamação e deposição por livre e espontânea vontade, não tendo mais nada a declarar.

Observa-se que, no episódio de 14 de janeiro de 1892 na gestão de Thaumaturgo de Azevedo a articulação entre os democratas civis e militares seria insuficiente para entrarem em ação sem as medidas decretadas por Floriano Peixoto, visto que, ao tomar posse do governo o *Marechal de Ferro* reconvocou o Congresso dissolvido por seu antecessor e decretou a deposição de quase todos os governadores estaduais que o apoiaram, sem importar-se com o fato de haverem sido eleitos.¹⁵⁵ Em abril, o Manifesto dos treze generais foi tratado por Floriano como um ato característico de *conspiração e sedição* e os desterrou para o Forte de São Joaquim, no Rio Branco, Estado do Amazonas, dezessete militares e dentre estes o ex-governador do Amazonas Gregorio Thaumaturgo de Azevedo.

Gregorio Thaumaturgo de Azevedo foi deposto do Governo do Amazonas em janeiro retornando em abril ao Estado na situação de prisioneiro político deportado para S. Joaquim, no Rio Branco conforme o *art. 80 § 2º da Constituição e decreto n.º 791 de 10 de abril*.¹⁵⁶ Em fevereiro de 1892 quando deixou a administração, deposto por Floriano Peixoto publicou um Manifesto expondo à nação os motivos de sua deposição e ressaltando as circunstâncias que, o envolveram como *vítima de um poder arbitrário e violento*, porém, ao desembarcar na capital da República rearticulou-se com os militares descontentes e participou do Manifesto dos treze generais enviado ao Marechal Floriano Peixoto, sua posição já estava patente na conclusão do seu relato:

¹⁵⁵BASBAUM, Leôncio. Op. cit., p. 26.

¹⁵⁶CARONE, Edgard. Op. cit., p. 77.

Ausente do Amazonas continuo a me considerar o presidente legalmente eleito, certo de reassumir a administração quando o país voltar à legalidade, não estando longe o dia em que serão expulsos do seu território o intruso e os mercenários que aceitaram a missão de subverter a ordem e desorganizar o Estado, levando o ferrete da venalidade e maldição de um povo que os despreza tanto quanto odeia aos execrados promotores da viuvez e orfandade nos Estados, responsáveis perante a Nação e a Historia pelo descabro que vai por esta malfadada **República Federativa**. – Gregório Thaumaturgo de Azevedo, Presidente do Amazonas.¹⁵⁷

O texto acima era um prenúncio dos episódios de dezembro de 1892 e fevereiro de 1893 em que os militares dissidentes e civis republicanos ou não, adversários dos governos federal e local fizeram do *Diário de Manaus* órgão do partido Nacional, uma arena de expressão verbal até partirem para as lutas da desforra.

Convém salientar que, a conspiração tramada, desencadeou nos conflitos armados, no primeiro momento os conspiradores não estavam fortemente articulados o que parece ter fragilizado o movimento conspiratório desembocando no seu fracasso, enquanto, no segundo momento, Eduardo Ribeiro não estava desprevenido e resistiu, por isso, saiu vitorioso, mantendo-se no governo até julho de 1896.

Os ofícios trocados entre Ribeiro e o comandante interino da Polícia Militar em 1893 são pistas de que o governo estava de prontidão:

Sr. Comandante do Batalhão Militar de Segurança. Não constando do vosso ofício de 14 deste mês referência alguma sobre o fato de, segundo se verifica da leitura de várias peças oficiais relativas aos acontecimentos de 26 e 27 de fevereiro findo, haver uma força do piquete de cavalaria do batalhão Militar de Segurança tentado invadir, na tarde de 26 do referido mês de Fevereiro, contra o Quartel do 36º Batalhão de Infantaria, convém que com urgência me informeis o que motivou essa medida, caso seja verídico o fato. Saúde e Fraternidade. Eduardo Ribeiro.

(resposta)

Exm. Sr. Capitão Doutor Eduardo Gonçalves Ribeiro, Governador do Estado. Respondendo ao vosso ofício desta data, no qual mandais informar sobre o fato de algumas praças do piquete de cavalaria tentarem invadir o Quartel do 36º Batalhão de Infantaria na tarde de 26 de Fevereiro último, tenho a dizer-vos que tendo o Sr. tenente-coronel Raymundo de Amorim Figueira determinado que fossem postas à sua disposição seis praças montadas, fiz seguir, na qualidade

¹⁵⁷CARRVALHO, José Carlos de. **O Livro de minha vida na Guerra, na paz e nas revoluções** – 1847-1910. Rio de Janeiro; Typ. Do Jornal do Comércio, 1912. V. 1.

de fiscal do batalhão, o cabo Eduardo Zacharias do Nascimento com aquele número de praças. O referido cabo seguiu com esta força com destino a Palácio, onde supunha encontrar o Sr. tenente-coronel Amorim Figueira, e sendo aí informado que ele se achava no Quartel do 36º, para ali se dirigiu, tendo, ao chegar ao dito Quartel, a imprudência de tentar entrar nele afim de apresentar-se ao referido Sr. tenente-coronel que ali se achava. Esta tentativa originada unicamente de má compreensão do cabo Zacharias e inteiramente destituída de qualquer pretensão hostil, deu lugar a que crescido número de praças do 36º expelisse, com carga de baioneta, a mencionada força de cavalaria. A força de Infantaria a muito custo cessou o seu ataque e finalmente pôde o Sr. tenente-coronel Figueira, no meio de ameaças e insultos, convencer aos oficiais daquele batalhão e ao próprio Sr. General Comandante do 1º. Distrito Militar do verdadeiro motivo de terem ali comparecido as referidas praças de cavalaria. A força retirou-se para o Quartel e o cabo Zacharias foi recolhido preso ao xadrez do batalhão como único culpado dessa desagradável ocorrência.¹⁵⁸

O saldo oficial dessa última tentativa de derrubar Eduardo Ribeiro foi a morte dos soldados da polícia militar Manoel Miguel Feitosa e Manoel Corrêa de Araújo, do sargento Manoel José das Neves e do cabo Manoel Barbosa Maciel. Os problemas sociais permaneceram inalterados, a modernização da capital do Amazonas seguiu seu curso e o grupo político aliado ao governo florianista saiu vitorioso. Os episódios violentos ocorridos em 1892 e 1893 não trouxeram benefícios para população em geral, talvez porque fazia parte dos fios de uma trama política nacional instituída com a inauguração novo sistema republicano.

1.3. Velhos e novos personagens

Na capital da República Floriano Peixoto enfrentava as manifestações contrárias a seu governo que, se avolumavam pelo país, a Revolução federalista agitava o Rio Grande do Sul há meses quando em 6 de setembro de 1893 Custódio de Melo iniciou a revolta da Armada exigindo a renúncia de Floriano; o Marechal apoiado pelo Congresso decretou estado de sítio, mesmo assim dias depois a cidade foi bombardeada, o governo solicitou a intervenção estrangeira¹⁵⁹ dos navios mercantes e de guerra dos Estados Unidos, Inglaterra, França e Itália atracados no porto do Rio e aceitou o acordo de *cidade*

¹⁵⁸Os ofícios estão datados de 29/03/1893 apud BACURY, F. pp. 166-168.

¹⁵⁹Arias Neto, José Miguel. **Em busca da cidadania:** Praças da Armada Nacional 1867-1910. Tese de doutoramento. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. pp. 209-210.

*aberta*¹⁶⁰ em que revoltosos e governo não poderiam entrar em ação ofensiva, ganhando tempo para reagir.

Saldanha da Gama aderiu a Revolta e mostrou suas intenções restauradoras, porém, Custódio de Melo não aspirava um retorno à Monarquia. O Manifesto de Saldanha da Gama possibilitou a Floriano Peixoto produzir a estratégia de salvar a nação e assim saiu vitorioso, venceu a revolta da Armada e a revolução Federalista. Na sucessão presidencial foi eleito Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil da República, empossado em 1.º de março de 1894, sem a presença de Floriano.

O presidente Prudente de Moraes reorganizou o aparelho administrativo demitiu funcionários irregulares, exonerou militares dos cargos civis e vetou *o aumento dos quadros do Exército*. Em março de 1895 o presidente reatou as relações diplomáticas com Portugal; em seguida anistiou os insurgentes federalistas e da Armada aumentando as tensões e como se não bastasse veio à tona o incidente conhecido como Protocolos Italianos que quase interrompeu as relações diplomáticas entre Brasil e Itália.¹⁶¹ O conflito em Canudos tomou proporções inesperadas e acenou como mais um fantasma da restauração monárquica, era o ano de 1897.

Nesse contexto, a sucessão governamental em Manaus reacendeu a chama dos conflitos com a eleição de Fileto Pires Ferreira manobrada por Eduardo Ribeiro que, alterou o horário da votação iniciando a sessão eleitoral somente com os governistas¹⁶² deixando os demais congressistas de fora.

Foi na gestão de Fileto Ferreira que o Amazonas enviou um contingente de *249 praças de pré e 24 oficiais [...] a 4 de agosto*¹⁶³ de 1897 para Bahia, comandados pelo tenente coronel Candido José Marianno do 1.º Batalhão de Infantaria do Estado para se

¹⁶⁰QUEIROZ, Suely Robles Reis. **Os Radicais da República: Jacobinismo - ideologia e ação 1893-1897**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 31.

¹⁶¹Idem, pp. 38-42;

¹⁶²ANTONACCIO, Gaitano Laertes Pereira. **Políticos influentes no Amazonas (1889 a 2005)**. Manaus: Imprensa oficial do Amazonas, 2006. p. 91.

¹⁶³MARIANNO, Candido José. Relatório apresentado pelo tenente-coronel comandante do 1.º Batalhão de Infantaria do Estado sobre a estada do mesmo fora do Amazonas durante o tempo que, esteve à disposição do Governo Federal e em operações no Estado da Bahia, em 15 de dezembro de 1897. Manaus: Imprensa Oficial, 1897. p. 3. Vangloriava-se apesar de ter conduzido para um campo de batalha, soldados despreparados que morreram em combate.

incorporar as forças expedicionárias *que combatiam pela estabilidade das instituições vigentes e manutenção da ordem*¹⁶⁴ em Canudos.

Marianno em relato para o governador reproduziu o senso comum à época sobre Canudos que ali vivia uma corja de *bandoleiros e assassinos* que, vencidos pela sede, fome, bombardeios e exaustão, entregaram-se. *O batalhão do Amazonas, tanto ou mais que nenhum outro concorreu brilhantemente para o êxito final.*¹⁶⁵ No entanto, vinte praças amazonenses pereceram na campanha. A guerra de Canudos fazia parte de um conjunto de forças reunidas para consolidação do sistema político republicano e depois de duas expedições derrotadas pelos moradores de Canudos a imprensa começou a divulgar que, *os monarquistas estavam mancomunados com os conselheiristas [...]* *Não se compreendiam as derrotas infligidas às forças oficiais pelos canudenses a não ser pelos reforços que lhes eram prestados pelos restauradores.*¹⁶⁶ Em novembro de 1897 após a quarta Expedição militar, Canudos foi derrotada, incendiaram a cidade, degolaram prisioneiros e os poucos sobreviventes se renderam. A República mais uma vez estava salva.

A administração do capitão Fileto Ferreira pautou-se pelos embates com a oposição, seu vice-governador coronel José Cardoso Ramalho Júnior, supostamente mancomunado com Eduardo Ribeiro,¹⁶⁷ falsificou sua assinatura e aprovou sua renúncia enquanto Ferreira estava em viagem à Europa. Ramalho Júnior assumiu o governo até julho de 1900 quando Silvério José Nery foi eleito assumiu o governo e denunciou seu antecessor pelo esvaziamento dos cofres públicos.

No testemunho editado por Fernando Guapindaya três testemunhas foram requeridas pela 1.^a Pretoria do Estado para prestar declarações sobre a falsificação da firma de Fileto Ferreira, o advogado Alfredo Alexandre de Jesus Ferreira declarou ter visto Aristides Bayma copiando *umas tiras de papel a mandado do cidadão José Cardoso Ramalho Júnior Vice-Governador* que, assinou o papel com o nome de Ferreira e sem segredar sua atitude comentou em conversa com seus amigos. O

¹⁶⁴Idem, Ibidem.

¹⁶⁵Idem, pp. 5 e 12.

¹⁶⁶JANOTTI, M. de Lourdes M. Op. cit., pp. 135-136.

¹⁶⁷Conforme GUAPINDAYA, Fernando. **O Amazonas. Os escândalos da Administração do sr. José Cardozo Ramalho Júnior.** Rio de Janeiro: Diário de Notícias, 1900. pp. 12-13; 81-84; MONTEIRO, Mário Ypiranga. **A Renúncia do dr. Fileto Pires Ferreira.** (Fac-similado). Coleção documentos da Amazônia n. 39. Manaus: Edições governo do Estado do Amazonas, 2001. pp. 11-14. Segundo o autor, Fileto Ferreira em sua defesa alegou ter deixado “uma folha de papel em branco devidamente assinada” com Eduardo Ribeiro.

funcionário público Aristides Emiýgdio Bayma, a segunda testemunha confirmou ter sido chamado por Ramalho Júnior para copiar uma folha sem assinatura *documento pelo qual o Dr. Fileto Pires Ferreira, renunciava o seu cargo[...] o mesmo Vice-Governador assinou o referido documento.*¹⁶⁸

O depoente destacou que o vice-governador deixou claro que *ofício da renúncia* foi obra sua. O último depoente, o tenente coronel do exército e deputado estadual Fernando Guapindaya de Souza Brejense respondeu que, o documento da renúncia foi redigido por Aristides Bayma, assinado por Ramalho Júnior e além dele presenciou o ato, a primeira e segunda, testemunhas Manoel Bettencourt, Fabio Salgado e Eduardo Gonçalves Ribeiro. O testemunho de Guapindaya foi o único que envolveu Eduardo Ribeiro na renúncia. Os depoimentos são vagos, a documentação escassa, mas parece pouco provável que Eduardo Ribeiro tenha participado da farsa da renúncia; porque nomeou F. Ferreira como secretário de governo em 1892, lançou sua candidatura na sucessão governamental e o mesmo se manteve do seu lado no episódio de deposição.¹⁶⁹

Em 1900, a expansão econômica da exportação do látex impulsionou Manaus à modernização, mas a cidade ainda carregava hábitos dissonantes daquilo que se esperava de um lugar em desenvolvimento. A coleta de lixo nos arredores era feita em carroças e, quando não era lançado no Rio Negro, era levado para o subúrbio para ser queimado. Em 1899 foi assinado o primeiro contrato *para instalação de um forno de incineração [...] sendo o mesmo entregue pelo governo do Estado à Municipalidade em 1901.*¹⁷⁰ Todavia, o serviço permaneceu irregular. Em novembro, os estivadores entraram em greve exigindo melhores salários, não somente pelas longas jornadas de trabalho, mas pelo os altos preços dos gêneros de primeira necessidade.¹⁷¹

Rodrigues Alves foi eleito em março de 1902 e introduziu mudanças na lei eleitoral investiu na construção do Teatro Municipal, Biblioteca Nacional e Instituto Manguinhos no Rio de Janeiro, auxiliou na edificação da faculdade de Direito de Recife e nas faculdades de Medicina de Salvador e São Paulo, comprou navios de guerra e dentre os inúmeros investimentos na modernização do Brasil, buscou resolver as

¹⁶⁸Idem, pp. 81-84.

¹⁶⁹BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário amazonense...** Op. cit., pp.219-223.

¹⁷⁰DIAS, Edineia Mascarenhas. **A ilusão do fausto...** Op. cit., p. 74.

¹⁷¹PINHEIRO, M. L. Ugarte. **A cidade sobre os ombros...** Op. cit., p. 210.

pendências de limites territoriais e *a solução da problemática do Acre, após longas negociações*.¹⁷²

A estabilidade econômica iniciada pelo Presidente Campos Sales em 1898 não pôs fim à instabilidade social posto que no Distrito Federal, em 1904, eclodiu a revolta da Escola Militar e a turbulenta revolta da vacina contra a lei que tornou obrigatória a vacinação antivariólica com um resultado de mortos, feridos e *quase mil presos, sendo que centenas destes enfrentariam um breve estágio na ilha das Cobras e, em seguida, uma viagem sem regresso para o Acre*.¹⁷³

Ressalta-se que o Tratado de Petrópolis de 17 de junho de 1903 criou o território do Acre e o dividiu em *Departamentos: Acre, Alto Purus e Alto Juruá* indenizou a Bolívia e o devolveu ao Brasil. Porém, os prefeitos nomeados para os departamentos, reclamavam mais recursos para administração pública alegando que, o governo Federal apoderava-se de toda arrecadação de impostos de exportação sobre a borracha. A insatisfação alcançou seringalistas, aviadores e políticos e gerou três movimentos emancipacionistas iniciando no alto Juruá e se estendendo por todo Acre.¹⁷⁴

No Amazonas as doenças endêmicas tornaram-se também um obstáculo ao avanço do progresso no Estado e em 1903 foi decretado a obrigatoriedade da *desinfecção das casas, asseio das habitações, pintura etc., sem falar nas visitas domiciliares desenvolvidas pelo corpo medido da Diretoria de Higiene*.¹⁷⁵ A Malária se espalhava pela cidade especialmente nos bairros cortados por igarapés nos meses de vazante do rio Negro: Cachoeirinha, Mocó, São Raimundo e outros tornavam-se focos de proliferação do mosquito. Todavia, para o Superintendente Adolpho Lisboa a alta taxa de mortalidade nos anos de 1904 a 1906 não foi causada por doenças, mas pela *miséria*.¹⁷⁶

¹⁷²CARONE, E. **A República Velha II...** Op. cit., p. 212.

¹⁷³CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Cia. das letras, 1996. p. 97.

¹⁷⁴LOUREIRO, A. J. S. **O Brasil Acreano**. Manaus: Gráfica Lorena. 2004. Pp. 14-79.

¹⁷⁵DIAS, Edinea Mascarenhas. Op. cit., p. 155.

¹⁷⁶Idem, p. 157.

Nesse contexto, Antônio Constantino Nery foi empossado governador do Amazonas em 1904 e enfrentou a oposição que, considerava o seu governo ilegal por ser irmão de seu antecessor, em 1907 alegando motivo de doença afastou-se¹⁷⁷ e passou o cargo para Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, vice-governador que, logo se declarou impossibilitado para o exercício da função e entregou o cargo para o presidente do Congresso legislativo Coronel Affonso de Carvalho que, convocou sessão extraordinária para comunicar a suspensão dos contratos de serviços dispendiosos para o Estado motivado pela dívida passiva gerada pelo empréstimo negociado em maio de 1906 por C. Nery e a Socit Marseillaise, *sem trazer o menor benefcio ao Amazonas, onerou profundamente as finanas estaduais*.¹⁷⁸

O governo de Afonso Pena enfrentou a alta do cmbio e necessitou de medidas eficazes para estabiliz-lo e assim criou a *Caixa de Converso e a garantia de emprstimos para a valorizao do caf*, priorizando o equilbrio da moeda nacional.¹⁷⁹ Reorganizou o Exrcito sob a superviso do Ministro da Guerra Hermes da Fonseca e deu continuidade as obras de portos e ferrovias. Hermes da Fonseca e Davi Campista so os candidatos de A. Pena na sucesso presidencial. Rui Barbosa seria o candidato que representava a oposio ao militarismo sendo apoiado por So Paulo. Porm, a morte de Afonso Pena inseriu Nilo Peanha no cenrio de luta entre as oligarquias de So Paulo e Minas Gerais. Peanha renovou o Ministrio e demonstrou seu apoio candidatura de Hermes da Fonseca, gerando insatisfao entre seus partidrios. Os dezessete meses de governo foram bastante conflituosos em consequncia dos embates gerados pela campanha civilista, a oposio de Pinheiro Machado e os choques armados nos Estados do Rio de Janeiro, Gois, Bahia e Amazonas.¹⁸⁰

Em Manaus, Antnio Bittencourt retomou o governo em julho de 1908 e iniciou uma reforma na Constituio estadual gerando alvoroo na oposio, sofreu ameaas e afastou-se; o ento vice-governador Antnio Gonalves S Peixoto imbudo de suas atribuies legais concretizou a reforma constitucional proposta por Bittencourt, determinando a prorrogao do mandato das *duas primeiras autoridades do Estado*.¹⁸¹

¹⁷⁷Conforme a **Revista do Archivo do Amazonas**. Anno II, vol. II, n.8. Manaos 22/01/1908. O governador Antonio Constantino Nery enviou sua renuncia em dezembro de 1907.

¹⁷⁸CARVALHO, Raymundo Affonso de. Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na Abertura da Segunda sesso ordinria da sexta legislatura pelo Cel. Raymundo Affonso de Carvalho presidente do Congresso Legislativo no exerccio de Governador do Estado Em 10 de julho de 1908. p. 81

¹⁷⁹CARONE, E. **A Repblica Velha II...** Op. cit., p 241.

¹⁸⁰Idem, pp. 258-266.

¹⁸¹BITTENCORT, A. **Corografia...** Op.cit., p. 306.

por mais cinco meses. Essas medidas foram consideradas inconstitucionais pelos líderes da oposição; Bittencourt retornou ao governo e revogou as decisões de Sá Peixoto, ato que causou uma fissura entre ambos.¹⁸²

Os problemas políticos e sociais se agravaram com a crise da borracha e a capital do Amazonas se transformou em um celeiro de conflitos em todos os setores, mas essas considerações serão retomadas no capítulo seguinte.

¹⁸²Leis, Decretos e Regulamentos. Tomo XI. (janeiro a dezembro de 1910). Manáos: secção de Obras da Imprensa Oficial, 1911. Ver Lei n. 654 de 29 de novembro de 1910. Anulando os atos praticados pelo sr. dr. Antonio G. Pereira de Sá Peixoto. p. 57

CAPÍTULO II – A economia e a política da borracha (1895-1915)

Na Europa, pouco se conhece do Estado do Amazonas; talvez seja menos conhecido que no século XVI. Não faltam pessoas, menos esclarecidas, que confundem frequentemente essa região, que leva o nome mitológico, com certos territórios selvagens, onde os missionários são ainda devorados. Existem aqueles que imaginam o Amazonas como um reduto de índios nus, famintos nas florestas impenetráveis. Aqueles que não ignoram inteiramente o Brasil, acreditam que, além do Rio de Janeiro e de alguns outros centros comerciais de que já ouviram falar, não há nada além de alojamentos de escravos, cabanas de índios e plantações de café, e que as imensas regiões vizinhas às Guianas só contém pimenteiras-de-Caiena e são consideradas pelo governo do Brasil como uma espécie de Sibéria tórrida para onde são mandados os políticos desfavorecidos.

Entretanto esta região, ainda mais mal conhecida que desconhecida, possui todos os órgãos, todas as instituições políticas, administrativas e sociais que se convencionou considerar como as maiores conquistas da civilização moderna.

Efetivamente, embora isso possa surpreender a certos europeus, é preciso que se diga: possuímos aí poderes constituídos, magistrados, uma polícia, forças militares, funcionários de todas as categorias. Constatamos com certa pena que, do ponto de vista burocrático, nada temos a invejar aos países melhor disciplinados da velha Europa.

O País das Amazonas, Barão de Santa-Anna Nery¹⁸³

1. Interpretações sobre o tema

Neste capítulo, explica-se a crise econômica da borracha no Amazonas e os conflitos políticos e sociais inseridos neste contexto, respeitando às especificidades e desigualdades regionais, apontando outras possibilidades para estudos da temática.

As narrativas sobre os anos de expansão da economia do látex de 1870 a 1910 dividiram-se em duas vertentes, a primeira: considerou o período de expansão econômica marcado pela estabilidade política, econômica e social cujo desenvolvimento e modernização bafejaram o Amazonas e a segunda contestou essas conclusões.

¹⁸³Frederico de Santa Anna Nery nasceu em 1848 em Belém e 1862 migrou para Paris onde se fixou era irmão de Antonio Constantino Nery e Silvério José Nery.

Compunham essa versão os trabalhos de Agnello Bittencourt (1925) que apontavam a exportação da borracha como um elemento revolucionário para dinâmica econômica da Província do Amazonas. Também assinalaram que houve menosprezo pela concorrência, falta de plantio intensivo da seringueira, desaparecimento de produtos agrícolas, exaustão dos seringais, fatores que, juntamente com o contrabando nas fronteiras¹⁸⁴, a *dês-anexação* do Acre e a pilhagem dos cofres públicos pelos administradores corruptos,¹⁸⁵ desfecharam o golpe final nas finanças do Estado. Essa visão mesmo sem se desprender do ponto de vista conservador e talvez por ser contemporâneo¹⁸⁶ aos fatos relatados, deixou pistas importantes para os estudos que abarcam o período.

Para, Arthur Cezar Ferreira Reis¹⁸⁷ avaliou positivamente o período de expansão econômica da borracha como *o advento da nova era* e o capital internacional como o motor para uma nova ordem de coisas na Amazônia. Guiado pelo determinismo econômico e concepção conservadora de história atrelada ao IGHB, focalizou a economia de exportação do látex como uma saída para a região se estabilizar. Contudo, a visão ufanista não possibilitou uma interpretação diferenciada da região. Bittencourt e Reis defenderam o desenvolvimento regional, baseados em interesses políticos e econômicos distintos, mas ambos em conformidade com o projeto político dos administradores e elites locais.

A segunda versão alicerçada nos estudos de: Francisca Costa (1997), Edinea Dias (1988), Paulo dos Santos Júnior (2004), Luiza Pinheiro (1997) e Leno Souza (2005), rejeitou a primeira leitura do período tendo em vista a situação dos trabalhadores pobres urbanos, as péssimas condições de vida na cidade e suas lutas geradas no bojo da expansão econômica do látex que os marginalizou.

Por conta das divergências metodológicas nenhuma dessas versões levou em conta os entraves enfrentados pelo Amazonas no período de expansão econômica e os conflitos entre as elites políticas envolvidas nas disputas pelo poder, que abandonaram a

¹⁸⁴BITTENCOURT, Agnello. **Corografia do Estado do Amazonas**. Manaus: ACA/Fundo editorial, 1985. pp. 122-124. A primeira edição é de 1925.

¹⁸⁵Idem. p. 230-231.

¹⁸⁶ANTONACCIO, Gaitano Laertes Pereira. **Políticos influentes no Amazonas (1889 a 2005)**. Manaus: Imprensa Oficial do Amazonas, 2006. pp. 103-104. Agnello Bittencourt nasceu em Manaus em 1876, filho de Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt governador no período de 1908-1912, foi Superintendente Municipal de Manaus em 1909.

¹⁸⁷REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O Seringal e o seringueiro**. 2ª. Ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

cidade à própria sorte, exceto pela construção de prédios monumentais que expressavam a opulência da riqueza.

No entremeio dessas visões encontram-se duas importantes contribuições de Antonio Loureiro (1985 e 1994) que tomou como objeto de estudo a crise econômica no Amazonas após a queda dos preços do produto no Mercado internacional. Em *A Grande Crise (1908-1916)* publicada nos anos 80, enfocando os dados fornecidos pela Revista da Associação Comercial do Amazonas, buscou respostas para crise da *indústria extrativa* e elencou indicadores geradores da discrepância entre o progresso de *São Paulo* e a região Amazônica, concluindo que o governo federal investiu divisas recebidas da *Amazônia* na lavoura cafeeira e aplicou os impostos arrecadados no Sudeste, não se interessando pela valorização da borracha; somam-se a isso, o oligopólio das exportações, a desonestidade, a corrupção dos governos estaduais, a *insalubridade reinante* e as *dimensões continentais* da região dados impeditivos para economia de exportação da borracha se manter no Mercado.

Segundo Loureiro, nos anos de 1907 e 1908 a região teria sofrido uma *subcrise* por conta da concorrência asiática, reafirmou que a grande crise se deu a partir de 1908 e se estendeu até 1916.¹⁸⁸ Neste cenário de crise econômica somente lucraram o *aparelho estatal*, *exportadores* e *intermediários*, assim como *seringueiros*, *seringalistas* e *aviadores*.¹⁸⁹ Não se duvida que estes elementos explicassem o interesse imediatista dos envolvidos na cadeia de Aviação. Contudo, faltou associar estes componentes a inexistência de um mercado interno, o desequilíbrio entre as exportações e importações, os maus tratos recebidos pelos extratores não assalariados, a escassez de transportes para escoamento da produção e diversificação de investimentos.

Ressalta-se que, seringalistas, aviadores e exportadores controlavam a produção e podiam vendê-la, trocá-la, desviá-la até mesmo contrabandeá-la; intermediários e importadores se favoreciam com a especulação da Bolsa de valores em *Nova York* e *Londres*. Porém, em se tratando dos seringueiros,¹⁹⁰ raros foram os casos de

¹⁸⁸De acordo com o *Jornal O Rio Negro*, Manaus, 27 de Novembro de 1897. Anno I. n. 121. Os valores em réis para o período de 22 a 27 de Novembro, foram: Cacáu – Klg. 1.150; Castanha – hectolitro 24.300; Guaraná – Klg. 5.000; Goma elástica fina – Klg. 8.810; Goma elástica entre fina Klg. 8.031; Goma elástica Sernamby Klg. 4.810; Pirarucu Klg. 1.000. Por estes valores podemos perceber o porquê de Loureiro e demais autores considerarem a exportação do látex, como o produto que conduziu o Amazonas ao desenvolvimento.

¹⁸⁹LOUREIRO, Antonio. *A Grande crise*. 1986, pp.15-16.

¹⁹⁰Ver WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 1993. Os seringueiros sustentavam os demais agentes do comércio da goma elástica com o trabalho de extração, coagidos pelos comerciantes seringalistas que trapaceavam nas

acumulação de bens e/ou recursos para tanto, no geral foram esbulhados e dificilmente seria um elemento gerador de instabilidade econômica, apesar de não estarem do lado de fora da cadeia de acertos entre os envolvidos na atividade econômica. O *aparelho estatal* não lucrou apenas com arrecadação de impostos, os governadores lucraram também com o desvio e mau uso dos recursos e as negociatas com seringalistas e exportadores como garantia de eleição de seus candidatos ou a própria.

Em 1994, Loureiro publicou *Tempos de Esperança - Amazonas (1917-1945)*, neste trabalho reconstruiu o argumento sobre o período de pós-crise da economia do látex, sentenciou que *Grande crise* que dominou a Amazônia se deu por conta do *desinteresse* do capital internacional, mas especificamente, da Inglaterra que controlava a região desde 1875 por meio dos transportes terrestres e fluviais, fornecimento de água e energia elétrica dentre outros, a partir de 1911, após causar vários problemas à Manaus por conta da péssima prestação de serviços iniciou sua saída do Estado e direcionou seus investimentos para os seringais orientais por serem muito mais lucrativos.¹⁹¹

Todavia, como sugeria o título do livro, as esperanças para Amazonas estariam nos estímulos gerados pela intervenção americana que ocorreu em 1942 com o convênio assinado entre o Brasil e os Estados Unidos, para beneficiamento mútuo.¹⁹² Todavia, os *Acordos de Washington* foram vantajosos apenas para os Estados Unidos, pois pouco se realizou em prol do desenvolvimento regional.

O capitalismo monopolista internacional¹⁹³ gerou a expansão de produção e a busca dos países desenvolvidos e industrializados ou em processo de industrialização

vendas das mercadorias para consumo e outras que necessitavam a preços exorbitantes, mantendo-os dessa forma endividados e com escassa possibilidade de enriquecimento e/ou sair do seringal.

¹⁹¹LOUREIRO, A. J. S. **Tempos de esperança...** Op. cit., p. 9. Vale dizer que, as concessionárias inglesas permaneceram no Amazonas por décadas.

¹⁹²Ver MARTINELLO, Pedro. **A “batalha da borracha” na Segunda Guerra Mundial**. Rio branco: EDUFAC, 2004. Em estudo minucioso o autor analisa o suposto investimento norte americano na Amazônia em troca de fornecimento de látex. A participação dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial e o ataque a Pearl Harbour privou os países aliados do comércio da goma elástica sintética utilizada na indústria bélica, posto que os seringais de cultivo na Malásia caíssem nas mãos dos japoneses. Dessa forma, os Estados Unidos foram impelidos a entabular acordos com as nações latinas americanas produtoras de borracha natural. O presidente Getúlio Vargas, interessado no investimento norte americano, aliou-se aos americanos adotando uma política de cooperação econômica com o governo de Roosevelt; e discursou que o Brasil, assim como, os estrangeiros naquele momento estavam voltados para o desenvolvimento do Norte. Os Acordos de Washington como ficou conhecido o convênio, não foi implementado corretamente por ambos os governos.

¹⁹³HOBSBAWM, Eric. J. **A Era dos Impérios 1875-1914**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.p.77.

por novos mercados, estes injetaram investimentos em *economias periféricas* como o Brasil; por um lado influenciaram seu crescimento e a inserção do capitalismo no país,¹⁹⁴ por outro, geraram dependência financeira.

Nesse contexto, o processo de modernização no Brasil trouxe benefícios para as elites nacionais e muito modestamente roçou as classes trabalhadoras. Em Manaus, a modernização foi acanhada mesmo que as exigências da expansão de exportação da borracha avivassem a cidade com ampliação do espaço urbano, contudo a maioria da população não foi contemplada com os serviços oferecidos pelas concessionárias inglesas: os bondes quebravam cotidianamente, a iluminação pública era escassa, o porto não atendia a demanda da entrada e saída de embarcações, a água potável não recebia o tratamento adequado, os bairros afastados não recebiam água encanada e energia elétrica. Além disso, o lixo e o mato tomavam conta das ruas centrais e suburbanas, o saneamento básico e a segurança eram reclamados pela as classes pobres.¹⁹⁵ O abandono da Amazônia pelo capital inglês talvez não tenha sido uma desvantagem.

A primeira análise crítica de cunho regionalista foi o trabalho de Roberto Santos publicado em 1980, *História Econômica da Amazônia (1800-1920)* e tornou-se uma referência para estudiosos da história econômica da Amazônia. Santos salientou a necessidade de complementar os estudos específicos sobre a região amazônica e destacou quatro obstáculos para *correta interpretação dos movimentos da economia amazônica*.¹⁹⁶ O primeiro seria os dados quantitativos fragmentários e lacunares; segundo, a análise qualitativa voltada para os *monumentos* e as *artes*; terceiro *o pressuposto de moeda estável* como argumento para mudanças e, por último, a *absolutização do crescimento econômico*.

Esse modelo explicativo baseou-se em relatos de viajantes, mensagens de governadores, matérias da *Revista Comercial, Industrial e Agrícola*, em relatórios da Associação Comercial do Pará, anuários estatísticos, censos demográficos, recenseamentos e vasta bibliografia, propunha a ultrapassar essas barreiras com os objetivos de *determinar como a economia amazônica emerge no princípio do século*

¹⁹⁴SAES, Alexandre M. **Conflitos do Capital: Light versus CBEE na formação do Capitalismo brasileiro** (1898-1927). Bauru/São Paulo: EDUSC, 2010.

¹⁹⁵SOUZA, Leno José Barata. **Vivência Popular na Imprensa Amazonense: Manaus da Borracha** (1908-1917). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2005. Dissertação de Mestrado.

¹⁹⁶SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. de Queiroz, 1980. p. 3.

*XIX e com quais perspectivas, [...] estabelecer qual o significado do crescimento regional da Amazônia para economia nacional na época.*¹⁹⁷

Essa interpretação de cunho acadêmico trouxe avanços para o debate regional, porém se manteve enredada nas ideias de progresso, fundamentos de Bittencourt (1925) e Reis (1997), considerando a expansão da economia da borracha como um período de crescimento para Amazônia e o sistema de Aviamento¹⁹⁸ como um indicativo de empecilho para mudanças estruturais na economia regional associado ao desinteresse e imprevidência da *União*.

Considera-se que um dos impedimentos para o desenvolvimento regional foi o Aviamento por basear-se na troca e no crédito, isto é, assegurava toda manutenção dos seringais: desbravava, fornecia ferramentas, mão de obra, transporte, mercadorias e outros, recebia em troca a produção do látex para comercialização. Vale dizer, que o aviamento não surgiu com os seringais era comum na região, o elemento novo, constituía-se nas Casas Aviadoras.¹⁹⁹ Porém, não foi o único responsável pelo colapso financeiro da economia da borracha, visto que se manteve entrelaçado ao desinteresse de parte das elites comerciais e políticas, estas últimas em constante disputa para obtenção ou manutenção de cargos públicos e, aliadas ao capital internacional, não buscaram operar modificações no sistema de aviamento que conduziria à perda imediata de lucros vultosos e desse modo, se detiveram no aumento da produção e da comercialização da produção.

Acrescenta-se, o governo federal não atuou eficazmente na valorização do produto, primeiro porque estabeleceu acordos com aos cafeicultores e a bancada ruralista, segundo porque no calor da crise do comércio da borracha, as somas para efetivar medidas complexas e de caráter imediato como a situação exigia eram volumosas; somado a isso, os administradores em Belém e Manaus não se articularam e não fomentaram políticas públicas para impulsionar a diversificação da dinâmica econômica e o desenvolvimento regional.

Em suma, nessas interpretações de cunho regionalista sobre a economia da borracha existe um senso comum em torno da concepção que a dinâmica de exportação

¹⁹⁷SANTOS, Roberto A. de O. Op.cit., p. 5.

¹⁹⁸Cf. SANTOS, R. Op.cit., p. 171. O Sistema de aviamento é um impedimento para monetização da região porque congregava aviadores resistentes às mudanças externas que ruíssem com o sistema de trocas, a permanência do escambo que impedia a diversidade de produtos, o *baixo nível intelectual* dos seringueiros e o *atraso das técnicas*, além de substituir o mercado.

¹⁹⁹Ver REIS, Arthur. **O seringal e o seringueiro**. Op. cit., pp. 155-162.

da borracha geraria desenvolvimento regional e que o governo federal foi o responsável pelo malogro do seu crescimento.

A influência historiográfica das obras de Caio Prado Júnior *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) e *História Econômica do Brasil* (1945) e de Celso Furtado *Formação Econômica do Brasil* (1959) cristalizaram um conjunto de proposições sobre a história econômica da Amazônia, posteriormente absorvidas na produção histórica que mesmo não tratando especificamente da temática avaliaram aspectos e apresentaram análises conclusivas quase incontestáveis.²⁰⁰

Caio Prado Júnior pincelou a história econômica da Amazônia a partir dos relatos de viajantes, algumas Cartas régias e literatura vigente, assinalando o comportamento esbanjador dos seringalistas como se fosse o elemento-chave para dissipação daquela dinâmica econômica, enfatizou a instabilidade da prosperidade econômica considerado-a *fictícia e superficial* e com olhar de estrangeiro sentenciou para região a imobilidade, a incapacidade e a impotência produtiva.²⁰¹

Furtado e Prado Jr., convergiram no argumento da impotência produtiva, mas separaram-se no nível das ideias. Furtado identificou a economia da borracha como mero complemento da economia cafeeira que gerou riquezas sem par para o Brasil e estendeu-se para industrialização. Dizendo de outro modo, o modelo por excelência seria o da economia paulista, posto que a economia extrativa da borracha descambaria em contínuo processo irreversível e essas considerações encerrariam o assunto; o sistema que alicerçou as atividades produtivas, assim como sua organização e falência foram postos à margem da formação econômica brasileira. Não existe variedade nas fontes usadas no texto além do Anuário Estatístico sem data e local de publicação.

Algumas análises posteriores se inspiraram nas leituras das obras de Caio Prado Júnior e Celso Furtado, os trabalhos da década dos anos 70 giraram em torno da inércia econômica ou dos gastos nababescos, isto é, do consumo exagerado das elites comerciais e políticas, sem investimento na produção. Não se nega as constatações, mas a diversidade das fontes revela mais elementos.

²⁰⁰Idem, p. 284. Assinala que ambos os autores negaram a *contribuição da Amazônia ao desenvolvimento do país*.

²⁰¹Ver PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. pp. 211-216 e **História Econômica do Brasil**. 38 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. pp. 236-241.

Edgard Carone, 1975; Maria Lígia Prado e Maria Helena R. Capelato, 1975; Fernando H. Cardoso e Geraldo Müller, 1977 e Wilson Cano, 1977 com objetivos distintos, trataram do tema em algumas páginas e assinalaram os fatores da crise da economia da borracha, o atraso técnico, métodos de produção caducos, o sistema coercitivo de trabalho, o monopólio do comércio da borracha pelas firmas exportadoras, o sistema de Aviamento, a incapacidade da representação política regional para defender seu produto e *lucros* direcionados para o *consumo*, não concorrendo para *transformação das condições existentes*.²⁰²

É indiscutível a relevância desses estudos para compreensão do período, todavia, E. Carone não apontou novos elementos ao debate mesmo tendo acesso a documentos²⁰³ que apresentavam os projetos de deputados amazonenses para reorganização da base daquela economia e melhorias das condições existentes dos seringueiros. Maria Lígia Prado e Maria Helena Capelato inseriram novos documentos no debate historiográfico,²⁰⁴ contudo, não modificaram as justificativas da *ruína* da economia na Amazônia, além das apontadas anteriormente. Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Müller²⁰⁵ sem pesquisa documental reproduziram o modelo Furtadiano e a proposição de crescimento da produção baseado no aumento da migração de trabalhadores, pois os *métodos de produção* da borracha não se alteraram²⁰⁶ na Amazônia.

Wilson Cano visando à economia cafeeira paulista e o desenvolvimento industrial sumariou *outras economias regionais*²⁰⁷ e com breve análise levantou pontos importantes para compreensão do debate sobre o processo de expansão econômica na Amazônia e sua posterior crise. Para Cano, a economia da borracha estava inter-relacionada com a preponderância do comércio de café em São Paulo e seu desenvolvimento não poderia ser denominado de ‘surto’ devido à duração de *meio*

²⁰²Cf. PRADO, M. L. & CAPELATO, M. H. R. **A Borracha na economia brasileira da Primeira República**. In FAUSTO, Boris (direção). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: DIFEL, 1975. p. 307.

²⁰³Ver CARONE, E. **A República Velha** (Instituições e classes sociais). pp. 62-69 neste trabalho cita os Documentos Parlamentares. Política econômica. Defesa da Borracha (1906-1914). Rio de Janeiro: Typ. do ‘Jornal do Commercio’, 1915.

²⁰⁴As autoras tiveram acesso a duas fontes riquíssimas: Anais da Câmara dos Deputados e Documentos Parlamentares- Política Econômica – Defesa da borracha.

²⁰⁵CARDOSO, Fernando H. & MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1977.

²⁰⁶Cf. CARDOSO, F. H. & MÜLLER, G. Op. cit., p. 28.

²⁰⁷CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial**. São Paulo: 4ª. ed. Campinas: Unicamp, 1988. p. 98

século e pela quantidade de exportações que chegaram a 50% (cinquenta por cento) das exportações do café. Interrogando por que a economia do látex em sua *expansão, não gerou um complexo econômico, diversificador de sua estrutura produtiva* ²⁰⁸ como o complexo cafeeiro, imputou ao sistema *Aviamento* o declínio e a *estagnação*.

Também é importante destacar que, talvez não se tenha levado em conta as especificidades regionais. Os métodos de produção e as relações de produção pouco ou quase nada se renovaram e contribuíram para o declínio da atividade, todavia estes não foram os motores da economia não ter se diversificado e muito menos entrado em exacerbada crise, pois na Ásia os meios de produção eram similares, porém, o cultivo ocorreu em grande escala, os extratores eram assalariados e não havia dificuldades nos meios de transporte e nem enormes distâncias encarecendo a produção, o que possibilitou o barateamento do produto no Mercado.

Convém lembrar que, o mercado interno não se desenvolveu no Amazonas e no Pará, porque não foram programadas políticas públicas direcionadas para o extrativismo e outras atividades, ocorreu grande migração para zona rural, as capitais esvaziaram e o controle da produção pelas Casas aviadoras restringia a emergência do mercado interno e mudanças no sistema de *Aviamento*.

Também não havia compradores e vendedores em processo contínuo de permuta; os seringueiros trocavam uma parte diminuta da sua produção por mercadorias com o Regatão (comércio fluvial comum na Amazônia), os seringalistas, por sua vez, consumiam em Manaus e Belém com notas de crédito, não havia circulação de bens e nem excedente para formação de um mercado local e nacional.

No Brasil da primeira República a dependência aos mercados externos, conectada a exportação foi um atrativo para o capital inglês que investiu no setor de serviços em países da America Latina,²⁰⁹ os diferentes planos econômicos geridos nas administrações presidenciais em comum acordo com os Estados considerados fortes economicamente como São Paulo, trouxe à tona as diferenças e desigualdades regionais profundas e as dinâmicas econômicas borracha e café, são exemplos.

As formas de trabalho empregadas por ambas às atividades já demonstraram a desproporção, em São Paulo o trabalhador imigrante inicialmente foi contratado pelo

²⁰⁸CANO, Wilson. Idem, p. 99.

²⁰⁹Ver SAES, Alexandre M. Op. cit., pp. 29-65.

sistema de parceria que o obrigava a trabalhar na fazenda até quitar suas dívidas com o fazendeiro que financiou sua vinda para o Brasil, aos poucos as insatisfações cresceram e os imigrantes reduziram *sistematicamente seu empenho no cultivo do café*.²¹⁰

A Parceria foi substituída pela locação de serviços, os imigrantes receberiam um *preço pré-estabelecido por medida de café colhido*,²¹¹ mas a dívida não desaparecia e a produtividade permaneceu baixa, por fim, os fazendeiros introduziram o sistema de Colonato com a *remuneração por tarefa e por produção*, ficou para trás a Parceria, contudo, as mudanças ou melhorias no cotidiano do trabalhador foram diminutas, aumentou a rigidez e a exploração como também, a resistência.²¹² Ressalta-se que, estas formas de contrato não amenizaram a exploração dos imigrantes.

No seringal, os migrantes nordestinos também chegaram endividados com o patrão e o acerto era de que pagariam suas despesas com sua produção, mas como não existiu nenhum recurso contratual de trabalho, o saldo-credor aumentava a cada entrega por conta dos preços altos das mercadorias que consumiam, somado a coerção, os maus-tratos e a fraude. As condições a que estavam submetidos não era das melhores, o não assalariamento, a proibição de cultivar uma roça para subsistência, doenças endêmicas como o impaludismo que assolava a vida na região, insetos, picadas de cobras, ataques de onças, os perigos no banho de rio por conta dos jacarés, arraias e piranhas; enfrentamento com os indígenas, isolamento, alimentação com baixo teor nutritivo espalhando o beribéri.

Sem mencionar o calor e chuvas intensas, quase tudo acuava a produção e a resistência, no geral viviam em grupo de três em cada palhoça o que dificultava a articulação com demais trabalhadores. Porém, aos poucos surgiram alguns meios de resistência como misturar a borracha que seria pesada no barracão: pedras, areia, farinha de mandioca, gravetos aumentando seu peso e seu valor, ou vendendo uma parte da produção ao Regatão.

²¹⁰ STOLCKE, Verena. **Cafeicultura**- homens, mulheres e capital (1850-1890). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. p. 22. Segundo a autora, [...] *a parceria deve inicialmente ter-se apresentado aos fazendeiros como o substituto mais adequado para o trabalho escravo [...] a questão não era simplesmente a de resolver problemas potenciais na oferta de mão de obra, mas de fazê-lo de forma lucrativa. Contudo, os imigrantes eram trabalhadores livres. como parceiros, em princípio, eram livres para decidir sobre a alocação e a intensidade do trabalho. Logo, sua dedicação e sua produtividade no café dependiam de sua própria avaliação dos ganhos.* p. 27.

²¹¹ Idem, p. 32.

²¹² Idem, pp. 47- 48.

Por fim, a maioria dos estudos pautou-se nos escassos documentos consultados, não buscaram outros elementos indicativos de cerceamento daquela economia somado ao sistema de Aviamento como: ineficiência nas comunicações,²¹³ contrabando, especulação financeira, altos custos de fretes por conta das longas distâncias, escasso investimento estrangeiro no plantio da seringueira, corrupção administrativa, crise nos transportes, péssimas condições de trabalho, a perda da receita do território do Acre para o governo federal, os projetos engavetados para solicitação de valorização do produto, o debate parlamentar em torno da crise econômica e não execução do Plano de defesa da borracha, a negligência dos governos local e federal que poderiam vir a refletir nos limites impostos a economia amazônica.

Não resta dúvida que a análise crítica da documentação neste trabalho conduz a proposições diferentes das elaboradas pela historiografia em épocas anteriores. E pretende valorizar a importância da máquina administrativa corrupta e o capitalismo internacional.

Os estudos de Caio Prado e Furtado concentraram-se no modelo da economia cafeeira que ocupou espaço privilegiado em suas obras e deixaram de lado questões importantes para compreensão da história econômica nacional, mesmo assim, suas ideias foram reproduzidas sucessivamente.

2. Amazonas e Pará entre limites, territórios, rios e rivalidades

A Capitania de São José do Rio Negro²¹⁴ criada em 1755 localizada no Grão Pará e Maranhão atual Estado do Amazonas quando produzia²¹⁵:

²¹³BHERING, Francisco. **O Valle do Amazonas e suas comunicações telegráficas**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2000. (fac-similado). P. 13. De acordo com o autor as comunicações elétricas subfluviais entre Belém e Manaus era pouco funcional, *lento*, irregular e *dez vezes mais caro que o federal* dificultando as transações comerciais, as cotações dos preços da borracha chegavam em Manaus com atraso prejudicando o comércio.

²¹⁴Conforme as **Cartas do Primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro Joaquim de Mello e Povoas (1758-1761)**: transcrições paleográficas. Introdução de Samuel Benchimol. Manaus: Universidade do Amazonas, 1983. pp. 69-74, a Capitania de São José do Rio Negro foi criada pela Carta Régia de 03 de Março de 1755.

²¹⁵De acordo com o Ouvidor Sampaio a Capitania plantava café, cacau, tabaco, algodão e coletava salsa, castanha e comerciava a manteiga de tartaruga entre as capitanias do Pará e Rio Negro. **As viagens do Ouvidor Sampaio (1774-1775)**; Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. José do Rio Negro; Apêndice ao Diário de viagem; Relação geográfica e histórica do rio Branco da América Portuguesa. Manaus: ACA/Fundo editorial, 1985. p. 93 e apêndices n.s VII e VIII.

peixe seco, manteiga de tartaruga, mixira, anil, cacau, café, tabaco, salsa, carajurú, puxuri, casca preciosa, óleo, estopa, cordame de piaçava, maqueiras singelas e outra enfeitadas de penas, armas e trastes de gente boscareja exportados para capital da Província.²¹⁶

Em Decreto de 25 de junho de 1833 o Grão-Pará e Maranhão estabeleceu que a *Comarca interina de S. José do Rio Negro passaria à Comarca definitiva da Província do Pará, denominando-a Comarca do Alto Amazonas*,²¹⁷ a dependência administrativa permaneceria e em prejuízo do Amazonas porque o decreto modificou os limites entre os dois territórios, empurrando a linha do *outeiro Maracá-assú* para *serra de Parintins*,²¹⁸ contrariando a decisão do governador capitão general do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado em 10 de maio de 1758 que determinou *pela parte austral do mesmo rio Amazonas devem partir as duas capitanias, pelo outeiro chamado Maracá-assú, pertencente à dita capitania de São José do Rio Negro e tudo que vai dele para ocidente, e ao Grão-Pará, todo o território para o oriente*.²¹⁹

Pode-se interrogar por que o Decreto de 1833 do governo do Grão-Pará alterou limites já traçados, quais eram suas pretensões? Talvez porque a topografia regional apresentasse a formação de terras mais firmes no sentido ocidental e terras de várzea no oriental. Ressalta-se nas terras firmes²²⁰ está a floresta e suas riquezas naturais como as árvores usadas para construção civil, marcenaria e de uso industrial, medicinais e aromáticas; por exemplo, na terra firme encontra-se o cedro, louro, angelim, andiroba, copaíba, pau-rosa, a castanha da Amazônia, as seringueiras e outras. As terras de várzea alagam todos os anos durante seis meses ou mais com as enchentes dos rios, oferecem

²¹⁶REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Autonomia do Amazonas**. Manaus: Edições Governo do estado do Amazonas. Série Alberto Torres. Vol.11. 1965. pp. 47-48.

²¹⁷PEDROSA, Jonathas de Freitas. **Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa por ocasião da Abertura da segunda sessão ordinária da oitava legislatura em 10 de julho de 1914**. Manaus: Seção de obras da imprensa oficial, 1914. p.11

²¹⁸PEDROSA, Jonathas de Freitas. **Mensagem...** Ibidem.

²¹⁹Apud GONÇALVES, Lopes. **A Fronteira entre o Pará e o Amazonas**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto. 2000. p.3 (fac-similado). O texto iniciava *Pela parte do oriente deve servir de baliza, pela parte setentrional do rio Amazonas, o rio Nhamundá, ficando a sua margem oriental pertencendo à capitania do Grão-Pará, e a ocidental à capitania de S. José do Rio Negro [...]* E, para que esta divisão que, em conformidade das ordens de S. Majestade, faço destas capitanias não tenha no futuro duvida alguma [...]. Este documento foi citado na entrevista concedida por Lopes Gonçalves ao jornal O País em 19 de fevereiro de 1916.

²²⁰Sobre esse assunto ver ALBUQUERQUE, Albertina Costa Rêgo & MARINHO, Helyde Albuquerque. **Amazônia Brasileira Ocidental** – aspectos geográficos e históricos. Manaus: editora da Universidade do Amazonas, 1999. pp. 17-23.

grande diversidade de vegetação como a vitória-régia, mas qualquer extração vegetal terá produção perturbada pelas inundações.

O Grão-Pará durante quase 30 anos combateu firmemente as tentativas de independência da Capitania de São José do Rio Negro,²²¹ porém com a Lei n. 582, de 5 de setembro de 1850, o Imperador decretou a criação da Província do Amazonas e no artigo 1.º estabeleceu a *extensão e limites serão os mesmos da antiga Comarca do Rio Negro*; ²²² este evento, não encerrou as tensões sociais, geográficas e políticas entre Amazonas e Pará e a corrida rumo aos seringais a partir de 1870 ampliou a busca da elite comercial paraense por mais recursos e a disputa com o Amazonas o principal produtor de látex e concorrente por territórios. Desde então, as relações pouco amistosas sofreram abalos significativos, o primeiro, a disputa pela produção no território do Acre, segundo, com Lei Estadual Amazonense nº. 449 de 08 de Outubro de 1900 homologada no governo de Silvério Nery e o terceiro, pela batalha judicial sobre a posse das terras limítrofes entre ambos os Estados.

Vale advertir como a Carta Régia de 1755 não foi suficiente para assegurar a demarcação territorial, em 1897 o governador do Amazonas Fileto Pires Ferreira buscou um acordo com o governo Paraense representado por José Paes de Carvalho que resultou na infrutífera *Convenção de Limites de 22 de novembro de 1899*;²²³ outra tentativa de resolução legal ocorreu em 1909 quando na gestão de Antonio Bittencourt enviou-se um emissário ao Pará com propostas para estabelecer um *modus vivendi*, mas fracassou.

Em 1914, foi criada uma agência fiscal paraense em outeiro Maracá-assu território amazonense. Em 28 de dezembro de 1915 o procurador e advogado Eptácio da Silva Pessoa entrou com ação na Jurisdição Federal reclamando que o Estado do Amazonas, fundamentado no *art. 59, I, c, da Constituição, compelia judicialmente o Estado do Pará a respeitar-lhe os limites legais e restituir-lhe os trechos de territórios amazonenses de que se acha de posse*.²²⁴ O Amazonas enviou um destacamento policial

²²¹ Conforme REIS, Arthur C. F. **A Autonomia do Amazonas**. Op. cit.,

²²² Apud GONÇALVES, Lopes. Op. Cit., p. 5.

²²³ PEDROSA, Jonathas de Freitas. **Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa por ocasião da Abertura da segunda sessão ordinária da oitava legislatura em 10 de julho de 1914**. Manaus: Seção de obras da imprensa oficial, 1914. p.11- 23.

²²⁴ PESSOA, Eptácio. **A Fronteira Oriental do Amazonas**: petição inicial e razões finais do Estado do Amazonas na ação de limites que move contra o do Pará. 2ª. edição. Manaus: edições Governo do estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desportos, 2001. pp. 1-24

para região litigiosa e a questão dos limites não foi resolvida nem a peso das balas que caíram entre os dois Estados em abril de 1916.

Era o ano de 1915 e o governador Jonathas Pedrosa destacava *o abuso de vapores do porto de Belém demandarem os dos departamentos acreanos e vice-versa sem tocarem no desta capital e, muitas vezes, também, se furtarem á fiscalização das repartições nas fronteiras do Estado* ²²⁵ gerando danos à receita do Amazonas. No ano seguinte, o governo amazonense enviou um destacamento policial para região do Alto Tapajós para suposta proteção do território e dos postos de coletoria, alegando que os impostos sobre a produção do látex dali exportada pertencia ao Amazonas e que o governo paraense desrespeitava; por sua vez, o governo paraense salientava ironicamente que as arrecadações daquela região reclamada pelo Amazonas eram *nulas* e acusava o governo vizinho de invasor e perturbador da ordem. ²²⁶

Em abril de 1916, os policiais de ambos estados se enfrentaram resultando na morte de praças. O presidente Wenceslau Braz interviu para pôr fim ao conflito armado. A situação permaneceu tensa e 1917 Alcântara Bacellar governador do Amazonas enviou documento solicitando ao Pará um *modus vivendi* entre ambos enquanto aguardassem a sentença da justiça Federal e solicitou a intervenção da Associação Comercial do Pará para que atuasse junto aos comerciantes e *armadores* paraenses em relação aos vapores oriundos do Acre para escalarem em Manaus. ²²⁷

A resposta da Associação Comercial do Pará trouxe à tona a Lei n. 449 de 08 de Outubro de 1900 ²²⁸ gerada no governo de Silvério Nery que lhes causou graves prejuízos ao exigir que a goma elástica extraída no Amazonas fosse beneficiada em Manaus, fazendo com que as importantes Casas exportadoras e Aviadoras de Belém se transferissem para capital do Amazonas que na prática fracassou, porém *a lei em*

²²⁵PEDROSA, Jonathas de Freitas. **Mensagem Lida Perante a Assembleia legislativa na Abertura da Terceira sessão ordinária da oitava legislatura pelo exmo. sr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa governador do Estado em 10 de julho de 1915.** Manaus: Seção de obras da imprensa oficial, 1915. p. 86.

²²⁶PEDROSA, Jonathas de Freitas. **Mensagem Lida Perante a Assembleia legislativa na Abertura da Primeira sessão ordinária da nona legislatura pelo exmo. sr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa governador do Estado em 10 de julho de 1916.** Manaus: Seção de obras da imprensa oficial, 1916.p.37.

²²⁷BACELLAR, Pedro de Alcântara. **Mensagem Lida Perante a Assembleia legislativa na Abertura da Segunda sessão ordinária da nona legislatura pelo exmo. sr. Pedro de Alcântara Bacellar governador do Estado em 10 de julho de 1917.** Manaus: seção de obras da imprensa oficial, 1917. pp. 65-66.

²²⁸Lei Estadual Amazonense no. 449 de 08 de Outubro de 1900 Apud FERREIRA, Sylvio M. P. **Federalismo, economia exportadora e representação política: O Amazonas na República Velha (1899-1914).** p. 213.

*questão incide somente sobre a borracha, abrindo, portanto para esse gênero uma exceção odiosa, que leva a crer não serem os demais considerados computáveis na riqueza econômica daquele Estado.*²²⁹

O relato da Associação Comercial Paraense deixou implícito que o embate armado pela região do Alto Tapajós não tinha a ver somente com o território em si, mas com a coletoria de rendas das embarcações em trânsito livre para Liverpool, Nova York, Londres ou Paris e uma vez mais com a borracha extraída ali como produto paraense e, por qual Estado arrecadaria estes impostos. Assim, toda produção do Acre transportada nos vapores navegava direto do território Federal adentrava no rio Abunã seguia pelo Madeira até cruzar o Solimões e alcançar o Tapajós no Estado do Pará e subia para Belém, em poucas palavras, esses vapores obrigatoriamente atravessavam estes rios para desviarem-se das aduanas fiscais em Manaus e as instaladas pelo governo do Amazonas em 1908 na margem direita do rio Nhamundá.

A essa altura questiona-se como Amazonas e Pará em meio as oscilações diárias dos preços da produção da borracha no Mercado internacional, perda das rendas do território do Acre e o crescimento da crise econômica que atingiu proporções incontroláveis, atingindo a ambos, poderiam continuar a lutar pela demarcação de limites territoriais? Ou existiam interesses acobertados pela demarcação de fronteiras? De um lado, a desforra do Pará tinha suas raízes na independência do Rio Negro e consequente perda de recursos naturais e tributação, de outro, o Amazonas embirrava com o decreto de 1833 quando os limites da Comarca do Alto Amazonas fincados em Outeiro de Maracá assu foram empurrados para serra de Parintins. Em juízo o Estado do Pará não negava que a demarcação dos limites entre ambos os Estados fosse aquela determinada por Mendonça Furtado em 1758; porém, sustentava que já não existiam razões para contestação, quando se apossaram das terras em litígio com o decreto de 25 de junho de 1833, sem prejuízo dos direitos do Amazonas.²³⁰

Aponta-se por fim, mais um dado para compreensão do combate verbal, armado e judicial ferrenho entre Amazonas e Pará. O Estado do Pará por sua localização

²²⁹BACELLAR, Pedro de Alcântara. Idem, p. 66

²³⁰Idem. p. 211. Este argumento pretensioso é falível e *Não vale como elemento de prescrição aquisitiva, porque não se funda em justo título, não é de boa fé nem mansa e pacífica. Demais, a usucapião é inadmissível entre os nossos Estados, porque importa o desmembramento do território de um em favor de outro, e, segundo o nosso direito, essa modificação territorial só é possível pelo processo estabelecido nos arts. 4º e 34, n. 10, da Constituição.*

geográfica era aquela época o canal de comunicação com a Europa e América do Norte, assim para os exportadores e comerciantes conduzir suas mercadorias direto para Belém era mais lucrativo. Manaus se ressentia dos prejuízos para arrecadação amazonense e necessitava de parte das importações recebidas de Belém. Desse modo, sinaliza-se outro motivo para ação impetrada pelo Amazonas para reassumir a posse desse território que permaneceu inalterado,²³¹ apesar do texto de 1758²³² está explícito em relação aos limites da Capitania de São José do Rio Negro, o Pará se apossou da zona litigiosa; e a rivalidade tácita foi consolidada.

3. Linhas e Mapas

Em 1867 Brasil e Bolívia assinaram o Tratado de Ayacucho sem alteração do instituído pelos Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777)²³³ para região Norte, a linha divisória partia do rio Beni e seu encontro com o rio Madeira, *para o oeste seguirá a fronteira por uma paralela tirada de sua margem esquerda, na latitude 10°20', até encontrar as nascentes do Javari.*²³⁴ Todavia, ambos os países desconheciam a região e a localização precisa validada no Tratado, as comissões mistas Brasil/Bolívia não alcançaram a foz do Javari e estimaram as coordenadas.

No ano de 1895, Brasil e Bolívia assinaram um protocolo para que fossem retomados os trabalhos de demarcação, formou-se nova comissão mista liderada por Frederico Medina e o Barão de Tefé que calculou a latitude sul 7°1'17"5 ao sul e

²³¹ Cf. BACELLAR, Pedro de Alcântara. **Mensagem Lida Perante a Assembleia legislativa na Abertura da Segunda sessão ordinária da décima legislatura pelo exmo. sr. Pedro de Alcântara Bacellar governador do Estado em 10 de julho de 1920.** Manaus: seção de obras da imprensa oficial, 1921. pp. 58-60. A pendência sobre os limites permanecia e em 1 de junho de 1920 foi organizada no Rio de Janeiro a Conferência de Limites Interestaduais com a participação do Amazonas.

²³² PESSOA, Eptácio. Op. cit., p. 231. Alega ao Supremo Tribunal Federal que *Os limites entre os Estados do Amazonas e Pará, como se mostrará dentro em pouco, foram traçados por lei – a Carta de 10 de maio de 1758 (expedida em virtude da Carta Régia de 3 de março de 1755) que definiu os limites das duas capitanias, a lei n. 582, de 5 de Setembro de 1850, que deu à província do Amazonas os mesmos limites da Carta de 1758, e a Constituição da República que assegurava ao Estado os mesmos limites da província.*

²³³ Apud TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL/Conselho Federal de cultura; Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1979. p. 80. V.1. Estabeleceram a fronteira do Norte do Brasil entre Portugal e Espanha a partir dos rios Guaporé e Madeira, já unidos com o nome de Madeira, até a paragem situada em igual distância do rio Marañon ou Amazonas, e da boca do dito Mamoré: e desde aquela paragem continuará por uma linha Leste-Oeste até encontrar com a margem oriental do rio Javari.

²³⁴ TOCANTINS, Leandro. Idem, p.126. V.1.

74°8'27''07 de longitude de Greenwich.²³⁵ Todavia, este era o marco do Peru com a Bolívia. Esse resultado gerou polêmica e mais dúvidas: a fronteira estava em linha oblíqua ao paralelo 10°20' na nascente do rio Javari ou formaria um ângulo reto com aquele paralelo?

As demarcações dos limites entre Brasil e Bolívia em 1895 tornaram aquela região fronteira um cenário de quase guerra entre as duas nações, movida por uma perda territorial considerada posse de ambos os países: o território do Acre. Assim sendo, o coronel Thaumaturgo de Azevedo representante do Brasil naquela empresa não alcançou conclusão em relação aos limites e *as demarcações foram suspensas*, mas, não antes do governo boliviano propor a *instalação de uma aduana no Acre, justamente o rio onde a atividade brasileira era mais intensa e rendosa* ²³⁶ aceita de forma irresponsável e impensada pelo governo brasileiro. [...] *não obstante profundamente lamentar que as negociações feitas pelos poderes federais dessem em resultado a perda de uma parte importante do nosso território, assim entregue a quem nenhum direito líquido sobre ele possui.*²³⁷

A fala acima é do governador José Cardoso Ramalho Junior que assumiu o governo em 1898 e expressava um dos motivos que conduziram tanto os contemporâneos quanto a historiografia posterior a acusar o governo federal pela crise econômica que o Amazonas enfrentará a partir de 1910. O posto foi instalado e a população brasileira ali localizada armou-se e expulsou os fiscais bolivianos, organizando em 7 de julho de 1899 *um novo estado*.²³⁸ Daí por diante vários confrontos armados ocorreriam até a intervenção norte-americana e inglesa e a criação do Bolivian Syndicate que seria organizado e gerido pelos norte-americanos. A *questão do Acre* estava em aberto.

Campos Sales, comprometido com os cafeicultores paulistas, iniciaria em 1898 uma reforma econômica que se estenderia ao setor industrial. Buscando a estabilidade e saneamento financeiro em defesa da nação associou os grupos opositores da capital da República, concentrados e republicanos históricos e demais Estados da federação

²³⁵ Conforme Leandro TOCANTINS, Op. p. 177. Estas latitude e longitude foram geradas na demarcação dos limites entre Brasil e Peru. As controvérsias emergiram entre o Ministério das Relações Exteriores representado pelo Ministro Carlos de Carvalho, parlamentares como o paraense Serzedelo Correa e intelectuais como o engenheiro Paula Freitas: o primeiro salientava, a fronteira está na *linha oblíqua* ao paralelo 10°20' ou para os dois últimos, seguir em *ângulo reto* com aquele paralelo.

²³⁶ REIS, Arthur C. F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Edinova, 1965. p. 136.

²³⁷ JUNIOR, José Cardoso Ramalho. **Mensagem lida perante o Congresso os Representantes em sessão de 10 de julho de 1900 pelo governador do Estado**. Op. cit., p. 11.

²³⁸ Idem, p. 137.

...com o discurso de saneamento da economia como pró-defesa da nação, Campos Sales conseguiu cooptar grupos opositores para construção de um novo modelo para o crescimento econômico do país. Garantidos o pacto político e o programa de reformas econômicas, com o *funding-loan* como pilar dos acordos com o capital internacional, proporcionou-se novo cenário para o estímulo a importação de capitais externos.²³⁹

Salienta-se que, a Federação possibilitou autonomia às antigas Províncias e fortaleceu as oligarquias locais, todavia, essa autonomia foi parcial porque favoreceu os Estados considerados economicamente fortes e quanto aos demais considerados fracos as desproporções permaneceram imensas; apesar de Campos Sales simular a proposta da política nacional de *concordia* e convergência para salvaguardar o país, o *pacto* com os governadores não alcançou todos os Estados; deteve-se na expansão do capital cafeeiro seguido pela industrialização e energia elétrica, modernização e urbanização de certas cidades diante do capital internacional.

O Estado do Amazonas, por exemplo, ficou na retaguarda do processo de industrialização porque os investimentos nacionais abriram falência e os estrangeiros investiram em exportação e importação, fornecimento de água, energia elétrica e transportes, serviços oferecidos com baixa qualidade e direcionaram-se para exploração de seringais, enquanto a produção asiática não entrou no Mercado.

O Acre não entrou na pauta de prioridades do governo Campos Salles que não atentou para o valor econômico crescente daquelas paragens indefinidas, como foi salientado por Thaumaturgo de Azevedo em relatório enviado ao Ministro Carlos de Carvalho. A aceitação dos limites que apresentou o Barão de Tefé conduziria o Estado do Amazonas a perder a porção *mais rica e mais produtora*²⁴⁰ entremeada pelos rios Acre, Iaco, Alto Purus e *afluentes do Juruá e talvez do Jutai*²⁴¹ e Javari, fornecedores de 46% (quarenta e seis por cento) da extração anual da borracha exportada pelo Amazonas.

²³⁹SAES, Alexandre M.Op. cit., p. 214.

²⁴⁰AZEVEDO, Thaumaturgo. **Limites entre o Brasil e a Bolívia**. Apud TOCANTINS, L. Op.Cit. p.178-179. V.1.

²⁴¹AZEVEDO, Thaumaturgo. Apud TOCANTINS, L. Ibidem.

Em setembro de 1898, o governo boliviano descontente com a indefinição geográfica e política do Brasil, enviou uma expedição militar com 30 praças para localidade de Xapuri,²⁴² todavia o coronel Manoel Felício Maciel da Guarda Nacional brasileira exigiu que o major boliviano Benigno Gamarra batesse em retirada, responsabilizando-o por qualquer conflito causado pela entrada em território brasileiro.

As discussões diplomáticas entre os dois países não aliviaram as tensões entre os moradores brasileiros e os recém-chegados bolivianos. Dionísio da Cerqueira, Ministro das relações exteriores acordou com o ministro boliviano José Paravacini a instalação de uma aduana na margem do rio Aquiri (atual Acre) na porção boliviana, negando-lhe a margem do rio Madeira no Brasil. Enquanto nenhuma decisão definitiva punha termo nas negociações do Brasil com a Bolívia, os Estados do Amazonas e Pará sofriam as perdas nas respectivas receitas, em quatro meses o Amazonas deixou de arrecadar *mais de três ou quatro mil contos de reis*.²⁴³

Por conta da lentidão das negociações e do encaminhamento diplomático pouco satisfatório para o Amazonas, o governador Ramalho Junior criticou o presidente Campos Salles por dispensar *pouca ou nenhuma*²⁴⁴ atenção na questão do Acre e como seu antecessor Prudente de Moraes, recusou-se a tomar iniciativa que favorecesse o Amazonas. E agiu tacitamente investindo quatrocentos contos de réis na expedição liderada por Luiz Galvez Rodrigues de Arias rumo à fronteira litigiosa de Puerto Alonso que, lá chegando fundou o *Estado independente do Acre*²⁴⁵ em 14 de julho de 1899. Não tardou que o ministro das relações exteriores Olinto Magalhães solicitasse explicações de Ramalho Júnior sobre os eventos ocorridos no Acre, assinalando que o presidente não reconhecia o Estado independente e muito menos Luiz Galvez como governador.

Não cabe aqui aprofundar este assunto, contudo, pretende-se mostrar como a atividade de extração da borracha se tornou importante para a região Norte impelindo os Estados do Amazonas e Pará a despertar rivalidades adormecidas. O investimento do governo do Amazonas nos movimentos insurgentes na fronteira boliviana impedia as firmas Aviadoras paraenses de buscarem borracha na região do rio Acre e os jornais paraenses iniciaram incisiva campanha contra os insurretos.

²⁴²Conforme TOCANTINS, L. Op. cit., pp.190-191.

²⁴³JUNIOR, José Cardoso Ramalho. **Mensagem...1900** . Op. cit., p. 12.

²⁴⁴Idem, p. 13.

²⁴⁵TOCANTINS, L. Op.cit., V. 1. pp. 266 e 270.

De dezembro de 1900 a começos de fevereiro de 1901, as insurreições alastravam-se nas bordas do rio concentradas *em três pontos: em Bagaço, o Batalhão coronel Rodrigo, sob o comando de J. Xavier, em Volta da Empresa, o Batalhão Luiz Galvez, chefiado por Alexandrino José da Silva, em Bom Retiro, o Batalhão Luiz Caldas, pronto para atacar Humaitá, [...]*.²⁴⁶ Mas desta vez, a derrota ficou com os brasileiros, que ainda amargaram com trânsito da produção de goma elástica acreana rumo ao Pará e a malária que matava mais que os tiros das carabinas.

O governador do Amazonas em 1900 era Silvério Nery e em represália ao trânsito direto das embarcações do território do Acre para Belém sem pagar as taxas aduaneiras ao Amazonas, solicitou ao legislativo a criação de uma Lei de beneficiamento,²⁴⁷ a qual acarretaria graves prejuízos às finanças do Pará ao exigir que a goma elástica extraída no Amazonas fosse pesada e encaixotada em Manaus fazendo com que as importantes Casas exportadoras e Aviadoras de Belém se transferissem para capital do Amazonas. Vale enfatizar que o Amazonas era o núcleo irradiador de produção do látex, porém, Belém controlava o comércio e a exportação regional. Avalia-se que, as perdas financeiras do Amazonas não foram menores geradas pelo famigerado Decreto paraense de 1833 que reduziu o território amazonense.

Enquanto os revoltosos tingiam de sangue os rios amazônicos, o ministro boliviano Felix Aramayo se articulava em Londres e em julho de 1901 assinou o contrato de fundação do Bolivian Syndicate com quinhentos mil libras esterlinas de capital inicial. A empresa objetivava gerir e *explorar as riquezas do território do Acre*²⁴⁸ por trinta anos; e baseando-se nas Chartered Companies na África do Sul²⁴⁹ teria vastos poderes políticos e administrativos, desde comprar terras na região acreana até *manter uma força armada de navios de guerra [...]*.²⁵⁰ Este ponto do contrato deixou sobressaltada a diplomacia brasileira que, em represália, suspendeu a passagem de navios mercantes através do rio Amazonas destinados à Bolívia.

As eleições realizadas em novembro de 1902 no Brasil deram posse ao presidente Rodrigues Alves, que nomeou para Ministro do Exterior José Maria da Silva

²⁴⁶Idem. p. 411.

²⁴⁷Lei Estadual Amazonense no. 449 de 08 de Outubro de 1900 Apud FERREIRA, Sylvio M. P. **Federalismo, economia exportadora e representação política: O Amazonas na República Velha (1899-1914)**. p. 213.

²⁴⁸TOCANTINS, L. Op. cit., p. 24. V.2.

²⁴⁹Idem. pp. 31-32. As Chatered Companies seguiam o percurso da Companhia das Índias Orientais no Brasil, alicerçavam-se na colonização e valorização territorial.

²⁵⁰Idem. pp. 40-41.V. 2.

Paranhos, o Barão do Rio Branco que agiu a passos largos e do seu gabinete propôs ao diplomata boliviano Claudio Pinilla a compra do território litigioso. Enquanto isso, os Rothschild apoiando o governo brasileiro, negociavam o encerramento do Bolivian Syndicate por quinhentos e cinquenta mil dólares.²⁵¹

O Tratado de Petrópolis pensado e elaborado pelo Barão do Rio Branco e encerraria a pendência dos limites territoriais a contento. O governo federal desembolsou mais dois milhões de libras esterlinas na compra do Acre e as negociações diplomáticas foram seladas com assinatura de um *Modus Vivendi*²⁵² para pôr fim aos conflitos armados. Entusiasmado o Barão declarava:

Pelo presente Tratado o Brasil incorpora ao seu patrimônio um território mais extenso que o de qualquer dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, território que produz renda anual superior à de mais de metade dos vinte Estados da nossa União.²⁵³

O Tratado de Petrópolis assinado em novembro de 1903 definiu por pontos principais a cessão para o Brasil de 181 000 quilômetros quadrados de terras, construção de uma via férrea, um posto aduaneiro no rio Madeira e a cessão para Bolívia de 2432 quilômetros quadrados de terras em Mato Grosso e 3540 quilômetros quadrados no Amazonas, mais o pagamento de dois milhões de libras esterlinas pelo Acre. Tanto o Senado quanto a Câmara aprovaram o Tratado, apesar das críticas recebidas pela imprensa.

Vale advertir que, o Barão do Rio Branco em correspondência pessoal esclareceu desconhecer o mapa regional antes de 1873²⁵⁴, isto quer dizer que o eficiente diplomata não conhecia as linhas traçadas pelo Tratado de Ayacucho assinado entre os dois países em março de 1867 *Deste rio [Beni na sua confluência com o Madeira] para o oeste seguirá a fronteira por uma paralela tirada da sua margem esquerda, na*

²⁵¹Idem. pp. 203-204. V. 2. Em fevereiro de 1903 a escritura de renúncia foi assinada. O valor em libras era cento e dez mil libras esterlinas que foram pagos por intermédio de N. M. Rothschild & Sons, da cidade de Londres, antes de 25 março de 1903, a Frederick W. Whittinridge, representante do Sindicato.

²⁵²Idem. pp. 230-232. V.2. O protocolo do Modus vivendi foi assinado em 21 de março de 1903 em La Paz.

²⁵³TOCANTINS, L. Op. cit., V. 2. p. 280.

²⁵⁴Idem, V. 2. p. 288.

*latitude 10°20', até encontrar as nascentes do Javari.*²⁵⁵ Nesse sentido, o Tratado de Petrópolis foi apenas mais um documento de conciliação, aparentemente elaborado às cegas.

Em dezembro de 1905, o Estado do Amazonas entrou com uma petição contra a União no supremo Tribunal Federal, reivindicando a posse do território do Acre setentrional o qual foi confiscado pelo governo federal. Rui Barbosa discordou do Barão do Rio Branco na cessão de território nacional²⁵⁶ estabelecido no Tratado de Petrópolis e defendeu a causa do Amazonas sem sucesso. O Amazonas foi lesado em seu território pela diplomacia da União e somente com a Constituição de 1934 com o art. 5º. Das Disposições Transitórias da Constituição de 16 de julho, o litígio chegou ao fim:

A União indenizará os Estados do Amazonas e Mato Grosso dos prejuízos que lhes tenham advindo da incorporação do Acre ao território nacional. O valor fixado por árbitros, que terão em conta os benefícios oriundos do convênio e as indenizações pagas à Bolívia, será aplicado, sob orientação do Governo federal, em proveito daqueles Estados. [...] A indenização reclamada era de 426.453:222\$262; [...] foi fixada em cerca de 350.000 contos.²⁵⁷

O Estado do Amazonas historicamente e geograficamente se estendia até a região do rio Acre afluente do Purus, Juruá, alto Purus e Iaco, a ponto de ser povoada por maranhenses, cearenses, paraibanos, alagoanos, piauienses, sergipanos, paraenses e amazonenses.²⁵⁸ Como não foi traçada por nenhum agrimensor ou cartógrafo a localização exata da nascente do rio Javari atentando que a bacia do rio Madeira no Estado do Amazonas recebe os rios Abuña, Beni e Mamoré bolivianos, não havia como garantir a posse do território do Acre para a Bolívia que passou a se interessar pelas

²⁵⁵Idem, V. 1. p. 126.

²⁵⁶Ver TOCANTINS, L. Op. cit., p. 297. V. 2. O Barão do Rio Branco alegava em defesa as críticas sofridas, que o Tratado estabeleceu uma permuta desigual, enquanto o Brasil cedia 3 164 quilômetros quadrados à Bolívia, o Brasil recebia 191000 quilômetros uma extensão maior que os estados de Pernambuco e Alagoas juntos.

²⁵⁷LEME, Ernesto. Apud Rui Barbosa. **O direito do Amazonas ao Acre Setentrional**. Rio de Janeiro: Fundação casa de Rui Barbosa, 1984. Obras completas de Rui Barbosa, v. 37. T. 6. 1910. pp. XXXII - XXXIII.

²⁵⁸Conforme TOCANTINS, L. Op. cit., V. 1. pp. 143-159.

terras brasileiras fronteiriças, ao dar-se conta da riqueza dos recursos naturais e do valor das exportações²⁵⁹ da produção da borracha extraída daquelas paragens.

Sabe-se que, em 1857 centenas de nordestinos²⁶⁰ se fixaram nas margens do rio Purus. Em outras palavras, o diligente idealizador do Tratado de Petrópolis resolveu apenas a parcela da soberania nacional e o receio do governo da União de enfrentar um conflito internacional,²⁶¹ porém, violou a integridade territorial do Estado do Amazonas.

Vale notar que, o Estado do Pará fez campanha inflamada por meio da imprensa em oposição às reivindicações do Amazonas em relação à posse do território do Acre, receoso com o veto das exportações pelo Amazonas, caso assumisse o território; e com o Tratado de Petrópolis, sairia ganhando, porque a produção da borracha daquele território seria exportada por Belém.

Desse modo, o Pará puxou da manga sua última carta: avançou arbitrariamente sua jurisdição além dos limites territoriais estabelecidos por Mendonça Furtado em 1758 de acordo com a Carta régia de 1755 e artigo 2.º da Constituição Imperial de 1824 estabelecendo *Fica o Império dividido nas Províncias existentes sem alteração dos limites territoriais*;²⁶² para se apropriar dos impostos de exportação empatando com Manaus e, em 1925 o litígio entre Amazonas e Pará estava estacionado no Supremo Tribunal Federal.²⁶³

²⁵⁹LABRE, Antonio. R. Pereira. **Itinerário da exploração do Purus ao Beni...** Apud TOCANTINS, L. Op. cit., V.1. p.147. O coronel Labre salienta que o rio Acre afluente do rio Purus era um dos mais populosos já em 1887 e exportava 500 000 quilos de goma elástica.

²⁶⁰REIS, Arthur C. Ferreira. **O Seringal e o seringueiro**. 2ª. Ed.rev. Manaus: edições governo do Estado do Amazonas/Edua, 1977. p. 44. *O Cearense João Gabriel de Carvalho e Melo, com quarenta famílias do Maranhão e do Ceará, estas tangidas para aquela província, pela seca de 1845, estabeleceu-se perto da Foz do Purus.*

²⁶¹Em exposição de motivos do Tratado de Petrópolis o Barão do Rio Branco salientava “Foi preciso que a própria segurança deste Continente fosse ameaçada pela introdução do sistema perturbador das *chartered companies*, e que nos convencêssemos da impossibilidade de conservar as boas relações, que tanto prezamos, com a nação boliviana, [...] para produzisse a nossa ação em busca dos resultados agora obtidos”. Apud TOCANTINS, L. Op. cit., V.2. pp. 280-281.

²⁶²PEDROSA, Jonathas de Freitas. **Mensagem Lida Perante a Assembleia legislativa na Abertura da Segunda sessão ordinária da oitava legislatura pelo exmo. sr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa governador do Estado em 10 de julho de 1914**. Manaus: Seção de obras da imprensa oficial, 1914. p. 15.

²⁶³SÁ, Alfredo. **Mensagem do Interventor Federal no Amazonas à Assembleia Legislativa do Estado em reunião extraordinária de 15 de Dezembro de 1915**. Manaus: Imprensa pública, 1925. p. 97.

4. O começo da crise?

Apesar de oferecer conhecida aplicação ainda no período colonial, ou mesmo inclusive no período pré-colonial, a borracha somente apareceria como produto com potencial comercial na segunda metade dos oitocentos. Dois marcos são bastante conhecidos para o início da comercialização da borracha: a descoberta do processo de vulcanização da goma por Goodyear (1839) e Hancock (1842) e, para a definitiva expansão de sua demanda, a utilização do produto para a indústria automobilística na década de 1890.²⁶⁴ Assim, na inexistência de produções mundiais intensivas, a atividade seringueira brasileira se aproveitaria dessa conjuntura para em fins do século XIX apresentar tremendo impulso.

É neste contexto que, a borracha brasileira passaria por um auge de produção entre 1890 e 1910. No que diz respeito ao comércio mundial, a região Amazônica seria nestes vinte anos de longe o principal centro fornecedor da goma aos maiores mercados mundiais. E em relação à economia nacional, durante a primeira década dos novecentos a borracha alcançaria entre vinte e quarenta por cento do valor total dos produtos brasileiros exportados, mantendo posição de segundo principal produto exportado, apenas atrás do café (Gráfico 1).

Gráfico 1. Brasil – Comércio exterior, participação da borracha e do café na exportação total, 1895-1915 (%)

Fonte: Anuário estatístico do Brasil. Ano V. 1939/40. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Confederação Nacional de La Industria, 1986. V. I.

²⁶⁴Cf. Maria Lígia Coelho PRADO & Maria Helena Rolim CAPELATO. 1975. p.288; e, Nelson Prado Alves PINTO. 1984. p. 33.

Assim, o percurso da extração da borracha atestava sua relevância na economia regional e nacional, mesmo que esta importância frequentemente não tenha sido abordada com a devida atenção.²⁶⁵ Nas décadas de 1850 e 1860, ainda sem expressão no valor das exportações nacionais (2,3% e 3,1% respectivamente), o produto passou a concentrar as atividades da Bacia Amazônica, retraindo crescentemente outras culturas locais como de café, tabaco e algodão.²⁶⁶ Porém, as roças de milho, feijão, arroz, mandioca, melancia e melão não esmoreceram.

A rápida e elevada rentabilidade auferida pelo negócio da borracha atraiu capital e trabalho para a região amazônica, por exemplo, a exportação do Estado do Amazonas em 1906, foi dividida entre 10,5 mil toneladas de borracha, 2,6 mil de castanha e, bastante atrás, 200 toneladas de peixe. Pode-se dizer que, a atividade agropecuária do Norte avançou quase para o completo extrativismo e gerou elevadas rendas para a região.²⁶⁷ Este rentável negócio, conseqüentemente, transformou a imagem de algumas cidades amazônicas, ampliou o processo de migração de trabalhadores para a região²⁶⁸ e desenvolveu todo um setor de serviços urbanos.²⁶⁹

Na historiografia o rápido processo de urbanização das cidades de Belém e Manaus foi decorrente dessa expansão dos negócios da borracha e usualmente generalizado como forma de enfatizar o gasto luxuoso das elites locais. Os investimentos na Modernização nas capitais, com o Teatro Amazonas e o Teatro da Paz, respectivamente em Manaus e Belém, tornaram-se os protagonistas dessa transformação; e avaliados de maneira exagerada por autores como Caio Prado Júnior:

O símbolo máximo que ficará desta fortuna fácil e ainda mais facilmente dissipada é o Teatro Municipal de Manaus, monumento em que à imponência se une ao mau gosto, [...]. É claro que desfeito o castelo de cartas em que se fundava toda esta prosperidade fictícia e superficial, nada sobraria dela. Em poucos anos [...] a riqueza amazonense se desfará em fumaça. Sobrarão apenas ruínas [...]. O

²⁶⁵Celso FURTADO, por exemplo, não levou em conta a riqueza acumulada no auge da expansão da economia do látex: enfatizou a atividade como uma solução de emergência, sem bases racionais de produção, cujo resultado foi um “enorme desgaste humano”, absorvendo a mão de obra Nordestina e não a tornando trabalhadora assalariada. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: companhia editora nacional, 1998, 27ª. Ed. pp.129-135.

²⁶⁶PRADO, M. L. e CAPELATO, M. H. R. Op., cit. p. 299.

²⁶⁷Lino Aguiar & Cia. **Almanach do Amazonas de 1908**. Manaus: Palais Royal, 1909. p.6.

²⁶⁸Para o deslocamento da mão de obra nordestina, cf.: Celso Furtado, 1998.

²⁶⁹Para a expansão dos serviços urbanos locais, ver DIAS, Edinea M. **Ilusão do fausto**: Manaus-1890-1920. Manaus: Ed. Valer, 1999.

drama da borracha brasileira é mais assunto de novela romanesca que de história econômica.²⁷⁰

Porém, tal processo de modificações com restrita expansão e diversificação das atividades produtivas revelariam algumas facetas preocupantes desta atividade econômica em crescimento: uma modernização urbana, cujo custo era não somente a profunda concentração da renda, o Aviamento como organização de trabalho impedindo o assalariamento e a formação do mercado interno regional,²⁷¹ a importação de gado, conservas e materiais diversos²⁷², como também os desvios e/ou o mau uso do erário público por medidas administrativas ineficazes sustentadas pelas elevadas rendas.²⁷³

Nos meses iniciais de 1910 os preços do quilo borracha no Mercado internacional estavam elevados como uma *febre* destacou a brasilianista Barbara Weinstein,²⁷⁴ para logo no início do segundo semestre declinar. Os preços da produção haviam passado por oscilações nos anos de 1888-89, 1900-01 e 1907-8, mas voltaram a se equilibrar, dissimulando a crise que não tardaria. Aos poucos e ao longo das duas últimas décadas da expansão tornou-se perceptível que, a queda dos preços seria o trajeto no comércio de exportação da borracha, ou seja, as vendas aumentarem e os preços não acompanharem até a atividade econômica perder a importância no mercado externo de uma vez por todas.

Grande parte dos envolvidos naquele contexto imputava as altas e baixas nos preços às frequentes interrupções nos serviços telegráficos, que sofriam a interferência das chuvas e impediam que as flutuações da cotação do produto no mercado estrangeiro chegassem diariamente aos comerciantes regionais.

Em 1910, o Inspetor do Tesouro em Comissão²⁷⁵ Cyrillo Leopoldo Neves em seu Relatório chamou atenção do governador Antonio Bittencourt para falta de numerário local e propôs a alteração do sistema tributário para diminuir ou amenizar as quedas na receita do Estado, posto que estas acompanhassem compulsoriamente as

²⁷⁰PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 38ª. São Paulo: Brasiliense. 1990. pp. 240-241.

²⁷¹Cf.: Wilson CANO. Op., cit., 1977, pp.88-92 e Roberto Santos. Op.cit., p.300.

²⁷²LOUREIRO, A. J. S. A Grande crise... Op.cit., p.25

²⁷³LOUREIRO, A. J. S. Idem, p. 247.

²⁷⁴WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993. p. 241.

²⁷⁵Relatório apresentado ao exm. sr. cel. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt governador do Amazonas por Cyrillo Leopoldo da Silva Neves Inspetor do Tesouro em Comissão. Ano de 1910. Manaus. Secção de obras da imprensa Oficial, 1911. pp. 3-4.

baixas na exportação da borracha. Segundo o relator, esta instabilidade não se devia ao *acúmulo ou superabundância* de produção nos mercados consumidores, mas a ausência de numerário, o motor da especulação entre os consumidores. O inspetor do Tesouro sugeria uma tabela de *taxas móveis* que se executada resolveria a situação de perdas que o Estado vinha sofrendo, apesar do contrabando nas fronteiras com Peru e Bolívia e a impossibilidade de fiscalização devido o emaranhado de rios e pessoal insuficiente para atuar em postos nas margens da floresta e sem nenhuma infraestrutura.

A proposta destacava a importância do controle da flutuação. Esse sistema alertava Neves, era o ideal para valorização da goma elástica, visto que o comprador/exportador não promoveria a baixa dos preços da produção.

Tabela móvel da porcentagem sobre o valor provável da compra e venda da borracha para cobrança de impostos de exportação

Valor provável da borracha por kilo	Porcentagem	Unidade	Taxa
22\$000 a 25\$000	8%	1 kilo	1\$760 a 2\$000
20\$000 a 21\$999	9%	“	1\$800 a 1\$979
19\$000 a 19\$999	10%	“	1\$900 a 1\$999
18\$000 a 18\$999	11%	“	1\$980 a 2\$089
17\$000 a 17\$999	12%	“	2\$040 a 2\$159
16\$000 a 16\$999	13%	“	2\$080 a 2\$209
14\$000 a 14\$999	15%	“	2\$100 a 2\$399
13\$000 a 13\$999	17%	“	2\$210 a 2\$379
12\$000 a 12\$999	19%	“	2\$280 a 2\$469
11\$000 a 11\$999	21%	“	2\$310 a 2\$579
10\$000 a 10\$999	24%	“	2\$400 a 2\$639
9\$000 a 9\$999	27%	“	2\$432 a 2\$693
8\$000 a 8\$999	31%	“	2\$480 a 2\$789
7\$000 a 7\$999	37%	“	2\$590 a 2\$959
6\$000 a 6\$999	44%	“	2\$640 a 3\$079

Fonte: Relatório apresentado ao ex. Sr. cel. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt governador do Amazonas por Cyrillo Leopoldo da Silva Neves Inspetor do Tesouro em Comissão. Ano de 1910. Manaus. Secção de obras da imprensa Oficial, 1911. p. 4.

Todavia vale destacar que, não seria possível controlar a flutuação dos preços sem controlar a produção. Supondo que o controle da produção permanecesse nas mãos do produtor (seringalista) e Aviador a proposta de Cyrillo Neves fosse viável, mas questiona-se por quanto tempo? O contrabando escancarado não se encerraria, a

atividade extrativista não incorporou um mercado interno local e/ou nacional e a concorrência asiática faria dessa sugestão um moinho de vento e seria mais um paliativo.

5. O contrabando nas fronteiras ou o jeito estrangeiro de lucrar?

O contrabando da produção de borracha e outras mercadorias oriundas da Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela entradas no Brasil pelos rios Madeira, Abunã, Mamoré, Guaporé, Purus, Javari e seus afluentes, Içá ou Putumayo e Japurá que afluem para o Solimões e rio Branco afluente do Rio Negro eram desembarcados nos portos de Manaus e Belém. A vasta extensão dos rios era escassamente povoada e inexistiam postos fiscais brasileiros para tamanha região fronteira, somado as brigas entre fiscais estaduais e federais que o facilitavam; desse modo, as mercadorias desviadas eram transportadas por pequenas embarcações que em lugares encachoeirados passavam para os barrancos e caminhos ou varadouros entre a floresta e quando possível transportado em burros, escapando da fiscalização e ao chegar ao lado brasileiro as mercadorias eram distribuídas sem a arrecadação dos devidos impostos.

Ressalta-se que estes desvios se faziam mais vantajoso para seringalistas e firmas exportadoras e Aviadoras que mantinham depósitos nas mediações das fronteiras para recebimento de mercadorias da Europa e Estados Unidos com pagamento nas povoações bolivianas, em seguida transportadas para as localidades brasileiras e trocadas por borracha como *pagamento dos direitos de exportação*, retornando da Bolívia como importação em trânsito para os portos de Belém ou Manaus.

Os prejuízos para as arrecadações de impostos de exportação e importação no Amazonas e Pará se avolumaram quando os seringalistas e seringueiros brasileiros trocavam a produção de borracha brasileira pelos produtos supostamente bolivianos para consumo e peruanos, muito mais baratos²⁷⁶ que os vendidos nos barracões dos seringais amazonenses e paraenses, assim como a borracha desembarcada, exportada,

²⁷⁶LOUREIRO, A. J. S. **A Grande...** Op.cit., p. 38. Salienta que as casas exportadoras e/ou aviadoras localizadas em cidades vizinhas, como Nazareth no Peru vendiam esses produtos a “50% a 70% mais baratos, do que em Manaus.

beneficiada²⁷⁷ e negociada nos portos de Manaus e Belém e sob a inspeção de um fiscal brasileiro, ou seja, o beneficiamento era pago pela Fazenda brasileira.

Para as Casas Aviadoras tornou-se mais lucrativo pagar 2% sobre o valor dessa exportação na Bolívia, quando em Manaus e Belém pagariam pelo mesmo produto 18% (dezoito por cento). A disparidade das taxas alfandegárias para o Inspetor na Alfândega de Manaus Pedro Leite²⁷⁸ seria porque a borracha da Bolívia era brasileira procedente do Mato Grosso, Acre e Amazonas e era exportada sem qualquer custo da produção e comercialização, por ser objeto de permuta.

Para os brasileiros e estrangeiros da fronteira barganhar as mercadorias oriundas da Bolívia em tempos que nos seringais brasileiros os produtos alimentícios eram superfaturados, era bastante proveitoso. As tarifas sobre mercadorias cobradas pela Bolívia eram muito mais interessantes para os consumidores brasileiros de fronteira que as taxas exorbitantes cobradas no Brasil. Vejamos alguns exemplos das tarifas entre Brasil e Bolívia:

Mercadorias	Unidade	Tarifas no Brasil	Tarifas na Bolívia
Carne em conserva	Kilo	1\$200	\$300
Conserva de peixes	Kilo	1\$200	\$240
Peixes secos ou em salmoura	Kilo	\$080	\$048
Frutas secas	Kilo	\$400	\$060
Arroz sem casca	Kilo	\$160	\$016
Farinha de trigo	Kilo	\$025	\$016
Legumes secos ou em salmoura	Kilo	\$200	\$105
Cebola em réstias	Kilo	\$300	\$030
Linha de algodão para costura	Kilo	2\$000	\$156

Fonte: LEITE, Pedro T. Defesa da Borracha Brasileira... Op.cit., pp.11-12.

²⁷⁷REIS, Arthur. C. Ferreira. **O seringal...** Op. cit., p.109. O beneficiamento se dava em duas etapas: *primeira, a pele de goma era cortada ao meio para se lhe tirar toda e qualquer impureza que porventura contivesse. É que, antes disso, os compradores americanos e ingleses se haviam visto vítimas de espertezas: dentro das peles, para aumentar-lhes a densidade e o peso, os seringueiros punham-lhes objetos estranhos, inclusive pedras e paus. Depois do corte, então, passava-se à segunda fase da classificação: 'fina', 'entrefina' e 'sernambi'. [...] Encerradas as duas operações, passava-se ao encaixotamento para embarque nos armazéns das firmas que se ligavam ao negócio.*

²⁷⁸LEITE, Pedro Torres. **Defesa da Borracha Brasileira e a Repressão do Contrabando no Amazonas.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924. p. 16.

A tabela demonstra que as diferenças de tributação sobre produtos, especialmente gêneros de primeira necessidade alcançavam até 400% (quatrocentos por cento), talvez por isso que, o incentivo boliviano para as transações consideradas ilegais pelo inspetor, fosse irrecusável.

Durante os anos de 1904 a 1913 a borracha oriunda da Bolívia aumentou em 210,4% (duzentos e dez vírgula quatro por cento) enquanto a produção do Amazonas sofreu uma redução de 35,3% (trinta e cinco vírgula três por cento) e como tentativa para amenizar as perdas brasileiras, Leite baixou a Portaria n.º 450, de 9 de novembro de 1913 *Considerando que o nosso país é o único prejudicado com este sistema de beneficiamento, não só nas suas rendas como também na sua estatística de produção; desse modo encerra-se o beneficiamento de que se trata em borracha procedente dos países limítrofes, destinadas a transito.*²⁷⁹ Imediatamente os países atingidos solicitaram a revogação da portaria alegando esta medida intensificaria a crise econômica no Amazonas, mas a apelação foi negada pelo inspetor.

Peru, Venezuela, Colômbia e Bolívia recorreram ao Chefe de Gabinete do Ministro da Fazenda que telegrafou ao inspetor que argumentou: as transações realizadas na Alfândega de Manaus com a borracha estrangeira contrariavam as *regras de trânsito estabelecidas no capítulo IV do título VIII da Consolidação e nos termos dos tratados de comércio existentes entre o Brasil e as Repúblicas vizinhas.*²⁸⁰ Todavia, através da ordem n. 35 de 9 de março de 1914 enviada para Delegacia fiscal do Amazonas, foi autorizado o beneficiamento da borracha contrabandeada.

Os fiscais federais brasileiros não fiscalizavam as embarcações bolivianas e peruanas que paravam em seus postos e segundo o inspetor Leite, agiam dessa forma por negligência, incompetência ou por suborno;²⁸¹ legalizavam o contrabando ao assinarem os documentos de arrecadação em branco, sem a discriminação das mercadorias ou da quantidade de borracha. O fiscal do posto de Tabatinga no Amazonas na fronteira com Colômbia e Peru escreveu ao inspetor para informar que *balsas e*

²⁷⁹Idem, pp. 19-20.

²⁸⁰Idem, p. 23. O inspetor refere-se ao decreto de 1867 que concedia livre trânsito de embarcações pelas águas interiores do Brasil, após a abertura dos portos às nações amigas.

²⁸¹Idem, p. 32.

batelões vindos do Peru passavam pela margem peruana sem parar naquele posto²⁸². O governador Affonso de Carvalho se antecipava em 1908 alegando sua impotência para extinguir o contrabando visto que, os delegados federais o defendiam; e finalizava que a perda das receitas do território do Acre para governo da União, juntava-se aos motivos da crise enfrentada pelo Amazonas naqueles anos.²⁸³

6. O bombardeio de Manaus

Em meados de 1908 o impaludismo, a tuberculose, a varíola, a febre amarela e o beribéri matavam cotidianamente no Amazonas nas zonas rural e urbana e as visitas dos inspetores da saúde tornaram-se comuns, porém indesejadas, especialmente nas casas, edifícios públicos, hospitais e navios num de total de *5.495 visitas* matando larvas, destruindo focos e recipientes. Durante ano de 1907, nos municípios de Humaitá e Tefé os inspetores combateram a varíola. O Governo²⁸⁴ apesar de otimista e das medidas adotadas admitia, no caso do impaludismo e febre amarela, que havia a impossibilidade de pôr um fim aos mosquitos, não somente pelos meios *parcos* como pela escassez das finanças.

Entre 1909 e 1910 o Brasil estava envolvido por intensas crises políticas e sociais devido às querelas das elites nacionais por conta da sucessão presidencial de Afonso Penna. A campanha eleitoral foi agressiva, Afonso Pena indicou Davi Campista para seu sucessor para prosseguir com a política-econômica, mas Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia foram contrários à indicação, assim como Rui Barbosa, Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca. Pinheiro Machado sugeriu o nome de Rui Barbosa, enquanto Lopes Trovão e Lauro Müller indicaram Hermes da Fonseca.

Os militares buscaram o apoio de Pinheiro Machado já aliado com Rui Barbosa que inicialmente recusou a aliança, porém o crescimento de Hermes da Fonseca apoiado pelo Nilo Peçanha na campanha o induziu a uma aproximação com os hermistas e ao

²⁸²Idem, p. 29.

²⁸³CARVALHO, Raymundo Affonso de. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas da Segunda sessão ordinária da sexta legislatura pelo Cel. Raymundo Affonso de Carvalho, Presidente do Congresso Legislativo no exercício de Governador do Estado em 10 de julho de 1908.** Manaus: Seção de obras da imprensa oficial, 1908. p. 68.

²⁸⁴Idem, pp.19-23.

rompimento com Rui Barbosa, que empreendeu sua campanha civilista. Davi Campista saiu da disputa e Hermes da Fonseca venceu as eleições.

Quando em 1904 o Amazonas reivindicava ao governo Federal o território do Acre, as eleições realizadas em 25 de março daquele ano diplomariam o engenheiro militar Antonio Constantino Nery a governador com 17. 869 votos e seu vice Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt com pequena diferença de votos, recebeu 17.852.²⁸⁵ No ano seguinte, o governador em mensagem ao legislativo amazonense assinalava o descontentamento que o Tratado de Petrópolis gerou ao Amazonas usurpando grande parte das rendas, acusando a perda entre os anos de 1901 e 1905 de 2.561:027\$304 contos de réis.

E por conta dos decréscimos das receitas, recolhimento de títulos e resgate da dívida flutuante, o Congresso amazonense em abril de 1905 autorizou o governador C. Nery a *contrair um empréstimo de quarenta mil contos (40.000:000\$000) ou seu equivalente em ouro, dentro e fora do país, a juros de cinco por cento (5%) ao ano.*²⁸⁶ Uma semana depois o deputado Álvares Pereira representante da Comissão de Fazenda solicitou ao legislativo a inserção de uma emenda no projeto elevando o valor do empréstimo a cinquenta mil contos, sendo aprovada por unanimidade.

Em 10 de julho de 1908 o coronel Raymundo Affonso de Carvalho governador em exercício, em virtude de Constantino Nery ter solicitado licença para tratamento de saúde e pouco depois apresentado à renúncia ao cargo em dezembro de 1907, apresentava ao legislativo sua apreensão por assumir a responsabilidade por um Estado *avariado em suas finanças* e, portanto, sem condições de livrar-se da mortandade causada pelo impaludismo, tuberculose e varíola que afetava vários municípios e começava a migrar para capital.²⁸⁷

Destacou que a crise intensa na Europa e Estados Unidos, afetou o comércio da goma elástica com a baixa na cotação dos preços, assim como a evasão da *produção do Acre para a União, produção que constituía a metade dos rendimentos do Amazonas,*²⁸⁸

²⁸⁵ **Anais do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas – Primeira sessão Ordinária da Quinta Legislatura, em 1904.** Manaus: Tipografia do ‘Amazonas’, 1904. pp. 6-7.

²⁸⁶ **Anais do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas – Sessão extraordinária em 19 de abril de 1905 - Presidência do Sr. Coronel Affonso de Carvalho.** 1905, pp. 9-10.

²⁸⁷ **Anais do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas Segunda sessão ordinária da sexta Legislatura em 10 de julho de 1908.** Manaus: Tipografia do ‘Amazonas’, 1908. pp. 6 -14.

²⁸⁸ Idem. pp. 21- 25.

o contrabando facilitado pelos fiscais federais e o principal gerador da grave situação financeira do Estado: o empréstimo contratado na administração de Constantino Nery entre a Société Marseillaise e o Amazonas representado em Paris por Ovídio da Gama e Alberto Rangel.

Vale salientar que Affonso de Carvalho informou que os documentos referentes ao empréstimo eram *deficientes e obscuros*²⁸⁹ e os procuradores Ovídio da Gama e Alberto Rangel comissionados por Constantino Nery permaneceram na França por mais de um ano em negociação, com as despesas pessoais pagas com dinheiro público e caso o empréstimo fosse realizado receberiam 1% (um por cento) do valor total. O empréstimo foi concluído *sem trazer o menor benefício ao Amazonas, onerou profundamente as finanças estaduais*,²⁹⁰ o Estado pagou todas as despesas de recepção do empréstimo enfatizou Affonso de Carvalho e não cumpriu com o objetivo de pagar as dívidas estaduais, posto que encontrou uma dívida de mais de 30.000:000\$000 contos e os funcionários públicos com os salários atrasados.²⁹¹

Salienta-se o pavio do bombardeio de Manaus em 1910 não foi aceso apenas pelo governador Antônio Bittencourt eleito em 1908, que em mensagem ao legislativo deu continuidade ao que Affonso de Carvalho havia divulgado sobre a gestão de Antônio Constantino Nery seu antecessor e irmão de Silvério Nery, que esvaziou os cofres públicos com gastos pessoais, desvios de verbas e com um empréstimo de 50.000.000\$000 ouros com juros de 5% (cinco por cento) 50 anos a Société Marseillaise²⁹² em maio de 1906, ressaltando para os congressistas que o referido valor não entrou nos cofres públicos e endividou o Estado abrindo um buraco na Receita que não mais conseguiu sair do déficit.

As despesas exorbitantes do governo Constantino Nery não paravam nos contratos vultosos, os gastos com a Casa de Detenção regulavam em 184.000\$000 contos sem a folha de pagamento dos funcionários e foi reduzida a 43:818\$000 os vencimentos da Polícia Militar totalizavam 1.578:136\$400 e foram reduzidos a

²⁸⁹Idem, p. 25.

²⁹⁰Ibidem.

²⁹¹Idem, p. 26.

²⁹²BITTENCOURT, Antônio Clemente Ribeiro. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Terceira sessão ordinária da sexta legislatura pelo Governador do Amazonas em 10 de julho de 1909**. p. 85. E na **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Segunda sessão ordinária da sétima legislatura pelo Governador do Estado em 10 de julho de 1911**. Após o bombardeio a conclusão da exposição tem caráter acusatório. pp. 186-188.

1.06:587:224 contos.²⁹³ E em tempos de crise o coronel Bittencourt reduziu muitas despesas e pagou os salários atrasados. Não obstante, não conseguia vencer as doenças que percorriam os seringais; varíola se alastrou pelos municípios de Fonte Boa, Benjamin Constant e Coari, e a malária em Manacapuru. E na capital, o beribéri se internou na *Penitenciária, Hospício e Santa Casa*²⁹⁴ e tudo estava por fazer, ruas esburacadas, falta de energia, água sem tratamento adequado, Bittencourt em Mensagem declarava aos congressistas, apesar das volumosas despesas destinadas a aterros de igarapés durante mais de doze anos que possibilitariam o saneamento da cidade por inteiro, os trabalhos permaneciam inconclusos.²⁹⁵

Os gastos excessivos, imprevistos ou não, *nas verbas orçamentárias, e não somente a desvalorização da borracha, que ocasionaram o estado precário do Tesouro*.²⁹⁶ E as cobranças referentes à administração do antecessor não paravam de chegar. Um artigo publicado na *Folha do Amazonas* assinalava que Bittencourt foi vice de Constantino Nery, e *os erros que possam ter sido cometidos por aquele governador não tiveram jamais um sinal de condenação*²⁹⁷ de Bittencourt que ao invés disso os encampava.

O saneamento urbano não foi o único deixado de lado em Manaus o Relatório do chefe de polícia José Lucas Raposo da Câmara²⁹⁸ revelou que nos anos tempestuosos de crise econômica e política, as delegacias espelhavam as tensões sociais em 1909 no primeiro Distrito foram efetuadas 1007 prisões, 733 queixas e 494 indigentes encaminhados a Santa Casa, no segundo Distrito realizaram-se 716 prisões, 353 queixas e 353 indigentes entraram na Santa Casa.

Segundo Raposo Câmara grande parte dos criminosos eram homens levados à criminalidade por conta do alcoolismo e observava que os crimes aumentavam entre os

²⁹³BITTENCOURT, Antonio C. Ribeiro. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na Abertura da Terceira sessão ordinária da Sexta Legislatura em 10 de julho de 1909**. Manaus: Imprensa Oficial, 1909. p. 21.

²⁹⁴CRUZ, Oswaldo. **Relatório sobre as condições Médico sanitárias do Vale do Amazonas ao Sr. Dr. Pedro de Toledo**. In Sobre o saneamento da Amazônia. Manaus: P. Daou, 1972, p. 54.

²⁹⁵Idem, p. 30.

²⁹⁶Idem, p. 85. A dívida flutuante do Estado era de 31.708:336\$890 e as cobranças bancárias e de casas comerciais continuavam chegando à atual administração relativa a fornecimentos realizados nos de 1906 e 1907.

²⁹⁷**Folha do Amazonas**, 27/08/1910. Ano I. n. 7. O jornal publicará vários artigos incluindo este intitulado Política do Amazonas: como se desfaz um prestígio.

²⁹⁸Apud BITTENCOURT, Antonio C. Ribeiro. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na Abertura da Primeira sessão ordinária da Sétima Legislatura em 10 de julho de 1910**. Manaus: Imprensa Oficial, 1911. pp. 81-83.

meses de novembro a março, período de safra nos seringais do Amazonas e quando parte dos seringueiros embarcavam para Manaus uns chegavam em busca de diversão, outros de trabalho e alguns de *exercer as suas habilidades* e convívio, todavia, as divergências os conduziam aos delitos, a maioria das prisões foi por *embriaguês* e *prostituição*.

Os médicos Álvaro Maia e Alfredo Araújo sugeriram ao relator Raposo da Câmara, a educação como forma de exterminar as causas dos crimes. Todavia, não se atentou para a pobreza desses homens oriundos da zona rural que na maioria das vezes chegavam à capital de mãos vazias, doentes, esfomeados e massacrados pelas agruras, opressão e isolamento dos seringais e eram recebidos na cidade de forma negativa que os incriminava por se embriagarem ou por desordem e *vagabundagem*. A segurança pública se baseava no controle e higiene social do espaço urbano e qualquer comportamento considerado inadequado implicava no recolhimento fosse para delegacias, Santa Casa de Misericórdia ou até para o hospital psiquiátrico.²⁹⁹

A cidade da borracha estava repleta de problemas, tensões sociais e embates políticos em todos os setores. A crise partidária tornou-se mais visível quando em 1909 na Assembleia os deputados se dividiram entre bittencouristas e neristas, os primeiros, criticaram o empréstimo com a Sociéte Marseillaise e demais contratos do governo Constantino Nery, votaram um projeto para cancelamento do contrato de esgotos e abastecimento de água com a concessionária inglesa Manaus Improvements Limited como mais um ato irrefletido do antecessor³⁰⁰ que, prejudicou a população local, favoreceu a empresa com um contrato *inconstitucional, ilegal, fraudulento e leonino*.³⁰¹ O projeto venceu na votação. Porém, a concessionária solicitou intervenção da diplomacia brasileira alegando prejuízos e o contrato foi mantido.³⁰²

²⁹⁹ GALVÃO, Manoel Dias ET AL. **História do Internamento Psiquiátrico na Cidade de Manaus** In Revista Da Universidade do Amazonas. Série Ciências da Saúde. V. 6, 7, jan de 1997-1998.

³⁰⁰ **Anais do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas...** Terceira Sessão ordinária da Sexta Legislatura, 1909. Manaus: Tipografia do 'Amazonas', 1912. pp. 141-145. Assinaram o projeto os deputados: Furtado Belém, Antonio Guerreiro Antony, Antonio Francisco Monteiro, Bento Brazil e Monsenhor Fonseca Coutinho.

³⁰¹ Idem, p. 146.

³⁰² **Anais do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas** - Sessão ordinária da Sétima Legislatura 5 de julho a 5 de outubro, 1910. Manaus: Imprensa Oficial, 1911. p. 214. Por conta da intervenção do Itamarati o Congresso revoga a lei n. 604 de 19 de outubro de 1909 e autoriza o governador Bittencourt a "entrar em acordo com a Manaus Improvements Limited no sentido de reformar ou alterar o seu contrato", para melhor atender a população.

Meses depois, na sessão de 14 de fevereiro de 1910 o deputado Joaquim Cardoso de Faria embasando-se nas denúncias em relação às falcaturas do Governo Constantino Nery publicadas no jornal Correio do Norte que reclamava o destino dos gastos com *gratificações, pagamentos de contas e bebidas para bailes fictícios [...]*.³⁰³ Solicitou ao Congresso que fosse fornecido pelo *Tesouro público demonstração minuciosa dos dinheiros públicos saídos a título de gratificações, comissões, pagamentos de contas de fornecimentos e as parcelas [...]* durante os anos de 1904 a 1908 na gestão C. Nery.³⁰⁴

Observa-se que, 1910 não foi um ano tumultuado somente para o Amazonas no Rio de Janeiro eclodiu a revolta da *chibata* gerada pelos marinheiros, que lutavam contra os maus tratos físicos, a má alimentação, os baixos salários e as excessivas jornadas de trabalho.³⁰⁵ Os moradores amedrontados da zona sul fugiram para outros bairros, a capital da República estava alarmada e já se pensava em golpe de Estado³⁰⁶ quando os militares do exército entraram em cena e iniciaram o movimento salvacionista objetivando a moralização política, a redução das desigualdades sociais e a derrubada das oligarquias regionais, em especial as vinculadas a Pinheiro Machado.³⁰⁷

Nos meses iniciais de 1910 o comércio da borracha atingiu o ápice com a alta de preços no quilo, quase três dólares, conduzindo os investidores ingleses a investimentos febris em *163 firmas para exploração de seringueiras, silvestres ou cultivadas, em 28 diversos países*.³⁰⁸ Essa subida nos preços rapidamente se dissipou em maio desvelando que, a súbita alta no mercado exportador era passageira, porém, parte dos investidores permaneceu à espera de um reaquecimento no mercado consumidor, o que não ocorreu.

Enquanto os preços do quilo da goma elástica declinavam no mercado externo as disputas pelo controle estatal se inflamavam, o vice-governador Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto solicitou para o legislativo licença para tratamento de saúde; o

³⁰³ **Anais do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas** – sessão extraordinária da sétima Legislatura 31 de janeiro a 22 de março de 1910. Manaus: Imprensa oficial, 1910. p. 21

³⁰⁴ Ibidem.

³⁰⁵ SILVA, Marcos Antônio da. **Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910**. Coleção tudo é história. n. 43.

³⁰⁶ ARIAS NETO, José Miguel. **Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional 1867-1910**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. p. 267.

³⁰⁷ Conforme FAUSTO, Boris. **A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930**. In: O Brasil Republicano: sociedades e instituições 1889-1930. V. 2. 5ª. edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

³⁰⁸ WEINSTEIN, B. Op. cit., p. 241.

deputado José Duarte entregou a Mesa uma moção sobre a lealdade do vice-governador sendo aprovada por quase unanimidade,³⁰⁹ com abstenção do voto de Lima Bacury. Nos debates da Assembleia amazonense estavam implícitos a atmosfera de animosidade e os conchavos contra e a favor de Bittencourt. A temporada de desacordos e conspirações estava aberta entre aqueles que foram membros do mesmo partido político e proprietários do mesmo jornal Silvério Nery, Antonio Sá Peixoto e Antonio Bittencourt.

Antonio Clemente Bittencourt foi secretário geral do governo Silvério Nery, depois vice-governador de Constantino Nery e foi indicado pelo líder do partido Republicano Federal do Amazonas S. Nery para governador. Na documentação compulsada não foi possível detectar os motivos do rompimento entre a família Nery e Bittencourt, talvez na reunião de Convenção do partido ocorrida em 11 de fevereiro de 1910 quando Bittencourt estava à frente do Governo, assumiu a liderança do Partido e intentou mudar as regras do jogo determinadas pelos Nerys. Silvério Nery fundou outro partido o Republicano Conservador,³¹⁰ enquanto Antonio Bittencourt permaneceu na liderança do Partido Republicano Federal.

Ao longo dos meses deste ano os representantes políticos talvez por suspeitarem o que maquinavam os Nerys, decidiram por apoiar Bittencourt e em 15 setembro o deputado Castella Simões propôs ao Congresso a seguinte Indicação: *O Congresso dos Representantes do Estado do Amazonas aplaude a lealdade e patriotismo com s. exc. O Sr. Coronel Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt tem gerido os negócios públicos do Estado*; a Indicação foi aprovada por unanimidade. Um dia antes o Superintendente de Manaus solicitou exoneração do cargo e nove dias depois o coronel Guerreiro Antony apresentou seu pedido de renúncia à presidência da Assembleia Legislativa, alegando incompatibilidade com as *ambições* do vice-governador Sá Peixoto.³¹¹ Este foi um mês decisivo para os conchavos entre aqueles que deveriam decidir em qual lado ficar.

³⁰⁹ **Anais do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas** - Sessão ordinária da sétima legislatura, 1910. Manaus: Tipografia do 'Amazonas', 1910. pp. 139-141.

³¹⁰ Partido Republicano Conservador tinha o seguinte diretório Presidente: senador Silvério Nery, senador Jonathas Pedrosa, Antonio G. Pereira de Sá Peixoto, deputados: Henrique F. Penna de Azevedo, Aurélio Amorim, Antonio Nogueira, coronel Affonso de Carvalho e Suplentes: Coronéis: Hildebrando Antony, Joaquim Cardoso de Faria, Manoel de Castro Paiva, Domingos José de Andrade, Eduardo Félix de Azevedo, José Maria Corrêa e Rozendo Silva tendo por órgão o jornal Folha do Amazonas. Folha do Amazonas, 23/11/1910. Ano I. n.89.

³¹¹ **Anais do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas** – Sessão ordinária... em 24 de setembro de 1910. pp. 200-201.

Por mais que Bittencourt recebesse apoio dos congressistas amazonenses a ideia de hegemonia não fazia parte do ofício desses políticos, além disso, as aproximações e retaliações faziam parte do jogo político dependendo das pessoas ou grupos, não era possível se sentir estável ao ocupar cargos de controle administrativo. Vale acrescentar que o deputado Castella Simões esteve no interior da embarcação Comandante Freitas pertencente à flotilha da Marinha no Amazonas enquanto se bombardeava a cidade e foi signatário da ata fabricada no dia 7 de outubro que destituía Antonio Bittencourt do governo.³¹²

Durante os nove meses anteriores ao bombardeio de Manaus o jornal *Folha do Amazonas* em seus editoriais³¹³ ensaiava a deposição de Bittencourt, destacava a autoritária rescisão do contrato com a Manaus Improvements que, não se efetivou, acusava-o de corrupto, inimigo das forças de Terra e Mar movido pela *ambição* traiu o partido Republicano Federal e seu líder Silvério Nery, dentre outras críticas a sua administração e pessoa, denunciava o péssimo estado sanitário de Manaus e exagerava:

Tivemos denúncia de que as condições de higiene e asseio no próprio Palácio do Governo são as mais lamentáveis [...] Até os porcos se cavam ali, os xerimbabos de s. exc. Criam-se à vontade, contribuindo para o ambiente viciado pelas emanções que fazem [...]

Numa época em que a varíola faz grandes estragos na população, em que a febre amarela chega a um desenvolvimento nunca atingido, como declaram os próprios médicos da higiene publica, ali no Palácio do Governo existe um vasto campo de cultura para todos os germens deletérios, sob as vistas de s. exc. O Sr. governador do estado.³¹⁴

O problema da falta de saneamento em Manaus não era novo, em 10 de agosto entrou no Legislativo a terceira discussão sobre o Projeto número 11, assinado por Pedroza Filho, Castella Simões e Vírgilio Ramos o qual votaria o valor de duzentos e cinquenta contos de réis para o serviço de higiene pública de Manaus e não antes do deputado Pedroza Filho acentuar que, em governos anteriores o saneamento em

³¹²BITTENCOURT, A. C. R. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Segunda sessão ordinária da sétima Legislatura em 10 de julho de 1911**. Manaus. Imprensa oficial, 1911. p. 38.

³¹³**Folha do Amazonas**, órgão do Partido Republicano Federal, 01/02/ 04/05/07 de outubro de 1910 números ilegíveis.

³¹⁴**Folha do Amazonas**, 27/08/1910. Sessão Notas do Dia. Ano I. n. 7. O diretor político deste jornal era Silvério José Nery e o secretário Raul de Azevedo.

comparação com a *administração atual* ³¹⁵ ficou a desejar; e ironizou que, exceto na administração Constantino Nery que nomeou o irmão Márcio Nery *professor de Psiquiatria da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* ³¹⁶ para liderar uma Comissão de Saneamento resultando em relatório recheado de falhas. O Projeto foi aprovado por unanimidade.

No dia 8 de outubro a mesma folha na seção ECHOS parabeniza Silvério Nery por seu aniversário, este foi o dia programado para o bombardeio da cidade. No dia 9 o jornal abriu com editorial intitulado *A queda do Sultão* reiterando as acusações feitas à Bittencourt como algoz do povo amazonense, *traidor* do senador Nery somente por ambição e associado ao deputado Monteiro de Souza.

Esclarecia a perda do mandato de Bittencourt deliberado no Congresso estadual após a indicação do deputado José Duarte e declarando *vago o lugar de governador do Estado* ³¹⁷ por infringir o art. 43 da Constituição ³¹⁸ que, proibia o governador do exercício de outra função ou participar de empresa comercial ou industrial e como Bittencourt fazia parte da empresa *tipográfica do Amazonas, empresa que mantinha transações avultadas com o governo do Estado e com os municípios e que, ainda hoje é credora do Estado por diversas contas de fornecimentos e obras, [...]*.³¹⁹ A indicação, segundo o periódico, foi votada e aprovada por unanimidade pelos deputados.

O senador Silvério Nery vivia na capital da República, mas não estava desinformado sobre os eventos passados em Manaus e em conluio com o vice-governador Sá Peixoto e alguns membros do Congresso Legislativo,³²⁰ forjaram uma Ata da sessão do dia 7 declarando a renúncia de A. Bittencourt.

Em suma, pode-se pensar no bombardeio de Manaus em 1910 como parte das lutas interinas locais apoiadas por grupos externos e não unicamente como *represália* de

³¹⁵ **Anais do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas.** Sessão ordinária da Sétima Legislatura – 5 de julho a 5 de outubro de 1910. Manaus: Imprensa Oficial, 1911. pp.117-120.

³¹⁶ Idem, p. 120.

³¹⁷ Idem, 9/10/1910. Ano I. n. 46.

³¹⁸ Ibidem, 09/10/1910. Ver Amazonas. **Constituições de 1891 a 1989.** Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2002. Art 43- *O Governador não poderá exercer nenhum outro emprego ou função pública, ocupar qualquer cargo de eleição do Estado ou da União, nem tomar parte em qualquer empresa industrial ou comercial, como membro da administração ou como simples associado.* p. 8.

³¹⁹ Ibidem.

³²⁰ Conforme Mensagem do governador BITTENCOURT, A. C. R. de 10 de julho de 1911. Op., cit. pp. 39-90.

Pinheiro Machado³²¹ e resultado da política das Salvações, mas mais como parte dos embates políticos entre a oligarquia Nery e a facção Bittencourt. Contudo, Silvério Nery não descansou até retirar Bittencourt do poder em dezembro de 1912.

Em mensagem Bittencourt apresentou aos congressistas sua versão dos fatos ocorridos no dia 8 de outubro. No dia 7 pela manhã acompanhado de onze deputados recepcionou o deputado Monteiro de Souza que chegou do Rio de Janeiro e às 22h recebeu um aviso de que no *quartel do 46º. Batalhão do Exército*, e os *navios da flotilha* estavam de prontidão para no alvorecer destituí-lo, estariam liderando a ação o *coronel Pantaleão Telles de Queiroz e capitão de corveta Francisco da Costa Mendes*.³²² Sem perda de tempo telegrafou ao Presidente da República Nilo Peçanha:

Dr. Nilo Peçanha, Presidente República. – Rio. Acabo ser prevenido forças federais pretendem depor-me hoje madrugada. Cumpro dever trazer conhecimento v. exc.^a afim tomar providências couberem no caso, declarando procurarei cumprir meu dever, defendendo autonomia do Estado, certo v. exc.^a não consentirá tal atentado regime republicano. Saudações. – Bittencourt, governador.³²³

Feito isso, encaminhou-se ao quartel da Polícia Militar e autorizou ao Tenente Coronel Pedro José de Souza *reforçar e municiar* a Guarda Palaciana para defesa pessoal e da população. Às 5 horas e 30 minutos do dia 8 o primeiro tiro de canhão cortou o ar e o Exército e a Armada Nacional nos navios no Porto iniciaram o bombardeio de Manaus, os transeuntes e moradores dos arredores começando mais um dia entraram em *pânico*; um grupo de marinheiros comandados pelo Tenente Paulo Emílio Pereira da Silva desembarcaram e com o Exército atacaram o Palácio. O governador enviou outra mensagem ao Presidente Nilo Peçanha, com cópia para imprensa carioca, confirmando o telegrama anterior e a investida, solicitando

³²¹ Sobre a ideia cristalizada da intervenção de Pinheiro Machado no Bombardeio de Manaus e deposição do governador Antonio Bittencourt. Ver LOUREIRO, Antonio J. Souto. **Síntese da História do Amazonas**. Manaus: Imprensa oficial, 1978. p. 263. SANTOS, Eloína M. **A rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus: Ed. Valer, 2001. p. 41 e SOUZA, Leno José Barata. **Vivência Popular na Imprensa Amazonense**. Manaus da Borracha (1908-1917). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: Dissertação de Mestrado, 2005. p. 108.

³²² BITTENCOURT, A. C. R. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da segunda sessão ordinária da Sétima legislatura em 10 de julho de 1911**. Manaus: Imprensa oficial, 1911. pp. 6-7.

³²³ Idem, p. 7.

providências enérgicas, urgentes,³²⁴ alertando que manteria a defensiva e os *princípios constitucionais*. A noite recebeu a resposta de Nilo Peçanha:

Ex.m^o Governador Bittencourt. – Acabo receber telegrama V. Ex.^a comunicando-me que forças federais de mar e terra promovem a deposição de V. Ex.^a e que a guarda de Palácio já foi atacada. Governo Federal não se conforma com tal atentado à autonomia do Estado e por intermédio de seus ministros da marinha e da guerra já fez ciente às mesmas forças de que se o fato é verdadeiro e V. Ex.^a for deposto, mandará repô-lo como me cumpro em obediência à Constituição e à Lei. Saudações cordiais. – Nilo Peçanha.³²⁵

Telegrafou aos governadores dos outros Estados protestando contra o desrespeito a *autonomia e princípios federativos* resumindo a ofensiva armada realizada pelo Exército e Marinha. Enviou ofícios para o Inspetor da 1^a região Militar solicitando o fim daquele *estado de coisas* e ao Comandante da Flotilha opondo-se contra a *agressão* sofrida, assim como circular aos cônsules da Alemanha, Inglaterra, França, Portugal, Paraguai e da Itália residentes em Manaus tomando-os por *testemunha do insólito ataque das forças do Exército e Marinha federais ao Palácio do Governo e outros pontos da cidade*³²⁶ e solicitou que comunicassem ao Barão do Rio Branco *para que empregue seus esforços junto às autoridades do País afim de que cesse esse atentado inaudito*.³²⁷

Dois pontos podem ser destacados nessa correspondência, a diligência do governador Bittencourt em informar imediatamente ao Presidente demonstrando que não estava desprevenido, mesmo porque seu primeiro passo foi preparar a polícia militar para defensiva, divulgou os fatos para os demais Estados em busca de apoio e contou com a influência do Barão do Branco junto ao Governo Federal.

Às 10 horas o coronel Joaquim Pantaleão Telles de Queiroz enviou ao quartel de Polícia o 2^o Tenente Telles Ferreira comunicando à Bittencourt que o Congresso Estadual em sessão do dia 7 decretou a perda do seu mandato e, portanto, deveria entregar o governo ao vice-governador Sá Peixoto. O governador retrucou que

³²⁴Idem, p. 9.

³²⁵Idem, p. 22.

³²⁶BITTENCOURT, A. C. R. **Mensagem...1911**. Idem, pp. 9-11.

³²⁷Idem, p.11.

permaneceria na defensiva e o tenente lhe informou que assim sendo o bombardeio não cessaria.

Por fim, recebeu um ofício intimando-o a repassar o governo para o vice-governador e seguido de dois boletins, o primeiro avisava a população que a partir das 13h bombardeariam a cidade em virtude da perda do mandato do governador e sua insistência em não entregá-lo *ao seu substituto legal*,³²⁸ o segundo sem assinatura, convidava a população a pegar em armas em defesa do Governo Bittencourt: *Cada cidadão deve ser um defensor desse Governo de honestidade. Às armas povo amazonense! No quartel da polícia há armamento para defesa do Governo.*³²⁹

Bittencourt reuniu-se com os cônsules da Alemanha, Inglaterra, França, Portugal, Paraguai e Itália e a diretoria da Associação Comercial que lhe solicitaram, retrocedesse por conta dos danos causados à cidade, o governador acatou, mas com a condição que fosse redigida uma Ata pelos presentes sobre os eventos o que todos concordaram, após a Ata lavrada ordenou o recolhimento da Guarda ao Quartel. Contudo, a fuzilaria de terra e mar não cessou. Em seguida recebeu o Tenente coronel Coriolano de Carvalho que lhe entregou a intimação assinada pelo coronel Joaquim Pantaleão Telles de Queiroz para *De ordem do Governo Federal, intimo a v. exc.^a a passar imediatamente, o Governo ao exm. sr. dr. Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, vice-governador do Estado.*³³⁰ Respondeu ao coronel Telles comunicando que entregaria o governo *forçado como já disse, pela intimação feita por v. ex.^a, de ordem do Governo Federal.*³³¹ Bittencourt enviou mais uma correspondência a Nilo Peçanha reiterando os prejuízos causados ao *bairro comercial Remédios* pelos navios; enquanto o coronel Telles telegrafou ao Presidente alegando que em auxílio ao vice-governador enviou reforços aos marinheiros atacados pela Polícia Estadual, finalizava afirmando que a *cidade pouco sofreu*, tudo estava *normal*.³³² O General José Bernardino Bormann, ministro da Guerra respondeu ao coronel Telles:

³²⁸BITTENCOURT, A. C. R. **Mensagem...1911**. Idem, p. 12. Assinou o primeiro Boletim Antonio Gonçalves P. de Sá Peixoto (vice-governador), coronel Telles de Queiroz, comandante da 1ª Região Militar, Francisco C. da Costa Mendes, comandante da flotilha. O segundo Boletim poderia ter saído da tipografia do Palácio do Governo ou do *Diário do Amazonas*, Órgão do Partido Republicano Federal no Amazonas sob a direção do deputado Antonio Monteiro de Souza.

³²⁹Idem, p. 14.

³³⁰BITTENCOURT, A.C. R. **Mensagem...1911**. Idem, p. 16.

³³¹Idem, p. 20.

³³²Idem, p. 25.

Coronel Telles, Manaus. – Presidente acaba assinar decreto vossa exoneração. Em caso algum podíeis atender requisição quem quer que fosse. Se o Congresso decretou precedente a acusação do governador e o suspendeu constitucionalmente só o Presidente da República podia autorizar a execução da medida. Confessais em vosso telegrama de hoje ao Sr. Presidente que, para evitar derramamento de sangue usastes do nome de s. exc. Deveis recolher-vos preso a esta capital.³³³

O vice-governador Sá Peixoto recebeu telegrama do Presidente ordenando para devolver a administração à Bittencourt que, nesse meio tempo, teve a residência interditada, mas escapou juntamente com o deputado Monteiro de Souza e o desembargador Bonifacio de Almeida para o consulado argentino. Relatou que o amigo e comerciante José Claudio de Mesquita informou-lhe a noite que se premeditava seu assassinato. No dia seguinte ao sair do consulado foi preso e conduzido à casa de Sá Peixoto que ditou sua renúncia e um telegrama ao Presidente, informando que havia acatado a deliberação do Congresso.

No dia 10 recebeu conselho de membros da diretoria da Associação Comercial do Amazonas, Claudio de Mesquita e Luiz Azevedo, para sair de Manaus porque corria perigo de vida; mediante a ameaça, embarcou às 16h para Belém onde desembarcou dia 14 de outubro e recebeu um despacho do Presidente, em resposta as suas explicações.³³⁴

Coronel Bittencourt, Belém. – Acabo de receber telegrama de v. ex.^a, comunicando que a renúncia que fez do cargo de governador do Amazonas foi obtida pela força. Já tinha recomendado general Pedro Paulo há dias que procurasse v.ex.^a a bordo do paquete Bahia, nessa capital e verificasse não se tratava de um ato de dolo ou coação e fizesse a reposição de v.ex.^a no governo do Estado. Ele leva boa força precisa execução da ordem. Em relação ao conflito entre a autoridade de v. ex.^a e do Congresso Estado resolverei de acordo com a lei, mas depois de restabelecida a ordem constitucional e repostos v. ex.^a no governo. Comandantes forças terra e mar envolvidos lamentáveis acontecimentos de Manaus já foram destituídos e presos. Cordiais saudações. – Nilo Peçanha.³³⁵

³³³Idem, pp. 25-26.

³³⁴Idem, pp. 28-33. Segundo Bittencourt foi muito bem recebido em Belém pelo governador João Luiz Coelho.

³³⁵Apud BITTENCOURT, A. C. R. **Mensagem...1911**. Idem, p.33.

Ao fim da narrativa Bittencourt declarou aos deputados que não supunha Sá Peixoto com quem tinha relações amistosas fosse capaz de tais ações.³³⁶ Sá Peixoto enviou um telegrama para Bittencourt em 21 de fevereiro de 1910 dizendo-se conformado *com o modo de proceder do ex.mº Sr. Coronel Antonio Bittencourt com cuja administração sou solidário*.³³⁷ Não obstante, renunciava como membro do diretório do Partido por ser de *natureza exclusivamente partidária* enquanto fosse vice-governador.

Esta comunicação talvez seja um indício de divergência tácita e Bittencourt talvez tivesse suas desconfianças, caso contrário por que o Congresso votaria uma Moção de *lealdade* para Sá Peixoto em 11 de setembro de 1910, por indicação do deputado José Duarte?³³⁸ E por que um dos membros do Partido Republicano coronel Guerreiro Antony renunciou a presidência do Congresso Legislativo em 24 de setembro em decorrência dos embaraços causados pelas ambições do vice-governador Sá Peixoto? Vale salientar que o deputado Antony ao longo dos meses foi deixando de comparecer as sessões do Legislativo.

O jornal *Diário do Amazonas*³³⁹ tem um interessante editorial exemplificando o suposto apoio de Sá Peixoto à administração de Bittencourt. O Partido designou o referido vice-governador para escrever e enviar instruções aos chefes do Partido na zona rural sobre a sabotagem das urnas por Silvério Nery, pondo fim ao plano. Na capital foi sugerido aos correligionários que recebessem somente urnas abertas. O editor afirmava que o senador Silvério Nery pretendia sabotar as eleições para Presidente enviando para os municípios do Amazonas urnas com os nomes de Rui Barbosa e Albuquerque Lins e quando o resultado fosse apurado responsabilizaria Bittencourt. Observa-se que Sá Peixoto renunciou à condição de membro do Partido após a Convenção de 11 de fevereiro, quando a direção se dividiu e o Partido aprovou a escolha do diretório no Rio de Janeiro em relação à candidatura de Hermes da Fonseca e Wenceslau Braz.

³³⁶ Idem, pp.34-36. Bittencourt relatava que Sá Peixoto frequentava sua casa, o visitava no Palácio, participou do aniversário da senhora Bittencourt e juntos almoçavam, nos passeios fossem de automóvel ou de navio Sá Peixoto o acompanhava, demonstrava solidariedade o tempo inteiro, apesar de pessoas afeiçoadas o avisarem de está sendo ludibriado.

³³⁷ Idem, p. 36.

³³⁸ **Anais do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas** – Sessão ordinária... de 11 de setembro de 1910. pp.139-141. O deputado Lima Bacury votou contra por considerar desnecessário a Moção por *Nenhuma pessoa ter posto em dúvida a lealdade política de Sá Peixoto*.

³³⁹ **Diário do Amazonas**, 26/02/1910. Ano I. n. 5.

Esses dados apontam desentendimentos entre Sá Peixoto e Bittencourt e também um indicativo de acordo entre Bittencourt e o Presidente da República; Nilo Peçanha aliou-se a Hermes da Fonseca, porém tinha pouco ou quase nenhum apoio em São Paulo e Minas Gerais conduzindo Peçanha a agir energeticamente em busca de conchavos nos demais Estados e no Amazonas a reposição de Bittencourt indicava uma aliança política. A suposta tendência civilista de Bittencourt, conforme as afirmações do periódico *Folha do Amazonas*, dirigido por Silvério Nery, defendendo Sá Peixoto e acusando Bittencourt de *hermista, civilista, revisionista e não sabemos o que mais, ao sabor das probabilidades e conveniências do momento*,³⁴⁰ não se confirmou.

Por sua vez, o *Diário do Amazonas* em oposição assinalava que o senador Silvério Nery estava mais próximo de Rui Barbosa por conta do Senado e que havia declarado sua simpatia e seu voto ao candidato civilista. Vale dizer que, Nery e o ex-senador Sá Peixoto tinham relações próximas com Pinheiro Machado que, na campanha presidencial para o quadriênio de 1910-1914 apoiava Rui Barbosa, até o crescimento de Hermes Fonseca para onde migrou seu apoio.

Recuando até a Convenção do partido Republicano Federal Amazonense, realizada em 11 de fevereiro de 1910, a escolha dos candidatos para sucessão presidencial teria sido o pivô para cisão de Nery e Bittencourt? Somado aos outros motivos apresentados. Um dia antes, o Congresso Legislativo sob a presidência do coronel Guerreiro Antony aprovou Moção indicada pelo deputado Adelino Costa congratulando-se *ao atual chefe do Poder Executivo, como louvor à sua atitude perante aos acontecimentos que mudaram os costumes públicos do Estado, costumes que iam arraigando com o prejuízo da democracia e honestidade republicana*.³⁴¹

O *Amazonas* jornal de propriedade de Silvério Nery, Affonso de Carvalho e anteriormente de Antonio Bittencourt estampou que, a Moção era uma prática comum do Congresso para todas as administrações e o deputado Adelino Costa na sessão do dia 11 protestou destacando que a folha buscava desvirtuar a intenção nobre do Congresso

³⁴⁰ **Folha do Amazonas**. 13/14/24/09/1910. Ano I. n. 22. Observa-se que em alguns números a folha passou a acusar de Bittencourt de civilista!

³⁴¹ **Anais do Congresso Legislativo do Estado do Amazonas** – Sessão extraordinária em 10 de Fevereiro de 1910. pp.18-19. Assinou a Moção todos os deputados presentes abriram para discussão, mas não houve manifestações. Adelino Costa, Nascimento de Araújo, José Duarte, Furtado Belém, Bento Ferreira Marques Brazil, Manoel Antonio Grangeiro, Joaquim de Barros Alencar, Antônio Francisco Monteiro, Manoel Ramos de Oliveira, Manoel Antônio Garcia, Vírgilio Ramos, Adolpho José Moreira, Castella Simões, Joaquim Cardoso Farias, Antônio Guerreiro Antony, Jonathas Pedrosa Filho.

como se os representantes fossem meros *instrumentos* acríticos e obedientes como outrora aos *governos desonestos, que procuravam no Congresso a sanção de seus excessos ou crimes. (Muito bem).*³⁴² E prosseguiu que o Governo de Bittencourt buscava restaurar a moral e os *créditos* estaduais e a *lisura* deste governador chegava ao ponto de solicitar que o Legislativo abrisse *franca devassa sobre sua administração*,³⁴³ e o malicioso órgão salientou que a respectiva sessão foi assistida pelo deputado federal Monteiro de Souza, chefe de gabinete do governador e pelo desembargador Benjamin Araújo Lima, pessoas próximas a Bittencourt negando a espontaneidade do ato, o deputado exaltado finalizou que o tempo do cerceamento das ações do Congresso estava encerrado.

O mês de Fevereiro não trouxe consigo somente as chuvas intensas comuns na região Norte, como também o prenúncio de novas alianças políticas, outros conchavos em ambientes privados e públicos, combinações, dissimulações, rompimentos e desforras, as eleições presidenciais se aproximavam os acordos e grupos seriam decompostos e/ou recompostos e suposta homogeneidade política nacional e local cedeu lugar ao dissenso e ao conflito. Em Manaus emergiu a facção Bittencourt enquanto a dominante facção Nery articulada com Pinheiro Machado, até aquele momento, não recuou e buscou por todos os lados retomar o controle do exercício do poder.

Em setembro de 1910 o jornal *Folha do Amazonas* regava a convicção do patrocínio clandestino ao civilismo por parte de Bittencourt, *Hermista a força*. Em 4 de outubro na sessão ECHOS destacava-se que o governador andava nervoso com ideia de que o queriam depor e assassiná-lo, mas eram apenas remorsos por conta de suas traições. No entanto, em 9 de outubro após o bombardeio da cidade o editorial foi aberto salientando *O Amazonas está felizmente livre de seu algoz*.³⁴⁴

No dia 14 publicou na sessão Telegramas uma parte do discurso de autodefesa do senador Pinheiro Machado que interrogava: como poderiam culpá-lo dos fatos ocorridos nos *bastidores da política* amazonense? Não negou que saboreou a *diminuição de forças do governador do Amazonas*, porém, não aconselhou a *prática de violências*.³⁴⁵ Em 30 de outubro Bittencourt reassumiu o governo e no início de

³⁴²Anais, 1910... Idem, p.20.

³⁴³Ibidem.

³⁴⁴**Folha do Amazonas**. 9/10/1910. Ano I. n. 46.

³⁴⁵**Folha do Amazonas**. 14/10/1910. Ano I. n. 50.

novembro o jornal *Folha do Amazonas* publicou em editorial intitulado *Arbitro da política*, mais uma fala no Senado de Pinheiro Machado:

Não seria depois de 30 e tantos anos em que prego e pratico a República, que eu iria falsear as minhas convicções, modificar as minhas opiniões perante um interesse político ocasional que se desenhasse no extremo Norte da República. (apoiados) [...]v.ex. sr. presidente, o Sr. Senador por São Paulo [Francisco Glicério] e alguns outros amigos políticos hão de se lembrar de que, de quando em quando, tentam atirar sobre meus ombros essa verdadeira túnica de Nesso, que se chama a chefia de partido, eles acreditam que, para fazer vingar seus intentos é necessário – usando de uma linguagem vulgar – dar-me cabo da pele. E então assestam as baterias contra mim, tornam-me o bode expiatório de alheias faltas. É o que acontece agora, no caso do Amazonas. [...] Daí, o alvoroço com que na imprensa e na Câmara se fala no ‘crime do senador Pinheiro Machado’. Porque eles entendem que sou a cabeça principal [...]Dada a cisão na política do Amazonas, era natural que eu empregasse qualquer, valimento de que porventura dispusesse na política da União, em benefício do meu correligionário, que estava decaído na política daquele Estado. Fi-lo, fi-lo interessadamente e o farei amanhã se a mesma conjuntura se der, com ele e com qualquer outro companheiro.³⁴⁶

Pinheiro Machado assinalava que imputar-lhe culpa pelo bombardeio em Manaus devia-se apenas ao fato de sua liderança no Partido Republicano Federal e por apoiar um correligionário, mas não modificaria seus ideais republicanos por uma disputa ocasional no Norte do Brasil.

Salienta-se que a venenosa túnica de Nesso³⁴⁷ cairia bem neste senador, entretanto, envolver-se em nível truculento em embates localizados ainda mais no Amazonas, Estado irrelevante politicamente, não acresceria mais ou menos sucesso a sua carreira política, porém, para os Nerys as perdas seriam enormes.

O senador Silvério Nery, político de larga experiência³⁴⁸ contava com seu grupo, talvez precisasse de uma retaguarda na Capital da República para aboná-lo das

³⁴⁶**Folha do Amazonas.** 04/11/1910. Ano I. n. 70.

³⁴⁷Nesso na Mitologia Grega foi um centauro que causou de forma indireta a morte de Hércules (Hércules) filho de Zeus e Alcmena.

³⁴⁸AZEVEDO, Raul. **Terras e homens.** Rio de Janeiro, 1948. p. 129. Silvério José Nery nasceu em no Município de Coari no Amazonas em 1858 e faleceu em 1934. Foi *Vereador Municipal da Monarquia; depois Deputado Estadual várias vezes, na República; Deputado federal, reeleito; Governador do Estado, Chefe de Partido, de grande prestígio e respeitado pelos próprios adversários; senador Federal,*

arbitrariedades, papel que Pinheiro Machado cumpriu muito bem e seu discurso foi apenas a confirmação do apoio e não uma negação; daí, atribuir o bombardeio da capital do Amazonas unicamente à P. Machado seria subestimar a influência da família Nery em Manaus.

O coronel Antônio Francisco Monteiro presidente do Congresso assinalou que se viu obrigado a assinar a Ata da sessão forjada para o dia 7 e em Manifesto político sugeriu que Sá Peixoto e os deputados não foram responsáveis diretos pelos acontecimentos, afirmou que não houve sessão no dia 7 porque a maioria dos deputados foi recepcionar o deputado federal Monteiro de Souza e, portanto, não havia número legal para abrir a sessão.

Em 28 de outubro Sá Peixoto abandonou o governo e Francisco Monteiro foi convidado a assumi-lo, mas rejeitou alegando doença e assumiu o governo o desembargador Benjamin de Souza Rubim presidente do Tribunal de Justiça até o reempessamento de Bittencourt. Francisco Monteiro comunicou a Nilo Peçanha ter repassado ao general Pedro Paulo documentos comprobatórios da inexistência da sessão do dia 7 firmada por onze deputados.³⁴⁹ No dia 11 de novembro em sessão preparatória formalizou outro documento reiterando a simulação da referida sessão, assinada por quatorze deputados.³⁵⁰

Onze funcionários do Congresso e grande número de deputados fizeram declarações públicas sobre a inexistência da sessão do dia 7 que exonerava do cargo de governador, Bittencourt e em 15 de novembro de 1910 na sessão solene de instalação o deputado Lima Bacury solicitou a leitura da Moção assinada pelos demais representantes estabelecendo um *acordo entre a corporação do Estado e o primeiro magistrado do Amazonas*.³⁵¹ Em 30 de novembro o Congresso por meio do decreto n.º

em várias legislaturas. Eleito e sempre reeleito 1º Secretário no Senado. Presidiu várias vezes o Senado Federal.

³⁴⁹ Apud BITTENCOURT, A. C. R. **Mensagem...1911**. Idem, pp. 45-46. Assinaram Antonio Monteiro, Lima Bacury, Bento Brasil, Guerreiro Antony, Pedrosa Filho, Virgílio Ramos, Furtado Belém, Gonçalves Dias, Manoel Grangeiro, Secundino Salgado e Adelino Costa.

³⁵⁰ Idem, p.52. Assinou Antonio Monteiro, Virgílio Ramos, Pedrosa Filho, Antonio Guerreiro Antony, Bento Brasil, Francisco Ferreira Lima Bacury, Manoel Antonio Grangeiro, Manoel Ramos de Oliveira, Monsenhor Francisco Benedito da Fonseca Coutinho, Manoel Antonio Garcia, José Gonçalves Dias, Secundino da Silva Salgado, Adelino Costa.

³⁵¹ Apud BITTENCOURT, A.C. R. **Mensagem...** Idem, p.53. Moção assinada por Lima Bacury, M. Antonio Grangeiro, José Furtado Belém, José Gonçalves Dias, Virgílio Ramos, Barros de Alencar, A. Guerreiro Antony, Jonathas Pedrosa Filho, Manoel Ramos de Oliveira, Manoel Antonio Garcia, Secundino S. Salgado, Adelino Costa, Monsenhor Fonseca Coutinho e Bento Brazil.

946 de 28 de Outubro de 1910 anulou as ações de Sá Peixoto durante o tempo que esteve no Governo, assim como anulou a Ata do dia 7 e pelo § 1.º do art. 9.º do Regimento Interno decretou a destituição dos deputados Joaquim Cardoso de Faria e Adolpho Moreira, respectivamente 2.º secretário e 1.º suplente *corresponsáveis dos tristes acontecimentos de 8 a 28 de Outubro*.³⁵² Mas a exoneração dos deputados ficou sem efeito.

Bittencourt reassumiu o Governo do Amazonas em 30 de outubro e encerrou seu relato sobre o bombardeiro acusando Sá Peixoto de protagonista dos fatos, movido pela discordância com este governo em não aderir o continuísmo dos *desmandos* dos antecessores Silvério e Constantino Nery que incidiram no *dispêndio da fortuna pública*.

Não se pode acreditar muito nessa documentação, muitos fatos são distorcidos em benefício do narrador. Porém, no final das contas, Bittencourt pesou e escolheu acusar Antônio Gonçalves Sá Peixoto³⁵³ figura pálida nos palcos da política amazonense a responsabilizar os Nerys por sua deposição.

Existem poucos vestígios sobre as ações administrativas de Bittencourt ou sobre abusos em relação às finanças públicas.³⁵⁴ A crise financeira e econômica assolava o Estado não havia empregos, os seringais se desestruturaram, os lucros diminuíram para os pequenos comerciantes, Casas aviadoras de pequeno porte faliram e outras cresceram como a Casa exportadora J. G de Araújo; as tensões sociais e as

³⁵² Apud BITTENCOURT, A. C. R. **Mensagem...1911**. pp.71-73.

³⁵³ Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto radicado em Manaus nasceu no Rio de Janeiro em 27 de fevereiro de 1869, doutorou-se em Direito, na presidência do Marechal Floriano Peixoto foi nomeado Juiz Federal no Amazonas, casou-se com a filha do coronel Emílio Moreira um dos fundadores do Partido Democrático e sobrinha do coronel Joaquim José Paes da Silva Sarmento foi presidente de província, Vereador, superintendente de Manaus e Senador. Sá Peixoto foi deputado federal reeleito, senador, diretor de Instrução Pública e professor nas faculdades de Direito do Rio de Janeiro e Manaus.

³⁵⁴ **Anais do Congresso do Estado do Amazonas** ... sessão ordinária... em 26 de setembro de 1912. pp. 168-170. Encontra-se um dado sinalizando uso indevido do erário público nos Anais da Assembleia de 1912, referente à intervenção do deputado estadual Cardoso de Faria que solicitou informação através daquela Mesa sobre o pagamento mensal no valor de 1:500\$00 contos de reis para Francisco Machado e Lázaro Bittencourt (irmão do governador) e em requerimento oficial questionava sobre o pagamento de trinta e quatro colaboradores quando somente vinte e quatro trabalhavam no Congresso, a compra de carro novo para o Palácio e qual a função dos servidores Manoel Macedo e Lazaro Bittencourt. Vale salientar que Cardoso de Faria foi um dos aliados de S. Nery e Sá Peixoto na fabricação da Ata as vésperas do bombardeio de Manaus. Após fervorosa réplica de Adelino Costa e Virgílio Ramos, os dois requerimentos foram postos em votação e rejeitados.

disputas políticas completaram a atmosfera pesada na administração de Bittencourt e seu governo não foi um mar de rosas.

As elites políticas no Amazonas ligaram-se ao partido Republicano Federal e os conflitos no interior desse partido resultaram em rompimentos políticos também no estado. Com a saída de Silvério Nery do partido, dois grupos surgiram nesse cenário conturbado e as facções passaram a lutar por vantagens econômicas e por posições de poder trazendo a público suas alianças locais e nacionais. Revelando que o grupo político não era homogêneo e nem harmônico. As acusações entre as facções publicadas nos jornais *Diário do Amazonas* contra Silvério Nery e *Folha do Amazonas* em oposição a Antonio Bittencourt foram bem construídas e tornaram-se quase convincentes pondo em dúvida os mais avisados dos leitores.

Enquanto esses grupos se enfrentavam Manaus ficava entregue ao descaso: sem luz por dias, ruas esburacadas, a água fornecida pela Manaus Improvements Ltda contratada e beneficiada na administração de Constantino Nery, não era tratada. Os bondes não funcionavam satisfatoriamente, a população não era atendida em seus apelos e as doenças endêmicas estavam fora de controle. Ambas as facções, desviaram sua atenção para interesses privados e consolidaram os desequilíbrios nas dívidas externas do Estado e na balança comercial, enterraram as melhorias do campo educacional na edificação de escolas, as exportações decresceram, o negócio da borracha que, enriqueceu muitos homens públicos declinou e o déficit na saúde pública, assim como o empobrecimento dos trabalhadores urbanos e rurais tornou-se inconciliável com o discurso destes administradores em prol do desenvolvimento social do Estado.

7. O Congresso comercial, Industrial e agrícola realizado em Manaus e seu insucesso

Em fevereiro de 1910, teve início o 1º Congresso Comercial, Industrial e Agrícola, organizado pela Associação Comercial do Amazonas. O jornal *La Union* -da colônia peruana em Manaus-³⁵⁵ publicou, em seu editorial intitulado *El Congreso*, as

³⁵⁵A escolha deste jornal em especial foi devido à publicação dos resultados do Congresso. A Revista da Associação Comercial do Amazonas. n. 21 de 05 a 24.03.1910 também editou as recomendações do Congresso. Não encontrei nos jornais do Amazonas publicados em 1910 comentários sobre o referido

principais conclusões do Congresso entre elas apelava-se à União medidas para a valorização da borracha. Em debate os participantes teceram considerações, definiram propostas e solicitaram aos poderes públicos ações - não executadas -, mas lançaram ideias que colaboraram, posteriormente, para o malfadado Plano de Defesa da Borracha promulgado pelo decreto n. 2.543 A – de 5 de janeiro e em forma de lei 9.521 em abril, ambos de 1912³⁵⁶ aprovaram e regulamentaram a execução de medidas em defesa econômica da produção do látex e valorização do produto.

Por suas propostas, o Congresso buscava soluções a médio e longo prazo porque o colapso econômico ainda não havia atingido a região Norte, mas os investidores locais temiam a qualidade do produto do concorrente estrangeiro; e assim, os debates gerados pelo primeiro grupo, dos Comerciantes, apresentaram dez recomendações e reivindicaram aos poderes públicos: revisão dos fretes cobrados em relação aos gêneros alimentícios na tentativa de diminuir os preços devido às necessidades de consumo dos seringueiros; melhoria nas condições de trabalho nos seringais; concessão de direitos diferenciais à navegação; desobstrução de rios; premiação as Companhias de navegação para reduzirem o valor dos fretes e o tempo de viagem; diferenciação dos impostos de exportação para as embarcações, assim como a intervenção nas legações da Europa e Estados Unidos para que estas por sua vez interferissem nas suas Câmaras de comércio para cotarem o látex do Vale amazônico; solicitação à Associação Comercial do Amazonas para organização de uma empresa de navegação; sugestão ao governo local e federal para construção de uma linha férrea entre Manaus e o município de Itacoatiara e ali fundar um núcleo colonial; extensão do telégrafo até as vilas de Silves e Urucará e por fim, recomendação ao governo estadual que efetuasse melhorias nos municípios de Barcelos e São Gabriel na região do Alto Rio Negro, devido à deficiência da navegação nestas localidades impedir a exploração do extrativismo.

É interessante destacar que, quando se tratava das melhorias das condições de trabalho nos seringais o debate encolhia. Não eram mencionados, ao menos não está visível na documentação compulsada que, para modificar as condições dos trabalhadores nos seringais e consequentemente aumentar a capacidade de produção, fazia-se necessário a regularização do trabalho, o assalariamento e não mais a troca da

Congresso e Antonio Loureiro reproduziu a publicação da Revista da Associação Comercial do Amazonas.

³⁵⁶**COLLEÇÃO DAS LEIS** da República dos Estados Unidos do Brasil de 1912. V. I. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1915 e V. II. Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1916.

produção por mercadorias com preços fraudulentos. Ainda seria urgente implementar a assistência sanitária, visto que o beribéri e a malária eram uma constante na floresta, a redução da jornada de trabalho, a venda de alimentação adequada e vendida a preços justos, menores custos dos suprimentos fornecidos pelos seringalistas e introduzir o descanso semanal. Para os seringalistas, estabelecer melhorias nas condições de trabalho, significava abrir mão dos lucros exorbitantes extraídos dos débitos das mercadorias adquiridas pelos seringueiros³⁵⁷ e renegociar os investimentos com as Casas Aviadoras.

Os seringalistas e comerciantes consideravam o tráfego fluvial como imprescindível para o desenvolvimento regional e ambos não poderiam ser desassociados. E ponderavam que as transações comerciais ao se pautarem no barateamento dos transportes impulsionariam o crescimento de investidores na compra de embarcações particulares, baixariam os preços dos gêneros alimentícios importados, assim como do combustível, inibiriam o monopólio das grandes Companhias e aumentariam os negócios de exportação.

A expansão econômica baseada na valorização da borracha tornou insuficiente a frota fluvial privada e até a Companhia *Fluvial* e a *Cia. do Amazonas, de Mauá* abriram falência³⁵⁸ e foram absorvidas pela The Amazon Steam Navigation Company administrada em Londres e portadora de promessas que não se cumpriram, isto é, não satisfizeram as necessidades do intenso tráfego que o mercado internacional exigia.

A crise mostrou uma de suas faces já em agosto de 1910 quando o contrato entre Governo federal e a The Steam Amazon Navigation Company foi encerrado. A Associação Comercial do Amazonas solicitou ao ministro da Viação e Obras Públicas a prorrogação do prazo até a chegada de outra companhia o que ocorreu apenas em 1912 com outra londrina The Amazon River Steam Navigation Company Limited, subsidiada e *isenta dos impostos de importação de todos os materiais e víveres para o consumo de bordo*³⁵⁹ dispondo de 47 navios e propondo suprir as necessidades locais, porém, como sua antecessora, não trouxe maiores benefícios à Amazônia. Talvez porque fosse

³⁵⁷ *Convida realmente à meditação uma tal desproporção que varia, para uma mesma quantidade de mercadoria desde 354\$, seu custo no Rio de Janeiro, a 389\$375 no Pará, passando a 720\$888 no Acre, para ser faturada ao miserável seringueiro por 1: 386\$635.* DOCUMENTOS PARLAMENTARES. Op. Cit., p. 402.

³⁵⁸ BITTENCOURT, Agnello. **A Navegação do Amazonas & Portos da Amazônia.** Coleção documentos da Amazônia n. 53. Manaus: edições Governo do Estado, 2001. p. 17. Fac-similado.

³⁵⁹ Idem, p. 20.

difícilimo navegar em *cursos d'água não domesticados ou acidentados que, em alguns casos, não dão calado durante vários meses por ano.*³⁶⁰ E/ou porque investir nos seringais asiáticos fosse menos dispendioso e com lucros certos.

O segundo grupo do Congresso, o da indústria extrativa, propunha a necessidade urgente da plantação da seringueira na região Norte, salientando que a iniciativa deveria partir dos Estados, municípios, associações agrícolas e comerciais. O governo de encarregaria da concessão de terras devolutas para o cultivo e da redução dos impostos de exportação para borracha cultivada. Também deveria divulgar as vantagens das plantações, distribuir sementes; aconselhar a plantar e replantar nas *estradas atuais, incentivar o cultivo de roças* no interior da floresta. Os congressistas também recomendavam aos governos dos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso que uniformizassem os preços da venda de terras para cultivo da goma elástica. Sugeriam ao governo federal que fizesse propaganda no exterior das vantagens de investir na economia gomífera do Vale Amazônico.³⁶¹

Solicitavam ainda aos governos a isenção de impostos de entrada de qualquer máquina de corte e preparo da goma elástica e legislação reprimindo a fraude na fabricação da borracha misturada com resina de outras árvores, pois deveria ser condenado qualquer processo de coagulação por meio de ácidos ou alúmen (sulfato de alumínio e potássio) que, depreciasse a goma e prejudicasse os seringueiros.

O terceiro grupo de congressistas, composto principalmente por agricultores, chegou as seguintes conclusões e sugestões: premiação para os agricultores que cultivassem hévea (seringueira) e cacau com redução dos impostos de exportação e de fretes nas embarcações subsidiadas; premiação para pequenos agricultores cultivadores de cereais, algodão e outros produtos; distribuição de sementes e mudas, assim como instruções aos interessados; garantia de dez anos às empresas nacionais e estrangeiras investidoras na plantação de seringueiras. Os governos manteriam a fiscalização dos

³⁶⁰ MENDES, Armando. **Viabilidade Econômica da Amazônia**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1971, p.4.

³⁶¹ Também propunham a criação de leis protecionistas da árvore do látex recomendando a manutenção de *reservas florestais* e a proibição do corte; sugeria a plantação da hevea brasiliensis (seringueira) e demais árvores gomíferas; adoção das ideias de Jacques Huber expostas em seu trabalho *processo de extração do látex da hevea brasiliensis*; requeria aos governos dos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso o envio de um emissário aos países que obtiveram êxito com o cultivo da borracha buscando estudar e averiguar os meios usados para o cultivo e preparo da goma e publicar em informes.

contratos e serviços das empresas de cultivo e os investidores receberiam terras devolutas e todas as garantias.

Dever-se-ia premiar os criadores de gado que importassem gado de raça aclimatável à região, seja para reprodução seja para consumo, e criar *departamentos de agricultura* ³⁶² e campos de demonstração e *estações agronômicas, laboratórios, etc.* Era necessário solicitar ao Ministro da Agricultura a divisão da delegacia agrícola do Estado do Pará e Amazonas, devido à extensão territorial de ambos Estados para facilitar a circulação dos transportes.

Pode-se notar que os agricultores insistiram no cultivo da hévea, cacau, cereais, algodão e outros produtos e criação de gado como elementos que contribuiriam para o progresso da região. Enquanto o grupo dos comerciantes sugeria o barateamento dos produtos importados, o grupo dos agricultores recomendava a criação de roçados para produção de alimentos. Talvez ambos os grupos não tenham discutido que nos seringais o padrão interditava os seringueiros de fazer seu roçado e produzir seus alimentos diminuindo partes dos problemas expostos, pois para os seringalistas a produção da borracha era incompatível com a agricultura de subsistência, a coleta do látex não poderia parar e sendo assim, esta situação continuaria a passos largos.

O Congresso comercial, industrial e agrícola definiu as proposições gerais, destacando que a febre amarela e o impaludismo eram inimigos do *progresso e da prosperidade do Amazonas* ³⁶³ e solicitava ao governo federal e dos Estados do Pará e Amazonas um *serviço completo de profilaxia dessas enfermidades*, como também uma comissão permanente de visitação aos seringais, assistindo e medicando os doentes e distribuindo medicamentos aos mais pobres. Recomendou aos fretadores e proprietários de embarcações que transportassem mais de cem passageiros que tivessem assistência médica a bordo, pois eram locais de propagação da febre amarela. Enfatizou aos seringalistas as vantagens de contratar isoladamente ou com o vizinho, um médico, semelhante aos fazendeiros previdentes e progressistas de São Paulo.

³⁶²La Union. Manaus, 1/04/1910. Ano VII. N. 197. P. 7.

³⁶³La Union. Manaus, 1/04/1910. Ano VII. n. 197.

O Congresso também recomendava ao governo da União a criação de um Banco com agências nos municípios do Vale Amazônico e sugeria a instalação de hospedarias e hospitais, destacando que a necessidade de melhoria da qualidade da goma elástica.³⁶⁴

Segundo Barbara Weinstein, o Congresso reuniu representantes políticos e comerciantes paraenses que, deixaram de lado as velhas disputas com o Amazonas e “jornalistas do Rio, Paris, Nova York e Londres”, apesar de suas propostas não passarem de “uma versão diluída da proposta de Ferreira Teixeira”, deputado paraense que em 1909 levou para Assembleia legislativa, o ‘projeto para Defesa da Indústria da Borracha’.³⁶⁵

O projeto oferecia incentivos aos pretendentes a cultivadores de seringueira, que variavam desde a concessão gratuita de terras e transporte para equipamentos e trabalhadores, até a garantia de juros de 5% sobre a metade do capital investido e 50% de redução nas taxas de exportação. Em troca, os beneficiários seriam obrigados a plantar um mínimo 20.000 héveas por ano, nos dois primeiros anos, e talvez por mais tempo.³⁶⁶

Percebe-se pela afirmação de Weinstein que a autora não explorou as leis que já existiam no Amazonas como tentativa de racionalização da plantação de seringueiras. Lei n. 322, de 18 de setembro de 1900, estabelecia premiação de *dois contos de réis ao criador ou agricultor que plantasse e tivesse, em estado de florescer, mil cafeeiros ou cacaueiros, ou duas mil seringueiras*.³⁶⁷ Lei n. 503, de 1906, estabelecia premiação de um conto de réis para dez cultivadores de *duas mil seringueiras, e outros dez, de 500\$000, para igual número de cacaueiros. Um prêmio especial de 10 contos era estabelecido para 20.000 seringueiras de plantio [...]*.³⁶⁸ Assinala-se a semelhança entre as leis promulgadas em 1900 e 1906 no Amazonas e o projeto Ferreira Teixeira em 1909.

³⁶⁴REIS, Arthur C. F. **O Seringal...** Op.cit., p.192. Segundo o autor a “classificação que durante muito tempo funcionou e que podemos chamar de clássica, era: ‘borracha fina’, ‘entrefina’, sernamby virgem’ e ‘sernamby rama’. A ‘fina’ é a melhor, de acabamento mais cuidado, resistência, impermeabilidade e durabilidade mais vigorosa. [...] A entrefina é a borracha obtida do látex que, não trabalhado imediatamente pelo seringueiro, alcança um estado grumoso ao ser levado à defumação. [...] Os sernambys constituem as espécies más. Ora são resíduos do látex que caem ao solo e se misturam à terra, ora látex que escorre das incisões feitas nas madeiras e é encontrado ao longo da árvore”.

³⁶⁵WEINSTEIN, B. Op., Cit., p. 255.

³⁶⁶WEINSTEIN, B. Op. cit., p. 254.

³⁶⁷LOUREIRO, A. j. S. **A Grande...** Op. cit., p.43

³⁶⁸Idem, ibidem.

O Congresso encerrou com um total de 50 proposições que não saíram do papel apesar de terem fornecido a estrutura para o Plano de Valorização da Borracha ou Plano de Defesa da Borracha transformado em lei em 1912.

Muitos fatores contribuíram para que não fossem implementadas as medidas preconizadas. Os participantes que compunham grande parte da elite política e comercial regional foram os maiores responsáveis pela crise que invadiu a região e não a abandonou. Talvez por terem se acomodado aos lucros imediatos não atentaram para a concorrência Asiática, com produto inicialmente similar aos poucos tornar-se superior ao produzido na Amazônia. Eram conhecedores de que os seringais mais próximos das capitais, Manaus e Belém estavam esgotados, todavia não investiram no cultivo em grande escala e nem em outras terras devido às enormes distâncias, somado a isso consideraram a defumação praticada inigualável³⁶⁹ e não buscaram novas técnicas e nem recorreram ao sistema de Strauss³⁷⁰ no processamento do produto. Estavam de olhos bem abertos, mas curvaram-se diante dos lucros.

É necessário compreender que os impeditivos de crescimento da produção estavam nas péssimas condições de trabalho no interior dos seringais. E os seringalistas, aviadores e administradores estaduais nem por um momento debateram sobre a importância da introdução de mudanças no sistema de aviamento e investiram pouco nos transportes. E por último, esses comerciantes edificaram um sistema econômico centralizador³⁷¹ que se opunha a diversificação ou a outras formas de investimentos produtivos, e como parte da economia nacional se tornou dependente das flutuações do Mercado externo, indicadores de sua falência. Em poucas palavras, os resultados do Congresso não foram significativos talvez porque em fevereiro mês de realização do Congresso, os preços do quilo da borracha atingiram seu ápice e os congressistas estavam momentaneamente satisfeitos.

³⁶⁹ REIS, A. C. F. **O seringal...** Op.cit., p. 188.

³⁷⁰ Cf. Arthur Reis, o sistema Strauss desenvolveu uma técnica limpa, saudável para os extratores e superior a existente, mas levava 48 horas para coagulação e talvez por isso não interessasse aos investidores.

³⁷¹ Cf. SAMPAIO, Patrícia Maria Melo Sampaio. **Os fios de Ariadne:** Tipologia de Fortunas e Hierarquias Sociais em Manaus – 1840-1880. Dissertação de mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1993. Em consistente pesquisa analisou os Inventários post-mortem (1830-1894), Anais da assembleia legislativa da província do Amazonas (1852-1870), Relatos de viajantes e naturalistas, Censos e Recenseamentos. Estabeleceu uma tipologia das fortunas em Manaus e concluiu que no período em estudo o extrativismo não poderia ser tomado como modelo de “explicação de funcionamento do sistema econômico da região” porque o extrativismo não foi o exclusivo econômico da região esteve entrelaçado a agricultura de forma mais ampla. pp. 255-256.

Apressaram-se somente quando a crise em desenvolvimento³⁷² invadiu a região em 1907, mas já não havia investidores estrangeiros e nem dinheiro nos cofres públicos para financiar as propostas ambiciosas e pouco eficientes.

8. Crise econômica e instabilidade financeira

Na conjuntura da grande crise o território do Acre fervilhava por conta dos confrontos armados ocorridos no Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá. Sabe-se que em 1910 ³⁷³existia quatro mil habitantes na região e três jornais: *O Alto Purus* órgão oficial do governo; *O Estado do Acre* dedicado à emancipação política do território e ao desenvolvimento do comércio acreano e o *Brazil Acreano* folha de início independente, mas que após sete meses passou a porta voz do Partido Progressista, que lutava pela autonomia com pretensões pacifistas.

Em 10 de julho de 1909 ocorreu o primeiro Movimento autonomista do Alto Purus quando o capitão Genaro de Castro, o encarregado do posto fiscal do Alto Purus, recebeu no final da tarde o coronel João Xavier da Silveira um dos líderes da proposta autonomista, que lhe exigiu a quantia de duzentos contos de reis, mas não obteve resposta, assim retornou na madrugada do 11 com um grupo armado prendeu o fiscal e demais funcionários e se dirigiu para os seringais Porto Seguro e Macapá, este último saqueado, prosseguiram para o seringal São Salvador e foram presos³⁷⁴ pelo capitão Francisco Ferreira Lima e encaminhados para Sena Madureira aonde chegaram seis dias depois. Os rebelados foram apoiados pelos advogados, redatores do Jornal *O Estado do Acre* e líderes do movimento autonomista Geraldo Barbosa Lima, Gonçalves Campos e

³⁷²Telegrama do governador do Pará Augusto Montenegro ao Presidente da República Afonso Pena em 9/11/1907. *Julgo meu dever levar conhecimento de V. Ex^a. que a crise borracha continua agravando-se. Preços descem todos os dias. [...] nada justifica esta baixa, pois estoque borracha mercados consumidores é o mesmo que do ano passado. Trata-se simplesmente de um acordo entre compradores, não podendo produtores se defender por faltar recursos que permitam guardar seu produto por algum tempo. Se governo federal autorizasse Banco Brasil adiantar comércio até dez mil contos, mediante depósitos borracha, comércio teria recursos para esperar, o que obrigaria exportadores dar melhores preços. [...]* Apud MENDES, J. A. *A crise amazônica e a borracha*. Manaus: Ed. Valer/Governo do estado do Amazonas, 2004. p. 19

³⁷³LOUREIRO, Antonio J. S. *O Brazil Acreano: Scenas de uma epocha*. Manaus: gráfica Lorena, 2004. pp. 10 -13.

³⁷⁴LOUREIRO, A. J. S. *O Brazil Acreano...* Op. cit., pp. 25-26. Oito insurgentes foram presos: Manuel Heleno Rodrigues, João Xavier da Silveira, Antonio de Paula Antunes, Agripino Raulim, Vicente Xavier, Manuel Xavier e Joaquim Xavier.

Otávio Novaes que reivindicavam o fim da *discriminação econômica* por parte do governo federal que não devolvia em benefícios os impostos arrecadados com o comércio da borracha.

Aproximadamente vinte e um dias depois em Cruzeiro do Sul no Alto Juruá o prefeito João Cordeiro foi deposto e formou-se uma Junta Governativa composta pelo coronel João Boussons, Mancio de Lima e o seringalista Francisco Freire de Carvalho. Mas dessa vez a interferência foi da Associação Comercial do Amazonas. O movimento foi reprimido. Porém, a chama se espalhou e, em 14 de julho de 1910 eclodiu um Movimento do Alto Juruá com a participação de advogados, comerciantes e proprietários de seringais, que proclamaram o território federal do Acre em Estado brasileiro.

O segundo Movimento autonomista do Alto Juruá ocorreu em 7 de setembro de 1910 e não teve o alcance do primeiro foi liderado pelo seringalista Francisco Freire de Carvalho e Francisco Riquet e com troca de tiros entre emancipacionistas e a Companhia regional de Cruzeiro do Sul. Encerrou no dia seguinte devido a interferência da Associação Comercial do Alto Juruá e de João Virgolino de Alencar.

Por fim em maio de 1912 como parte pulsante desse processo de rebeliões desencadeadas na fronteira do Brasil com a Bolívia, iniciou-se o terceiro Movimento emancipacionista do Alto Purus com o apoio de seringalistas e comerciantes que se armaram e recrutaram seringueiros dos outros dois departamentos. Na madrugada do dia 5 ocuparam o posto do telégrafo, o prédio da comissão de obras e as casas dos desembargadores Araújo Jorge e Domingos Américo. O prefeito e coronel Araripe Alencar escapou e uma Junta Governativa foi formada pelos seringalistas Childerico Fernandes, Barbosa Lima, Francisco A. de Alencar Matos, Vitoriano da Silva Freire, José de Alencar Matos, Samuel Uchôa, Antônio Pinto do Areal Souto, Arnaldo Machado e João da Silva Vellido, para governar o Estado autônomo do Acre. O jornal *Correio de Serpa*³⁷⁵ publicado no município de Itacoatiara no Amazonas, denominava os insurgentes de *ambiciosos vulgares* e, apesar de estarem em maior número, após

³⁷⁵ *Correio de Serpa*, Itacoatiara, 23/06/1912. Ano I. n. 26.

horas de combate com as forças legalistas, enviadas pelo governador Bittencourt, fugiram.³⁷⁶

Pelo Tratado de Petrópolis o Território federal do Acre foi dividido em três departamentos e em julho de 1904 foi nomeado para prefeitura de Alto Purus o general José Siqueira de Menezes que fundou a localidade de Sena Madureira e em dezembro entregou o cargo para o major Agobar da Silveira que por sua vez teve por sucessores os capitães Adolfo Lins e Tebano Barreto. O segundo prefeito Cândido José Mariano foi nomeado em março de 1905 e por quatro anos administrou Sena Madureira entregando o cargo ao subprefeito capitão de engenheiros Samuel Barreira Cravo que organizou o Congresso Industrial do Seringueiro que se realizou entre 8 a 27 de agosto de 1909 e gerou solicitações bastante localizadas e encaminhadas ao presidente Nilo Peçanha.³⁷⁷

Após quase onze meses afastado Cândido Mariano retornou em 19 de março de 1910 e no mês seguinte foi gerado um abaixo assinado com aproximadamente 191 assinaturas de proprietários e arrendatários de seringais, comerciantes, advogados, industriais, tipógrafos, artistas e outros,³⁷⁸ com a pretensão de que o governo federal criasse um Estado independente no território do Acre. O documento seria levado por Cândido Mariano ao presidente da República.

Observa-se que nem todos trabalhadores da Vila e os seringueiros assinaram a petição, porque os interessados na ideia autonomista eram os grupos que lidavam com o comércio da produção de goma elástica e a administração local. Os comerciantes locais que se armaram contra a Bolívia antes do Tratado de Petrópolis e as Casas aviadoras

³⁷⁶BITTENCOURT, A. C. R. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da terceira sessão ordinária da sétima legislatura em 10 de julho de 1912.** Manaus: Imprensa oficial, 1912. p. 141.

³⁷⁷Idem, pp.21-22. As solicitações foram as seguintes: *uma lei de terras, conferindo o domínio de acordo com as posses do momento. Abertura de estradas de rodagem ligando principais pontos dos Departamentos. A construção da estrada de ferro Sena Madureira – Boca do Acre. O estabelecimento de linhas telegráficas. A concessão de subvenções às companhias de navegação, que fizessem viagens às sedes dos Departamentos. A normalização dos preços das passagens e dos fretes. As isenções de impostos e de fretes, para importação de maquinismos destinados às indústrias agrícolas. A criação de mesa de rendas, alfândega, delegacia fiscal e correios, em Sena Madureira. O estabelecimento de uma agência do Banco do Central Agrícola. A criação de uma escola de agronomia. A instituição de prêmios para os maiores cultivadores de seringueiras, para autores de novos processos de preparo de borracha e para melhores criadores. A ida de uma comissão ao Ceilão, para estudar os novos métodos de plantio, cultivo e preparo da borracha. A redução dos impostos de exportação para 12%, ao nível dos que eram cobrados pela Bolívia, para evitar o contrabando. A criação de um imposto justo aos regatões, pelos prejuízos que acarretavam ao comércio regular. A emissão de dispositivos legais, no sentido dos seringalistas, fazendeiros e senhores de engenho e proprietários indenizarem os seus empregados, pelos saldos devedores [...].*

³⁷⁸Idem, pp. 28-32.

com sede em Belém que mantinham seus armazéns na região do Acre para burlar a receita federal brasileira e em geral todos estes negociantes envolvidos estavam insatisfeitos desde a cessão de parte do Acre para Bolívia e a posse do território pelo governo federal.

Em 1911 com os preços do quilo do látex em baixa no mercado externo, a instabilidade econômica e financeira instalada no Amazonas associada aos conflitos políticos e as tensões sociais, emergiu a segunda greve de estivadores e carroceiros que objetivavam melhores salários. Assinala-se que os estivadores eram elementos chave para escoamento da produção da borracha para os navios e reclamavam: *1º. Reajuste no valor das jornadas; 2º. Regulamentação do tempo normal da jornada em 10 horas dividida em dois turnos; 3º. Garantias do auxílio patronal em caso de acidentes, mortes ou problemas no trabalho.*³⁷⁹

Comerciantes, Aviadores, Companhias de navegação e Casas de importação e exportação acataram as reivindicações para não sofrerem maiores prejuízos com a parada do carregamento da produção do látex, enquanto a concessionária inglesa a Manaus Harbour recorreu à contratação de novos trabalhadores que em parte foram impedidos de trabalhar pelos piquetes dos grevistas e a outra metade, ao saber qual seria o serviço, recusou-se ao trabalho.

Vale destacar que a Associação Comercial do Amazonas pressionou a empresa, menos por solidariedade e mais porque precisava de braços para carregamento da produção da borracha e a polícia cruzou os braços em relação à parada dos trabalhadores; somado a isso os carroceiros aderiram à greve por solidariedade e no dia 4 de janeiro de 1911 os grevistas deliberaram pela continuidade da greve, mas o presidente e o advogado da Sociedade Beneficente dos Estivadores e Carroceiros aceitaram a proposta da Manaus Harbour e decretaram a greve encerrada. Os estivadores discordaram da decisão da diretoria e permaneceram em greve; perante essas ações a concessionária do Porto recuou e os estivadores já comemoravam quando a Companhia inverteu o jogo e passou a contratar trabalhadores portugueses; a greve

³⁷⁹PINHEIRO, M. Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)**. Manaus: Ed. Valer, 1999. pp. 221-230.

reiniciou a firma inglesa fez um aparente recuo, contudo, burlou o acordo feito com os grevistas e manteve os salários, esvaziando o movimento grevista.³⁸⁰

Em 1912, seis anos mais tarde da primeira intervenção do governo no mercado de café, era a vez dos representantes do Amazonas e do Pará de exigirem uma intervenção no mercado da borracha, a fim de auxiliar a economia local num momento de crescente concorrência internacional. O Plano de Defesa da Borracha não somente foi elaborado, como foi amplamente defendido pela Câmara dos Deputados e aprovado no governo do Presidente Hermes da Fonseca. O plano que transpunha em sua proposta medidas apenas para o setor da borracha, tocando em questões como transporte, indústria, impostos, saúde e imigração, chegou a instituir uma Superintendência da Borracha. Entretanto, diferentemente do Plano de Defesa do Café, do projeto aprovado para apoiar a valorização econômica nortista, pouco saiu do papel. O resultado previsível e conhecido foi a derrocada da economia do látex, já na década de 1910, e a perda do papel da produção amazônica no mercado internacional.

Nos estudos voltados para a economia da borracha o Plano de Valorização da Borracha decretado em 1912, no governo de Hermes da Fonseca, não foi tomado como tema específico, talvez porque esses estudos se detiveram na formação, expansão e decadência da economia do látex e, em alguns casos, enfatizaram a crise econômica mencionando o Plano sem analisá-lo e debitando ao descaso do governo da União com os estados do Norte e o Sistema de Aviamento, os obstáculos para o fracasso da economia. De um modo ou de outro, essas versões contribuíram para os questionamentos relativos à economia, a crise econômica e o Plano de Defesa da Borracha.³⁸¹

³⁸⁰PINHEIRO, M. L. U. Idem, p.227.

³⁸¹Parte dos historiadores em Manaus não se interessou por aprofundar os estudos sobre economia regional, deixando para os leitores posteriores apenas um silêncio já sintomático na História do Amazonas e consequentemente sobre a crise econômica da borracha e seus resultados para o âmbito social e político, a exemplo: COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus**. São Paulo. Dissertação de mestrado em História - PUC/SP, 1997. (mimeo). DIAS, Edineia Mascarenhas. **Manaus, 1890-1920: a ilusão do fausto**. Dissertação de Mestrado em história - PUC/SP, 1989. (mimeo). PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)**. Manaus: Edua, 1999. SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. 1985. Bittencourt, Agnello. **Corografia do Estado do Amazonas**. Manaus: ACA/Fundo editorial, 1985. LOUREIRO, Antonio José Souto. **Síntese da História do Amazonas**. Manaus: Imprensa Oficial, 1978. _____. **A Grande Crise (1908-1916)**. Manaus: T. Loureiro & Cia., 1985. A MONTEIRO, Mario Ypiranga. **Negritude & Modernidade** – a trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro. Manaus: Edições do governo do Estado do Amazonas, 1990. REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1989. REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O Seringal e o seringueiro**. 2 ed. rev. Manaus: Edua, 1997. Em especial, Antonio Loureiro é um dos poucos autores locais, como veremos, a se preocupar em explorar a questão do Plano de Defesa. No que diz respeito à historiografia brasileira, conferir: CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial**. São Paulo: 4ª. ed. Campinas: Unicamp, 1988. CARDOSO, Fernando Henrique &

Enquanto se discutia os custos da execução do Plano de valorização da Borracha no Senado, a população amazonense reclamava melhorias no fornecimento de água potável e a baixa dos valores cobrados pela concessionária Manaus Improvements. Ressalta-se que, pelos dados oficiais somente 37.296 *habitantes* menos de 50% (cinquenta por cento) da população, tinham água encanada,³⁸² ou seja, a Manaus que se modernizava pouco oferecia aos seus que recebia água potável de baixa qualidade em casa, falta de energia elétrica e de coleta do lixo e escassez de transportes dentre outros serviços urbanos.

A Companhia era um assunto recorrente da Mensagem governamental de Bittencourt, relatando aos congressistas a morosidade da firma inglesa na prestação de serviços de *abastecimento de água*, a paralisação das obras de construção de esgotos em setembro de 1911 e uso de um processo químico inadequado de clarificação da água e não por filtramento como estabelecia o contrato.³⁸³

As eleições para o cargo de governador ocorreram em 14 de julho de 1912, Jonathas de Freitas Pedrosa foi eleito juntamente com Guerreiro Antony para vice-governador, não houve disputas porque foi chapa única decidida pelo Partido Republicano no Rio de Janeiro.

Os periódicos no Amazonas entraram em cena para formar opinião, o *Correio de Serpa* editado e distribuído no município de Itacoatiara enfatizava que a eleição foi uma medida de ajustes para o bom *funcionamento econômico* do Amazonas e para a *conciliação* política, encerrando os conflitos que assolavam o Estado desde 1910 e impediam o *progresso*.³⁸⁴ *A Imprensa*, igualmente do município de Itacoatiara, órgão do

Geraldo, MÜLLER. **Amazônia: expansão do Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977. CARONE, Edgard. **A República Velha I (Instituições e classes sociais)**. 3ª. ed. São Paulo: DIFEL, 1975. Direção Fernando Henrique Cardoso. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 12 ed. rev. São Paulo: Ed. Nacional, 1974. PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. **História Econômica do Brasil**. 38 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. PRADO, M. L. & CAPELATO, M. H. R. *A Borracha na economia brasileira da Primeira República*. In FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1975. SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. de Queiroz, 1980. SINGER, Paul. **O Brasil no contexto do Capitalismo Internacional -1889-1930**. In FAUSTO, Boris. (direção). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1975. Juntamente com o trabalho da brasilianista Barbara Weinstein. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec, 1993, Roberto Santos também apresenta o plano com certo destaque no enredo sobre a crise da economia amazônica nas primeiras décadas do século XX.

³⁸²MORAES, Jorge de. **Mensagem de Superintendente Municipal de Manaus**. 11 de fevereiro de 1912. p. 5.

³⁸³BITTENCOURT, Antônio. C. R. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da terceira sessão ordinária da sétima legislatura em 10 de julho de 1912**. Manaus: Imprensa oficial, 1912. pp.77-78.

³⁸⁴**Correio de Serpa**, Itacoatiara, 30/06/1912. Ano. I. n. 27.

Partido Republicano Conservador³⁸⁵ salientava que o atual governador encontraria um Estado jogado às traças, oprimido e endividado, preso aos tentáculos do *polvo da marseillesa*, em severa crítica ao empréstimo realizado em 1906 pela Société Marseillaise ao governo de Constantino Nery.

Por sua vez, *O Conservador*,³⁸⁶ outra folha itacoatiarense, entrevistou o recém-eleito Jonathas Pedrosa o qual teceu críticas às dívidas externas e internas do Estado propondo soluções para sanar os compromissos financeiros, porém, ao responsabilizar o governo de Bittencourt pelo quadro atual, esquivou-se de responsabilizar a administração Constantino Nery - que dilapidou grande parte do erário público em benefício próprio, familiares e aliados - e esqueceu-se que seu vice apoiava o Governo de Bittencourt.

As eleições de janeiro aprofundaram a crise política quando se elegeram para o Congresso Nacional Antonio Monteiro dos Souza, Luciano Pereira da Silva, Gregório Thaumaturgo de Azevedo e Adriano Augusto de Araújo Jorge e para o Senado o coronel Gabriel Salgado dos Santos.³⁸⁷ No entanto, apenas foram empossados Gabriel Salgado e Adriano Jorge, tal resultado criou incompatibilidades nos grupos oligárquicos agravadas pela reforma da Constituição estadual de 1910³⁸⁸ que extinguiu as funções de senador estadual e vice-governador.³⁸⁹

Assim, no ano de 1913 as incertezas pairavam sobre o Brasil a política econômica não mais se sustentava, a inflação e o desemprego cresciam a passos largos, os conflitos entre as classes sociais se intensificavam e o Amazonas inseria-se neste contexto tempestuoso; os pagamentos relativos ao fornecimento de água em atraso foram punidos com o corte do serviço inicialmente realizado pelos policiais civis e militares nas residências, mas logo os policiais civis recusaram a tarefa por estarem em situação de igualdade com os demais moradores, uniram-se com parte da população da cidade e em 15 e 16 de junho invadiram o escritório da empresa quebrando objetos,

³⁸⁵ **A Imprensa**, Itacoatiara, 15/12/1912. Sem número legível.

³⁸⁶ **O Conservador**, Itacoatiara, 28/07/1912. Sem número legível.

³⁸⁷ BITTENCOURT, A. C. R. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da terceira sessão ordinária da sétima legislatura em 10 de julho de 1912**. Manaus: Imprensa oficial, 1912. pp. 66-67.

³⁸⁸ Ver **Constituições do Amazonas – 1891 a 1989**. Manaus: Assembleia legislativa do Estado do Amazonas, 2002.

³⁸⁹ PEDROSA, Jonathas de Freitas. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da primeira sessão ordinária da oitava legislatura em 10 de julho de 1913**. Manaus: Imprensa oficial, 1913. p. 150.

destruindo arquivos, empastelaram jornais e por fim incendiaram o escritório da Manaus Improvements.

O jornal *O Tempo* noticiou que as manifestações de junho foram motivadas na *ameaça da MANÁOS IMPROVEMENTS* de paralisar o fornecimento de água devido à *dívida que com ela contraiu o Estado do Amazonas, e a rebelião policial, devido às demissões de mais de mil homens na milícia policial, inclusive diversos oficiais*.³⁹⁰

A força federal e o 19º Grupo de Artilharia foi acionado bombardeou o quartel da polícia militar e fuzilou os praças rebeldes.³⁹¹ O governo sugeriu que a sedição foi tramada por seus opositores políticos, que manipularam a ignorância dos soldados seduzidos por *promessas enganosas* e os fizeram rejeitar uma solução pacífica, sendo por isso *necessário metralhar o quartel*.³⁹² Salientou também que os policiais tomaram a Manaus Improvements para simular uma ação política.³⁹³

É possível que seus opositores tenham aproveitado as circunstâncias para executar seus planos contra o governo.³⁹⁴ Todavia, a Companhia era relapsa na prestação de serviços desde sua instalação em Manaus³⁹⁵ e Pedrosa tornou público seu apoio aos Nerys e sua franca oposição a Bittencourt,³⁹⁶ na ocasião do bombardeio de Manaus em 1910.

A Companhia por meio de sua matriz solicitou indenização pelos danos causados à empresa e assinou outro contrato com Estado se comprometendo a reduzir as taxas e expandir *a rede d'água aos subúrbios mais populosos desta cidade*,³⁹⁷ mesmo assim,

³⁹⁰ Apud SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1912 em Manaus**. 3ª. Ed. Revista. Manaus: Ed. Valer, 2001. pp. 43-44.

³⁹¹ LOUREIRO, A. J. S. **A Grande Crise...** Op.cit., p. 126.

³⁹² PEDROSA, Jonathas de Freitas. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na Abertura da Primeira sessão ordinária da oitava legislatura pelo Governador do estado em 10 de julho de 1913**. Manaus: Seção de obras da imprensa oficial, 1914. p. 7.

³⁹³ Idem, pp.5-6.

³⁹⁴ SANTOS, Eloína. M. Idem. A autora assinala que o coronel Guerreiro Antony, por meio “do seu jornal O Liberal, criticava a oligarquia Pedrosa [...]” e duas vezes manifestou sua rivalidade através de “atos de violência, como as tentativas malogradas de 15 de junho de 1913 3 de 19 de agosto de 1915”. p. 44

³⁹⁵ Cf. SOUZA, Leno José Barata. **Vivência popular na imprensa Amazonense**: Manaus da Borracha (1908-1917). Dissertação de mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005. A Companhia durante o período de atuação (1906-1913) não cumpriu com o contrato e iniciou as obras de instalação da rede de esgotos, mas não fez à reposição do calçamento de várias ruas, obras abandonadas, fornecimento de água não recebeu o devido tratamento, “horários irregulares e inoportunos em seu fornecimento e principalmente a sua completa falta nas torneiras”. pp. 185-227.

³⁹⁶ **Folha do Amazonas**, Manaus, 9/10/14/1910. Números ilegíveis.

³⁹⁷ Idem, p. 18. Recuando a 1911 quando Bittencourt alterou o contrato com a Manaus Improvements com aval do Congresso legislativo foi duramente criticado pelos jornais situacionistas; entretanto, a população menos favorecida foi a mais atingida, assim como alguns proprietários que acionaram o Superior Tribunal Regional que lhes concedeu o *habeas corpus* com o intuito de impedirem a cobrança do consumo de água. Apesar de Pedrosa afirmar que seu antecessor não pagou os juros sobre as obras dos esgotos

no mês seguinte rescindiu o contrato, tendo o governo assumido a prestação de serviços da companhia.³⁹⁸

O Governo assumiu a execução do suprimento de água e reativou as obras de esgotos; e a Manaus Improvements acionou a legação e a embaixada inglesas para intervirem junto a governo federal por meio do ministro da Fazenda Rivadavia Correia que, em 2 de fevereiro de 1914 telegrafou ao governador Pedrosa e solicitou uma solução para o entrave com a Companhia que estava lançando o Brasil ao descrédito no estrangeiro e o governador permitiu que a concessionária retomasse os serviços já normalizados pelo governo amazonense. A pendência com esta concessionária foi concluída em 1916 com assinatura de um contrato definitivo.

Em agosto de 1913 a Associação Comercial do Amazonas mantida por Aviadores, Casas exportadoras e seringalistas, escreveu uma exposição de motivos ao governador Jonathas da Pedrosa destacando:

Durante meio século a borracha amazônica assombrou a todo o mundo com os seus preços elevados e com seu aumento de consumo. A sua então certeza de não encontrar competidores devia forçosamente perturbar a nossa vida financeira e econômica. [...] Ninguém mais se lembrou dos plantios antigos, em que tanto floresceu noutros tempos, a policultura do Extremo Norte. Os lucros extraordinários da nossa monocultura não deixaram tempo, nem permitia a ocupação em qualquer outro ramo da agricultura e da lavoura. Nestes últimos trinta anos, tem havido diversas crises e algumas de repercussão até bastante intensa. [...] A crise atual é doutra espécie e traz sua origem no excesso e na plethora da produção. Mas, já não é a Amazônia que fornece esse excesso e essa plethora, e sim o Extremo Oriente. [...] Como V. exc. bem sabe, os competidores asiáticos organizaram o plantio intensivo das nossas heveas com método, abundancia de capitais e facilidade de

reclamados pela concessionária, declarou aos congressistas que, Bittencourt realizou um empréstimo ao Banco no valor de 400 contos de réis com prazo de três meses para efetuar o pagamento.

³⁹⁸PEDROSA, Jonathas de Freitas. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na Abertura da Segunda sessão ordinária da oitava legislatura pelo Governador do estado em 10 de julho de 1914.** Manaus: seção de obras da imprensa oficial, 1915. pp. 47-50. Após dois dias de tumultos a Companhia rescindiu o contrato e propôs ao governo local um empréstimo de cinquenta contos de reis por seis meses; Pedrosa aceitou em troca da desistência da indenização requerida pela Empresa pelos prejuízos causados durante a rebelião. Todavia, em 18 de julho de 1913 o diretor e representante da concessionária no Brasil J. F. Beatson enviou ofício ao governador informando que a diretoria em Londres mediante notícia das ocorrências e danos sofridos, abasteceria de água a cidade até 17 de agosto, reclamaria indenização e que o ministro da Grã-Bretanha no Rio de Janeiro comunicaria essa decisão ao Governo federal. Em 11 agosto outro ofício reiterou as intenções da companhia e que ao meio dia seriam encerrados os serviços de bombeamentos de água para usina de Ponta de Ismael. O governador respondeu aos ofícios condenou os fatos de 15 e 16 de junho, mas assinalou não ter encontrado *razão jurídica que determine a ruptura do contrato para abastecimento de água a esta capital*; e reiterou que o povo não participou do levante que foi fruto de *paixões políticas* e finalizou que essa decisão geraria perdas ao Estado que executaria os serviços em breve abandonados.

mão de obra. Com efeito, as toneladas de plantio multiplicam-se vertiginosamente. Ao contrario sucede no seu similar amazônico, que estaciona e tende a diminuir. Dentro de pouco tempo asseveram, dentro de alguns anos dar-se-á, talvez, a eliminação da procedência brasileira, à míngua de recursos e de amparos, nos mercados consumidores³⁹⁹.

A crise da produção trazia a reboque os problemas sociais e políticos. O êxodo rural cresceu entre 1911 e 1913, as edificações de moradia reduziram de 160 para 87.⁴⁰⁰ O governador Pedrosa solicitava aos congressistas o investimento imediato na agricultura. A Manaus Tramways que fornecia os serviços de viação e energia elétrica não efetuou seus pagamentos ao Governo estadual alegando que os serviços não lhes fornecia renda suficiente para o custeio do fornecimento.

O Relatório de Segurança Pública do período de maio de 1913 a abril de 1914 demonstrou que foram efetuadas 1112 prisões; 635 eram brasileiros e 477 estrangeiros. Crimes contra a propriedade, *vagabundagem profissional* comum aos *imigrantes*; delitos derivados do excitamento alcoólico, jogos, cafetinagem, prostituição eram frequentes em Manaus. O relator lamentou a ausência de uma *Colônia Correccional*, *cárceres especiais* e *postos policiais* nos bairros mais distantes do centro: Cachoeirinha, Mocó, Flores, Boulevard do Amazonas e até o *policimento diário* necessário para uma cidade em desenvolvimento.⁴⁰¹

Ressalte-se que, no início de 1914, os funcionários gráficos do jornal *O Tempo* e os funcionários da limpeza pública fizeram greve, por falta de recebimento de seus salários.⁴⁰² Todavia, o invisível no relatório era que a pobreza, o desemprego, a fome e o não recebimento dos salários não se resolveriam com o encarceramento dos trabalhadores.

A crise econômica estava generalizada no Amazonas e a queda vertiginosa dos preços da goma elástica no mercado internacional devido à perda da exclusividade na exportação mundial avançava, o déficit das receitas estava estacionado, na zona rural os seringais se desestruturavam, a malária dominava o asilo de alienados Eduardo Ribeiro, a mendicância assombrava Manaus, a tuberculose se alastrava por vários bairros da cidade e o diretor do serviço sanitário José Coelho de Miranda Leão sugeria a

³⁹⁹Revista da Associação Comercial do Amazonas. n. 62, de 10/08/1913. pp. 1-2.

⁴⁰⁰OLIVEIRA, José Aldemir. **Manaus de 1910 – 1967**. A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Ed. Valer/Edições Governo do Estado/Edua, 2003. p.82.

⁴⁰¹PEDROSA, J. F. **Mensagem... 1914**. Op. cit., pp. 101-12.

⁴⁰²**A Luta Social**, Manaus, 29/03/1914. Ano I. n. 4.

construção de *pavilhões* para segregação e tratamento de *tuberculosos indigentes* no período de maior contágio,⁴⁰³ era o ano de 1915.

9. A crise da economia da Borracha avança

Apesar da polêmica existente quanto aos resultados obtidos, às formas de aplicação dos ganhos extraídos da economia do látex e aos custos sociais desse processo, não há dúvidas quanto ao papel desempenhado pela borracha nas rendas dos Estados do Amazonas, Pará e Território do Acre.⁴⁰⁴ Essas rendas acompanharam a evolução das exportações do produto, o que conferiu uma dependência perigosa dos governos locais aos negócios da borracha.

O gráfico abaixo (Gráfico 2) é enfático: a queda das exportações de borracha – e de sua participação nas rendas nacionais totais – reduziu para menos da metade as rendas estaduais em menos de uma década.

Gráfico 2. Receitas públicas dos Estados do Amazonas, Pará e Território do Acre, 1900-1920 (contos de réis)

Fonte: Jorge Andrade. **Panorama Econômico-financeiro do Amazonas** (fac-símile de 1939). Coleção Documentos da Amazônia, nº41. Manaus: Edições Governo do Estado, 2001; Weinstein, 1993, p. 133 e Ferreira, 2007, p.223.⁴⁰⁵

⁴⁰³PEDROSA, Jonathas de Freitas. **Mensagem lida perante a assembleia Legislativa na Terceira sessão ordinária da oitava legislatura em 10 de julho de 1915**. Manaus: Imprensa oficial, 1915. p. 52.

⁴⁰⁴O tema das rendas estaduais foi bastante controverso na disputa entre os estados do Amazonas e do Pará, quando em 1900 determinou-se que toda a borracha produzida em território amazonense, por conta dos esforços do governador Silvério Nery, deveria realizar sua alfândega em Manaus. Cf.: Roberto Santos (1980), Antonio Loureiro (1985) e Barbara Weinstein (1993).

⁴⁰⁵A título de comparação, a receita do Estado de São Paulo entre 1900 e 1910 esteve entre 40 e 50 mil contos de réis. No ano de 1920, todavia, enquanto as receitas de Pará e Amazonas baixavam para menos

Resumindo, os ganhos financeiros extraídos dos negócios da borracha antes da concorrência asiática eram evidentes para os grandes sindicatos internacionais, para os grandes comerciantes locais e, incluindo, o governo federal. A comercialização da goma foi tomada rapidamente por grandes casas estrangeiras: em 1911, 80% (oitenta por cento) das exportações para Europa e Estados Unidos se realizou por meio de cinco companhias estrangeiras. Ademais, somente o grupo Gruner & Cia./Dusendsehon, Zarges & Cia. controlava praticamente cinquenta por cento das exportações.⁴⁰⁶

Tabela 1. Exportação da borracha da Amazônia em 1911 (quilos): 10 maiores exportadores

Exportadores	Europa	Estados Unidos	Total	Estoque no Pará em 31/12/1911	Total geral
Gruner & Cia./ Dusendsehon, Zarges & Cia.	7.097.254	7.558.774	14.656.028	100.000	14.756.028
Ad. H. Alden Ltd.	2.574.275	3.380.343	5.954.618	42.000	5.996.618
Gordon & Cia.	2.422.387	1.929.999	4.352.386	20.000	4.372.386
Scholtz Hartje & Cia./ Scholtz & Cia.	1.317.525	723.216	2.040.741	--	2.040.741
Suarez Hermanos & Cia.	1.317.597	--	1.317.597	63.000	1.380.597
E. Pinto Alves & Cia.	461.443	672.626	1.134.069	--	1.134.069
J. Marques	736.845	254.785	991.630	--	991.630
De Lagotellerie & Cia.	286.100	538.439	824.539	--	824.539
R.O. Ahlers & Cia/ Ahlers & Cia.	417.747	5248.785	666.532	10.000	676.532
Pires Teixeira & Cia.	241.235	243.890	485.125	--	485.125
Totais	19.757.718	16.100.881	35.858.599	2.585.000	38.443.599

Fonte: Reginald Lloyd. **Impressões do Brasil no século XX**. Londres: Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltd., 1913.

Isso significa que parte considerável do mais importante negócio amazônico era controlada pelos interesses e projetos dessas Casas comerciais, sobretudo as importadoras em Nova York e Liverpool. Para Nelson Prado Alves Pinto esse modelo aprofundava a dominância do capital comercial e ampliava a vulnerabilidade de

de 10 mil contos de réis, as receitas paulistas acederam para 100 mil. Cf.: Relatórios da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (1900-1910).

⁴⁰⁶Essa hierarquia era semelhante na economia cafeeira paulista, em que entre as 10 maiores Casas Comerciais exportadoras, apenas uma era nacional. Entretanto, seguindo a leitura da Wilson Cano, foi possível criar um complexo exportador em São Paulo, que diversificava a economia, criando uma elite nacional com outros tantos negócios além das exportações. Para as empresas exportadoras, cf.: Boris Fausto (1985). Para a ideia de complexo cafeeiro, cf.: Wilson Cano. Op.Cit., 1977.

economia local: *criou-se, assim, uma economia onde os principais recursos se concentravam no comércio exportador e importador, bem como nos serviços de transporte e financiamento destas operações.*⁴⁰⁷ Logo, grande parte do excedente gerado pela economia foi quase na sua totalidade desviado para outras regiões, fossem elas internas ou externas ao mercado nacional, ou mesmo *empregado em consumo suntuário.*⁴⁰⁸ O pouco que sobrava para a economia local foi consumido em obras públicas de modernização, serviços urbanos e desvio de verbas, não criando outras formas de investimentos produtivos.⁴⁰⁹

Warren Dean ao reforçar o discurso estabelecido, calculou que os governos teriam gasto 241 mil contos de réis entre 1890 e 1912 no *embelezamento de suas capitais* e no *pagamento dos políticos locais.*⁴¹⁰ Wilson Cano, por sua vez, comparando o vigor do complexo paulista com a riqueza da economia da borracha amazônica, se surpreende como uma população que representava apenas 4% (quatro por cento) da população brasileira conseguia concentrar 10% (dez por cento) das importações do país em 1900. Eram produtos que garantiam o consumo da elite, como também de abastecimento básico da população: em 1913, a região importava 28% (vinte e oito por cento) do total de arroz importado pelo país, 35% (trinta e cinco por cento) do feijão e 35% (trinta e cinco por cento) do milho.⁴¹¹ Ou seja, a riqueza que era produzida pela atividade principal escorria para outras regiões.

Vale ressaltar que, essa fase de ostentação estava condenada ao seu fim: a competição com as produções asiáticas, especialmente do Ceilão e Malásia, tornou-se crítica na primeira década de 1920.⁴¹² O baque foi rápido: levou cerca de quinze anos para a produção de borracha de região Amazônica restringir sua participação no mercado mundial de 60% sessenta para 5% cinco por cento (Tabela 2).

⁴⁰⁷PINTO, Nelson Prado Alves. **Política da borracha no Brasil:** falência da borracha no Brasil. São: HICITEC/Conselho regional de Economia, 1984. p. 23.

⁴⁰⁸Idem, p. 41

⁴⁰⁹Idem, p. 44.

⁴¹⁰DEAN, Warren. **A Luta pela borracha no Brasil:** um estudo de história ecológica. São Paulo: Nobel, 1989. p.81.

⁴¹¹CANO, Wilson. **Raízes da Concentração industrial em São Paulo.** Rio de Janeiro: Difel, 1977. p.58.

⁴¹²Para a saída das sementes das seringueiras da região Amazônica e formação das plantações asiáticas, cf.: Warren Dean (1989, cap. 2).

Tabela 2. Participação brasileira na produção de borracha mundial, 1900-1922

Anos	Brasil	Total Mundial	% do Brasil no total mundial
1900	26.750	44.808	59,6
1905	35.000	57.001	61,4
1910	40.800	95.611	42,6
1915	37.220	173.442	27,0
1922	21.775	409.676	5,3

Fonte: Pinto, Nelson Prado A. Op. cit.1984, p.40.

A historiografia econômica encontrou a razão fundamental desta crise na competição asiática. W. Dean indicou o ano de 1911 como o marco da crise: era o fim dos investimentos estrangeiros na região.⁴¹³ O autor considerou que a burguesia local não tinha capacidade ou condições de sozinha retomar o crescimento de atividades:⁴¹⁴ existia na região uma *burguesia estúpida e incompetente e trabalhadores simetricamente comodistas e estáticos*.

O brasilianista não levou em conta, contudo, que parte da elite local investiu no cultivo da seringueira, cultivo logo abandonado devido à pressão do mercado internacional que visava o imediatismo dos lucros. Assim como, não compreendeu que o sistema de trabalho implantado nos seringais barrava o aumento da capacidade produtora e que as condições de trabalho na floresta eram as piores possíveis: calor, umidade, chuvas, insetos, doenças e animais, e que; especificamente na Amazônia a escravidão foi indígena, com número reduzido de escravos negros e não participaram da vida econômica e os nordestinos que posteriormente vieram para os seringais não eram assalariados e seu consumo era escasso.

W. Dean finaliza apresentando mais dois fatores para a crise na região: a ausência de agentes agrícolas do governo no exterior⁴¹⁵ e falta de apoio do governo federal com a crise econômica local

A espantosa indiferença do governo federal para com a sorte da economia amazônica parece quase suicida, considerando-se que a região, com apenas 1/25 da população do país, havia proporcionado

⁴¹³WARREN, D. Op. cit., p. 82.

⁴¹⁴Como Barbara Weinstein relata, a força de trabalho era considerada primitiva, ou no limite, como apresentada por um investidor do Denver, “uma força de trabalho de macacos treinados” (1993, p.190-209).

⁴¹⁵Warren Dean, ao escrever sobre a experiência da formação da indústria de São Paulo, deu certo destaque aos imigrantes (ou mesmo a burguesia ligada ao comércio importador) neste papel de transformação da economia. Cf.: Warren Dean (1971).

um sexto da renda nacional. No período de 1890 a 1912 o governo federal coletou nos Estados do Amazonas e do Pará 656 mil contos de réis a mais do que gastou.⁴¹⁶

10. O Plano de Defesa da Borracha e seus limites políticos: por que pagar a conta?

Em 1912, diante tamanha crise econômica e política que se colocava no horizonte da economia gumífera – os preços haviam caído de quinze mil réis para cinco mil réis e sete projetos engavetados⁴¹⁷ na Câmara dos Deputados em menos de cinco anos – finalmente o Congresso Nacional promulgou o Decreto nº 2.543 A de 5 de janeiro de 1912, que

Estabelece medidas destinadas a facilitar e desenvolver a cultura da seringueira, do caucho, da maniçoba e da mangabeira e a colheita e beneficiamento da borracha extraída dessas árvores e autoriza o Poder Executivo não só abrir os créditos precisos à execução de tais medidas, mas ainda a fazer as operações de crédito que para isso forem necessárias.⁴¹⁸

Na literatura, este Plano foi apresentado como um grande projeto de transformação da região, envolvendo investimentos em transporte, redução de impostos, imigração, educação, saúde entre outros setores, mas não se efetivaria.⁴¹⁹ Um Plano que se confundia com um *verdadeiro programa de desenvolvimento socioeconômico para toda a região amazônica*,⁴²⁰ um *plano pluri-setorial*⁴²¹ de metas tão ambiciosas.⁴²²

⁴¹⁶WARREN, D. Idem. p. 80.

⁴¹⁷Cf.: Respectivamente os Projetos: Passos de Miranda (1906), Menezes Doria (1906), Pedreira Franco (1907), Domingos Mascarenhas (1907), Jorge de Moraes (1908), Lyra castro (1910) e Justiano Serpa (1911). DOCUMENTOS PARLAMENTARES. **Política econômica. Defesa da Borracha: 1906-1914.** Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comercio, 1915, p. 6-120.

⁴¹⁸COLLEÇÃO DE LEIS, 1915. Op. cit., V.2. p.7.

⁴¹⁹Para as discussões em torno do Plano de Valorização da Borracha, cf.: Samuel Benchimol (1966, p.156-163); Maria Lígia Coelho Prado & Maria Helena Rolim Capelato (1975 p.302-5); e Antônio Loureiro (1985, p. 89-102).

⁴²⁰PINTO, Nelson. P. A. Op.cit., p.49.

⁴²¹SANTOS, Roberto. **História econômica...** Op. cit., p.247.

⁴²²WEINSTEIN, B. Op. cit., p. 257.

Liderando esse processo de necessária mudança das condições do extrativismo local, as Associações Comerciais do Amazonas e Pará se mobilizaram para tentar reverter o suposto atraso da economia regional.⁴²³ Sylvio Mário Ferreira⁴²⁴ atestou que finalmente Pará e Amazonas se entenderiam em torno de uma questão, apesar de episódios litigiosos em torno das rendas da borracha, uniram-se e defenderam a economia como um todo, mesmo que fosse por pouquíssimo tempo. Em suma, a mobilização dos representantes estaduais refletiria em resultados em 1912. Momento em que o Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Pedro de Toledo, promulgaria a criação da Superintendência da Defesa da Borracha, com a nomeação do engenheiro Raymundo Pereira da Silva para seu superintendente.⁴²⁵ Nascia então o Plano de Defesa da Borracha.

O Plano de Defesa da Borracha, como plano de desenvolvimento econômico para a região, envolvia investimentos em transporte, construção de vias férreas, saneamento do Valle amazônico, redução dos impostos de exportação e dos fretes, limpeza dos rios, melhoramentos da produção e comercialização e imigração. De imediato foram declarados isentos os impostos de importação para os utensílios destinados à cultura e beneficiamento e o governo se comprometia em: *entrar em acordo com os Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso, no sentido de obter a redução anual de 10% até o limite máximo de 50% do valor atual dos impostos de exportação cobrados pelos Estados sobre a borracha seringa [...]*.⁴²⁶ A grandeza do Plano de defesa da Borracha já parecia carregar consigo sua inviabilidade.

O artigo 2º instituíu prêmios para plantações novas de seringueiras, que fossem tratadas regularmente: 2:500\$ para cada 12 hectares de nova cultura de seringueira, e menores para as plantações de caucho, maniçoba e mangabeira. E prêmios semelhantes para replantios de 25 hectares e para auxiliar as novas plantações, ou o melhor tratamento das antigas, o governo da União se propunha no artigo 3º. a estabelecer uma estação experimental de cultura de seringueira, porém, curiosamente, não apenas nos

⁴²³Com a crise econômica em evidência a partir da década de 1910 é perceptível uma maior mobilização do setor local em busca de soluções para melhorar as condições de produção da borracha. Por exemplo, em 1913 a Associação Comercial do Amazonas publicaria o texto “Cultura e exploração da borracha no Valle do Amazonas”, uma cartilha para produtores narrando experiências asiáticas e estratégias para ampliar a produtividade local. Cf. Raymundo Monteiro de Castro. *Cultura e exploração da borracha no Valle do Amazonas*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1913.

⁴²⁴FERREIRA, Sylvio Mário Puga. **Federalismo, economia exportadora e representação política: o Amazonas na república velha (1889-1914)**. Manaus: EDUA, 2007.

⁴²⁵Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Ministro Pedro de Toledo, ano de 1911-2, Vol.1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

⁴²⁶Decreto nº 2.543, Artigo 12, p.11.

estados tipicamente produtores, como Amazonas e Pará e território do Acre, como também no Mato Grosso, Maranhão, Piauí e Bahia.⁴²⁷

Para auxiliar a formação da mão de obra, seguindo os exemplos dos Estados do Sudeste, o governo, segundo o Art. 5º, criaria três hospedarias para imigrantes, em Manaus, Belém e território do Acre, além de hospitais e colônias agrícolas sob responsabilidade da União. Para facilitar a comunicação da região, o governo daria continuidade à expansão ferroviária, como, por exemplo, fazendo a ligação de Belém com Minas Gerais e mais melhorias na navegação, com isenção de impostos na importação de embarcações.

O transporte regional, considerado precário era formado por uma ferrovia, a Estrada de Ferro Bragança construída entre 1883-1908 ligando Belém a região bragantina, enquanto a Madeira-Mamoré iniciada em 1907-1912 como parte dos acordos de anexação do território do Acre foi abandonada e se transformou na ferrovia fantasma.⁴²⁸ Ademais, na rede fluvial existiam as empresas de navegação como Lloyd Brasileiro, que apesar dos estímulos, mantinham fretes cada vez mais proibitivos.

É interessante observar como um programa de tamanha monta teria sido aprovado *por unanimidade desta legislação no Congresso Nacional*.⁴²⁹ A hipótese de Nelson Prado Pinto era de que este Plano fazia parte de uma estratégia de Hermes da Fonseca para obter apoio da região Norte num momento delicado e de alta impopularidade. Em seu governo o presidente enfrentou a Revolta da Chibata, o conflito do Contestado, manifestações operárias, realizando intervenções nos Estados - política das 'salvações nacionais'-⁴³⁰ para "pôr um fim aos grupos oligárquicos". Seu governo enfrentou forte oposição e o estado de sitio foi frequente.

Vale lembrar que em poucos meses após sua aprovação o projeto seria barrado no mesmo Congresso onde fora aprovado com facilidade. O senador paulista Francisco Glicério, por exemplo, questionava os custos elevados que essas medidas ocasionariam aos cofres públicos, alegando *esse conjunto formidável de medidas acarretaria, animando-me a avalia-lo em 300 mil contos de réis, no mínimo. [...] não será possível ao governo executar esse conjunto de providencias, somente aquelas que não*

⁴²⁷Decreto nº 2.543, p.8.

⁴²⁸Sobre a Madeira-Mamoré ver excelente trabalho de Francisco Foot HARDMAN. **Trem fantasma: A modernidade na selva**. São Paulo: Cia. das letras, 1988.

⁴²⁹PINTO, Nelson. P. A. Op. cit., p. 49. O autor salienta que a crítica de Francisco Glicério que também votou a favor do Plano não passava de "oportunismo político do poderoso senador paulista".

⁴³⁰CARONE, Edgard. **A Primeira República (1889-1930)**. Texto e contexto. São Paulo: Difel, 1969. p.55.

*acarretassem grandes despesas?*⁴³¹ Todavia, o senador não foi o responsável pelo insucesso do Plano.

O Congresso Nacional recusou-se a votar em sessões seguintes os créditos que permitiriam a efetivação do Plano. No entender de Pinto, que reforçou a versão de outros estudos existentes,⁴³² a articulação entre uma elite tradicional comprometida com a manutenção da estrutura social e o desinteresse da União, que se preocupava basicamente com a economia cafeeira, legou a economia da borracha ao abandono.

O lançamento do Plano de Defesa da Borracha de maneira muito diferente do sucesso dos Planos de Valorização do Café de 1906 que uniu os esforços de três Estados produtores: especialmente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e obteve resultados positivos, seguido pela lei de 28 de agosto de 1917 em auxílio da lavoura do café e o Instituto de Defesa do Café criado em São Paulo com efeito da lei de 19 de dezembro de 1924 estabelecendo um fundo para assegurar e manter a defesa do café;⁴³³ foram ações engendradas pelos fazendeiros e governos estaduais auxiliados pelo governo federal.

Em relação ao único Plano de valorização da Borracha os esforços do governo federal e estadual caducaram sem a efetivação de boa parte das intenções defendidas no projeto de lei. A crise da borracha brasileira no início do século XX não era novidade para qualquer personagem da época. A experiência paulista, pragmática na compra dos estoques excedentes de café, tinha demonstrado grande viabilidade na manutenção dos preços e da sustentação do café brasileiro no mercado mundial.

Entretanto, o cenário agora com a borracha era outro. Não somente o Brasil vinha perdendo de maneira muito profunda a predominância produtiva no mercado mundial do látex – o que reduzia a capacidade de realizar uma política nos termos da Defesa do Café, pois a região não detinha o controle da oferta do produto – como também os grupos internos não pareciam estar muito coesos na construção de uma política no porte da apresentada pelo Decreto de 1912.

Neste sentido, para compreender o nulo andamento das questões na realização do Plano da Borracha, precisamos avaliar os debates contemporâneos em torno de sua

⁴³¹Discurso proferido na sessão de 8 de julho de 1912. DOCUMENTOS PARLAMENTARES. Política Econômica. Defesa da Borracha: 1906-1914. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comercio, 1915, p. 141.

⁴³²Ver LOUREIRO, A. J. S. A Grande crise... SANTOS, Roberto e WEINSTEIN, B. Obras citadas.

⁴³³Conforme BASBAUM, L. História Sincera da República (1889-1930). CARONE, E. A Primeira República (1889-1930) Texto e Contexto. FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. PRADO JR., C. História Econômica do Brasil. Obras citadas.

aprovação e implementação.⁴³⁴ Destacando que a não execução do projeto não foi obra individual do deputado Francisco Glicério, como alegava o Deputado Federal do Amazonas Luciano Pereira da Silva (1913), ou de uma virada de mesa do Presidente Hermes da Fonseca que não mais precisaria do apoio dos Estados do Norte.⁴³⁵ A problemática que devemos desmembrar é justamente como foi colocado o projeto em pauta e como ele foi encaminhado ao longo da década de 1910 quando a crise da borracha chegaria num ponto decisivo. Afinal, quais seriam os custos do Plano de Defesa e como seria repartido esse ônus?

Para tanto, é preciso recordar que o Plano de Valorização do Café muito criticado e rememorado pelos políticos amazonenses contemporâneos, tratou *de duas questões interdependentes, mas distintas: a valorização do café e a estabilização da taxa cambial*⁴³⁶. Em outras palavras, tratava-se de diálogo intenso entre os governos estaduais produtores de café com relação aos estoques da mercadoria com o governo federal, envolvendo a política econômica nacional. E, por isso mesmo, apesar da aparente facilidade em que o projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados (106 votos a favor contra 15) e no Senado (31 contra 6),⁴³⁷ o Plano de Valorização do café ao colocar em risco a estabilidade econômica conquistada pelas reformas de Campos Sales e Joaquim Murinho de 1898, seria assunto de grandes embates entre 1905 e 1906.

Thomas Holloway acentuou, apesar de uma presença maciça de representantes paulistas no executivo federal, autorizando a execução do plano, o governo da União não assumiria os custos pela compra dos estoques⁴³⁸ e ainda, pretendia-se deixar o mil-réis seguir o curso previsto de valorização. No final das contas, a solução foi colocada em prática somente com Afonso Pena na presidência e com o desmembramento do plano: São Paulo assumiria os empréstimos com o capital internacional para a compra

⁴³⁴**DOCUMENTOS PARLAMENTARES.** Política Econômica. Defesa da Borracha: 1906-1914. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comercio, 1915.

⁴³⁵Cf. WEINSTEIN, B. Op. cit., pp. 259-261. SANTOS, Roberto. Op.cit., p. 255. *A simpatia federativa de 1912 se converteu numa espécie de animosidade. (...) O novo ministro da agricultura mostrou inexplicável irritação a propósito de programas de agricultura e colonização na Amazônia* e LOUREIRO, A. **A grande crise.** p. 69 salienta a, *omissão do governo Federal, na tomada de providências, para conter a especulação e, depois, a derrocada dos preços, deixando a região ao desamparo.*

⁴³⁶DELFIN NETTO, Antonio. **O Problema do café.** São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2009. p. 62.

⁴³⁷PERISSINOTTO, Renato. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1994. pp. 235-236.

⁴³⁸HOLLOWAY, Thomas. **Vida e morte do Convênio de Taubaté:** a primeira valorização do café. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 60.

dos estoques, enquanto o governo federal formaria a Caixa de Conversão para inserir o país no padrão-ouro.⁴³⁹

No ano da promulgação do Plano de Defesa da Borracha em 1912, o deputado amazonense Luciano Pereira sugeria que a *carestia de vida no Valle do Amazonas* era uma das principais razões da crise e, as causas dela seriam os altos impostos de importação e exportação, em especial as taxas cobradas sobre os *gêneros de primeira necessidade*, somados a

[...] irregularidade, dificuldade e sobretudo carestia extrema dos transportes. A essas causas principais vem se juntar outras subsidiárias; umas devidas a condições especiais do meio e outras decorrentes das duas principais – tais a insalubridade de certas zonas, a falta de capitães, o atraso dos seringueiros que não sabem tirar proveito dos preciosos recursos que estão ao seu alcance, etc., etc.⁴⁴⁰

E no ano seguinte outro parlamentar Pereira Teixeira⁴⁴¹ assinalava os motores da crise na região Norte como a ausência de circulação de moedas, a especulação no mercado financeiro e a alta dos preços dos produtos de consumo. Em decorrência de tais questões, propunha o combate à concorrência pela imitação da atividade asiática, ou seja, redução dos custos da produção e de cultivo, além da criação de um Banco exclusivo para as operações do comércio do látex.

Após as tentativas fracassadas para resolução da crise, em 1913, o deputado federal José Bonifácio⁴⁴² entrou com um requerimento para que fosse nomeada uma nova Comissão para estudar *a verdadeira situação da indústria nacional da borracha* e aconselhar o que seria *conveniente para salvaguarda dos interesses gerais do país*.⁴⁴³ Evidenciava-se que o Plano de Defesa, apesar de sua magnitude, pouco avançava.

Em dezembro daquele ano foi criada a Comissão Especial Mista da Defesa da Borracha, tempos depois da promulgação do inócuo Decreto de Defesa da Borracha. Composta agora pelos senadores Francisco Glycerio, Feliciano Penna, Francisco Sá e deputados Eloy de Souza, Antonio Carlos e Homero Baptista, com o objetivo de

⁴³⁹Idem, pp.63-65.

⁴⁴⁰SILVA, Luciano P. **Defesa Econômica da Borracha**. Rio de Janeiro: Typ. Do jornal do comércio, 1913. p. 300.

⁴⁴¹Discurso proferido na Sessão de 27 de setembro de 1913. DISCURSOS PARLAMENTARES. Op. cit., pp. 298-303.

⁴⁴²Requerimento submetido a voto na Câmara dos Deputados na Sessão de 26 de agosto de 1913. DISCURSOS PARLAMENTARES. Op. cit., pp. 380-390.

⁴⁴³Documentos Parlamentares... Idem, p. 390.

elaborar um parecer final sobre a crise da economia de exportação da borracha e sugerir medidas eficazes para o problema. Em relatório a comissão apontou como geradores da crise: *incapacidade administrativa [...] de havermos permitido a concorrência do produto similar estrangeiro.*⁴⁴⁴

Ademais, arrolaram todas as mazelas do regime de trabalho: as doenças nos seringais, o regime de servidão no trabalho e a resistência dos seringueiros ao sistema de crédito *lesivo*, pois o seringueiro não saldava suas dívidas devido aos elevados preços dos gêneros de abastecimento. E, reiteraram as longas distâncias das áreas de produção, as dificuldades na forma de comercializá-la, os altos fretes, a obstrução dos rios e a ausência de vias férreas. A Comissão, em parte, se eximia das culpas, considerando que o desinteresse dos dois Estados nortistas, que *nada fizeram pela indústria*, teria gerado tal situação de abandono.⁴⁴⁵

Mediante o exposto, o relatório propunha *os meios* para pôr fim à *crise*, por meio do saneamento da região, a redução dos impostos de exportação, assim como a necessidade de combater os altos valores dos fretes, por meio da construção de vias férreas. Estas seriam as medidas inadiáveis e prementes. É interessante notar que apesar do Relatório apontar as péssimas condições de vida dos extratores – o que incluía alimentação insalubre, ausência de assistência sanitária, regime de servidão, sistema de crédito desonesto, sofrimento moral e outros –, não inseriu as melhorias de condições de trabalho como uma das soluções para *solver a crise*, mesmo assinalando que este elemento era um dos fatores *permanentes de desvalorização do produto.*⁴⁴⁶

Ressalta-se como esta versão do Relatório, que certamente tocava em pontos cruciais da crise daquele momento, passou a ser absorvida com variantes pelas interpretações posteriores:⁴⁴⁷ a questão da precária infraestrutura, das relações de trabalho *pré-capitalistas* e a própria concorrência internacional.

Talvez porque a postura dominante dos governos republicanos, e não somente das elites políticas local e nacional, não visava romper com tal regime de trabalho que se justificava pela depreciação dos seringueiros como uma corja de ignorantes, preguiçosos e desonestos, atrasados, os verdadeiros empecilhos para racionalização da produção da borracha, seguidos pelos seringalistas.

⁴⁴⁴Idem, p. 391.

⁴⁴⁵Idem, pp. 396-420.

⁴⁴⁶Idem, p. 406.

⁴⁴⁷Ver WEINSTEIN, B. Op. Cit. 1994; CANO, W. Op.cit., 1977; CARDOSO & MULLER, Op. cit., 1977; CARONE, E. Op.cit., 1975 e DEAN, W. Op. cit., 1989.

Nota-se que o relator Eloy de Souza, em 1913, sinalizou ao longo de sua exposição às barreiras para efetivação do Plano. Talvez de maneira bastante realista, percebia uma economia regional num estado de crise estrutural e um custo nacional para efetivação do plano e recuperação da atividade que fugia em muito da capacidade do governo Federal. Argumentava Eloy de Souza, em primeiro lugar, a dificuldade para se encontrar um *justo equilíbrio* com a concorrência internacional. Em segundo lugar, admitindo a impossibilidade de *aconselhar o Congresso a incidir no erro de pretender dar solução a um plano de tamanho vulto [...]*,⁴⁴⁸ considerava criminoso o uso do erário público para fins contraproducentes. E, por fim, salientava que as despesas para execução do Plano de Valorização da Borracha redundariam em *250 000 mil contos*, sabia que tal montante levaria ao recuo até seus defensores.

Por último, em Parecer ao orçamento da receita geral da República para o exercício de 1915, Carlos Peixoto mencionava o *notável* relatório da Comissão Mista para por fim a crise, porém reconhecia que, *o Brasil não pode dispor em 1915 de verba alguma para impedir a morte da indústria seringueira, a ruína definitivamente dos estados produtores e a completa e consequente desorganização do nosso comércio internacional*.⁴⁴⁹

É preciso lembrar que, agora em 1915, com o cenário da Grande Guerra e a crise internacional e fechamento da Caixa de Conversão brasileira, as condições financeiras do governo estavam deterioradas. O debate parlamentar foi exaustivo, as petições várias, o governo da União diligente ao menos nos Decretos, porém, este parecer antecipava o fim do Plano de valorização da borracha.

Muito mais ambicioso do que o Plano de Valorização do Café, o plano voltado para a recuperação da economia do látex articulava uma diversidade de ações inviáveis, entre infraestrutura, questões sociais como saúde e formação profissional, assim como, o desnecessário povoamento da região, ações de responsabilidade do Governo estadual. Contudo, diferente do acordo estabelecido no Convênio de Taubaté, pouco se pensou sobre o que fazer para sustentação do preço da borracha.

Vislumbra-se no Relatório do Inspetor do Tesouro em Comissão⁴⁵⁰ enviado a governador Antonio Bittencourt o destaque para escassez de numerário como motor da

⁴⁴⁸SOUZA, Eloy. Documentos parlamentares... Op. Cit., p. 418.

⁴⁴⁹PEIXOTO, Carlos. Documentos parlamentares... Op.cit., p 558.

⁴⁵⁰**Relatório apresentado ao exm. sr. cel. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt governador do Amazonas por Cyrillo Leopoldo da Silva Neves Inspetor do Tesouro em Comissão.** Ano de 1910. Manaus. Secção de obras da imprensa Oficial, 1911.

baixa de 1907-8 e uma sugestão para mudança no sistema tributário para valorização dos preços látex no mercado. Paralelamente, entretanto, criticava-se a abundante construção de prédios em Manaus e a desatenção com o extrativismo do látex e a geração de *novos mananciais de receita*.⁴⁵¹ E somente quando a crise se generalizou que a Lei n°. 656 de 3 de Dezembro de 1910 que *autoriza o Governo a tomar as providencias para evitar a desvalorização da borracha*,⁴⁵² foi decretada.

O Plano previsto no regulamento n° 9.521 continha sete títulos e cento e catorze artigos e sua execução seria dirigida e fiscalizada pela Superintendência da Defesa da Borracha. Para os contemporâneos como o deputado amazonense Luciano Pereira da Silva,⁴⁵³ não menos que irmão do superintendente Raymundo Pereira da Silva, o Plano apesar de ter tido curta duração de *um ano e cinco meses e dezoito dias*, funcionando somente como uma repartição pública sem atividades efetivas – devido o corte do orçamento pelos congressistas –, trouxe *grandes serviços ao nosso país*; e nas palavras de Luciano Pereira, organizou repartições, diminuiu o imposto de exportação, criou uma lei de terras para o território do Acre, regulamentou a marinha mercante de cabotagem, elaborou estudos sobre o rio Branco e as hospedarias de imigrantes de Manaus e Belém; criou as estações experimentais, salientando que a de Manaus até aquele momento, 1914, ainda funcionava. Contudo, para Roberto Santos com um olhar mais distante e acurado *o Plano fracassou em todos os setores*.⁴⁵⁴

Não se sabe se por interesses escusos ou incapacidade argumentativa, o parlamentar considerava que tal lista acima representava *grandes serviços*, porque na prática o resultado do Plano foi uma demonstração de impossibilidades em executá-lo, e não se tratava de ser este ou aquele estado ou *que a União mais uma vez faltara aos seus compromissos constitucionais para com os Estados do Norte*.⁴⁵⁵ Tratava-se de uma crise mais vasta e nacional, era de vital importância à valorização econômica da borracha? Sem dúvida. Os discursos parlamentares, os projetos, os Relatórios e o próprio regulamento que instituiu a Superintendência da Defesa da Borracha, não contestavam. O freio estava nas despesas para sua execução que se tornaram incompatíveis com os recursos financeiros e projetos políticos do país.

⁴⁵¹ GUAPINDAYA, Fernando. **O Amazonas**. Os Escândalos da Administração do Sr. José Ramalho Junior. Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 1900. p. 11.

⁴⁵² **Leis, Decretos e Regulamentos**. Tomo XI (Janeiro a Dezembro de 1910). Manaus. Secção de obras da Imprensa Oficial, 1911. P. 59

⁴⁵³ SILVA, L. P. Op. cit., pp. 581-594.

⁴⁵⁴ SANTOS, Roberto. Op.cit., p.251.

⁴⁵⁵ Idem, p. 258.

Pedrosa, em 1915, denunciava que com a Primeira Guerra o Amazonas perdeu as transações comerciais com as fábricas da Alemanha, Áustria, Bélgica e Rússia, enquanto os ingleses e norte-americanos, por meio da especulação no mercado financeiro, mantiveram a desvalorização dos preços da borracha brasileira.⁴⁵⁶

Em 13 de dezembro de 1915 o Estado do Amazonas assinou um contrato de empréstimo 5% (cinco por cento) ouro em formato de *funding*, publicado no Diário Oficial n. 6559 de 18 de junho de 1916⁴⁵⁷ com a cooperação dos banqueiros Mayer Frères & companhia no valor de 20 milhões e quinhentos mil francos para amenizar as mensalidades do empréstimo realizado em 1906 por Constantino Nery com a Société Marseillaise. Parecia senso comum entre os administradores amazonenses adotarem medidas para sanar problemas financeiros gerando mais dívidas.

O declínio do comércio de exportação do látex não impediu que os nordestinos,⁴⁵⁸ fugidos de mais uma seca, migrassem para o Amazonas. As sociedades *Renascença do Ceará*, *Centro Paraibano Amparador* e *União Acadêmica* em Manaus criaram um comitê para receber e encaminhar os migrantes recém-chegados. Os governos local e federal auxiliaram com dez e cinquenta mil contos de reis, respectivamente. Dentre os anos de 1915 e 1916 chegaram 5.443 homens, 3.206 mulheres⁴⁵⁹ e 2.049 crianças,⁴⁶⁰ muitos transportados para os seringais dos rios Purus, Madeira e Juruá e Solimões e seus afluentes, marcados pelas mortes causados pelo impaludismo. Outros foram trabalhar na agricultura na região dos lagos de Janauacá, Mamory, Manaquiri, Manacapuru, Peruíny, Badajós e Coary. A agricultura voltou às páginas das mensagens governamentais e dos noticiários locais, como se fosse possível

⁴⁵⁶PEDROSA, Jonathas de Freitas. **Mensagem...** 1915. Op. cit., p. 72.

⁴⁵⁷PEDROSA, J. de F. **Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa na abertura da Primeira sessão ordinária da nona legislatura em 10 de julho de 1916.** Manaus: Imprensa oficial, 1916. p. 122.

⁴⁵⁸BARROSO, Benjamin Liberato. **Mensagem dirigida a Assembleia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1916 pelo presidente do Estado.** Fortaleza: Typ. Modern Carneiro & c., 1916. P. 6. O Governador do Ceará relata terem saído pelo Porto de Fortaleza 50.783, auxiliados pela União 39.313, por conta própria 11.470, pelo Camocim 6.683 distribuídos em 4.635 por conta da União e 2.048 auxiliados pelo governo estadual e conta própria incluindo nestes números as crianças; estimava-se que pela fronteira do Estado do Piauí saíram 12 mil, totalizando 70.000 mil emigrantes. O governador lamentou a morte e a emigração dos flagelados e salientou que não existia interesse por parte do governo federal em eliminar o problema das secas no Nordeste.

⁴⁵⁹**A Pimenta**, Manaus 31/10/1915 n. 17. Ano 2. Segundo esta Folha antes de migrarem para a zona rural foram colocados em um galpão para aguardar a partida e nesse meio tempo as mulheres sofriam violências físicas, sexuais e morais.

reverter à crise econômica e financeira centrada no extrativismo, com agricultura de subsistência.

O próximo capítulo analisa situação política e social que impulsionou a ação de um grupo de militares em Manaus.

⁴⁶⁰ PEDROSA, J. de Freitas. **Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa na abertura da Primeira sessão ordinária da nona legislatura em 10 de julho de 1916...** Idem, pp. 193-196.

CAPÍTULO III – O tenentismo em Manaus – a “moralização interrompida”?

Neste capítulo analisam-se os antecedentes da ação militar ocorrida em 1924 em Manaus, questionando até que ponto foi uma reação nacional em cadeia e como a insatisfação de trabalhadores rurais, urbanos e de diversos setores da sociedade revelaram a instabilidade política e os interesses inconciliáveis das oligarquias amazonenses.

Na historiografia amazonense, um estudo⁴⁶¹ voltou-se ao tema e considerou o levante militar em Manaus como parte do movimento nacional dos tenentes em oposição ao presidente Arthur Bernardes e com núcleo irradiador em São Paulo. Para a autora, a ação *programada* dos militares se deu a partir das articulações dos transferidos para Manaus que lideraram a rebelião: os tenentes da Armada, os cariocas, José Lemos da Cunha e José Backer Azamor, os tenentes do exército, o paraense, Joaquim Magalhães Cardoso Barata, o carioca Alfredo Augusto Ribeiro Júnior e o capitão-comandante do 27º Batalhão, o gaúcho José Carlos Dubois.

Para Eloína dos Santos, o conflito de 23 de julho de 1924 em Manaus associava-se ao *tenentismo* e tinha vínculos diretos com o movimento de São Paulo. Baseando-se em Mensagens de governadores, discursos de civis e dos militares rebelados, Relatórios dos militares do Exército, da Marinha, Boletins e correspondências das forças do Destacamento do Norte e Jornais, a autora identificou o apoio e ação da *massa popular* em consonância com os militares.

Nesse sentido, o movimento de 1924 em Manaus, impulsionado pela *necessidade de uma reformulação das bases políticas, pretendia promover a moralização política, que se tornou prioridade no momento em que, a Primeira República se deteriorava e os militares lideravam a insatisfação dos civis e populares em relação à corrupção. Porém, os militares que combateram as oligarquias*

⁴⁶¹SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. 3ª. edição. Manaus: Ed. Valer, 2001.

apresentaram um discurso *reformista* e até *populista*, mas em pouco tempo se envolveram com outros grupos oligárquicos.

1. Sociabilidades em tempos de desesperança

A população de Manaus desde início do regime republicano viveu sob tensão e confrontos armados. Naquela tarde de primeiro de janeiro de 1917, enquanto acontecia no Palácio do governo a cerimônia de posse do governador Pedro de Alcântara Bacellar, tiros cortaram o ar e bombas de dinamite estouraram por toda parte no centro da cidade; tudo começou com *sinhal de três foguetes* lançados da Avenida Joaquim Nabuco por um grupo da Força Estadual, fazendo os populares vivenciarem mais um dia de sobressaltos.

O governador agiu rapidamente e acionou o chefe de polícia para reprimir os insurgentes do seu Batalhão; em seguida despachou telegramas para o presidente Wenceslau Braz, ao Senado, à Câmara, ao Supremo Tribunal, aos Ministros e Secretários de Estado, ao Legislativo do Amazonas, aos governadores estaduais e demais representantes da política nacional.

Bacellar, juntamente com as autoridades presentes, se encaminhou para o Quartel do Exército e no fim do dia retornou ao Palácio do Governo, apesar do tiroteio incessante. O presidente da República telegrafou informando que, o Ministro da Guerra tomaria providências. Por fim, o chefe da polícia e o exército reprimiram as ações dos policiais revoltosos.⁴⁶²

Durante a Primeira Guerra houve transformações em todos os setores da sociedade e várias manifestações de caráter reivindicatório se espalharam pelo país. O torpedeamento do navio mercante Paraná por submarino Alemão empurrou o Brasil a romper as relações diplomáticas e comerciais com o país. O bloqueio realizado *pelos governos alemão e Austro-Húngaro no litoral da Inglaterra e suas ilhas, França e*

⁴⁶²BACELLAR, Pedro de Alcântara. **Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa na abertura da Segunda Sessão Ordinária da Nona Legislatura a 10 de julho de 1917.** Manaus: seção de obras da Imprensa oficial, 1917. pp. 13-14.

*parte Oriental do Mediterrâneo*⁴⁶³ afetou significativamente as exportações brasileiras, especialmente a da borracha e do café.

As verbas orçamentárias a cada ano mais reduzidas não impediram o governador Alcântara Bacellar de iniciar a execução de reformas em prédios do Tesouro, Imprensa Pública, Assembleia Legislativa, Teatro Amazonas, Repartição do Serviço Sanitário, quartéis da Cavalaria e Força Policial e várias Escolas. O governador também informava ao Legislativo que, os últimos dados sobre o ensino mostravam Brasil à frente somente de *São Salvador, São Domingos, Bolívia, Guatemala e Venezuela*⁴⁶⁴ e desde 1907 o Amazonas figurava como o antepenúltimo em qualidade de ensino a frente da Paraíba e Goiás e, mantinha somente duzentos e quinze escolas em funcionamento.

Segundo Bacellar os dados atuais eram desalentadores e mesmo assim as escolas passaram a cento e quarenta, ou seja, setenta e cinco escolas foram desativadas na zona rural e urbana. Apesar disso, para cortar gastos e deslocamentos para zona rural propunha a escolha de moradores por inspetores locais que, mesmo ocupando outras funções remuneradas dedicassem *duas ou três horas dia* ensinando *as primeiras letras aos ignorantes* por um salário de *cem mil réis*. Desse modo, pretendia diminuir a *ignorância* no Estado⁴⁶⁵ e incentivar os *proprietários* a fundarem escolas em suas terras sob sua fiscalização e liberação da verba de *cinco contos de réis* para compra do *material* e de *manutenção* que as escolas necessitassem.

É interessante notar que as escolas necessitavam de reformas era de outra monta, pois as condições das escolas em Manaus não eram diferentes das da zona rural. Nos Anais da Assembleia não existem projetos de lei voltados para o ensino. Os debates parlamentares pairavam em temas diferentes, mas giravam em torno do mesmo propósito, reabilitação das finanças públicas. Durante a gestão de Bacellar e antecessores, nem a efetiva carência do ensino público e nem a miséria que grassavam no Estado mereceram projetos sociais.

Em agosto de 1915, o senador por São Paulo Cincinato Braga, em Relatório para o Projeto de Lei para emissão de papel moeda, enfatizou a importância dos produtos de

⁴⁶³BACELLAR, P. de A. **Mensagem...**1917. Idem. p. 76 conforme telegrama do Ministro da Justiça Carlos Maximiliano.

⁴⁶⁴Idem, p. 132.

⁴⁶⁵Idem. pp. 134-135.

exportação brasileiros: *café* e *borracha* como os que mais geraram *recursos ouro fornecidos ao país* e reclamavam *auxílios, enquanto dura a Guerra Européia*.⁴⁶⁶ O retraimento do mercado impossibilitou a Alemanha, Áustria e Rússia de comprar as próximas safras e para o governo brasileiro seria uma temeridade comprá-las. Quanto à região Norte, desconhecia as *garantias* que os governos dos Estados do Amazonas e Pará poderiam oferecer em troca dos *recursos fornecidos pela União*. E prosseguiu:

Não desconhece a Comissão a máxima delicadeza de uma direta intervenção comercial no mercado da borracha. Os povos do Oriente produzem muito maior quantidade dessa mercadoria do que nós, que perdemos o privilégio de sua produção. Compreende-se assim que não está em nossas mãos governar o preço desse produto, mediante a intervenção dos poderes públicos, como compradores e retenedores (sic) do artigo: a alta, desse ato resultante, iria beneficiar mais aos nossos competidores do que a nós. Mas, daí a supor-se que nada há a fazer junto aos produtores brasileiros em benefício, pelo menos, de nossa manutenção nos mercados do mundo, vai um abismo.[...] À vista dessas considerações e desses dados, parece que os auxílios governamentais à borracha não podem ser senão indiretos. Entre estes deverá figurar em maior escala e com maior urgência o fornecimento, por intermédio bancário, de numerário suficiente para que não seja sacrificada de momento a venda do produto.⁴⁶⁷

Efetivamente, o Amazonas não poderia oferecer nenhuma garantia ao governo da União, haja vista que os empréstimos externos - realizados no governo de Constantino Nery, em 1906, e Jonathas Pedrosa, em 1915, - não foram liquidados e a receita sequer cobria as despesas estaduais.

Mesmo assim, dois anos depois, a 20 novembro de 1917, a crise financeira compeliu as Associações Comerciais do Amazonas e do Pará a unirem seus esforços e se dirigirem ao Presidente solicitando auxílio pecuniário, amparando-se na Lei de defesa Nacional n. 3.315 de agosto de 1917 que protegia e fomentava a produção nacional, *pelo modo mais conveniente, com garantias e fiscalização necessárias*.⁴⁶⁸

⁴⁶⁶BRASIL, LEIS, DECRETOS. **Documentos Parlamentares. Política econômica.** Valorização do café. (1895-1915). Rio de Janeiro: Typ. Do jornal do Comércio, 1915. V. 2. pp. 429-436.

⁴⁶⁷BRASIL, LEIS, DECRETOS...idem. pp. 430-431.

⁴⁶⁸BACELLAR. P. de A. **Mensagem...** 1918. p. 34.

A reiterada recorrência da região Norte ao governo federal recaía no mesmo assunto, baixa dos preços do quilo da borracha no mercado. Muito embora, as estimativas da produção para 1918 evidenciassem a invalidade destes apelos, porque enquanto a Amazônia produziria oitenta e sete mil toneladas da goma elástica silvestre, as plantações do Oriente produziriam duzentos e cinquenta mil toneladas da goma cultivada.⁴⁶⁹

Em agosto de 1918 o deputado capitão Paulo Emilio, representando a Comissão de Fazenda, elencou os motivos apontados por vários congressistas e administradores para estagnação da situação econômica e financeira do Amazonas: as amputações territoriais tanto do Acre como do Mato Grosso, o contrabando oficializado pela lei de cabotagem, o trânsito direto entre os portos de Belém e as fronteiras do Amazonas e os empréstimos externos. O primeiro reduziu a arrecadação amazonense em doze mil contos de réis e juntamente com os demais emperrou o orçamento e elevou o *passivo do Estado com a escrituração de créditos*. Baseando-se nestes problemas o Poder Legislativo criou a *Lei n. 585 de 13 de agosto de 1909 que estabelecia a emissão de apólices para consolidação da dívida flutuante do Estado*.⁴⁷⁰

Apesar da Lei as dívidas permaneceram, porém o resgate estancou, assim como o pagamento dos juros. Mediante a situação anômala das apólices da dívida interna, a Comissão da Fazenda, após vários estudos, propôs outro projeto que se vendessem as apólices na Bolsa de valores de Manaus.

Em defesa dessa proposta Paulo Emílio idealizava que a procura pelos títulos valorizaria os créditos, aumentaria a receita por conta da *cessão dos juros vencidos* e por último reduziria os impostos de exportação, garantindo a fiscalização da produção por parte de quem comprasse as apólices, aspectos que beneficiariam o Amazonas. Talvez o deputado tenha esquecido que, grande parte dos contrabandistas pertencia às Casas Exportadoras e/ou Aviadoras ou eram Seringalistas e membros da elite política, que negociavam o silêncio e cruzavam os braços em total descaso com a sociedade amazonense.

Ademais, o referido projeto suscitou duas perguntas: por que os negociantes da borracha comprariam essas apólices? Quando o contrabando era mais vantajoso financeiramente para os envolvidos nessa teia de desonestidades; para quem interessava

⁴⁶⁹BACELLAR, P. de A. *Mensagem...* 1918. p. 55.

⁴⁷⁰*Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas – terceira sessão ordinária da nona legislatura, julho a outubro de 1918*. Manaus: Seção de obras da Imprensa Pública, 1918. pp. 168-169.

amenizar a crise econômica que, o Amazonas atravessava quando para grande parte da elite comercial e política seria lucrativo mantê-la? A Imprensa local criticou o projeto por considerá-lo lucrativo somente para os *portadores de títulos*, os congressistas discordaram. Vale advertir que, efetivamente, o Estado seria a parte que menos lucraria.

Comparando as mensagens de governadores com os jornais e Anais da Assembleia - apesar das possíveis e prováveis falhas de interpretação – percebe-se que as medidas adotadas por administradores no Amazonas foram um rosário de desacertos e omissões quando se tratava de concretizar políticas para defesa da borracha. O Legislativo elaborava, repetidamente, projetos mirabolantes e ineficientes, e os representantes punham interesses pessoais na frente do desenvolvimento do Estado; um exemplo desse descaso é a trajetória do senador Silvério Nery, reeleito por várias legislaturas, não apresentou nenhum projeto de Lei para valorização do produto e ainda votou favorável ao Convênio de Taubaté⁴⁷¹ sem nenhuma menção a importância da valorização da borracha.

Em março de 1918 foi eleito o presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves, mas faleceu antes de ser empossado, assumindo o governo o vice Delfim da Costa Ribeiro Moreira que, de imediato, enfrentou uma greve geral na capital federal, outra de operários em São Paulo e de estivadores no Amazonas. A crise do capitalismo internacional endossava o clima político tenso no Brasil.

A gripe espanhola desembarcou oficialmente nos últimos meses de 1918 em Manaus e enlutou a cidade, *escolas foram fechadas, os jogos e as diversões suspensas, bem como todas as aglomerações proibidas*.⁴⁷² O desemprego, o encarecimento dos produtos alimentícios e a escassez de alimentos tornaram-se comuns no Amazonas; até aquele momento a população da capital buscou sobreviver apesar dos atropelos, os servidores públicos e os comerciários estavam com os salários atrasados e as lutas internas entre agentes políticos mantinham de costas para população; a gripe veio dilatar o descontentamento latente da população.

Em 22 de outubro de 1918 o governador Alcântara Bacellar conversou com médicos para decidir as formas de combate à gripe que migrou da África para

⁴⁷¹Idem, V. 1. pp. 411-416. O Convênio de Taubaté emergiu de longo e exaustivo debate na Câmara e o no Senado no período de 1895 a 1906 e foi aprovado na terceira discussão por 35 votos a favor e 4 contra. As Propostas de valorização de café foram apoiadas tanto por Rodrigues Alves como por Afonso Pena. Ressalta-se que, Sá Peixoto também senador pelo Amazonas votou favorável ao Convênio.

⁴⁷²LOUREIRO, Antonio J. S. **Tempos de esperança (1917-1945)**. Manaus: Sérgio Cardoso, 1994. p. 21

Alemanha, Suíça, França, Espanha, Portugal e chegou ao Brasil,⁴⁷³ no dia seguinte reuniram-se os inspetores da Saúde do Porto e o chefe de clínica dos hospitais dentre outros para elaborarem um parecer para defesa do Amazonas diante da *pandemia*. Vários Barcos vindos de Belém rumo ao Acre foram interditados, mas mesmo assim desembarcaram passageiros gripados na região do rio Purús, e outra embarcação ancorou no Igarapé dos Educandos (afluente do rio Negro) com dezessete pessoas contaminadas pela *hespanhola*.

Os casos cresciam e se espalhavam por Manaus, a 26 daquele mês foram interrompidos os ensaios artísticos no Teatro Amazonas e demais entretenimentos para evitar aglomerados, a situação se agravava.⁴⁷⁴ *O Rio Madeira* semanário do município de Manicoré estampava em seu editorial *A guerra, a peste, a fome, os três piores flagelos vieram trazer a situação mais angustiosa que já atravessou o Amazonas*,⁴⁷⁵ em consonância com a debandada de investidores que vendiam seus imóveis a qualquer preço, apertando os nós da camisa de força que o Estado vestiu sinalizando a permanente dependência do mercado e investimento estrangeiros.

Os governadores pelo Estado do Amazonas amiúde apregoaram em Mensagens a harmonia reinante na cidade de Manaus, apesar do turbilhão de conflitos e descabros políticos, sociais e financeiros, buscaram apresentar a imagem do povo satisfeito e amorfo na cidade harmoniosa e abastada. Alcântara Bacellar em relato ao Congresso Estadual não escondeu as tensões, as inquietações, as angústias, as aflições e a impotência diante da repentina propagação da gripe; a população carente atingida estava muito assustada, medicamentos e dietas foram distribuídos, as internações na Santa Casa cresciam e até as praças da Polícia estadual da ronda noturna após chuva torrencial, amanheceram gripados.

O governador e médico Bacellar foi aos hospitais e, com o número crescente de infectados, solicitou as embarcações Rio Madeira e Marariá para a *instalação de hospitais flutuantes*.⁴⁷⁶ Em estado de estarrecimento Bacellar declarou: a *influenza* esvaziava a cidade e a higienizava socialmente como nenhum administrador conseguiu.

⁴⁷³BACELLAR, P. de A. **Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa na abertura da Primeira sessão ordinária da Décima legislatura a 10 de julho de 1919**. Manaus: Seção de obras da Imprensa Pública, 1919. p.17.

⁴⁷⁴BACELLAR, P. de A. **Mensagem ... 1919**. Op. cit., p 19.

⁴⁷⁵**O Rio Madeira**, Manicoré, 29 de Dezembro de 1918. Anno II. n. 75.

⁴⁷⁶BACELLAR, P. de A. *idem*, p 20.

O dia dois de novembro, dos finados, não foi celebrado, pois a população em geral estava detida em casa, de um modo ou de outro, pela gripe. A Santa Casa não tinha mais leitos e o governo instalou postos sanitários nos bairros da Cachoeirinha, Vila Municipal, Bilhares, São Raimundo e Centro, na Rua Barroso. O posto de S. Roque passou a recolher os doentes das ruas e postos emergenciais foram instalados nas escolas. Para Bacellar a cidade se desorganizava e a situação era dolorosa e *indescritível*.

O transporte dos mortos passou a ser efetuado por caminhões contratados e os policiais se encarregaram dos sepultamentos. Médicos e inspetores começaram a adoecer, ambulâncias e auxílio financeiro foram enviados para a zona rural⁴⁷⁷ e para alguns municípios: Humaitá, Itacoatiara e Porto Velho. O Teatro Amazonas e farmácias transformaram-se em postos médicos, os medicamentos esgotaram-se e o diretor do serviço sanitário João Coelho de Miranda Leão tornou público o uso de plantas medicinais para combate da *influenza*.⁴⁷⁸

O final de dezembro de 1918 a epidemia recuou e o *ruído terrificante e sinistro dos caminhões para o cemitério* cessou. A capital e toda zona rural estava livre da malévola gripe. E o relato do médico cedeu novamente lugar ao do governo que criticou as embarcações procedentes de Belém para o Acre, desatenciosas com as indicações obrigatórias para o bem estar dos viajantes e interferiram nas condições da saúde no Amazonas. O hospital flutuante Santa Barbara, desativado em 10 de janeiro de 1919, necessitou ser reativado em fevereiro por conta dos gripados nas embarcações Tupã e Castello retornando do Acre, somente em meados de fevereiro os convalescentes foram isolados e transferidos ao *vapor Marapatá* que se tornou desnecessário no dia 5 de abril.⁴⁷⁹

⁴⁷⁷ **O Rio Madeira**, 10/15/22/2912/1918. Ano II. Respectivamente números 72, 73, 74 e 75. Periódico do município de Manicoré localizado na região do Rio Madeira, em editoriais fez um breve retrato da situação do lugar, a gripe chegou à cidade via navios e se propagou rapidamente, a cidade não tinha posto médico, medicamentos *sem recursos de espécie alguma*. *Quase todos os distritos do município acham-se dominados pela hespanhola, e os casos fatais vão se multiplicando de dia para dia*. Na semana seguinte, os casos escasseiam, mas a gripe se espalhou nas comunidades dos arredores e o redator salienta: *A fome está sendo o fato importante da grande mortandade*. Na última semana de dezembro, o jornal alertava que a Guerra terminou, os medicamentos chegaram e a *peste* como se considerava a gripe começou a sinalizava que desapareceria, mas a *carestia de vida* perdurava.

⁴⁷⁸ BACELLAR, P. de A. **Mensagem...** 1919. Op., cit. pp. 21-25.

⁴⁷⁹ Idem, p 27.

No final de janeiro de 1919, o partido Republicano iniciava os debates para indicação de um nome para sucessão presidencial; Rui Barbosa foi indicado por Nilo Peçanha, o partido Republicano Paulista se opôs a indicação.⁴⁸⁰ O partido Republicano Mineiro sugeria o nome de Epitácio Pessoa e sem delongas o governador de Minas Gerais Arthur Bernardes telegrafou para os governantes nos Estados e solicitou apoio; Alcântara Bacellar em resposta agradeceu o contato e delegou poderes ao senador Lopes Gonçalves e deputado Monteiro de Souza para na Convenção Geral do Partido Republicano votarem no nome escolhido pela maioria;⁴⁸¹ em 25 de fevereiro o partido confirmou por 129 votos contra 42 o nome de E. Pessoa para sucessão presidencial.⁴⁸²

No Amazonas as eleições para Senado reelegeu Silvério José Nery e para Câmara os deputados Antonio Monteiro de Souza, Ephigênio Ferreira de Salles, capitão de Fragata Antonio Nogueira e Dorval Pires Porto.

Em tempos sombrios, acentua-se o surgimento de relatos de aparelhos de Estado buscando espantar as dificuldades sob a forma de opressão como ilustra o Relatório do chefe de Polícia José de Freitas Bastos enviado ao governador, no qual apresentou um estudo da criminalidade em Manaus durante oito anos e assinalou que, nos últimos três anos diminuiu fluxo populacional e em 1918 não ocorreram registros de *homicídios, ofensas físicas de caráter grave, arruaças ou quaisquer desagrvos da coletividade que reclama e protesta*, causando desordem pública.

A Polícia estadual buscou a redução da criminalidade no Amazonas dispersou os *subversivos e desviados*, atuou de forma preventiva ou repressiva. Se por um lado os crimes considerados mais graves decresceram, por outro aumentou a ocorrência de *pequenos delitos contra a pessoa e a propriedade* gerada pela ausência de um sistema repressivo intenso e racional. Freitas Bastos, finalizando o relatório para o governador Bacellar sugeriu a criação de uma *Colônia Correccional* aos moldes da *lei inglesa* e uma *profilaxia social* executada pelo Estado.⁴⁸³

No relato não existia menção que na zona rural os trabalhadores viram-se sem trabalho com os estoques da produção da borracha e estavam famélicos e por isso grupos se formaram para saquear propriedades; a vazante dos rios Negro, Solimões e

⁴⁸⁰CARONE, Edgard. **A República Velha II...** Op. cit., pp. 331-333.

⁴⁸¹BACELLAR, P. de A. **Mensagem...1919.** Idem. pp. 10-12.

⁴⁸²CARONE, E. Idem Ibidem.

⁴⁸³BACELLAR, P. de A. **Mensagem... 1918.** Op. cit., pp-156-157.

Amazonas ampliou a proliferação de insetos e a malária se espalhou pelos municípios e alcançou Manaus, a fome também se expandiu assim como os pequenos furtos e sem demora a repressão. A Colônia correcional não encarceraria tantos problemas sociais; e o governo estava voltado para os compromissos financeiros como as prestações do Funding (1915), as letras de câmbio da Socit Marseillaise (1906), as aplices da Manaus Improvements, vencimentos atrasados dos funcionrios pblicos e demais dvidas que se acumularam.

Em maio de 1919, trabalhadores de diversas categorias como *padeiros*, *lixeiros*, *sapateiros*, *carroceiros*, *choferes* e os estivadores entraram em greve, todas as categorias foram representadas por um Comit de Operrios Amazonenses criado naquele momento para liderar as greves, assim, o Comit expediu correspondncia s empresas em Manaus reivindicando o perodo de oito horas de trabalho. No caso de funcionrios das concessionrias inglesas Booth Line, Amazon Engineering, Manaus Tramways e Manaus Harbour o governador se prontificou a intermediar as negociaes entre empregados e patres, as diretorias das firmas mostraram-se abertas s negociaes, porm, alegaram que suas decises dependiam do posicionamento das matrizes em Londres.

As tentativas de estabelecimento de acordos ficaram suspensas e a greve se intensificou, no dia 17 Bacellar solicitou ao Comit que os grevistas, em especial, os estivadores retomassem suas atividades enquanto as firmas inglesas aguardavam as diretrizes de Londres. Enquanto isso, os poderes articulavam-se e o comandante do 45 Batalho e a Polcia Civil estadual permaneceu de prontido para agir em caso de atos subversivos. As concessionrias ao tomarem conhecimento da posio dos aparelhos repressivos em relao greve; divulgaram que de acordo com as ordens recebidas acatariam a solicitao da jornada reduzida, caso os slrios acompanhassem a reduo; o duro golpe encerrou a greve.⁴⁸⁴

Em sua ltima mensagem ao Congresso amazonense, Bacellar propunha a promoo e a criao de organizaes cientfico-comerciais para aumentar a produo de gneros alimentcios e produtos para exportao com a *qualidade e preo dos seus*

⁴⁸⁴Sobre o assunto ver PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros**: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925). Manaus: Edua, 1999. pp. 230-240.

congêneres.⁴⁸⁵ Porém, acrescentava, para execução dessa proposta necessitava de recursos *financeiros* para principiar o saneamento regional, introduzindo o ensino agrícola, buscando mão de obra imigrante para agricultura e instalando usinas de beneficiamento de açúcar, arroz, farinha, sementes oleaginosas, fibras e algodão.

Ressalte-se que essas medidas significariam melhorias na qualidade de vida, caso os investimentos fossem direcionados para os trabalhadores nacionais que já estavam na região e trabalhavam na extração do óleo de pau rosa e da castanha, no comércio de madeiras, no cultivo de arroz, milho, feijão, nos canaviais, na plantação do algodão e extração de fibras das palmeiras e exportação da carapaça de quelônios, de peles de peixes, na criação de gado, de couros de veado, de porco selvagem, de Anta, de cotia, e outros que eram desperdiçados.⁴⁸⁶ Nenhum administrador estadual ou municipal no Amazonas durante todo o período da República Velha adotou medidas para diversificação da economia.⁴⁸⁷

Alcântara Bacellar enviou comunicado à Assembleia

O Congresso Nacional autorizou o Governo da República a emprestar para o Estado do Amazonas até a quantia de quinze mil contos, a juros de 4%, mediante as garantias necessárias. Tal foi feito em consideração as precárias condições econômicas do Estado que se refletiam nas suas finanças e atendendo a exiguidade de arrecadação que, como vistes da Mensagem que tive a honra de ler perante vós a 10 do corrente, não podia fazer face aos múltiplos compromissos a que se acha obrigado o Estado para com o seu funcionalismo, sua dívida Externa e Interna e outros serviços de ordem permanentes, criando-se, assim, uma situação difícil cuja solução solicita os Poderes públicos regionais ao da União. O Decreto que autorizou o empréstimo é de n. 3.650, de 2 de janeiro de 1919. [...] Devo dizer-vos

⁴⁸⁵BACELLAR, P. de A. **Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa na abertura da segunda sessão ordinária da Décima Legislatura, em 10 de julho de 1920.** Manaus: Seção de obras da Imprensa oficial, 1920. pp. 26-28.

⁴⁸⁶**Vida Operária**, Manaus 21/03/1920. Ano I. n. 7. Em artigo sobre o futuro do Amazonas, o jornal criticava a ideia generalizada de *declínio* do Amazonas e demonstrou o crescimento populacional seguido da agricultura na zona rural desde as fronteiras do território do Acre nas margens dos rios Içá, Jutai, Japurá, Purús, Juruá e Solimões incluindo seus afluentes como o Rio Negro o cultivo de tabaco, arroz, cana de açúcar, feijão, milho, café e outros e onde a farinha não era mais importada, o custo de vida era baixo, mas necessitava de *boa vontade* dos poderes públicos que deveria voltar-se para *coletividade*,

⁴⁸⁷BHERING, Francisco. **O Vale do Amazonas e suas comunicações telegráficas.** Fac-similado 2ª. Ed Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria do estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2000. (1ª. Edição 1905). O autor esteve na região em Comissão para estudar as condições dos serviços de comunicações telegráficas subfluviais. E notadamente insistiu na situação de *miséria* dos trabalhadores nos seringais e salientou que *os esforços dos administradores gerais e provinciais, federais e estaduais não sido, infelizmente, neste particular, de mínimos*[...] p. 6.

que o empréstimo terá aplicação no pagamento do funcionalismo em atraso, no serviço da dívida Interna e Externa e em outras despesas já feitas e por lei autorizadas, ficando este Governo Federal as garantias devidas para a amortização do dito empréstimo e outras cláusulas mais que necessárias forem para os competentes efeitos jurídicos. Manaus, 19 de julho de 1919. Pedro de Alcântara Bacellar.⁴⁸⁸

O governador solicitava a devida autorização dos congressistas para efetivar o empréstimo. Todavia, após muitos desvios, erros, conchavos e confrontos ocorridos entre os grupos oligárquicos e partidos políticos desde a transição do Império para República, algumas mudanças se operaram nos representantes do Congresso Estadual. Cinco dias depois do envio dessa mensagem o deputado Franklin Washington membro da Comissão de Fazenda apresentou duas emendas ao projeto n. 5 que autorizava o referido empréstimo, com a condição de que fosse ressaltada a real aplicação do empréstimo. O artigo primeiro repetiu a autorização para o governador realizar o empréstimo, já o segundo precisava: *o empréstimo será aplicado: a) no pagamento dos juros e amortizações vencidas da dívida externa e no pagamento dos vencimentos em atraso dos funcionários do Estado; b) no pagamento de obrigações já devidamente reconhecidas e legalizadas.*⁴⁸⁹ Dois dias depois, a petição do deputado entrou para discussão na Assembleia sendo as duas emendas aprovadas sem debate.

Bacellar vinha sendo cobrado por outros Membros do Legislativo, o deputado Costa Crespo um ano antes solicitou a Mesa que, fosse encaminhasse ao Tesouro uma prestação de contas detalhada das verbas consumidas em 1917 e primeiro semestre de 1918 sob a indicação de *eventuais*, assim como as despesas com o Navio *Cidade de Manaus* após sua entrega ao Governo Federal.⁴⁹⁰ A cobrança tornou-se coletiva quando o requerimento foi aprovado por todos os presentes, exceto por Regalado Batista que no dia seguinte contestou a injustiça daquela solicitação pondo em dúvida a honestidade do governador e finalizou: em países como Estados Unidos e França os opositores apoiavam o poder público.⁴⁹¹ Bacellar, sem demora, defendeu-se enviando a Assembleia comunicado que mediante a condição financeira do Amazonas,

⁴⁸⁸**Diário da Assembleia** – 1.^a Reunião da 10^a Legislatura. Ano VI. Manaus, 20 de julho de 1919. N. 6.

⁴⁸⁹Idem, assinou as emendas Franklin Washington, Francisco Castro e Costa e João H. Câmara.

⁴⁹⁰**Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas...** julho a outubro de 1918. Op. cit., p. 120. Dias depois o inspetor do Tesouro Público enviou para Costa Crespo a relação das despesas solicitadas.

⁴⁹¹Idem, pp. 121-122.

renunciou *a representação a que tem direito e mais a quarta parte de seus subsídios mensais*.⁴⁹²

Entretanto, as petições não esmoreceram na sessão de 31 de julho de 1919 o deputado Miranda Simões reiterava ao Poder Executivo, informações sobre a quantidade de coletorias no Estado, de funcionários, a localização, a descrição das funções e quais os valores dos salários; qual a arrecadação por unidade no exercício de 1919 dentre outras. Mais um requerimento aprovado sem debate e seria retomado um mês depois por Aristides Rocha e Miranda Simões.

Cabe salientar que, apesar das coletorias o contrabando não recuou, porém, Bacellar acentuou que *uma exata e perfeita arrecadação das taxas sobre os produtos procedentes dos seringais compreendidos na linha geodésica Beny Javary, que por não está ainda precisamente determinada, não seria possível saber se estes seringais estariam dentro ou fora do território da União*.⁴⁹³ Desse modo, solicitou a autorização para assinar um convênio entre os governos estadual e federal para cobrança de certos seringais na referida região, o que poria um fim *as dúvidas que ora estão surgindo quanto ao modo de serem cobradas as respectivas taxas sobre a borracha procedente dos mesmos seringais*. Em setembro o convênio foi sancionado e publicado com o n. 1006; e o Legislativo também aprovou a lei n. 1008 *autorizando o governador a promover no Estado, o povoamento do solo*.

Em 1920, o desprestígio e a integridade financeira do governo Bacellar permaneceu em foco e naquele momento quem solicitou informações sobre as *repartições e serviços públicos* era o deputado Esmeraldo Coelho membro da Comissão de Fazenda: qual número de funcionários e a situação: quantos interinos, efetivos, vitalícios, em estabilidade, demitidos, extras, licenciados e em disponibilidade. Nos Anais da Assembleia seguintes nenhuma resposta do governo foi encontrada.

Apesar das inúmeras cobranças do Legislativo em relação à integridade financeira do Estado, o Poder Executivo não se intimidou e nem deu a devida importância à constituição de imensas propriedades que se tornaram posse de Aviadores e expediu títulos definitivos para os lotes de terras solicitados nos municípios de Coari,

⁴⁹²Idem, p. 124. O deputado Costa Crespo declarou que faria o mesmo e aconselhou seus pares a fazerem o mesmo.

⁴⁹³**Diário da Assembleia.** 1.^a Reunião da 10^a Legislatura. Ano VI. Manaus 2 de agosto de 1919. N. 19.

Lábrea e Manaus e para solicitantes de títulos provisórios para compra de terras em Moura, Borba, Tefé, Uricurituba, Manaus, Humaitá, Canutama e Porto Velho;⁴⁹⁴ os motivos alegados para aquisição de terras eram variados iam desde extrativismo da goma elástica, indústria agrícola e pecuária, lavoura, agricultura e outros.

É interessante notar, como não existia fiscalização, muitos solicitantes se apossaram das terras antes de receberem os títulos e esconderam as razões reais do seu destino: a extração da castanha que, nos últimos anos tornou-se a matéria-prima da receita pública e oferecia lucros para quem a exportasse. *A Reação* denunciava no mês anterior em nota que o governador Bacellar ordenou a demarcação de um terreno com castanhais em nome da esposa na região do Rio Madeira onde já tinha propriedades, aproveitava o momento e interrogava *E é esse Governo que deseja fazer um sucessor para continuação desses atos?*⁴⁹⁵

Não foi ao acaso que o congressista Paulo Emílio membro da Comissão de Fazenda teceu longa justificativa ao projeto de lei substitutivo sobre os preços da castanha e, como estava contribuindo para o Orçamento do Amazonas a crescente demanda no mercado consumidor, a importância da seleção e qualidade do produto e a fiscalização, evitando prejuízos ao erário público, enfatizados pelo relator;⁴⁹⁶ e para que não se cometesse erros semelhantes aos cometidos na exportação da goma elástica.

Ferrenha campanha eleitoral se iniciou no Estado. *A Gazeta da Tarde*,⁴⁹⁷ nos primeiros dias de janeiro de 1920, publicou críticas ao governo de Alcântara Bacellar,⁴⁹⁸ considerado corrupto e *déspota* e sem vínculos com as facções existentes no Amazonas; em vários artigos este jornal combateu tanto o descumprimento das suas obrigações para com o povo, como o esbanjamento dos dinheiros público conduzindo à morte e à fome o funcionalismo público, enfatizando os gastos realizados com a *verba eventuais*.

Em 21 de janeiro o editor destacava a greve pacífica dos desembargadores do Superior Tribunal que tinha por objetivo o recebimento dos salários atrasados, desde

⁴⁹⁴ **Diário Oficial**, Manaus 30 de julho de 1920. N. 89170.

⁴⁹⁵ **A Reação**, Manaus 15/06/1920. Ano I. N. 10.

⁴⁹⁶ **Diário da Assembleia**. 1.^a Reunião da 10^a Legislatura. Ano VII. 7 de agosto de 1920. N. 16. O documento está mutilado e sem sequência.

⁴⁹⁷ **Gazeta da Tarde**, Manaus 02/09/13/15/21/01/1920. Ano VII. N. 1937. Diretor – proprietário Aggéo da Costa Ramos.

⁴⁹⁸ Conforme **Dicionário Amazonense de Biografias...** Op. cit., p.42-44. Pedro de Alcântara Bacellar nasceu em 1875 em Feira de Santana na Bahia e faleceu em Manaus em 1927. Cursou o doutorado em Medicina, mudou-se para o município de Humaitá no Amazonas em 1905 se elegeu prefeito do município e foi indicado ao governo do Amazonas por Wenceslau Braz.

setembro de 1919 até aquele momento e incitava os demais funcionários públicos a cruzarem os braços para desativação da máquina administrativa do Estado.

Aquecendo a campanha para o candidato Wortigern Ferreira a *Gazeta da Tarde* em editorial intitulado *O Amazonas em sexto lugar na estatística de exportação* apresentou que no ano de 1919 o Estado *exportou gêneros no valor de 75.000:000\$000* e ocupou o sexto lugar dentre os Estados brasileiros, indicativo de que não era um *Estado em ruínas* como propagavam os ávidos em seu desprestígio *financeiro e econômico*; e quanto à crise que o Amazonas atravessava foi movida pela negligência dos *governantes* que não geravam *outras fontes de riqueza*. Não obstante, as eleições se aproximavam e *o povo amazonense, para evitar mal maior, deve apelar para todos os recursos e em último caso para as armas, afim de que o futuro governo não seja um prolongamento dos adventos pedrozista e bacellarista*;⁴⁹⁹ o fechamento do editorial usava da estratégia do reforço como um convite à rejeição da eleição de Rego Monteiro, acompanhado pelas folhas oposicionistas a Bacellar *A Reação* e *Jornal do Comercio*.

O discurso político da *Gazeta* não arrefecia e apelava para lado emocional dos leitores que perderam entes queridos com a gripe espanhola em 1918 e dois anos depois a gripe retornava à cidade enquanto Bacellar mantinha-se de olhos bem fechados *o mal* se espalhava causando maiores danos à população miserável e indefesa àquela *moléstia*, e para formar ideia da situação do pauperismo bastava caminhar nas cercanias dos *armazéns da Manaus Harbour, principalmente pelas proximidades do Mercado público e pelos jardins públicos, [...], vendo dezenas de homens dormindo ao relento, enganando o estomago com o sono provocado pela fraqueza orgânica*;⁵⁰⁰ e os responsáveis por aquele estado desalentador eram os excessos e os desperdícios do governador.

Nesse momento conturbado chegaram à Manaus, em abril de 1920,⁵⁰¹ duzentos e cinquenta cearenses, talvez por ignorarem a realidade local ou apenas para fugirem das agruras do sertão e suas secas intermitentes. Porém, nem todos eram selecionados para o trabalho na zona rural e aqueles que permaneciam na cidade engrossavam o contingente de miseráveis.

⁴⁹⁹ *Gazeta da Tarde*, Manaus 15/01/1910. Ano VII. N. 1949.

⁵⁰⁰ *Gazeta da Tarde*, Manaus 11/12/02/1920. Ano VII. N. 1975. Dois meses depois chegaram mais 250 cearenses quase todos infectados com a gripe espanhola.

⁵⁰¹ *Gazeta da Tarde*, Manaus 09/04/11920. Ano VII. N. 2027. Segundo o noticiado a maioria dos migrantes chegou gripado e foram enviados para outra margem do rio Negro a Leprosaria em Paricatuba.

Não existia regularidade na migração nordestina para o Amazonas e Estados brasileiros; chegavam de caravanas, buscavam os seringais e enfrentavam todas as hostilidades da floresta amazônica. Porém, nos anos vinte a desestruturação dos seringais não demandava os braços nacionais e o destino dos retirantes era o galpão que os alojava a espera de trabalho, em pouco tempo a mendicância os absorvia.

Após cinco anos em silêncio o jornal *Amazonas*⁵⁰² voltou a ser publicado como órgão do Partido Republicano Liberal e apoiou Thamaturgo de Azevedo na sucessão governamental, nos editoriais dos meses de abril a setembro acentuou a capacidade administrativa e moralizante do candidato em oposição a *cupidez de um pequeno grupo* e publicou diariamente um *Manifesto ao eleitorado* declarando que, nas eleições de 14 de julho de 1920 *a batalha do povo livre do Amazonas* visaria o *peculato*, a miséria, a fome e as *abjeções da orgia administrativa*, o apelo à população era para o descarte do continuísmo.

Os editoriais, artigos e notas do periódico moveram uma ofensiva contra o candidato Cesar do Rego Monteiro indicado pelo situacionismo, e buscaram o apoio de várias categorias como a dos oficiais da Marinha Mercante oficializado em declaração pública no jornal com setenta e seis⁵⁰³ assinaturas. Rebatendo os jornais *Gazeta da Tarde* e *A Reação*, o primeiro fez campanha política para Rego Monteiro, apesar de combater firmemente o governo Bacellar e o segundo lançou o nome do Juiz Wortigern Luiz Ferreira por indicação de Silvério Nery. Enquanto o *Amazonas* insistia na inelegibilidade de Monteiro porque não havia renunciado a função de senador até as vésperas das eleições, estava a mais de cinco anos vivendo fora do Estado e sua saúde era precária, também alertava cotidianamente a população para não vender o voto.

Um dia antes do pleito o jornal estampou em nota que o coronel Anastácio Cavalcante, superintendente do Município de Carauari na região do Rio Juruá, determinou a falsificação das atas das sessões nas eleições para governador e foi o portador das atas até Manaus. Assim sendo, solicitava providências a Bacellar e

⁵⁰² **Amazonas**, Manaus 25/04/1920. Ano I. N. 1. Diretor político: coronel Bento Brazil, Redator-chefe: Souza Brazil. Assinaram o manifesto coronel Antonio Guerreiro Antony, coronel Bento Ferreira Marques Brazil, Manoel Francisco Machado (ausente), José Alves de Souza Brazil, coronel Nicolau Tolentino, Raymundo Tomé Bezerra (ausente), coronel Joaquim de Souza Ramos.

⁵⁰³ **Amazonas**, Manaus 04/06/1920. Ano I. N. 36. Dentre os abaixo assinados estavam comandantes, comissários, marinheiros, pilotos, foguistas, maquinistas e práticos.

ênfatizava que o jornal levaria esse *ato criminoso*⁵⁰⁴ ao presidente E. Pessoa; na mesma página e com letras garrafais declarava que por carta de eleitor de São Gabriel da Cachoeira município do alto Rio Negro, o Juiz Municipal Hermógenes Madanhil ordenou a apuração de votos somente para Rego Monteiro, *isto por ordem do governo*.

O editor reiterava a ocorrência de transgressões nas eleições dos municípios de Maués, Silves, Urucará e Uricurituba e em Parintins. No dia 31 de julho em editorial intitulado *As eleições verdadeiras* apresentou o suposto resultado da apuração em Manaus, Barreirinha, Itacoatiara, Porto Velho, Manacapuru, Tefé, Benjamin Constant, Moura, Boa Vista, Silves e Uricurituba, dando como vitorioso o candidato Thaumaturgo de Azevedo com 1.128 votos; Rego Monteiro 1.094 e Wortigern Ferreira 766. Porém, tanto o jornal *Reação* como a *Gazeta da Tarde* sinalizava a vitória de R. Monteiro e W. Ferreira e listavam a suspeita de adulteração nas atas em Tefé, Silves e Uricurituba e as arbitrariedades em Coari onde praças armados dentro e fora do prédio geraram irregularidades na votação. No final das contas, a coerção verbal e não verbal buscava definir o eleito e a apuração nem estava encerrada.

As disputas para sucessão governamental tiveram início e Bacellar divulgou seu apoio ao desembargador Cesar do Rego Monteiro, os deputados a princípio divididos logo apoiaram majoritariamente o indicado e o elegeram governador do Amazonas.

Enquanto os poderes públicos consumiam-se nas urnas, na apuração dos votos e na violência das fraudes; a Casa aviadora Stowell & Cia. exportava borracha com diferentes qualidades da encaixotada, declarava na alfândega que vendia sernambi de caucho quando nas caixas continha borracha fina e as despachava com o peso menor que o real.⁵⁰⁵ A intenção era ludibriar o pagamento dos impostos.

O *Amazonas* noticiou o contrabando em seguida questionou porque após a denúncia nenhum *inquérito* foi instaurado pela Fazenda estadual, enquanto a *Amazon River* tacitamente consorciada com os mesmos interesses dos contrabandistas, solicitou à Fazenda providências contra o funcionário denunciante; o editor também salientou que, buscou contato com a Revista Comercial, publicada pela Associação Comercial do Amazonas, todavia, a direção não quis envolvimento no caso. Parece que esta prática

⁵⁰⁴ *Amazonas*, Manaus 13/07/1920. Ano I. N. 70.

⁵⁰⁵ *Amazonas*, Manaus 20/08/1920. Ano I. N. 103.

noticiada somente em tempos de eleição foi desde o início da expansão comercial da borracha as rédeas do Sistema de Aviamento para os investidores estrangeiros.

Apesar da consistência do conteúdo publicado mais de um mês havia se passado e os implicados no transporte clandestino de borracha a Casa Stowell & Cia, o inspetor da Fazenda coronel Bernardino Valle, o chefe de seção coronel Raymundo da Silva Diniz e alguns funcionários do Tesouro,⁵⁰⁶ permaneciam impunes e de forma tácita os poderes competentes soterravam mais uma fraude.

Nesta conjuntura agitada pela imprensa em Manaus surgiu mais um jornal: *A Reação*⁵⁰⁷ estampava na primeira página o candidato Luiz Wortigern Ferreira e listava os senadores Silverio J. Nery e Augusto C. Lopes Gonçalves, deputados Ephigenio Ferreira Salles, Antonio Nogueira, Monteiro de Souza, Dorval Pires Porto e o superintendente de Manaus Basílio Torreão Franco de Sá como os políticos que o apoiavam.

Em junho, nos embates pelo exercício do poder este jornal acusou os membros do Partido Republicano do Amazonas que, manipulados por Bacellar, ofereceram em sacrifício o eleitorado amazonense com a indicação de Rego Monteiro à sucessão governamental e ao domínio do ex-governador Jonathas Pedrosa. O percurso do redator se baseava na demonstração de que a escolha do nome de Rego Monteiro foi um acordo entre *pedrosismo* e *bacellarismo*⁵⁰⁸ e se fosse eleito representaria o continuísmo dessas malfadadas administrações e como outros periódicos instigava a população para que rejeitasse nas urnas o nome de R. Monteiro.

Nos meses de campanha eleitoral o *Vida Operária*⁵⁰⁹ foi mais um combatente a candidatura de Rego Monteiro, o noticiário recorrente tratava de demissões e acidentes de trabalhos frequentemente ocorridos com funcionários da Manaus Tramways que, embolsava as *leis brasileiras*, oferecia péssimos serviços de transportes e energia elétrica e associava-se com a Manaus Harbour opressora dos estivadores que, passou a demiti-los após a greve de 1919 contratando os serviços da Booth Line que tinha seu pessoal para carga e descargas.

⁵⁰⁶ **Amazonas**, Manaus, 23/09/1920. Ano I. N. 131.

⁵⁰⁷ **A Reação**, Manaus 4/04/1920. Ano I. N. 1.

⁵⁰⁸ **A Reação**, Manaus 20/06/1920. Ano I. N. 15.

⁵⁰⁹ **Vida Operária**, Manaus 08/15/24/29/02, 03/07/14/21/28/03, 04/11/18/25/04 e 30/05/1920.

Os artigos destacavam as greves nacional e local e enfocavam a importância da união e instrução dos operários em relação à Constituição brasileira; e para não perder o alvo, preveniam os trabalhadores para às *promessas* em tempos de eleições, logo esquecidas após o pleito e apontavam o candidato Gregorio Thaumartugo de Azevedo indicado pelo Partido Republicano Liberal chefiado por Guerreiro Antony, como o ideal para *salvação* ⁵¹⁰ do Amazonas.

A intensa campanha através desses jornais para os candidatos à sucessão governamental Rego Monteiro apoiado por A. Bacellar e demais governistas, Wortigen Ferreira lançado por Silvério Nery ⁵¹¹ e Marechal Thaumaturgo de Azevedo indicado por Guerreiro Antony; revolveram paixões, desafetos, conchavos e antigos desenlaces entre os grupos políticos; as denúncias dirigidas a Bacellar como interessado de entrar no Senado com o incentivo do ex governador J. Pedrosa, também foram repisadas nos artigos do jornal *A Reação*.

O presidente Epitácio Pessoa se elegeu com certa autonomia e buscou mantê-la no momento de intensa crise econômica e social; todavia, sua desaprovação e veto de projetos resultou no recuo de apoios oriundos dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Para agravamento da situação o Jornal do Comércio publicou crítica em relação à *má vontade, justamente dos Estados que nem por mais ricos deixam de ser os que com frequência mais concorrem ao valimento financeiro do Centro*. ⁵¹² Supostamente o artigo foi considerado da autoria do presidente. Carlos de Campos, líder da maioria e vice-presidente da Comissão de Finanças da Câmara, pediu explicações ao presidente que negou ser o autor, mas Campos se demitiu e declarou voto contrário *a política do governo*. Os desentendimentos entre os civis e o Presidente da República estavam selados, sem demora iniciariam os embates com os militares.

O governador Bacellar contava com escasso apoio para seu candidato na sucessão governamental. A oposição lançou dois nomes W. Ferreira e T. de Azevedo e após tempestuoso pleito, a Junta Apuradora definiu R. Monteiro como eleito, apesar do

⁵¹⁰**Vida Operária - Órgão de defesa das classes laboriosas de Manaus – n. 1 – Paz, Labor e Liberdade, Honra, Dever e Justiça.** Diretores: Elesbão do Nascimento Luz, Redatores: Anacleto Reis, Auxiliar: Jorge Benedicto Ferreira surgiu em 8 de fevereiro de 1920. Alegava em editorial que *poucos políticos* eram *simpáticos* a causa operária.

⁵¹¹**A Reação**, Manaus 4/06/1920. Ano I. N. 1. Luiz Wortigen Ferreira foi indicado por Silverio Nery com apoio do superintendente de Manaus Basilio T. Franco de Sá, senadores S. Nery e Augusto Cesar Lopes Gonçalves e deputados Antoni Nogueira, Monteiro de Souza e Dorval Pires Porto.

⁵¹²CARONE, Edgard. **A República Velha - II Evolução Política (1889-1930)**. 3ª. Edição. São Paulo: Difel, 1977. pp. 338-339.

protesto formal de Azevedo; contudo, Bacellar aproveitando o delicado momento político que, o Presidente da República enfrentava se articulou para eleger o senador Rego Monteiro em comum acordo com Eptácio Pessoa que, em troca recebeu apoio político do Amazonas.⁵¹³

Ressalta-se que, Alcântara Bacellar em pleno fogo cruzado entre os grupos opositores representados pelos jornais, empenhou-se em legitimar verbas extemporâneas usadas durante seu governo não autorizadas pelo Poder Legislativo. No final de agosto, os deputados Aristides Rocha, Franklin Rocha e Alcides Bahia apresentaram o projeto de Lei à Assembleia autorizando diversos decretos números 993 de outubro de 1918; 1336 e 1339 ambos de outubro de 1919; 1342 de dezembro de 1919; 1347 e 1356 de janeiro de 1920; 1360 e 1362 de março de 1920 e 1372 de junho de 1920 do Poder Executivo referentes créditos, indenizações, aumento de verbas, comissões e suspensão de cobrança de impostos.

No debate para aprovação do projeto o deputado Achilles Bevílaqua foi contrário ao projeto por considerá-lo extração desonesta dos *dinheiros do Tesouro sem expressa autorização legal, como é o caso que se pretende acobertar com a aprovação*; somado a isso o projeto era inconstitucional sabendo-se que os *decretos do Executivo exorbitam das autorizações da lei orçamentária*, desvendando uma *orgia administrativa*.⁵¹⁴ Entretanto, Bacellar contava com o apoio da maioria pertencente ao Partido Republicano do Amazonas e o projeto foi aprovado contra o voto de seis deputados.

Em 11 de setembro, foi lida na Assembleia a Ata da sessão especial para apuração dos votos da eleição para Governo do Estado realizada em 14 de julho. A Comissão Especial relatou que foram apuradas trinta e quatro seções: Cesar do Rego Monteiro, magistrado aposentado recebeu 2.525 votos; Wortigen Luiz Ferreira, magistrado em disponibilidade, 518 votos e Gregorio Thamaturgo de Azevedo, engenheiro militar, 435 votos.

Vinte e quatro seções eleitorais em Manaus não remeteram os livros e cópias de atas eleitorais em tempo para contagem dos votos e igualmente nos municípios de Lábrea, Boa Vista do Rio Branco, Silves e Barreirinha e em Uricurituba *foram*

⁵¹³**Diário da Assembleia.** 2ª. Reunião ordinária da 10.ª Legislatura. Ano VII. Manaus 16 de julho de 1920. N. 6. O deputado Luciano Pereira propôs Moção de solidariedade a Eptácio Pessoa assinada pelos 23 deputados e enviada por telegrama.

⁵¹⁴**Diário da Assembleia,** Manaus 31 de agosto de 1920. Ano VII. N. 22

*devolvidos os livros em branco, não houve eleição, segundo comunicou o Presidente da respectiva Mesa eleitoral.*⁵¹⁵ A excepcionalidade não incomodou os apuradores. Era o ano de 1920 e estas eleições retrataram a força do situacionismo e a acentuada instabilidade política que o país atravessava.

A Comissão prosseguiu relatando que, como não foram apresentados *protestos ou reclamações dos candidatos* Wortigen Ferreira e Thaumaturgo de Azevedo perante a Comissão e o protesto de Souza Brazil procurador de Azevedo não se apoiou em documentos, a Comissão concluiu que o resultado da eleição para governador foi aprovado. O jornal Amazonas publicou o protesto de T. de Azevedo em desaprovação da validade das eleições em várias seções da capital e em municípios onde as eleições não se efetuaram dentro dos limites da lei e o procurador de Azevedo se amparava *nos termos do art. 20 da Lei federal n. 3.208 de março de 1916*⁵¹⁶ e *art. 32 da Lei eleitoral do Estado n. 967 de 18 de setembro de 1918*, protestava:

[...] contra as eleições realizadas em 14 de julho findo, por não ser a maior parte das atas enviadas a Junta Apuradora, a expressão da verdade máxime, onde é frisante a falsificação e nulidade das eleições como passo a demonstrar firmado nos documentos que a este instruem. Na primeira, quarta, sexta, sétima, undécima e décima terceira seções, deste município, não foram admitidos a votar 31 eleitores que compareceram munidos dos seus títulos, por serem impedidos pelos mesários, respectivos, declarando estes que, tais eleitores tinham sido excluídos do alistamento, conforme comunicação que haviam recebido do Presidente da intendência, que também o era da primeira seção eleitoral, dando lugar este procedimento das mesas, e protesto às mesmas, apresentados. (docs. Ns. I a 4)[...] Não foram só nessas seções da capital que os trabalhos eleitorais correram com irregularidades. Os livros e mais papeis referentes aos trabalhos das 22 seções eleitorais do município da capital, com exceção de uma, não foram enviados ao Presidente da

⁵¹⁵**Diário da Assembleia.** 2ª. Reunião ordinária da 10ª. Legislatura. Ano VII. Manaus 11 de setembro de 1920. N. 26.

⁵¹⁶Lei que regulava os processos eleitorais e estabelecia outras providências. Art. 20. O juiz de direito, 40 dias antes da eleição, dividirá a comarca em tantas seções quantas forem às mesas eleitorais, distribuindo os eleitores com a possível igualdade, pelas diversas seções, cabendo-lhes o direito de reclamar, si outra for a sua residência; e mandará publicar a distribuição por edital no prazo de 24 horas e extrair por cópia a lista de eleitores de cada seção, em ordem alfabética, remetendo-a ao presidente da respectiva mesa eleitoral, 20 dias pelo menos antes da eleição, depois de ter feito a chamada dos eleitores. Esta chamada será feita por um dos mesários designado pelo presidente votando os eleitores pela ordem da chamada e fazendo-o depois desta terminada, porem antes do prosseguimento da redação da ata, os que tiverem chegado depois de chamado o seu nome. Na falta da lista de chamada, os eleitores serão admitidos a votar, mediante a exibição do título, que ficará retido e só será entregue depois de lavrada a ata.

Junta Apuradora, conforme determina ao art. 20 parágrafo 2º. da citada Lei Eleitoral n. 967 e sim ao Superintendente da capital.⁵¹⁷

O Protesto tinha procedência, todavia a Junta Apuradora desconsiderou a reclamação, mesmo constatando que o pleito sofreu adulterações. Na realidade o candidato supostamente eleito representava a impopularidade do governador Alcântara Bacellar e a pecha do continuísmo; após as obtusas manobras do governador e suposto suborno da maioria no Legislativo,⁵¹⁸ Cesar do Rego Monteiro foi eleito, mas sua posse esteve sob a custódia das forças legais.

Antes de Alcântara Bacellar passar o governo às mãos de Rego Monteiro o congressista Achilles Bevílaqua solicitou ao Poder Executivo que informasse: a receita recolhida e as despesas com o funcionalismo público no primeiro semestre e se houve folha de pagamento em alguma repartição ou órgão público, *qual o saldo da receita própria do Estado existente no Tesouro, no dia 20 de julho.*⁵¹⁹ Este requerimento foi aprovado por unanimidade, mesmo assim, Bacellar impôs o sucessor que governaria em clima de desconfiança até os últimos dias de governo.

Final de agosto, no início da sessão na Assembleia, Bevílaqua reiterou sua petição e ressaltou o desrespeito por parte do Executivo com os representantes políticos fossem eles da *maioria ou minoria* que a aprovaram, descumpriu com seus deveres constitucionais como o de prestar *contas de seus atos ao Poder Legislativo que permanecia desconhecendo o uso dos dinheiros públicos.*⁵²⁰ Miranda Simões salientou que o mesmo ocorreu com suas solicitações o ano passado e Aristides Rocha relatou que não recebeu resposta, porém, aguardaria porque o Governo cumpriria com seus deveres e disparou: Bevílaqua que estava de *má vontade* com o governador.

⁵¹⁷ **Amazonas**, Manaus, 05/09/1920. Ano I. N. 118.

⁵¹⁸ **Diário da Assembleia**. 2ª. Reunião ordinária da 10ª. Legislatura. Ano VII. Manaus 03 de agosto de 1920. N. 12. O Diário publicou a folha de pagamento dos deputados referente à sessão especial de reconhecimento do governador Cesar do Rego Monteiro em 5 de setembro. Virgílio Barbosa e Achilles Bevílaqua protestaram considerando o pagamento *ilegal, inconstitucional e imoral* além de ferir o *decoro* parlamentar. Na sessão do dia seguinte Regalado Batista salientou que era comum aos congressistas receberem representação *nos casos de reconhecimento de governador* e somente pelas más condições das finanças estaduais se ria razoável se contrapor. O deputado Paulo Emílio garantiu que a Comissão de Fazenda estava com a mensagem governamental e a representação para torná-las em projeto de Lei, todavia, o Regimento Interno e a Constituição proibiam pagamento por sessões especiais e não via motivos para o debate. O assunto não voltou às páginas do Diário da Assembleia.

⁵¹⁹ **Diário da Assembleia**. 2ª. Reunião ordinária da 10ª. Legislatura. Ano VII. Manaus 20 de julho de 1920. N. 8.

⁵²⁰ **Diário da Assembleia**. 2ª. Reunião ordinária da 10ª. Legislatura. Ano VII. Manaus 31 de agosto de 1920. N. 22.

Em 13 de setembro o governador enviou ofícios a Assembleia em resposta às solicitações de Franklin Washignton, Esmeraldo Coelho, Aristides Rocha, Achilles Bevílaqua e Miranda Simões. Três dias depois Bevilaqua atestou o recebimento das informações, contudo salientou, não satisfizeram os dados descritos no requerimento como o *período* em que foram realizados os pagamentos ao funcionalismo público e nem as folhas de pagamentos, por esses motivos, reiterou junto a Mesa o envio dos dados completos.

Os ânimos se exaltaram e Bevílaqua reafirmou que se opunha a *orgia administrativa*⁵²¹ de Bacellar, acobertada por um grupo de congressistas. Nesta sessão retomou-se o projeto de Lei através do qual se concederia prêmios de 100:000\$000 (cem mil contos de reis) à primeira Usina fundada no Amazonas para lavagem de borracha. Virgílio Barbosa fundamentou sua oposição à proposta mesmo entendendo que a intenção era proteger a indústria, ressaltando que um Estado quase falido que nem pagava seus funcionários não pagaria o módico prêmio, efetuaría mais um calote. Em reforço dessas ideias, Luciano Pereira destacou a existência de *lei federal* que obrigava *a montagem de Usinas de artefatos de borracha em Manaus e noutros lugares do Brasil*;⁵²² a instituição do prêmio seria um despropósito em Estado arruinado.

Paulo Emílio deputado situacionista autor do projeto assinalou que o objetivo foi somente *amparar eficazmente a nossa borracha, que sendo o nosso principal produto, a fonte mais importante das rendas do Estado*, merecia o *carinho* dos poderes públicos e ironizou os opositores que, denominou de *representantes da minoria*⁵²³ na bancada, porque rejeitavam uma proposta vantajosa.

Convém advertir que Luciano Pereira deputado federal em 1913 conhecia bem a Lei Federal, decretada em 5 de janeiro e sancionada em 17 de abril de 1912 em defesa e valorização da borracha. O Tenente Paulo Emílio comandou os marinheiros no bombardeio de 1910 em Manaus, todavia integrou pouco tempo antes o quadro da Assembleia Legislativa do Amazonas, portanto, ou desconhecia a lei 2.543 ou, mancomunado com Bacellar, defendia os interesses de ambos insistindo na aprovação do projeto; Pereira rebateu com veemência o colega e Virgílio Barbosa acentuou sua

⁵²¹Idem. N. 22.

⁵²²Ibidem.

⁵²³**Diário da Assembleia.** 2ª. Reunião ordinária da 10ª. Legislatura. Ano VII. Manaus 31 de agosto de 1920. N. 22.

inconstitucionalidade; ambos foram interrompidos pelo presidente Alfredo da Matta, que suspendeu a sessão alegando o avanço das horas.

No retorno da sessão o debate foi retomado e o deputado V. Barbosa destacou a sua simpatia ao projeto, mas discordava da *concessão* de terras para o cultivo da hevea brasiliensis e a oferta de *muitos favores* aos interessados, receava que os mesmos gerassem uma *voragem* tal qual a ocorrida com a agricultura que absorveu quantias vultosas do Estado sem nenhum resultado. Vale dizer que, este projeto era similar a Lei n. 322, de 18 de setembro de 1900 e premiava com dois contos de réis a plantação de *duas mil seringueiras*.⁵²⁴

O projeto foi aprovado contra os votos de Virgílio Barbosa, Castro e Costa, José Tapajós, Mário Nery, Achilles Bevílaqua, Telephosro de Almeida, Luciano Pereira e João Câmara. A Comissão de Fazenda mostrou que cumpriu com seus deveres, apesar das propostas caducas e alvissareiras que pareciam almejar garantias e manter as boas relações com o governador Bacellar.

As primeiras páginas da mensagem de Cesar do Rego Monteiro enfatizaram: *a borracha não está mais em condições de absorver a capacidade produtora da população amazonense*⁵²⁵ e o Estado estava endividado. A dívida externa somava 47.820:954\$000 de contos de réis, referente ao empréstimo de 1906 com a Sociéte Marseillaise, e mais 12.218:000\$000 de contos de réis, do empréstimo Funding Loan em 1915, em emissão de letras. A dívida interna em apólices e mais juros totalizavam 53.984:182\$000, a dívida flutuante estava no valor de 116.939:642\$424 e a receita 28.994:761\$000,⁵²⁶ o fosso entre arrecadação e despesas era devastador, concluindo o governador solicitou aumento de 10% dos créditos votados para o Orçamento.⁵²⁷

No dia seguinte A. Bevílaqua propôs à Mesa que para votação do referido aumento fosse enviado com rapidez a Assembleia a *relação de todos os pagamentos efetuados por conta das verbas eventuais e exercícios findos, do exercício corrente*,⁵²⁸ assim como o nome das pessoas, data e valor dos pagamentos. O requerimento foi

⁵²⁴ LOUREIRO, A. J. S. **A Grande Crise...** Op. cit., p. 43.

⁵²⁵ MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem Lida perante a Assembleia Legislativa, na abertura da terceira sessão ordinária da Décima Legislatura, a 10 de julho de 1921.** Manaus: Seção de obras da Imprensa oficial, 1921. p. 7

⁵²⁶ Idem, pp.25-27.

⁵²⁷ **Diário da Assembleia.** 1ª. Reunião ordinária da 10ª. Legislatura. Ano VIII. Manaus 21 de julho de 1921. N. 9.

⁵²⁸ Idem, 22 de julho de 1921.

aprovado sem discussão, mas não consta nos Anais da Assembleia nenhuma informação sobre os dados solicitados.

Em aparente busca de soluções imediatas Rego Monteiro suprimiu várias repartições públicas:

Instrução Pública – extinção de diversos cargos, escolas e grupos escolares. Secretaria do estado – dispensa de oito colaboradores. Seção de Agricultura e Indústria Pastoril – extinção do cargo de inspetor zootécnico. Teatro Amazonas – extinção dos lugares de guardas. Serviço Sanitário – suspensão de oito cargos, dispensa do pessoal extraordinário, em número de 11 diaristas. Paricatuba – anexação da direção da Colônia Agrícola à direção da Casa de Detenção. Horto Florestal – extinção dessa repartição e do campo de demonstração. Instituto Pasteur – passagem deste Instituto para a Universidade. Força Policial do Estado – auxiliar do Exército ativo. 1º semestre – soldo dos praças 26:290\$222; etapas 36:804\$000; fardamento 14:800\$000. Computando as reduções feitas nas diárias dos trabalhadores do Horto Florestal em cerca de 9:000\$000, a economia se eleva a um total de Rs. 373.374\$142.⁵²⁹

O governador solicitava apoio aos deputados para redução do quadro funcional, salientava que a medida seria necessária, mas não venceria o déficit e destacava a importância do *povoamento do Amazonas*.⁵³⁰

A retomada do discurso do povoamento tinha um propósito subjacente indecoroso como se verá. O desembargador não mencionou as inúmeras dificuldades sofridas por aqueles que migravam todos os anos para o Estado, como os nordestinos e os estrangeiros em busca de oportunidades, povoando as terras de várzea onde florescia abundantemente os seringais, mas tomadas por doenças endêmicas como o impaludismo. Esqueceu-se das péssimas condições de trabalho, alimentação e moradia além de permanecerem quase incomunicáveis e com salários *nominais*.⁵³¹ Ressalta-se que, povoamento dos vales dos rios Purús, Madeira e Acre onde a *morbidez* excedeu todos os demais rios,⁵³² permanecia inviável.

⁵²⁹MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem...** 1921. Op.cit., p. 32.

⁵³⁰Idem, p. 43.

⁵³¹BHERING, Francisco. **O Vale do Amazonas e suas comunicações...** Op. cit., pp. 7- 8

⁵³²CRUZ, Oswaldo Gonçalves. **Relatório sobre as condições médico sanitárias do Vale do Amazonas, apresentado a Pedro de Toledo**. In Sobre o Saneamento da Amazônia. CHAGAS, Carlos, CRUZ, Oswaldo Gonçalves e PEIXOTO, Afrânio. Manaus: P. Daou, 1972. p. 78.

No percurso para amenizar a *grave* situação das finanças o governador examinou a vitaliciedade do funcionalismo público, fossem magistrados ou não, todos aqueles que exercessem suas funções por cinco anos. A Reforma constitucional de 1910 instituiu cargos vitalícios a partir de dez anos e a Constituição de 1913 conservou a vitaliciedade somente para magistrados e serventuários do Judiciário, assim, os funcionários que assumiram funções antes de 1913 foram isentos, os demais seriam demitidos mesmo usando o recurso do *habeas corpus*. Monteiro edificou uma administração arbitrária e a manteve ao abrigo do nepotismo.

Em 1921, Monteiro retomou a ideia bastante difundida pelos sanitaristas e poderes públicos, de adotar medidas para o saneamento do Amazonas. Em 9 de agosto, o secretário de Estado comunicou à Assembleia a sanção da resolução 1.083 que autorizou o *governador a contratar com Governo Federal a execução dos serviços de saneamento e profilaxia rural neste Estado*. Seria um pretexto para desvio de verbas?

Por certo desde 1912 os governantes do Amazonas estariam informados pelo Relatório de Oswaldo Cruz quais as medidas a serem adotadas para o saneamento do Amazonas e porque deveriam ser direcionadas ao impaludismo. Após longa viagem pelo Estado o sanitarista propôs: os seringalistas, previamente treinados, seriam responsáveis pela *sanitarização* dos seringais e pela distribuição dos sais de quinino doados aos trabalhadores rurais, ou vendido a preços módicos; seriam fiscalizados diretamente por *médicos técnicos* e o *Governo deveria instituir prêmios especiais para os trabalhadores (fregueses) que ao cabo de um ano de residência em zonas infectadas não se apresentassem infectados de impaludismo*.⁵³³ Postos médicos deveriam ser implantados nas localidades mais afetadas, em Manaus se instalaria o *Hospital Central e instituto de pesquisas científica*.⁵³⁴

⁵³³ CRUZ, Oswaldo Gonçalves. **Plano geral da campanha sanitária a se empreender no Vale do Amazonas**. In Sobre o saneamento da Amazônia. Manaus: P. Daou, 1972. pp. 151- 155. O Relatório do médico sanitarista é minucioso e abrange aspectos científicos, econômicos e sociais que envolvem o saneamento no Estado.

⁵³⁴ Idem, pp. 154-155. Onze postos hospitalares distribuídos às margens dos Rios: Rio madeira, em Candelária aproveitando o local usado na Estrada de Ferro Madeira – Mamoré; Rio Solimões em Coari e Fonte Boa, Rio Juruá: São Felipe, Rio Tarauacá: Vila Seabra, Rio Embira: Parte alta do rio, Rio Acre: cidade do Rio Branco, Xapuri, Porto Acre ou Antimari e dois postos de quinização no Rio Abuña e Boca do Acre, Rio Purus: Lábrea atendendo também ao rio Ituxi, Boca do Pauini, Rio Iaco: Sena Madureira e Rio Negro em Santa Izabel atendendo ao Rio Branco.

Acrescenta-se, sem melhoria nas condições de moradia e na alimentação dos seringueiros, não seria possível pôr um fim ao impaludismo. Para Ernani Motta,⁵³⁵ a irrupção de certas doenças tem a ver com aglomeração de pessoas em moradias precárias, o aumento populacional e o avanço na floresta, relacionados com o contexto social no qual os indivíduos se inserem.

Por sua vez, Wilson Alecrim assinala que as endemias estão associadas ao meio, à ocupação do espaço e às desigualdades sociais e no caso específico da Amazônia ao clima, à redução da umidade e ao *regime pluviométrico*,⁵³⁶ esses elementos propiciam que doenças como a malária se transforme. Dizendo de outro modo, nos meses mais quentes de junho a dezembro os insetos se multiplicam, a endemia se expande e nos meses chuvosos os insetos se retraem e o número de infectados diminui.

Rego Monteiro, em seu governo despótico, limitou-se a reduzir despesas, porém grandes quantias poderiam ser poupadas na divulgação das informações contidas no referido relatório à população rural e urbana, além de contribuir para recuo da incidência da doença, sem a necessidade de instalação de postos sanitários, inviável à época.

Setembro é um dos meses mais quentes no Amazonas, a região atravessa a estação seca, a umidade do ar diminui, as chuvas escasseiam, árvores esquecidas e submersas na estação chuvosa emergem nos rios agora com menor nível de águas, embarcações encalham nos bancos de areia, o firmamento sem nuvens mantém o intenso azul atmosférico e a paisagem se altera. Todavia, para as elites comerciais e políticas os ciclos não se renovaram e a Associação Comercial do Amazonas enviou a Assembleia Legislativa ofício com sugestões para solucionar problemas no âmbito econômico e financeiro e o extrativismo da goma elástica voltou à cena para o qual a Associação sugeriu:

Um grande empréstimo com os Estados Unidos, fundindo o da Sociéte Marseillaise, cujos seriam transferidos aqueles e alienando terras

⁵³⁵MOTTA, Ernani G. Fernandes da. **Fatores determinantes da situação da malária na Amazônia**. In Anais do 2º. Simpósio de Malária: Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. 25 (supl. II), 27-32, 1992.

⁵³⁶GONÇALVES, Maria Jacirema Ferreira, ALECRIM, José Duarte e ALECRIM, Wilson Duarte. **Malária e sua relação com o clima na cidade de Manaus**. In OLIVEIRA, Aldemir organizador. **Cidade de Manaus: visões interdisciplinares**. Manaus: Edua, 2003. pp. 245- 269.

devolutas se tanto fosse necessário para garantia dessa operação de crédito, que seria de \$80.000.000 que convertidos em nossa moeda, ao cambio atual daria margem para pagamento das dívidas internas e externas e saldos suficientes para valorização de nossa borracha, para o fomento em larga escala da agricultura, uma organização de trabalho em moldes todos especiais, abertura de estradas, enfim uma serie de serviços valiosos que viriam facilitar o pagamento de juros e amortizações do empréstimo e elevar o nosso Estado ao grau de prosperidade que tem juz.⁵³⁷

Essas sugestões foram acrescidas pela necessidade da exploração de madeiras e propaganda da castanha nas praças consumidoras. Os legisladores acataram parte da proposta e transformaram em projetos de Lei, autorizando o Poder Executivo a reduzir ou isentar os impostos aos particulares que, investissem na indústria extrativa de madeiras e a criar imposto adicional sobre a exportação da castanha para ser usado pela Associação como *propaganda e direta colocação dos produtos do Estado, nas praças importadoras, nacionais e estrangeiras*. Quanto à sugestão de empréstimo não foi acatada, mas seu teor seria aproveitado no próximo empréstimo que Rego Monteiro proporia contratar no ano subsequente.

No mês seguinte, a *Sociedade Valorizadora da Borracha, Limitada*, formada por elementos das Firms Aviadoras e gerenciada pelo poderoso negociante J. G. de Araújo, com o objetivo de proteger *os produtos de exportação*, neste caso a borracha, enviou à Assembleia uma petição para dispensa do *imposto de transmissão de bens e direitos que constituem as quotas com as quais os sócios entram para a formação do capital, bem assim do imposto de indústrias e profissões, durante a vigência do contrato: que é de onze anos*.⁵³⁸ A requerente assinalou estar na Câmara Federal discussão da proposta sobre *auxilio pecuniário à suplicante* buscando o *soerguimento* do extrativismo gomífero e interferência no mercado amazonense, ação da alçada do Governo Federal que, furtou-se em virtude dos fracassos anteriores por incompetência dos gestores do *negócio*.

A recém-fundada Sociedade Valorizadora da Borracha, constituída por Aviadores e exportadores, merece alguns questionamentos: por que os investidores e

⁵³⁷**Diário da Assembleia.** 3ª. Reunião ordinária da 10ª. Legislatura. Ano VIII. Manaus 11 de setembro de 1921. s/n. legível. Os deputados que elaboraram os projetos foram Franklin Washington, Paulo Emílio, Sobreira de Mendonça, Bretislau de Castro, Alcides Bahia, Gonçalves Dias, João Câmara, Joaquim de Paula e Esmerado Coelho (Relator).

⁵³⁸**Diário da Assembleia.** 3ª. Reunião ordinária da 10ª. Legislatura. Manaus 4 de outubro de 1921. Ano VIII. N. 42. Esse diário refere-se a sessão de 1º de outubro.

negociantes do látex não cultivaram seringueiras, gerando reservas para árvores silvestres e modificando o sistema de produção, teria sido por conta do tempo de amadurecimento da árvore? Seis a oito anos, não pareciam um obstáculo intransponível, enquanto isso os comerciantes permaneceriam atuando no mercado com a produção natural e não ficariam de mãos vazias. Poderiam iniciar um novo plantio; as sementes abundavam nos pés das árvores, talvez a recusa ao cultivo seria pelos custos com a compra de terras?

Sabe-se que o Governo do Amazonas desde o início da expansão econômica concedeu inúmeros lotes de terras para estrangeiros interessados na indústria extrativa.⁵³⁹ Por que as Casas Aviadoras não criaram esta Sociedade nos primeiros sinais do advento da crise? A Casa J. G. de Araujo, por exemplo, iniciou seus negócios em Manaus em 1875 e atravessou o período de declínio da economia extrativa sem fechar as portas, até ampliou seus investimentos em meio à crise e falência de várias Casas. Assim, acusar de incompetência a terceiros seria um modo de esquivar-se de responsabilidades que caberia às inúmeras firmas comerciais no Amazonas que, pouco, concorreram para o aumento das rendas públicas.

Monteiro solicitou ao Legislativo uma Reforma na Constituição Estadual propondo a alteração de parágrafos específicos como, o mandato de Intendente municipal que passaria a *nomeação* e não mais a *eleição*. Sem delongas, a Reforma constitucional foi aprovada em terceira discussão em 2 de fevereiro e promulgada em 14 daquele mês de 1922; estabeleceu no art. 87 parágrafo 2º *o superintendente da capital será nomeado e demitido livremente pelo governador do Estado*.⁵⁴⁰ A proposta não passava de pernicioso golpe sem conexão com a situação financeira, em poucos meses de governo Monteiro nomeou seus filhos Edgard de Rezende do Rego Monteiro para Superintendente de Manaus, Cláudio do Rego Monteiro para Secretário do Governo, Mário do Rego Monteiro para Chefe da Polícia Civil, assim todos os abusos administrativos cometidos foram referendados pela maioria no Congresso Estadual, presidido por seu genro, Turiano Meira.

⁵³⁹WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia...** Op. cit., p. 193. A brasilianista citando o norte americano Henry Pearson, observa que o mesmo escreveu: *ter um seringal na região amazônica é fácil [uma vez que] as terras não custam nada*. Assinala-se que quando as terras eram vendidas a preços irrisórios a nacionais e estrangeiros.

⁵⁴⁰Amazonas. **Constituições de 1891 a 1989**. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2002. Manaus p. 58

Como já foi visto, para melhor controle do poder estatal, salientou o excessivo número de servidores na Assembleia⁵⁴¹ e sugeriu enxugar a máquina administrativa, insatisfações ecoaram no Congresso, mas aos poucos a situação foi se acomodando, e rapidamente começaram as demissões de funcionários. Manaus vinha avolumando desencantamentos políticos e fervilhava de contradições e problemas sociais, apesar disso, o governador não se intimidou pelos opositores, demitiu o superintendente e colocou os desembargadores a disposição do Estado;⁵⁴² a Reforma alterou a escolha de juízes que passaram a prestar concursos, enquanto o procurador geral do Estado tornou-se um cargo comissionado e indicado pelo governador.⁵⁴³

Nota-se, como os adesistas das artimanhas autoritárias do governo também foram feridos pela reforma: o art. 18º instituiu *Nenhum deputado, desde o dia de sua eleição, poderá: a) celebrar contratos com o Governo Federal, do Estado ou do Município*. Em casos específicos que os privassem das funções, a Assembleia poderia conceder-lhes licença, ou o infrator perderia o mandato. A caça aos bruxos não tardou, ⁵⁴⁴ na sessão de 4 de abril presidida por Turiano Meira o deputado Alcides Bahia apresentou indicação assinada por quatro colegas⁵⁴⁵ declarando que, os deputados Capitão-tenente Paulo Emílio Pereira da Silva e Esmeraldo Américo Coelho perderam o mandato; submetida à discussão e votação a indicação foi aprovada por unanimidade.

No fechamento do primeiro semestre, Rego Monteiro decretou⁵⁴⁶ o fechamento da divisão de Terras e Obras Públicas, de Agricultura e Indústria Pastoril, e a Assembleia Legislativa revogou a Lei n. 941 de 16 de outubro de 1917, sobre concessão de terras indígenas:

Art. 2º. – O governador do Estado concederá às famílias ou tribos indígenas a área de terra, que a seu critério julgar conveniente, para domicílio e aproveitamento dessas famílias ou tribos, conforme o destino agrícola ou pastoril que for dado a essas terras.

Parágrafo único. – Desta concessão serão excluídas as terras que já tenham sido concedidas pelo Estado, e as que já estiverem ocupadas e

⁵⁴¹ MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem...** 1921. Op. cit., pp. 62;75;77.

⁵⁴² MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem...**1923. p. 29.

⁵⁴³ Idem, pp. 34;39.

⁵⁴⁴ Amazonas. **Constituições...** idem, p. 46. O artigo 18º foi uma emenda apresentada pelo deputado Esmeraldo Coelho, firmada por: Brestilau de Castro, Lícínio Silva, Otavio Pires, Cunegundes Machado, Sobreira de Mendonça, Telesphoro de Almeida, Omena Farias, Huascar de Figueiredo, Aureliano Oliveira, Ayres de Almeida, Waldemar Pedrosa, Regalado Batista, Joaquim de Paula, Vicente Araújo.

⁵⁴⁵ Deputados Huascar de Figueiredo, Rafael Banayon, Joaquim Tanajura e Vicente Reis.

⁵⁴⁶ MONTEIRO, Cesar do Rego. Decreto n. 1.456 de 1º de junho de 1923.

cultivadas por qualquer pessoa, com residência habitual e cultura efetiva.⁵⁴⁷

Este projeto de lei foi enviado à Mesa por Regalado Batista, Vicente Reis e Brestilau de Castro e foi aprovado sem discussão na sessão seguinte, e sancionado em 25 de abril como resolução. Assim, o processo de intromissão em terras indígenas, que vinha ocorrendo por mais de quatrocentos anos, foi reiterado pelo Estado que, oficialmente, deveria assegurar a integridade cultural e territorial dessas populações. O Poder Legislativo nem se deu ao trabalho de desencorajar mais este abuso de poder e, portanto, não debateu a sucessão de problemas que a Lei causaria às nações indígenas, explicitamente favorecendo as Casas Aviadoras, Seringalistas e parte das elites políticas com propriedades na zona rural, encorajando a invasão as terras indígenas para ampliação de seringais, de castanhais e de criação de animais.

A crise econômica, política e social não era exclusividade do Amazonas, o pós-guerra trouxe consigo para o Brasil a baixa nas exportações do café, alta inflação e carência de capitais e mais um conflito envolvendo militares, em parte opositores de Arthur Bernardes, que se viram envolvidos no episódio das *Cartas Falsas*,⁵⁴⁸ supostamente escritas por ele, nas quais troçava do Marechal Hermes da Fonseca e demais militares.

Apesar de Bernardes escrever para Epiácio Pessoa alegando estar sendo vítima de falsificação, declaração acatada por ambos, as manifestações militares emergiram no Rio de Janeiro em julho de 1922 contra Bernardes, candidato a sucessão presidencial. Abriu-se inquérito e muitos militares foram presos. Epiácio Pessoa imediatamente decretou estado de sítio para o Estado do Rio de Janeiro e capital federal;⁵⁴⁹ as tensões não encolheram, prenunciava-se o movimento tenentista.

Manaus estava abarrotada de trabalhadores saídos dos seringais em busca de trabalho, já haviam saqueado e depredado os seringais pelo caminho em busca de alimentos e agora enfrentavam a fome na cidade, juntamente com os servidores públicos

⁵⁴⁷**Diário da Assembleia.** 3ª. Reunião ordinária da 10ª. Legislatura. Manaus 5 de abril de 1922. Ano VIII. N. 31.

⁵⁴⁸CARONE, Edgard. **A República Velha...** Op. cit., pp. 348-352. Os militares estavam irritados com a escolha de civis para o ministério das Forças Armadas.

⁵⁴⁹Idem, p. 368.

que não recebiam há meses seus vencimentos. Rego Monteiro solicitou auxílio ao governo federal alegando *calamidade pública*.⁵⁵⁰

Em resposta, Epitácio Pessoa, que governou em estado de sitio até o final de seu mandato como repressão as manifestações das *classes médias* – civis e militares - e *operários*⁵⁵¹; aconselhou a Monteiro que facilitasse o êxodo rural dos desempregados e informou que as companhias de navegação estavam *autorizadas* a transportar os extratores que desejassem retornar ao Nordeste.⁵⁵²

Monteiro com sarcasmo assinalou em mensagem aos congressistas que a indiferença do presidente despovoaria o Amazonas; além disso, as obras realizadas por E. Pessoa no Nordeste necessitariam de braços e engrandeceriam o *quatriênio presidencial* às voltas com inúmeras agitações políticas, mesmo assim era incompreensível a *solução* proposta e, sem nada poder fazer, limitou-se em presenciar os embarques diários de grupos e famílias de nordestinos em busca de melhores condições de vida.

Finalizou o relato aos deputados afirmando que a debandada dos nordestinos, financiada pelo governo federal, foi prejudicial à última *safrá da borracha* ⁵⁵³ e os seringalistas seriam compelidos a financiar novamente os braços nacionais de nordestinos, interessados em migrar para o Amazonas. Também era incompreensível a insistência do governador na absorção de braços, quando os mercados consumidores da borracha permaneciam retraídos e a referida safrá permaneceria estocada como as anteriores.

Rego Monteiro alimentou, ardilosamente, em sua gestão a ideia de que o Estado do Amazonas receberia a indenização da União pela posse do território do Acre e sanaria os déficits financeiros. No entanto, o processo movido contra a União em 5 de dezembro de 1905, representado por Rui Barbosa, se alongou por mais de trinta e um anos, resultando na perda definitiva para o Estado de parte do território e alguns contos de réis de indenização,⁵⁵⁴ baldando os anseios dos representantes políticos do

⁵⁵⁰MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem Lida perante a Assembleia Legislativa, na abertura da Segunda sessão ordinária da Décima Primeira Legislatura, a 14 de julho de 1923**. Manaus: Seção de obras da Imprensa oficial, 1923. p.21.

⁵⁵¹CARONE, Edgard. Idem, p. 373.

⁵⁵²MONTEIRO, C. do R. **Mensagem...** Idem, p. 21.

⁵⁵³Idem, p. 25.

⁵⁵⁴LEME, Ernesto. Apud Rui BARBOSA. **O direito do Amazonas ao Acre Setentrional**. Rio de Janeiro: Fundação casa de Rui Barbosa, 1984. Obras completas de Rui Barbosa, v. 37. T. 6. 1910. pp. XXXII - XXXIII.

Amazonas, que buscavam saídas nesta ação judicial para a crise sem fim da exportação da borracha, dissimulando a corrupção e a incompetência administrativas.

Nesta mensagem acusou seus antecessores pelos *esbanjamentos* e empréstimos externos motores da crise que o Amazonas atravessava e retomou o empréstimo contraído por Antônio Constantino Nery em 1906 na França, considerando-o lesivo ao Estado e destacando que conforme o relato da Comissão de Orçamento e Fazenda foi a *mais suspeita operação de que há notícia na história financeira dos povos*;⁵⁵⁵ e arrematou, aquele governador não satisfeito efetuou mais dois pequenos empréstimos com a Societé Marseillaise e com a Casa Dusendschon no valor de dois mil contos de réis cada, sem autorização do Legislativo; concluindo que C. Nery se submeteria a tudo apenas para *receber algum dinheiro*.⁵⁵⁶ Deliberadamente Monteiro mexeu no vespeiro Nery.

Neste contexto agitado, dominado por ações restritivas e garantias constitucionais suspensas no âmbito Nacional, que Monteiro, após as críticas aos empréstimos externos do Estado, propôs reintroduzir o capital estrangeiro no Amazonas e iniciou as negociações com banqueiros em Nova York, a fim de contratar empréstimo no valor de vinte e cinco milhões de dólares, a juros de 8% ao ano, com prazo de trinta e cinco anos para amortização.

Caso o insidioso contrato fosse selado, o Sindicato prestamista poderia intervir nos *mercados* para valorização da produção de borracha amazonense, instalaria em Manaus uma fábrica para manufatura de látex com 50% de braços nacionais, fundaria um Banco na cidade, promoveria uma linha de navegação com escala nos portos dos Estados Unidos e da Europa, construiria uma estrada de ferro de Manaus a Guiana Inglesa através da região do Rio Branco e, instalaria comunicações nas principais cidades do Amazonas com telefones sem fio.

Os delegados do Amazonas deputados, Franklin Washington Almeida e Conde Marco de Panigai levaram ao Sindicato a proposta do governo: este cederia um edifício para instalação do Banco com isenção de impostos, ampliaria a taxa de amortização do empréstimo a cada vez que a receita fosse maior que a previsão orçamentária, não contrairia outro empréstimo enquanto não liquidasse este, faria concessões ao Sindicato para estradas de ferro; asseguraria por cinquenta anos a concessão da comunicação;

⁵⁵⁵Idem, p. 79.

⁵⁵⁶MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem... 1921**. p. 82.

reduziria 15% nos impostos dos produtos exportados pelo Sindicato e de todos os maquinismos importados pelo mesmo.

O ponto alto das obrigações do Estado com o Sindicato norte americano seria a concessão de terras devolutas para exploração de seringueiras, castanha, algodão, cana de açúcar, pecuária e madeiras. Rego Monteiro concederia em excesso em troca de escassas garantias, além disso, evocava assuntos tratados no Plano de Valorização da Borracha. Epitácio Pessoa interditou o empréstimo ao ter conhecimento do Contrato, avisado pelo ministro das Relações Exteriores Azevedo Marques que telegrafou ao governador acentuando os riscos das *concessões de hipoteca de terras brasileiras*,⁵⁵⁷ particularmente porque uma porção localizava-se nas fronteiras e era de domínio e jurisdição da União, ferindo a Constituição Federal. Portanto, alertava ao governador que se esquivasse de *contratos onerosos e de difícil cumprimento para o estado que tão dignamente v. exa. está presidindo, embora nenhuma responsabilidade caiba à União ou ao governo federal nas obrigações assumidas pelos Estados*.⁵⁵⁸

Silvério Nery não deixou passar em branco os deslizes do governador e as acusações ao irmão e combateu firmemente o governo de Rego Monteiro. Em relação ao empréstimo de 1906 S. Nery se defendeu publicamente no Senado, assinalando que aconselhou por carta ao *general* Constantino Nery a não executá-lo, mesmo que, esta operação tenha se efetivado em prol do embelezamento da capital do Amazonas; e o empréstimo Funding Loan de 1915 realizado por J. Pedrosa recebeu o aval do presidente Wenceslau Brás.⁵⁵⁹

Não obstante, acrescentou o senador Nery o empréstimo que intentava Rego Monteiro no contrato com o The J. G. White Engineering Corporation,⁵⁶⁰ poria em risco a *integridade nacional* além de ser *imoral e antipatriótico*.⁵⁶¹ Por fim, argumentou que, desde as divergências com o governador Antonio Bittencourt perdeu a liderança na política local, e não poderia ser responsabilizado por estas administrações.

Vale lembrar que, o senador Nery atuava nos bastidores e tecia intrigas, fazia alianças e desfazia acordos e, em períodos de eleições, sustentava as dissidências, as

⁵⁵⁷ MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem ...1923**. Op.cit., pp. 49.

⁵⁵⁸ Idem, p. 50. Telegrama do Ministro das Relações Exteriores Azevedo Marques para Rego Monteiro.

⁵⁵⁹ NERY, José Silverio. **Política do Amazonas**. Discursos proferidos pelo Senador Silverio J. Nery, no Senado da República, em 1923, em defesa de sua administração no governo do Estado. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas do Jornal do Comércio, 1923. pp. 6-7.

⁵⁶⁰ Idem, p.14.

⁵⁶¹ Idem, pp.17-18.

coesões e as cisões; as oligarquias se desdobravam em outras e articulavam novas parcerias, nem de longe havia rompimentos definitivos entre as hostes que atuavam como oposição ou aliados, alimentando-se da instabilidade política.

O deputado Huascar de Figueiredo apresentou longo discurso na Assembleia e salientou que outros empréstimos foram realizados *quando a riqueza do estado era suficiente para produzir milagres e fortunas imprevistas e fazê-los não era desonesto...contanto, que deles nenhuma escrituração ficasse no Tesouro e que o pobre Amazonas apenas ficasse com a certeza dolorosa de os pagar*⁵⁶² e, mais diretamente, se dirigiu aos Nerys

É triste, Sr. Presidente, [da Assembleia] reconhecer os efeitos desse trabalho de descrédito que os grupos adversários levantaram e que tanto se vangloriam, não somente aqui como ainda no Senado federal. Fizeram eles, porventura, um trabalho patriótico, prestaram um serviço ao Estado em cujo nome, sempre falam para o conservar na miséria e na bancarrota?⁵⁶³

Nos anais da Assembleia do Amazonas este foi o único discurso encontrado em defesa de Rego Monteiro que, após o veto do seu famigerado empréstimo, considerava-se vítima das medidas rígidas de Epitácio Pessoa e criticava o reiterado tratamento de abandono dispensado ao Amazonas, dependente da mentalidade cristalizada dos governos da União sobre a improbidade da sociedade e dos homens públicos no Estado, portanto bastaria uma intriga da oposição para as propostas administrativas tornarem-se inadequadas, suspeitas e antagônicas aos *interesses do Estado*.⁵⁶⁴

Desculpava-se, alegando que as terras do Estado não seriam vendidas e não estava infringindo a legislação brasileira, sua pretensão era atrair o investimento estrangeiro. Todavia, pôs em redoma como saldaria o empréstimo naquela situação de insolvência que o Amazonas se encontrava, posto que, as rendas eram insuficientes para pagar as dívidas internas⁵⁶⁵ e os déficits transitavam de ano para ano.

A 3 de março de 1923 Monteiro relançava a proposta de desenvolvimento econômico para o Amazonas, telegrafou ao embaixador brasileiro e à União Pan-

⁵⁶²**Diário da Assembleia.** 2ª. Reunião ordinária da 11ª. Legislatura. Manaus 16 de julho de 1923. Ano X. N. 1. O discurso foi publicado no Diário de 26 de julho.

⁵⁶³Idem.

⁵⁶⁴MONTEIRO, Cesar do Rego. **Mensagem ...1923**. Idem, p. 55.

⁵⁶⁵Idem, p. 77.

americana em Washington e solicitou o anúncio na imprensa norte americana que, o Amazonas oferecia aos negociantes e Companhias interessados em se estabelecer na região *garantias e facilidades*⁵⁶⁶ para exploração do extrativismo da goma elástica, balata, madeiras, essências, plantas oleaginosas e outros produtos. Quatorze dias depois, o ministro das Relações Exteriores, Felix Pacheco, escreveu a Monteiro solicitando informações sobre quais *favores* seriam ofertados pelo Amazonas para a atração de capitais para o extrativismo da borracha.

Em resposta o governador informava sua intenção de facilitar a imigração para Amazonas.

O Estado possui grandes áreas de terras devolutas em pontos acessíveis à navegação regular de navios de pequeno e grande calado, prestando-se as mesmas terras e culturas diversas, contendo seringais, castanhais e outras indústrias. Na região do Rio Branco há grandes campos utilizáveis à criação, em larga escala, possuindo também minerais preciosos. O Estado receberá imigrantes de diversas raças, [...] Os impostos de exportação da competência do Estado poderão ser diminuídos e até mesmo suprimidos, estabelecendo-se uma compensação proporcional sobre os capitais empregados no seu território, em percentagens fixas. De acordo com a legislação estadual, as terras devolutas serão cedidas para plantações e estabelecimentos de indústrias dentro dos prazos combinados.⁵⁶⁷

As compensações aos estrangeiros não pareciam menores que as condições do empréstimo cancelado, a exceção do valor, porém, o suposto projeto de desenvolvimento econômico foi reprovado outra vez, pelo governo federal. Lamentava-se Monteiro porque suas intenções para engrandecimento do Estado foram desvirtuadas.

Desde início do regime republicano é possível acompanhar o discurso exaustivo dos governantes no Amazonas propagando os lucros obtidos por investidores com a extração do látex, ancorado nessa ideia Rego Monteiro pautou a proposta de empréstimo com o acréscimo da doação de terras devolutas aos interessados em explorá-las, como saída para crise regional. Observa-se que nestes termos, a propriedade fundiária ao invés de trazer melhorias à região depreciava o trabalho dos extratores, não estimulava o investimento técnico e nem o cultivo da seringueira e enriquecia somente o posseiro.

⁵⁶⁶Idem, p. 58

⁵⁶⁷Idem, p. 62.

Entretanto, *as previsões para o ano de 1922 eram pouco estimulantes* e⁵⁶⁸ os estoques da produção não se limitaram à Amazônia, a crise internacional alcançou os produtores asiáticos que sofreram com a queda dos preços. Assim sendo, era pouco inteligente o oferecimento de terras devolutas aos norte-americanos para extração de borracha e outros recursos naturais quando no momento àquele país comprava a produção do Oriente a mais de uma década; em relação somente a posse das terras devolutas os capitalistas americanos abriram os tentáculos para sugá-las, mas não obtiveram sucesso.

Na década de 20, Manaus não era mais considerada pelos poderes públicos como a capital próspera e promissora, a decadência e a miséria a assombravam e a imagem de cidade rica, moderna, pacífica e harmoniosa propagada pela documentação contemporânea e historiografia tradicional eram floreios de imagens para os estrangeiros, essa imagem era invisível aos nativos e migrantes trabalhadores urbanos⁵⁶⁹ ou rurais, decerto não existiu nem nos tempos de expansão comercial da borracha, a propalada abundância foi abocanhada por uma dúzia de estrangeiros e alguns políticos locais.

A capital do Amazonas no final do século XIX e a primeira década do século XX absorveu a ideia de modernização e reorganização do espaço urbano como a maioria das capitais brasileiras, entretanto, Manaus não perdeu suas características de vilarejo e suas limitações sociais e econômicas; apesar da higienização do espaço, dos melhoramentos urbanos e belas fachadas, edificadas pela mão de obra italiana presente na cidade desde a Província;⁵⁷⁰ a modernização foi direcionada às elites políticas e comerciais, a população em geral ficou à margem dos projetos de desenvolvimento regional, que não foram executados.

A posse de Arthur Bernardes da Silva em novembro de 1922 transcorreu sem muitos problemas primeiro, porque o Rio de Janeiro estava sob o estado de sítio decretado por Epiácio Pessoa e segundo, porque mudaram a cerimônia de posse do senado para Câmara; o estado de sítio tornou-se assim uma arma truculenta e repressiva

⁵⁶⁸ LOUREIRO, Antonio J. Souto. **Tempos de Esperança** (1917-1945). Op. cit., p.28.

⁵⁶⁹ Sobre a exploração e marginalização dos trabalhadores urbanos ver COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915)**. São Paulo: PUC, 1997. Dissertação de mestrado (mimeo). DIAS, Edineia Mascarenhas. **A ilusão do fausto: Manaus 1890-1920**. Manaus: editora valer, 1999. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)**. Manaus: Ed. Valer, 1999.

⁵⁷⁰ MESQUITA, Otoni. **Manaus: História e arquitetura 1852-1910**. 3ª edição. Manaus: Ed. Valer/ Prefeitura de Manaus/ Uninorte, 2006. pp. 185-188.

de governos autoritários às reações contrárias da população e da oposição política. Arthur Bernardes decretou o estado de sitio por duas vezes em 1923; Um grupo de militares pretendia impedir a investidura de Bernardes que também sofreu a rejeição de Nilo Peçanha, Borges de Medeiros e J.J. Seabra.⁵⁷¹ No primeiro ano de governo o general *Izidoro Dias Lopes e capitães Joaquim e Juarez Távora visitaram as divisões militares do país inteiro, verificando as possibilidades de concretizar uma ação efetiva*,⁵⁷² objetivando a deposição do Presidente Arthur Bernardes.

Também em Manaus os problemas se avolumaram em todos os setores e em setembro de 1923, o desconhecido *mal de Lázaro* ocupou espaço entre os debates na Assembleia do Amazonas e o deputado João Siqueira discursou longamente sobre o assunto, por considerá-lo *gravíssimo*, porque anos antes nem se conhecia esta doença e naquele momento marchava veloz no Amazonas; no ano de 1922 foram registrados 342 casos e no corrente ano 440 só na capital, e quase 1000 casos por todo o Estado.

A má alimentação, os hábitos desordenados dos moradores da zona rural, o suor e as picadas de *carapanãs* e outros insetos, estavam dentre as causas presumíveis da doença, assim como os *transportes de doente, falta de cuidado nas barbearias [...] aperto de mãos e beijos*.⁵⁷³ Siqueira destacava: nem a sífilis e nem a tuberculose prejudicavam o indivíduo como a lepra e deixavam a aparência *horripilante* no doente e finalizou que, o *mal* tinha cura caso fossem empregados os recursos necessários para combatê-lo.

A temporada de caça não estava encerrada na Assembleia Legislativa e o deputado Raphael Banayon relator do parecer da Comissão de Poderes decidiu pela perda do mandato dos pares Galdino Ramos e Astrolábio Passos.

A justificativa da Comissão baseava-se na Constituição Estadual e o *Art. 18º. Letra b*, que obstava aos deputados, desde o dia da eleição, aceitar outra função remunerada, mesmo assim Galdino Martins de Souza Ramos aceitou a chefia de gabinete Químico da Alfândega de Manaus, *emprego remunerado, de caráter permanente, compreendido nos quadros do funcionalismo federal*,⁵⁷⁴ e Astrolábio Passos foi designado para o cargo remunerado de médico da Profilaxia Rural do

⁵⁷¹CARONE, E. **A República Velha II...** Op. cit., p.373.

⁵⁷²COHEN, Ilka Stern. **Bombas sobre São Paulo: A Revolução de 1924.** São Paulo: Unesp, 2007. P. 25.

⁵⁷³**Diário da Assembleia.** 2ª. Reunião ordinária da 11ª. Legislatura. Manaus 12 de outubro de 1923. Ano X. N. 23.

⁵⁷⁴**Diário da Assembleia.** 2ª. Reunião ordinária da 11ª. Legislatura. Manaus 14 de outubro de 1923. Ano X. N. 24

Amazonas com as mesmas prerrogativas, incompatibilizando-os com o disposto no referido artigo, o que foi aprovado.

2. 1924 em Manaus os tiros e os discursos

Em 1924 o governador Rego Monteiro convocou a Assembleia Legislativa para reunião extraordinária de 20 de fevereiro para solicitar a revisão do orçamento vigente. Quatro meses depois, o presidente da Assembleia Turiano Meira assumiu o governo devido à suposta *precariedade da saúde do Desembargador Rego Monteiro*.⁵⁷⁵ Em mensagem para os congressistas o governador interino assinalou a necessidade de recebimento da indenização do Governo Federal pelo território do Acre,⁵⁷⁶ destacou as eleições para Câmara e Senado federais e como as coletorias na zona rural estavam funcionando rigorosamente com fiscalização e contenção do contrabando com pequenas dificuldades em municípios que, a *ação política*⁵⁷⁷ impedia o trabalho dos fiscais. A capital após *sucessivas comoções produzidas pelo desassossego e insegurança*,⁵⁷⁸ ocorridas nos anos de 1923 e 1924, mantinha-se em ordem sob a defesa do chefe de Polícia Civil, Mário do Rego Monteiro.

Embora os dados sejam insuficientes, o resquício das reivindicações não atendidas na greve de estivadores em 1919 respingou nos anos de 1923 e 1924, constata-se a ocorrência de greve deflagrada em 1923 sob a alegação dos trabalhadores que, a jornada de oito horas era vigente em diversas capitais brasileiras. Em reunião com a Associação Comercial do Amazonas o presidente do Sindicato dos Estivadores propôs a redução da jornada; os comerciantes aceitaram a redução, mas com a condição de quando as empresas considerassem as horas extras necessárias, não houvesse objeção por parte dos estivadores; a ACA levou a proposta para firmas Manaus Harbour e Booth Line Company informando que, as Casas exportadoras não ofereceram oposição e

⁵⁷⁵ MEIRA, Turiano Chaves. **Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa na abertura da terceira sessão ordinária da Décima Primeira Legislatura, a 14 de julho de 1924**. Manaus: Imprensa pública, 1924.

⁵⁷⁶Idem, p.13.

⁵⁷⁷Idem, p. 28. O governador em exercício declarou que houve um aumento na internação de indigentes em Manaus.

⁵⁷⁸Idem, p. 33.

acatarem o acordado; as concessionárias inglesas discordaram do proposto e ainda por cima, criticaram a Associação pelo encaminhamento das negociações.

No dia 5 de junho os estivadores iniciaram a greve, dois dias depois decidiram cruzar os braços para todo o comércio, a Associação Comercial reuniu-se outra vez com os líderes sindicais e pediu explicações, no mesmo dia deliberaram com a presença das firmas Manaus Harbour e Booth Line uma contraproposta de nove horas de trabalho e *nove mil reis diários*;⁵⁷⁹ os estivadores não aceitaram e excluíram o presidente e o secretário do Sindicato por acordarem sem consultá-los. No dia 8, o chefe de polícia Mário Monteiro fez a intermediação entre as partes e em reunião as empresas inglesas concordaram no aceite de todas as exigências, encerrando o episódio.

No início de 1924 os trabalhadores do porto fizeram nova greve reclamando aumento salarial; mas dessa vez, os comerciantes e companhias de navegação recrutaram todo tipo de mão de obra provisória: populares, tripulação, prisioneiros e outros; as negociações estancaram com a alegação dos patrões de que, a crise econômica decorrente na queda das exportações impossibilitaria o reajuste salarial solicitado.

O Relatório do chefe da Comissão de profilaxia rural para o governador declarou que com o auxílio do governo federal diminuiram os casos de impaludismo e verminoses, porém, seria importante a construção de um espaço para os infectados com o mal de hansen se furtarem aos olhares de *curiosidade*, para tanto, o médico requeria ao governador o prédio da ex-penitenciária localizado em Paricatuba, na outra margem do Rio Negro, para *hospitalização restrita* e tratamento dos leprosos.

Neste contexto prenhe de incertezas, tensões e contradições, os militares entraram em ação em Manaus, encaminharam-se para o Palácio do governo, mas Turiano Meira saiu pelos fundos. Para Agnello Bittencourt testemunho contemporâneo, o movimento militar de 23 de julho de 1924 se iniciou como uma parada militar:

Uma força do 27.º Batalhão descia a avenida Eduardo Ribeiro, conduzindo a artilharia. Os soldados marchavam na ordem, em forma, como se fossem realizar uma parada. Mas o carro de guerra, que puxavam, despertou a inquietação em toda a gente, que observava o desfile da tropa. Dez minutos depois, ouviam-se o ruído da fuzilaria e alguns disparos de canhão, em rumo do Quartel da Polícia. A população de Manaus ficou sobressaltada, tomada de grande pânico. Todas as portas se fecharam. O tiroteio não demora senão uma hora.

⁵⁷⁹Ver PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op., cit. pp. 240-250.

Sabe-se então que aquela unidade do Exército comandada pelo Capitão José Carlos Dubois, revolta-se, depondo autoridades constituídas do Estado.

Turiano Meira, Governador em exercício, que substituíra Cezar do Rego Monteiro, em viagem a Europa, retira-se pelos fundos do Palácio Rio Negro, visto que este fora atacado de surpresa, pela frente. O 1.º Tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior faz a ocupação efetiva desse prédio que era a sede governamental. No quartel da polícia, o Coronel Pedro José de Souza, não desmentindo a sua lealdade de velho soldado, resiste ao ataque, até ser gravemente ferido. É ocupada também aquela posição. Estava a revolta triunfante.⁵⁸⁰

O relato deixou algumas lacunas e certo exagero. Um levante militar com tiroteio intenso por uma hora direcionado ao quartel da polícia sem homens suficientes para resistência poderia ser caracterizado como triunfante?

Os militares prenderam o chefe de polícia Mário do Rego Monteiro, apossaram-se das comunicações telegráficas e fluviais e a troca de tiros foi encerrada. Em seguida, convidaram para assumir o governo o desembargador Antônio G. Sá Peixoto presidente do Tribunal de Justiça e o deputado Antônio Aires de Almeida Freitas vice-presidente em exercício da Assembleia Legislativa, no entanto, ambos rejeitaram. O Primeiro Tenente Augusto Ribeiro Junior se viu forçado a aceitar o cargo de governador do Amazonas.

No discurso dos líderes militares rebelados no Amazonas, o ex-governador representava um *reflexo do chefe do poder central* e das práticas republicanas desregradas e *despudoradas*. *O nosso objetivo é, exclusivamente, o cooperar nessa gigantesca e sacrossanta cruzada de beneficiamento para o país e de liberdade para seu povo.*⁵⁸¹ Essa fala sugeria o caráter nacional do movimento contra a opressão sofrida pelo “povo” pelo domínio das elites políticas. Neste sentido, Rego Monteiro ou Turiano Meira quem estivesse no governo seria deposto.

Porém, o discurso do Primeiro tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata no dia 23 de julho estava carregado de tintas revolucionárias e foi direcionado para o chefe de polícia Mário do Rego Monteiro, e aos demais familiares:

⁵⁸⁰ BITTENCOURT, Agnello. **O momento histórico**. Boletim Maçônico, ago/set, 1924.

⁵⁸¹ Apud Temístocles Cunha. **No país das Amazonas**: a revolta de 23 de julho. Salvador: Livraria Catilina, 1925. pp. 16-21. Assinou o discurso de cunho nacional Capitão José Carlos Dubois, Capitão Médico Francisco Batista de Almeida, Primeiros Tenentes José Lemos Cunha, Aurélio Linhares, Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, José Backer Azamor, Primeiro Tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, Raimundo Villaronga Fontenelle, Loé Gutierrez Simas, Aluizio Pinheiro Ferreira, Osmundo Annequim, Sebastião Mendes de Holanda, José Dias Vieira, Segundos Tenentes Pedro Alves da Cunha, Abílio Costa, Antônio Mendes da Silva e Euclides Joaquim Lins.

O povo não nos faz mal. É ele a vítima da ambição deste ladravaz, que na sua ignorância perversa, se supunha rei e dono do estado, ele e mais o resto de sua família, capitaneados todos pelo ladravaz-mor, que, a tempo, fugiu ao castigo que o esperava...Do povo faminto nunca te lembraste, tu que já foste faminto também, senão para lhe roubares o suor do rosto, [...] O teu pai, com as algibeiras cheias de dinheiro que furtou ao tesouro público, fugiu a tempo para Europa, [...] Acabaram-se as extorsões de castanhais que encheram o bolso do teu irmão Cláudio, o mais voraz de todos, que também escapou ao chicote do castigo e vai gozar, no Rio, o fruto da sua ladroíce... Para pagar os crimes de todos, ficaste apenas tu, aconselhado pela tua candidez de bacharel ignorante... Tu e o seu irmão Edgard, que dizem, é o melhor de todos...[...] Dizem que é o melhor de todos, porque pagava os empregados municipais. Isso, porém, apenas prova que as rendas municipais dão para pagar-lhes e ainda deixam sobras para ele meter no bolso...Mas, pensas que vais gozar tranquilamente o dinheiro que roubaste à miséria do funcionalismo e que possuis nos bancos? Estás enganado. É com teu dinheiro que vai ser custeada esta revolução. Nós os militares não ambicionamos o Poder. O que nós queremos é extirpar a corja de ladrões que empobrecem o Amazonas extorquindo os dinheiros do povo...⁵⁸²

Duas ideias podem ser extraídas desse discurso, a primeira, não houve menção direta à oposição política ao presidente Arthur Bernardes e a segunda voltava-se à solidariedade e o auxílio à população amazonense, que se encontrava em estado de miséria em decorrência da corrupção administrativa; a identificação desses militares com a insatisfação de grupos locais em relação à ordem política e social vigente não foi uma estratégia para obter apoio, mas algo concreto.

O movimento dos militares em Manaus, apesar de ter sofrido influência do de São Paulo, não foi uma ação conjunta, mas manteve-se no nível local denunciando os *administradores ímprobos e francamente ladrazes*,⁵⁸³ como assinalou o Primeiro-Tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, após um mês no governo do Amazonas. No dia seguinte foi preso juntamente com demais militares e participantes do movimento pelas Forças de Destacamento do Norte, sob o comando do General João de Deus Menna Barreto.

No início de setembro, enquanto não chegava o interventor federal o governador interino coronel Raymundo Rodrigues Barbosa decretou a extinção da Força Policial do

⁵⁸²Idem, pp. 10-16.

⁵⁸³**Jornal do Povo**, Manaus 27/08/1924.

Amazonas porque *deixou de corresponder, na grave emergência que subverteu a ordem pública*⁵⁸⁴ e aos objetivos da organização e, no mesmo dia, por meio do decreto n. 1.499 criou a Guarda Civil de Manaus, *sob a jurisdição imediata do chefe de Polícia*.

Em 2 de dezembro iniciou o governo do Interventor Federal Alfredo Sá⁵⁸⁵ para o qual a insurreição militar ocorrida em Manaus em 23 de julho de 1924 e reprimida pelas forças legais enviadas do Rio de Janeiro estava *filiada*⁵⁸⁶ à rebelião em São Paulo, ambas almejavam a deposição do presidente Arthur Bernardes e não teve relação com os anseios dos amazonenses. Apesar do percurso da narrativa dos insurgentes demonstrarem o caos financeiro no Amazonas, a insatisfação da população e a corrupção administrativa.

O Interventor propôs o conagração entre adversários e negociou com os líderes das facções políticas e dissidentes a fusão dos partidos em um único, que foi oficializado com um acordo assinado a 12 de março de 1925 em benefício da *reabilitação do Amazonas*.⁵⁸⁷

Alfredo Sá encontrou o Estado endividado e impossibilitado de saldar suas dívidas, em descrédito no país e no estrangeiro, vítima de abusos políticos e corrupção administrativa, somado à depreciação da exportação do látex elementos que lançaram o Amazonas a situação social caótica e extrema pobreza, somente um trabalho honesto e moroso poderia alterar aquela conjuntura.

Em dezembro de 1924, encontrou nos cofres públicos a quantia de 1.490 contos de réis e as folhas de pagamento do funcionalismo público vencidas há seis meses. O interventor focou suas medidas na fiscalização da arrecadação das receitas estaduais, evitando os variados processos de fraude na Recebedoria, por parte dos fiscais e das Casas exportadoras. Em Manaus não existia um fiscal alfandegário para vistoriar o *beneficiamento*⁵⁸⁸ da borracha destinada aos armazéns privados, igualmente para castanha sobre a qual se cobrava imposto por cem litros e se encaixotava cento e doze

⁵⁸⁴BARBOSA, Raymundo Rodrigues. Decreto n. 1.498 de 6 de setembro de 1924.

⁵⁸⁵Ver Antonaccio, Gaitano. **Políticos influentes no Amazonas** (de 1889 a 2005). Manaus: Imprensa oficial do Amazonas, 2006. pp. 109-111. Alfredo Sá nasceu em Grão-Mogol no Norte de Minas em 11 de setembro de 1878, a família mudou para Ouro Preto, depois para São Paulo em 1897 e para Belo Horizonte onde concluiu o curso de Direito, foi Promotor de Justiça e Juiz do município de Teófilo Otoni, Senador até 1924 quando foi nomeado por Arthur Bernardes seu ex colega de faculdade Interventor Federal do Amazonas. O governo do Interventor iniciou em 2 de dezembro de 1924 e encerrou em 30 de novembro de 1925.

⁵⁸⁶SÁ, Alfredo. **Mensagem à Assembleia Legislativa do estado em sua reunião extraordinária de 13 de dezembro de 1925**. Manaus: Imprensa oficial, 1925. p. 5.

⁵⁸⁷Idem, pp. 7-8.

⁵⁸⁸SÁ, Alfredo. **Mensagem...1925**. pp. 8-9. Verificação da pesagem, classificação e encaixotamento da produção.

litros. A deslealdade tornou-se parte do cotidiano das Casas exportadoras quando se tratava do pagamento dos impostos de exportação.

Alfredo Sá ordenou a presença de um fiscal e a observação da pesagem correta da castanha; encerrou atividades da cobrança de impostos por parte da Associação Comercial do Amazonas, assinalando a responsabilidade exclusiva da Recebedoria de Rendas Públicas. Talvez para não ferir brios, deixou de declarar que a referida Associação era presidida por comerciantes e exportadores e os benefícios da redução dos impostos interessava aos seus membros, mesmo lesando o Estado que estava cego para essas ações fraudulentas.

A Associação Comercial do Amazonas ao longo de três décadas de intensa exportação do látex esteve estreitamente ligada às decisões governamentais estaduais. Lançou sua primeira revista em 1908, auxiliou na organização de exposições da borracha, congressos, manteve negociações com a Associação Comercial do Pará, intermediou hostilidades políticas entre os dois Estados, durante a disputa territorial, e cruzou os braços diante das arbitrariedades ocorridas nos seringais pelos seringalistas e pelo contrabando operado por inúmeras firmas exportadoras, como exemplo, a J. G. Araújo & Cia,⁵⁸⁹ exportador e aviador, proprietário de terras na região do Rio Branco (atual Estado de Roraima), com seringais e criação de gado, comprava mercadorias dos Estados Unidos e Europa fugindo da cobrança dos impostos com o selo de *em trânsito para a Colômbia*.⁵⁹⁰ Vale advertir, que o transporte dessas mercadorias era realizado nas embarcações dos negociantes e casas exportadoras.

O interventor exigiu os *balancetes mensais* dos fiscais aduaneiros que demoravam meses ou anos para enviá-los ao Governo. Substituiu, dispensou e contratou novos funcionários para fiscalização nos postos e ambulantes para controlar as coletorias fiscais e o contrabando, resultando no *aumento das rendas de quase todas as repartições fiscais*⁵⁹¹ e no pagamento dos salários atrasados dos servidores públicos ativos e inativos. Mediante relato, qual o montante da arrecadação pública fraudado, a ponto de alguns postos fiscais suprimirem as dívidas acumuladas pelos administradores no Amazonas? Além de possibilitarem a reparação de edifícios públicos, pontes,

⁵⁸⁹Ver BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**: vultos do Passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. pp. 272-277. Joaquim Gonçalves de Araujo nasceu em 14 de fevereiro de 1860 em Portugal, em 1871 chegou a Manaus e 1875 recebeu de seu protetor *crédito com o qual conseguiu abrir a sua primeira casa de negócios* e daí em diante ampliou seus negócios no Estado.

⁵⁹⁰ LEITE, Pedro Torres. **Defesa da Borracha e a Repressão do contrabando no Amazonas**. Op. cit., pp. 37-38.

⁵⁹¹SÁ, Alfredo. **Mensagem... 1925**. Op.cit., p. 11.

estradas e outros? Por que os governadores locais nos últimos quinze anos não adotaram essas medidas?

Busca-se retomar o relato da imobilização da ideia de crise, que percorreu as Mensagens de governadores desde 1904 segundo as quais, esta foi consequência da desvalorização dos preços da borracha no Mercado estrangeiro devido à concorrência asiática, do desamparo da região pelo governo da União e confisco do território do Acre. Essas ideias foram retomadas pela historiografia tradicional sem o levantamento do contexto interno.

Não se duvida da existência da crise econômica que se abateu sobre o Brasil e o Amazonas; as receitas diminuíram com a desvalorização da borracha e com a perda inconstitucional do território do Acre. Entretanto, assinala-se que os representantes políticos apegaram-se na ideia de crise e nas decorrências dos empréstimos realizados em 1906 por Constantino Nery, consolidando argumentos para a ausência de políticas públicas exequíveis.

Talvez por isso o destaque no relato do Interventor federal voltou-se à completa desordem da máquina administrativa no Amazonas. Os pagamentos das parcelas dos empréstimos realizados em 1906 e 1915 foram efetuados até 1917. Diversos prédios públicos em ruínas e bairros sem energia elétrica. Daí a necessidade de execução de obras de conservação e reforma nos prédios: Teatro Amazonas, Ginásio amazonense, Penitenciária, Tesouro Público, Quartel da polícia, Grupos escolares, Imprensa Pública, Arquivo e Biblioteca Estadual, Palácio da Justiça, Instituto Benjamin Constant; as pontes da Avenida Sete de Setembro e do bairro da Cachoeirinha e da estrada de Campos Salles, finalizou a construção do grupo escolar presidente Bernardes abandonado desde 1906⁵⁹² e estendeu a rede de energia elétrica até os bairros de São Raimundo e Constantinópolis.

Para Alfredo Sá, as terras devolutas do Estado não receberam a atenção dos administradores e sofreram um processo de invasão para extração de recursos naturais, tendo os particulares chegado ao ponto de as arrendarem para terceiros. A posse ilegal era realizada por Casas exportadoras sem contribuição ao erário público, assim sendo exigiu dos arrendatários tornarem-se aviados e a venderem a produção para o Governo.

⁵⁹²SÁ, Alfredo. **Mensagem...1925**. Op. cit., pp. 72-75.

Por esse motivo decretou a apreensão dos produtos retirados desses terrenos e os vendeu em *hasta pública*.⁵⁹³

Os solicitantes alegaram diferentes fins para o uso dessas terras com intenção de obterem- o menor valor e ocuparem toda a região do Rio Negro e seus afluentes sem proceder com a regulamentação da posse; e mais uma vez compeliu-os a legalizarem a propriedade coibindo esses abusos mediante pagamento, limitou a área e aumentou o preço das terras.

As terras devolutas tornaram-se imensos latifúndios por meio de *contratos e concessões outorgadas pelo governo estadual*⁵⁹⁴ em flagrante favorecimento dos estrangeiros em detrimento dos nacionais. Alfredo Sá também observou que nas Intendências municipais de Borba, Barcelos, Tefé, Canutama a negligência se alastrava e as *rendas eram consumidas pelos administradores em proveito*⁵⁹⁵ próprio e seus *apaniguados*, os cargos públicos inchavam e a população era ignorada. Mediante fiscalização, os Superintendentes de Barcelos e Canutama renunciaram enquanto outros entregaram a função aos substitutos e em um ano de governo as rendas públicas se estabilizaram.

Em novembro de 1925 foi eleito governador Ephigenio Ferreira Salles indicado pelo Partido Republicano do Amazonas, o representante da conciliação que estabeleceria a aliança entre os grupos políticos: Silvério Nery, Guerreiro Antony, Dorval Porto e Agnello Bittencourt.

⁵⁹³ Idem, pp. 76-77.

⁵⁹⁴ Idem, p. 79.

⁵⁹⁵ Idem, p. 99.

Considerações Finais

Desconocemos la última y la primera palabra.

Octavio Paz, Pequena Crónica de Grandes Días

A tarefa de analisar os conflitos políticos entre militares e civis ocorridos em Manaus se impõe ao historiador que não deve se contentar com as escassas informações na historiografia amazonense sobre a atuação das elites⁵⁹⁶ e as relações com os militares na Primeira República, também, percebeu-se que o papel dos grupos oligárquicos nessa produção foi atribuído ao regime Imperial e, portanto, não caberiam no novo sistema enquanto força e prática política. Para Flávio Heinz esse posicionamento decorre da imprecisão do termo elite da perspectiva que situa as elites na *velha história das elites, heroica e heroizante, fixada em personagens e atos excepcionais*.⁵⁹⁷

Cabe salientar, de fato interessa-se pelos grupos que ocuparam posições políticas, sociais e econômicas e de relevo, de composição não homogênea dispendo de poderes decisórios e privilégios não acessíveis a população. As elites aqui analisadas antes de tudo não saíram vitoriosas de todos os empreendimentos salvacionistas e moralizadores e por vezes geraram mais caos que a ordem programada pelos grupos oligárquicos tradicionais.

Em 1889, o Exército instalou a República no Brasil através da espada e desse modo governou os anos iniciais do regime até os civis tomarem as rédeas do poder, intensificarem os desentendimentos ou formarem alianças; outras formas de poder se organizaram, todavia algumas imperfeições marcaram as instituições sociais, a

⁵⁹⁶Conforme HEINZ, Flávio M. (org.). **Por uma história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. pp.7-8. Usa-se o termo elite *em um sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o 'topo' de 'estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos'*. Entende-se por esta palavra, segundo o caso, “os ‘dirigentes’, as pessoas ‘influentes’, os ‘abastados’ ou os ‘privilegiados’, isto é, na maior parte dos casos, sem outra forma de justificação, uma vez que o ‘poder’ da elite impor-se-ia por si próprio e prescindiria de maiores explicações”. [...]o termo elite aponta tão somente para uma ‘vasta zona de investigação científica cobrindo profissionais da política, empresários, legisladores etc., e não evoca nenhuma implicação teórica particular’.

⁵⁹⁷*Idem*, p. 10.

federação ainda engatinhava, o autoritarismo dominava e a democracia parecia incompatibilizada com a sociedade.

Nos anos subsequentes as crises se espalharam pelo país e grupos de militares estiveram à frente de diversas manifestações públicas de oposição aos presidentes civis e aos grupos oligárquicos, enquanto outros militares atenderam aos interesses de ambos.

A atuação dos militares e civis no processo político da Primeira República no Amazonas envolveram disputas, conflitos, cisões, desinteligências, combinações, enfrentamentos armados e acordos com as oligarquias que se alternaram no poder; em descompasso com o ideal republicano, por muitos momentos, se alimentaram dos pactos políticos e econômicos, cederam às tentações do peculato e das políticas públicas restritivas, e voltaram-se para as elites extrativistas.

A chegada do novo regime em Manaus deu início aos confrontos armados entre os opositores aos governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto que governaram o país com truculência e violaram os direitos Constitucionais, enfrentando tumultos, manifestações e revoltas respondidas com medidas despóticas e intransigentes.

Deodoro dissolveu o Congresso, ambos decretaram estados de sítios e depuseram governadores, sendo que o Marechal Floriano decretou a deportação de militares adversários acusados de restauradores. Todavia, enquanto Deodoro cedeu e recuou diante das pressões dos blocos do poder, Floriano saiu vitorioso da revolta da Armada, aumentando sua popularidade e consolidando a República.

A fase dos governos civis não foi das mais estáveis e nem diminuiu a insegurança nacional, Prudente de Moraes enfrentou a oposição de militares florianistas e jacobinos, da ameaça monarquista e da revolta de Canudos. O sucessor, Campos Sales consolidou a fase civilista, priorizou o âmbito financeiro, contou com o apoio do Congresso Nacional e das oligarquias estaduais, mas a tranquilidade durou pouco tempo e os insatisfeitos com as medidas políticas e econômicas do governo uniram-se para derrubá-lo, mas não alcançaram êxito.

O elevado número de emendas constitucionais inspiradas em pormenores sem alcance social ⁵⁹⁸ confirmou a voracidade das classes dominantes na luta para manutenção do poder e do controle social.

Durante o período de 1889 a 1925 Manaus foi regida por administradores oportunistas, em geral dependentes da política econômica do governo e em coalizão com seringalistas, aviadores e exportadores que se apropriaram da potencialidade econômica do Amazonas, em benefício próprio. As sucessões governamentais revelaram tanto as cisões partidárias, os embates pessoais como os ajustes tácitos, a cooptação, as permutas amigáveis e os mecanismos de controle.

O processo de modernização no Amazonas foi desigual e os serviços urbanos mantidos pelas empresas inglesas não funcionaram satisfatoriamente, e não impulsionaram o crescimento regional, mas deram lucros aos capitalistas, retardando o desenvolvimento e aumentando o fosso das desigualdades estruturais.

A maioria dos membros do poder Legislativo e dos representantes do Executivo pertencia ao Exército. Na pauta dos debates parlamentares não entraram as melhorias do campo educacional, o saneamento básico, o bem estar social, assim como a redução nas importações, ou políticas para geração de empregos e diversificação dos recursos financeiros. Desse modo, o empobrecimento dos trabalhadores tornou-se inconciliável com o discurso e a prática dos administradores em prol da modernização do Estado.

Convém não esquecer que uma sociedade conservadora e com raízes escravistas teve sempre preferências pelo trabalho servil não assalariado, como ocorreu na economia de exportação da borracha que sustentou por mais de 40 anos o Amazonas e o Pará e foi por *longos anos uma das maiores fontes de lucro para o país.* ⁵⁹⁹

A complexidade das relações de produção não asseguradas pelo trabalho assalariado na economia da borracha, mais que o sistema de Aviamento, foi um empecilho para que essa atividade não perdesse as características de economia colonial, impedindo o surgimento de um mercado interno girando em torno da agenda do capitalismo internacional em detrimento do desenvolvimento do Amazonas.

⁵⁹⁸ **Constituições do Amazonas...** Op. cit., p. 5.

⁵⁹⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico** - do Império à República 4ª. ed. T2, V. 5. São Paulo: Difel, 1985. p. 248.

Nenhum governador ou intendente municipal no Amazonas, durante todo o período da República Velha, adotou medidas para a diversificação da economia.⁶⁰⁰ Pautaram-se no incessante *declínio* financeiro consequente da crise econômica da borracha; e por conta das dívidas contraídas e caloteadas, as políticas públicas não passaram de uma carta de intenções em prejuízo da sociedade e os problemas sociais se arrastaram até a atualidade.

Certo é que os descontentamentos se acumularam e no período estudado houve inúmeras greves, organizaram-se associações de trabalhadores e foi criado um sindicato dos estivadores do porto. Também foram frequentes reclamações por parte da população, em geral publicadas pelos jornais⁶⁰¹ relacionadas à falta de segurança pública, atraso dos bondes, falta de água, precariedade do fornecimento de energia elétrica e irregularidade na coleta de lixo, entre outras.

As indagações neste estudo se iniciaram com a busca de entendimento dos choques entre militares e civis, as disputas entre os partidos e o envolvimento com as oligarquias no Amazonas.

A leitura da documentação ampliou o percurso a seguir ao descortinar os nós intrincados das disputas políticas no Estado, como também os contrastes entre as necessidades prementes em Manaus e as medidas adotadas pelas elites visando torná-la uma cidade agradável aos investidores estrangeiros e as classes dominantes com atenção voltada para edificação de prédios da administração, praças, mercados e matadouros, abertura e nivelamento de ruas, aterro de igarapés e outras, enquanto para as camadas pobres persistiam problemas antigos como falta de água devido à ineficácia dessas ações.

Chegou-se à decepcionante conclusão de que tudo estava por ser feito, a crise econômica já não era a única responsável pela pobreza do Estado, apesar das obras monumentais e os empréstimos desafinados com a situação vigente, a população vivia

⁶⁰⁰BHERING, Francisco. **O Vale do Amazonas e suas comunicações telegráficas**. Fac-similado 2ª. Ed Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria do estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2000. (1ª. Edição 1905). O autor esteve na região em Comissão para estudar as condições dos serviços de comunicações telegráficas subfluviais. E notadamente insistiu na situação de *miséria* dos trabalhadores nos seringais e salientou que *os esforços dos administradores gerais e provinciais, federais e estaduais não sido, infelizmente, neste particular, de mínimos*, de qual exaltou efeitos. p. 6.

⁶⁰¹Sobre esse assunto ver SOUZA, Leno Jose Barata. **Vivência Popular na Imprensa Amazonense...** Op. cit., pp.158-159. O autor explorou especificamente as queixas publicadas no Jornal do Comércio; mas outros periódicos noticiavam as reclamações da população.

com recursos precários e distantes da cidade próspera, imaginada e construída pelas elites.

Referências Bibliográficas

Fontes documentais:

Jornais

A Escova, 1913

O Conservador, Itacoatiara, 28/07/1912. Sem data e número legíveis.

Correio de Serpa. Itacoatiara, 22 de junho de 1913. Anno 2. N. 46.

Diário de Manaus 1892-1893

Estado do Amazonas, Manaus 26/08/1892 edição especial **Estado do Amazonas**.

Manaus 26/08/1892 edição especial

Folha do Amazonas, 1910.

A Imprensa, Itacoatiara, 15/12/1912. Sem ano e número legíveis.

La Union – Publicación Mensual- Manáos, 1 de abril de 1910. Anno VII. N. 197.

O Rio Negro, Manáos, 27 de Novembro de 1897. Anno I. n. 121

Vida Operária, Manáos 25 de julho de 1920. Anno I. n. 21

Documentos Impressos

Anuário Estatístico do Brasil. Situação Demográfica. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936. Ano II.

Amazonas versus Matto Grosso. Artigos publicados pelo Imparcial em defesa da Integridade Territorial do Amazonas. Manaus: Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria do estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001. (fac-similado). Coleção documentos da Amazônia. N.23.1ª. edição, 1919.

Amazonas. Constituições 1910-1926. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2002.

AZEVEDO, Gregório Thaumaturgo de. **Mensagem Lida perante o Congresso Amazonense na sessão de 15 de setembro de 1891**. Manaus: Typ. do “Commercio do Amazonas”, 1891.

BACELLAR, Pedro de Alcântara. **Mensagem Lida Perante a Assembleia legislativa na Abertura da Segunda sessão ordinária da nona legislatura pelo governador do Estado em 10 de julho de 1917**. Manaus: seção de obras da imprensa oficial, 1917.

BACELLAR, Pedro de Alcântara. **Mensagem Lida Perante a Assembleia legislativa na Abertura da Segunda sessão ordinária da décima legislatura pelo governador do Estado em 10 de julho de 1920.** Manaus: seção de obras da imprensa oficial, 1921.

BACURY, Francisco Ferreira de Lima. **Estado do Amazonas:** movimentos revolucionários de 30 de Dezembro de 1892 e 26 e 27 de Fevereiro de 1893. Rio de Janeiro: Companhia Typhografica do Brazil, 1894.

BARROSO, Benjamin Liberato. **Mensagem dirigida a Assembleia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1916 pelo presidente do Estado.** Fortaleza: Typ. Moderna Carneiro & cia., 1916.

BHERING, Francisco. **O Valle do Amazonas** e suas comunicações telegraphicas. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria do estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2000. (fac-similado). Coleção documentos da Amazônia. N. 12.1ª. edição 1905.

BITTENCOURT, Antonio Clemente Ribeiro. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na Abertura da Terceira sessão ordinária da. sexta legislatura pelo exmo. Governador do Estado em 10 de julho de 1909.** Manáos: Imprensa Oficial, 1909.

BITTENCOURT, Antonio Clemente Ribeiro. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na abertura da Segunda sessão ordinária da sétima legislatura pelo exm. Snr. Governador do Estado em 10 de julho de 1911.** Manáos: Imprensa Oficial, 1911.

BITTENCOURT, Agnello. **O momento histórico.** Boletim Maçônico, ago/set, 1924.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Ministro Pedro de Toledo. Ano de 1911-2. Vol.1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

Candidatos ao Governo do Amazonas – artigos publicados no “Jornal do Brazil” pelos drs. Alberto Moreira e Thaumaturgo de Azevedo em 28 e 31 de Março e 1 de abril de 1920. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas, 1920.

Cartas do Primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro Joaquim de Mello e Povoas (1758-1761): transcrições paleográficas. Introdução de Samuel Benchimol. Manaus: Universidade do Amazonas, 1983.

CARVALHO, Raymundo Affonso de. **Mensagem lida perante o Congresso do Amazonas na Abertura da Segunda sessão ordinária da sexta legislatura pelo Cel. presidente do Congresso Legislativo no exercício de Governador do Estado Em 10 de julho de 1908.** Manaus: Imprensa oficial, 1909.

CASTRO, Raymundo C. Monteiro de. **Cultura e exploração da borracha no Valle do Amazonas.** Mandado publicar pela Associação Comercial do Amazonas (distribuição grátis). Manaus: ACA, 1913.

COLLEÇÃO DAS LEIS da República dos Estados Unidos do Brazil de 1912. Valorização do café. V. I. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1915 e V. II. Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1916.

CORIOLOANO, Durand. **Discurso.** Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto. 2001. (fac-similado). Coleção documentos da Amazônia. N. 22.1ª. edição 1924.

CRUZ, Oswaldo, CHAGAS, Carlos e PEIXOTO, Afrânio. **Sobre o saneamento da Amazônia**. Manaus: P. Daou, 1972. Edição comemorativa do centenário do nascimento de Oswaldo Cruz.

CUNHA, Temístocles. **No país das Amazonas: a revolta de 23 de julho**. Salvador: Livraria Catilina, 1925.

DOCUMENTOS PARLAMENTARES. **Estado de Sítio**. Decretos do executivo e do Congresso (1892-1893). (Publicação feita por ordem da Mesa) I Volume. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1912.

DOCUMENTOS PARLAMENTARES. Política Econômica. Defesa da Borracha: 1906-1914. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comercio, 1915.

FONSECA, Manoel Deodoro da. **Mensagem Dirigida ao Congresso Nacional pelo generalíssimo Chefe do Governo Provisório da República dos Estados do Brazil em 15 de junho de 1891**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

GONÇALVES, Lopes. **A Fronteira entre o Pará e o Amazonas**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto. 2000. p.3 (fac-similado).

GUAPINDAYA, Fernando. **O Amazonas. Os escândalos da Administração do sr. José Cardozo Ramalho Júnior**. Rio de Janeiro: Diário de Notícias, 1900.

JÚNIOR, José Cardoso Ramalho. **Mensagem lida perante o Congresso dos srs. Representantes em sessão de 10 de julho de 1900 pelo exmo. sr. governador do Estado**. Manaus: Imprensa Oficial, 1900.

Leis, Decretos e Regulamentos. Tomo XI. (janeiro a dezembro de 1910). Manaus: secção de Obras da Imprensa Oficial, 1911.

LEITE, Pedro Torres. **Defesa da Borracha Brasileira e a Repressão do Contrabando no Amazonas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

Lino Aguiar & Cia. **Almanach do Amazonas de 1908**. Manaus: Palais Royal, 1909.

MARIANNO, Candido José. **Relatório apresentado pelo Senhor tenente-coronel Candido José Marianno comandante do 1º. Batalhão de Infantaria do Estado sobre a estada do mesmo fora do Amazonas durante o tempo que esteve à disposição do Governo Federal e em operações no Estado da Bahia, em 15 de dezembro de 1897**. Manaus: Imprensa Oficial, 1897.

MEIRA, Turiano Chaves. **Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa na abertura da Terceira sessão ordinária da Décima Primeira Legislatura, a 14 de julho de 1924**. Manaus: Imprensa Oficial, 1924.

MORAES, Jorge de. **Mensagem de Superintendente Municipal de Manaus**. 11 de fevereiro de 1912.

NEVES, Cyrillo Leopoldo. **Relatório apresentado ao exm. sr. cel. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt governador do Amazonas pelo Inspetor do Tesouro em Comissão. Ano de 1910**. Manaus. Secção de obras da imprensa Oficial, 1911.

PESSOA, Eptácio. **A Fronteira Oriental do Amazonas: petição inicial e razões finais do Estado do Amazonas na ação de limites que move contra o do Pará**. 2ª. edição.

Manaus: edições Governo do estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desportos, 2001.

PEDROSA, Jonathas de Freitas. **Mensagem Lida Perante a Assembleia legislativa na Abertura da Terceira sessão ordinária da oitava legislatura pelo exmo. sr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa governador do Estado em 10 de julho de 1915.** Manaus: Seção de obras da imprensa oficial, 1916.

PEDROSA, Jonathas de Freitas. **Mensagem Lida Perante a Assembleia legislativa na Abertura da Primeira sessão ordinária da nona legislatura pelo exmo. sr. Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa governador do Estado em 10 de julho de 1916.** Manaus: Seção de obras da imprensa oficial, 1917.

PEDROSA, Jonathas de Freitas. **Mensagem lida perante a Assembleia Legislativa por ocasião da Abertura da segunda sessão ordinária da oitava legislatura em 10 de julho de 1914.** Manaus: Seção de obras da imprensa oficial, 1914.

SAMPAIO, Ouvidor. **As viagens do Ouvidor Sampaio (1774-1775)**; Diário da viagem que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. José do Rio Negro; Apêndice ao Diário de viagem; Relação geográfica e histórica do rio Branco da América Portuguesa. Manaus: ACA/Fundo editorial, 1985. p. 93 e apêndices n.s VII e VIII.

SALLES, Manoel Ferraz de Campos. **Relatório apresentado ao Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general Ministro e Secretario dos Negócios da Justiça em janeiro de 1891.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

SILVA, Luciano P. **Defesa Econômica da Borracha.** Rio de Janeiro: Typ. Do jornal do comércio, 1913.

RIBEIRO, Eduardo Gonçalves. **Mensagem do exm. sr. dr. Presidente deste Estado lida perante o Congresso Amazonense, na sessão de instalação, em 1 °. de Junho de 1892.** Manaus: Imprensa oficial, 1893.

SÁ, Alfredo. **Mensagem à Assembleia Legislativa do estado em sua reunião extraordinária de 13 de dezembro de 1925.** Manaus: Imprensa oficial, 1925.

Revista do Archivo do Amazonas. Anno II, vol. II, n.8. Manaus 22/01/1908.

Revista da Associação Comercial do Amazonas. Manaus: ACA, nº 13, 1909.

Telegramas manuscritos. **Arquivo Particular Floriano Peixoto.** Arquivo Nacional, 1893.

SILVA, Luciano Pereira. **Defesa Econômica da Borracha.** Discurso pronunciado nas sessões de 10 de julho, 7 de agosto, 27 de setembro e 1 de outubro de 1912 da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Typ. do 'Jornal do Comercio', 1913.

www.senado.gov.br/legislação

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Albertina Costa Rêgo & MARINHO, Helyde Albuquerque. **Amazônia Brasileira Ocidental** – aspectos geográficos e históricos. Manaus: editora da Universidade do Amazonas, 1999.

ANTONACCIO, Gaitano Laertes Pereira. **Políticos influentes no Amazonas (1889 a 2005)**. Manaus: Imprensa oficial do Amazonas, 2006.

ARENDT, Hanna. **O que é política?** Tradução Reinaldo Guarany. 6ª.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ARIAS NETO, J. Miguel. **Em busca da cidadania:** Praças da Armada Nacional 1867-1910. Tese de doutoramento. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

AXT, Gunter, D'ALESSIO, Márcia e JANOTTI, Maria de Lourdes. (orgs). **Espaços da negociação e do confronto na política**. Porto alegre: Nova Prova, 2007.

AZEVEDO, Raul. **Terras e homens**. Rio de Janeiro, 1948.

BARBOSA, Rui. **O direito do Amazonas ao Acre Setentrional**. Rio de Janeiro: Fundação casa de Rui Barbosa, 1984. Obras completas de Rui Barbosa, v. 37. T. 6. 1910. pp. XXXII - XXXIII.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história:** especialidades e abordagens. Petrópolis: vozes, 2004.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República de 1889 a 1930**. 5 ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1986.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia** – Formação social e cultural. Manaus: Valer, 1999.

BITTENCOURT, Agnello. **Corografia do Estado do Amazonas**. Manaus: Aca/Fundo editorial, 1985.

BOEHRER, George C. A. **Da Monarquia à República – História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)**. Tradução Berenice Xavier. Rio de Janeiro: Ministério da educação e cultura. Serviço de documentação, 1954. Tese de doutorado em Filosofia apresentada à 'Graduate School of arts and sciences, da Universidade Católica dos Estados Unidos.

BRAGA, José Luiz. **Questões metodológicas na leitura de um jornal**. In MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio Dayrell (org.) **O Jornal:** da forma ao sentido. 2ª ed. Brasília: EDUNB, 2002.

BRAGA, Genesino. **Chão e graça de Manaus**. 3ª ed. Manaus: Fundação cultural do Amazonas, 1995.

_____. **Fastígio e sensibilidade do Amazonas de Ontem**. 2ª ed. Manaus: imprensa oficial, 1983.

BRUNO, Deusa da Cunha. **Brasil República: o jogo do poder oligárquico**. Niterói: EDUFF, 1995.

BURNS, E. Brad Ford. **Manaus, 1910: retrato de uma cidade em expansão**. Tradução Ruy Alencar. Manaus: Fac-símile, 1966.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1977.

CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1887-1944)**. São Paulo: DIFEL, 1979.

_____. **A Primeira República (1889-1930) – texto e contexto**. São Paulo: Difel, 1969.

_____. **A República Velha (Instituições e Classes Sociais)**. 4ª. ed. São Paulo: Difel, 1978.

_____. **A República Velha II – Evolução política (1889-1930)**. 4ª. ed. São Paulo: Difel, 1983.

_____. **Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938)**. 3ª.ed. Rio de Janeiro, DIFEL, 1977.

CARVALHO, José Carlos de. **O livro de minha vida na guerra, na paz e nas revoluções (1847-1910)**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comercio, 1912. v. I.

CASTRO, A. R. ET AL. **Da Pátria da seringueira à borracha de plantação: Jacques Huber e seus estudos sobre a cultura das héveas no Oriente (1911-1912)**. In Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 4, n. 3, dezembro de 2009. Belém, 2009.

COSTA, Luiz Antônio Severo da. **Brasil 1900-1910**. Rio de Janeiro: FBN, 1980.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915)**. São Paulo: PUC, 1997. Dissertação de mestrado.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 7ª. ed. 3ª. reimpressão. São Paulo: Unesp, 1999.

CORRÊA, Luiz de Miranda. **O nascimento de uma cidade (Manaus, 1890 a 1900)**. Manaus: edições governo do Estado do Amazonas, 1966.

COHEN, Ilka Stern. **Bombas Sobre São Paulo: A Revolução de 1912**. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

DEAN, Warren. **A Luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. São Paulo: Nobel, 1989.

DELFIN NETTO, Antonio. **O Problema do café**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2009.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto**: Manaus 1890-1920. Manaus: editora valer, 1999.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3ed. Rev. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano** - Sociedade e Instituições (1889-1930). 5ª. ed. T3, V. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930**. In O Brasil republicano: sociedades e instituições 1889-1930. 5ª edição. V.2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FERNANDES, Heloísa. **Ao militares como categoria social**. São Paulo: Global, 1979.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A Nova Velha História**: o retorno da história política. In Estudos Históricos. Rio de Janeiro. 1992/10. pp. 265-271.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. **Federalismo, economia exportadora e representação política**: o Amazonas na República Velha (1889-1914). Manaus: editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

FILHO, Luiz Viana. **O poder Legislativo**. In Brasil 1900-1910. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980.

FRITSCH, Winston. **Apogeu e crise na Primeira República**: 1900-1930. In ABREU, Marcelo de Paiva, A Ordem do progresso. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: companhia editora nacional, 1998, 27ª. Edição.

GALVÃO, Manoel Dias ET AL. **História do Internamento Psiquiátrico na Cidade de Manaus** In Revista Da Universidade do Amazonas. Série Ciências da Saúde. V. 6, 7, jan de 1997-1998.

GONÇALVES, Maria Jacirema Ferreira, ALECRIM, José Duarte e ALECRIM, Wilson Duarte. **Malaria e sua relação com o clima na cidade de Manaus**. In OLIVEIRA, Aldemir organizador. **Cidade de Manaus**: visões interdisciplinares. Manaus: Edua, 2003.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco, Zero, 1994.

GOMES, Ângela de Castro, FERREIRA, Marieta de Moraes. **Primeira República**: um balanço historiográfico. In: Revista Estudos históricos. Rio de Janeiro: FGV, 1989. V. 2. n. 4.

GOUGET, Alba ET al. **Os presidentes e a República**: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem Fantasma**: a modernidade na Selva. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

HOBSBABAUM, Eric. **Sobre História**. Tradução Cid Kniel Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

_____. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. Revisão técnica Maria Célia Paoli. São Paulo: Cia. das letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico - do Império à República** 4ª. ed. T2, V. 5. São Paulo: Difel, 1985.

_____. **Visões do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. 6ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

HOLLOWAY, Thomas. **Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HÖRNER, Erik. **A tribuna em praça pública: o debate político na imprensa periódica paulistana (1838-1842)**. In: A História na política, a política na história. OLIVEIRA, Cecília, PRADO, Maria Lígia, JANOTTI, Maria de Lourdes M. (orgs). São Paulo: Alameda, 2006.

HEINZ, Flávio M. (org.) **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **O Coronelismo: uma política de compromissos**. 3ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República** In Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: contexto, 1998.

_____. **Sociedade e Política na Primeira República**. São Paulo: Atual, 1999.

_____. **O Poder Oligárquico e a imprevisibilidade das urnas**. In História: Fronteiras. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP/ANPUH, XX Simpósio Nacional de História. Florianópolis-SC, julho, 1999.

Júnior, Mário Cléber Martins Lana. **Tenentismo e crises políticas na Primeira República**. In O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 1930. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.). 5.ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: Paralelo 15/EDUNB, 1999.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: município e o regime representativo no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIMA, Cláudio de Araújo. **Coronel de Barranco**. 2ed. Rev. Manaus: Ed. Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2002.

LOPES, Murilo Ribeiro. **Rui Barbosa e a Marinha**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1953.

LOUREIRO, Antônio José Souto. **A Grande Crise (1908-1916)**. Manaus: T. Loureiro & Cia, 1985.

_____. **O Amazonas na Época Imperial**. 2ª.ed. Manaus: Ed. Valer, 2007.

_____. **Tempos de esperança (1917-1945)**. Manaus: ed. Sérgio Cardoso, 1994.

_____. **Síntese da História do Amazonas**. Manaus: Imprensa Oficial, 1978.

_____. **História da Navegação no Amazonas**. Manaus: gráfica Lorena Ltda, 2007.

_____. **O Brazil Acreano**. Manaus: Gráfica Lorena. 2004.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In Fontes históricas. PINSKY, Carla Bassanezi. (org.). São Paulo: Contexto, 2005.

LUZ, Nícia Vilela, **A Amazônia para os negros americanos** (as origens de uma controvérsia internacional). Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1968.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**: Contribuição à revisão crítica da formação do desenvolvimento da economia brasileira. 4.ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MENDES, J. A. **A crise amazônica e a borracha**. Manaus: Ed. Valer/Governo do estado do Amazonas, 2004.

MESQUITA, Otoni. **Manaus: História e arquitetura 1852-1910**. 3ª edição. Manaus: Ed. Valer/ Prefeitura de Manaus/ Uninorte, 2006.

MONTEIRO, Mario Ypiranga. **Negritude & Modernidade** – a trajetória de Eduardo Gonçalves Ribeiro. Manaus: edições governo do estado do Amazonas, 1990.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **A Renúncia do dr. Fileto Pires Ferreira**. (Fac-similado). Coleção documentos da Amazônia n. 39. Manaus: Edições governo do Estado do Amazonas, 2001.

MOTTA, Ernani G. Fernandes da. **Fatores determinantes da situação da malária na Amazônia**. In Anais do 2º. Simpósio de Malária: Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. 25 (supl. II), 27-32, 1992.

MOUILLAUD, Maurice & Porto, Sérgio Dayrell. (org). **O Jornal**: da forma ao sentido. 2ª. ed. Brasília: editora da Universidade de Brasília, 2002.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P., MOREL, Marco e FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.

ORGANIZAÇÕES E PROGRAMAS MINISTERIAIS. Regime Parlamentar no Império. 2º. Ed. Ministerio da Justiça e Negócios Interiores – Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1962.

ODALIA, Nilo e CALDEIRA, João Ricardo de Castro. (orgs.) **História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista**. São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado, 2010. V. 2 REPÚBLICA

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Manaus de 1920 -1967**. A cidade doce e dura em excesso. Manaus: ed. Valer/Ed. UFAM, 2003.

PORTA, Paula. (organização). **História da Cidade de São Paulo: A cidade na Primeira Metade do Século XX 1890-1954**. V. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

PERISSINOTTO, Renato. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1994.

PESSOA, Eptácio. **A Fronteira Oriental do Amazonas: petição inicial e razões finais do Estado do Amazonas na ação de limites que move contra do Pará**. 2ª. Edição. Manaus: Edições do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001. 1ª. Edição, 1917.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)**. Manaus: Ed. Valer, 1999.

_____. **Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)**. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 2001. Tese de doutoramento.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O Proletariado Industrial na Primeira República**. In: O Brasil Republicano. Sociedade e Instituições (1889-1930). Sérgio Buarque de Holanda (org.). 3ª edição. São Paulo: DIFEL, 1985. T. III. V. 2.

PINTO, Nelson Prado Alves. **Política da borracha no Brasil: falência da borracha no Brasil**. São: HICITEC/Conselho regional de Economia, 1984.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 38ª. São Paulo: Brasiliense. 1990.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Política, ascensão social e liderança num povoado bahiano**. In Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. N. 3, São Paulo: FAPESP, 1968.

QUEIROZ, Suely Robles Reis. **Os Radicais da República: Jacobinismo - ideologia e ação 1893-1897**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **A cidade de São Paulo na Primeira República: política e administração**. In A História na política, a política na história. JANOTTI, Maria de Lourdes M. OLIVEIRA, Cecília Helena Salles e PRADO, Maria Ligia Coelho. (orgs.) São Paulo: Alameda, 2006.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Edinova. s.d.p.

_____. **História do Amazonas**. Belo Horizonte/Itatiaia/São Paulo/ Edusp, 1989.

_____. **O Seringal e seringueiro**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/ Edua, 1997. 2ª. Ed. 1977.

_____. **Rotina e Dinâmica na vida brasileira**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas. Serie Alberto Torres. V. I. 1965.

_____. **Manãos e outras villas**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado da Cultura e Turismo/Editora da universidade do Amazonas, 1999. 2ª. Edição.

_____. **A Autonomia do Amazonas**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas. 1965. Série Alberto Torres. V. 11.

RÉMOND, Réne. (org.) **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROURE, Agenor de. **A Constituinte Republicana**. Brasília: Edunb/Senado federal, 1979.

SANDRONI, Paulo. (org.) **Dicionário de Economia**. 1.ª edição. São Paulo: Best Seller, 1985.

SAES, Alexandre Macchione. **Conflitos do Capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)**. Bauru/São Paulo: Edusc, 2010.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. Tradução de Malu Gitahy. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo Sampaio. **Os fios de Ariadne: Tipologia de Fortunas e Hierarquias Sociais em Manaus – 1840-1880**. Dissertação de mestrado. Niterói: Universidade federal Fluminense, 1993.

SANTOS, Eloina Monteiro dos. **A rebelião de 1924 em Manaus**. 3ª ed. Manaus: editora valer, 2001.

SANTOS, Fabiano. (org.). **O poder legislativo nos Estados: diversidade e convergência**. Rio de janeiro: editora FGV, 2001.

SANTOS, Francisco Jorge dos Santos et al (org.) **Catálogo de Jornais: Cem anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)**. Manaus: Ed. Calderaro, 1990.

SILVA, Marcos Antônio. **Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910**. São Paulo: brasiliense, 1982. Coleção tudo é história, n. 43.

SOUZA, Leno José Barata. **Vivência popular na Imprensa amazonense: Manaus da borracha (1908-1917)**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2005. Dissertação de Mestrado.

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. Rio de janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL/Conselho Federal de cultura; Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1979. 2 Volumes.

VILAÇA, Marcos Vinícios, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

WEINSTEIN, Bárbara. **A Borracha na Amazônia:** expansão e decadência – 1850-1920. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

ZILLY, Berthold. **A Guerra de Canudos e o Imaginário da sociedade sertaneja em Os Sertões, de Euclides da Cunha:** Da crônica à Ficção. In Literatura e História na América Latina: Seminário Internacional. São Paulo: Edusp, 1994.